



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Douglas Monteiro de Almeida

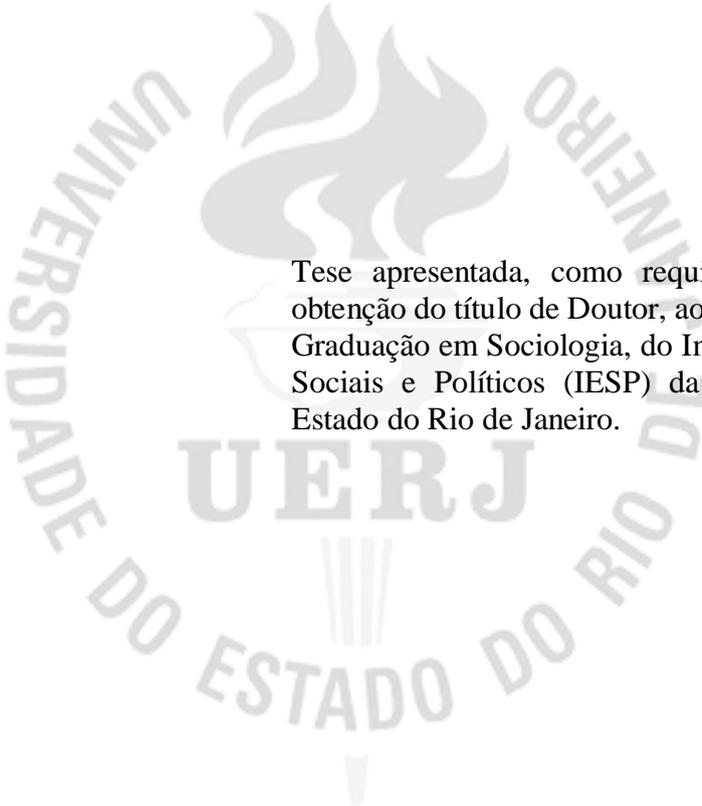
Como falar de violência na periferia? O Fórum Grita Baixada e os discursos sobre a segurança pública na Baixada Fluminense

Rio de Janeiro

2022

Douglas Monteiro de Almeida

**Como falar de violência na periferia? O Fórum Grita Baixada e os discursos sobre a
segurança pública na Baixada Fluminense**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/D - IESP

A447 Almeida, Douglas Monteiro de.
Como falar de violência na periferia? O Fórum Grita Baixada e os discursos sobre a segurança pública na Baixada Fluminense / Douglas Monteiro de Almeida. – 2022.
225f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Segurança Pública – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 2. Violência – Aspectos sociais - Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Desigualdades sociais – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. I. Menezes, Palloma Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 351.74(815.3)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Douglas Monteiro de Almeida

**Como falar de violência na periferia? O Fórum Grita Baixada e os discursos sobre a
segurança pública na Baixada Fluminense**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos
Sociais e Políticos da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Aprovada em 28 de março de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Palloma Valle Menezes (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Dorian Luis Borges de Melo
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. José Claudio de Souza Alves
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Manoel Ricardo Simões
Instituto Federal do Rio de Janeiro Nilópolis

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos membros do Fórum Grita Baixada, da Casa Fluminense e a todas as pessoas que dedicam suas vidas na defesa dos direitos humanos e na luta por políticas públicas na Baixada Fluminense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado sabedoria nas escolhas e nas decisões ao longo dessa trajetória. Agradeço também a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, minha família. Meus pais, Pedro Paulo e Sônia Maria, mesmo humildes, sempre se dedicaram na garantia dos meus estudos, nessa trajetória ininterrupta entre a minha entrada na escola, aos 05 anos, e a conclusão do doutorado, aos 30 anos. Agradeço também a paciência da Dulce, minha noiva, que sempre ouviu de mim as angústias na elaboração desta tese de 2019 para cá e nunca deixou de me incentivar.

Não posso deixar de agradecer os colegas do doutorado e os professores que durante as aulas de seminário de tese puderam ler meu trabalho e trazer importantes questionamentos, em especial o meu primeiro orientador Carlos Antônio e a professora Mariana Cavalcanti que me incentivaram na mudança de tema e na busca por uma nova orientadora que dialogasse melhor com o meu novo objeto de pesquisa. Na reta final, meu momento de maior produtividade, sem dúvida, só ocorreu pelo incentivo e dedicação da minha orientadora Palloma Menezes. Muito obrigado Palloma.

Agradeço aos amigos feitos na Casa Fluminense, em especial o Henrique, a Yasmin, o Vítor, a Larissa, João Pedro e a Thábara, que me incentivaram quando decidi mudar meu objeto de pesquisa. Além dos meus amigos Cristiano Abreu, Cristiano Vidal e Luciano Vidal pelas constantes palavras de apoio. Agradeço ao Fórum Grita Baixada que proporcionou experiências de vida e profissionais, nessa dupla jornada militante e pesquisadora, em especial à Irmã Yolanda que incentivou muito a minha participação, ao Adriano e ao Fábio, na qual compartilhei o dia a dia por 9 meses. Agradeço a Quiprocó Filmes, em especial ao Fernando. Na linha institucional agradeço também a UERJ, o IESP-UERJ e a CAPES que possibilitaram ao longo de 04 anos a manutenção dos meus estudos durante o período normal do doutorado.

Agradeço também às políticas de expansão das universidades da década de 2000 que contribuíram lá atrás para minha entrada na universidade. Lembro bem quando ouvíamos no movimento estudantil que o “filho do pedreiro agora pode ser doutor”. Passados 13 anos do primeiro dia em que assisti uma aula no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, em Nova Iguaçu, posso agora dizer depois da graduação, do mestrado e do doutorado que o filho do caminhoneiro e da secretária é doutor. Isso não tem preço.

Aqueles que constroem os muros acabarão presos pelos muros que construíram, mas aqueles que constroem pontes vão muito avante.

Papa Francisco

RESUMO

ALMEIDA, Douglas Monteiro de. *Como falar de violência na periferia? O Fórum Grita Baixada e os discursos sobre segurança pública na Baixada Fluminense*. 2022. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A Baixada Fluminense, historicamente, vive processos de violência, desde os grupos de extermínio à atuação de facções criminosas do tráfico de drogas e das milícias na região. Ao longo da História, a população conviveu com diversos problemas estruturais, para além da violência dada as escolhas do Estado na política de segurança pública e as desigualdades que marcam o território, sobretudo quando examinamos e comparamos a Baixada com a cidade do Rio de Janeiro. Diante disso, movimentos, coletivos e organizações constroem lutas urbanas nessa região em defesa dos direitos e no combate às desigualdades, em destaque o Fórum Grita Baixada. O fórum nasceu enquanto movimento social e ao longo dos anos passou por “metamorfoses”, com mudanças nos seus discursos e nas formas de atuação. A partir desse exemplo, é possível identificar as mudanças no modo de se debater a violência na região, tendo em vista as transformações nas dinâmicas da violência, na política e no perfil das organizações da sociedade civil da Baixada Fluminense no início do século XXI.

Palavras-chave: Violência. Segurança pública. Desigualdades. Baixada Fluminense. Fórum Grita Baixada.

ABSTRACT

ALMEIDA, Douglas Monteiro de. *How to talk about violence in the periphery? The Forum Grita Baixada and the discourses on public safety in the Baixada Fluminense*. 2022. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The Baixada Fluminense has historically experienced processes of violence, from death squads to the activities of criminal factions involved in drug trafficking and militias in the region. Throughout history, the population has lived with several structural problems, in addition to violence given the choices of the State in public security policy and the inequalities that mark the territory, especially when we examine and compare the Baixada with the city of Rio de Janeiro. In view of this, movements, collectives and organizations build urban struggles in this region in defense of rights and in the fight against inequalities, especially the Fórum Grita Baixada. The forum was born as a social movement and over the years it has undergone “metamorphoses”, with changes in its discourses and ways of acting. From this example, it is possible to identify the changes in the way of debating violence in the region, in view of the changes in the dynamics of violence, in politics and in the profile of civil society organizations in the Baixada Fluminense at the beginning of the 21st century.

Keywords: Violence. Public security. Inequalities. Baixada Fluminense. Fórum Grita Baixada.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|---|-----|
| | INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1 | A BAIXADA FLUMINENSE..... | 32 |
| 1.1 | Você precisa conhecer minha jurisdição: o que é Baixada Fluminense?... | 35 |
| 1.2 | A Baixada desigual..... | 43 |
| 1.3 | Fama de “barra pesada”: uma história de violência na Baixada Fluminense..... | 62 |
| 1.4 | As UPPs e a Baixada Fluminense..... | 73 |
| 1.5 | Não é intriga da oposição: reconfiguração da violência na Baixada..... | 78 |
| 2 | A BAIXADA GRITA: CHEGA DE VIOLÊNCIA!..... | 84 |
| 2.1 | Uma história de resistência..... | 85 |
| 2.2 | O Fórum Grita Baixada (FGB)..... | 89 |
| 2.3 | As principais mudanças estruturais..... | 96 |
| 2.4 | Fórum enquanto movimento social x organização da sociedade civil..... | 107 |
| 2.5 | Financiamento das ações do Fórum Grita Baixada..... | 118 |
| 3 | A PERIFERIA DOS GRANDES EVENTOS..... | 122 |
| 3.1 | Segurança com Cidadania: Curso de Segurança Pública e Cidadã na Baixada..... | 123 |
| 3.2 | Carta da Baixada..... | 132 |
| 3.3 | Revezamento da tocha da vergonha..... | 142 |
| 3.4 | Um Brasil dentro do Brasil pede socorro..... | 148 |
| 4 | O GRITO É DE TODA BAIXADA FLUMINENSE..... | 158 |
| 4.1 | Conjuntura da violência na Baixada em 2016..... | 160 |
| 4.2 | Núcleos territoriais..... | 165 |
| 4.2.1 | <u>Imbariê.....</u> | 168 |
| 4.2.2 | <u>Bom Pastor.....</u> | 172 |
| 4.2.3 | <u>Lagoinha.....</u> | 176 |
| 4.2.4 | <u>Queimados.....</u> | 178 |
| 4.2.5 | <u>Outras tentativas de núcleos.....</u> | 183 |
| 4.3 | Semana da Baixada em 2017..... | 186 |
| 4.4 | Frente Intermunicipal de Valorização da Vida..... | 190 |
| 4.5 | Nossos Mortos têm voz..... | 194 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 4.6 | Projeto Direito à Memória e Justiça Racial..... | 197 |
| 4.7 | “Viradas de chave” nos posicionamentos do fórum..... | 202 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 204 |
| | REFERÊNCIAS..... | 216 |

INTRODUÇÃO

A história de luta de um movimento da sociedade civil pode ser contada sob diferentes ângulos, dependendo de quem conta, dos interlocutores ouvidos por aquele que decide (re)construir a narrativa, do período histórico no qual tal (re)construção ocorre e ainda da forma como a narrativa é tecida. Na presente tese faço uma (re)construção da história de um movimento social, a partir de uma pesquisa militante, que envolveu observação participante e análise de materiais e publicações produzidas pelo próprio movimento. Trata-se de um esforço de analisar as “metamorfoses de um movimento social” (BRITES, FONSECA; 2013): o Fórum Grita Baixada (FGB).

O FGB constitui-se com um fórum de lideranças sociais, movimentos, pastorais e organizações que reivindicam políticas públicas para a Baixada Fluminense com foco na redução dos homicídios na região, além de construir caminhos para uma cultura de valorização da vida na região. O FGB busca a construção de uma narrativa de segurança pública com cidadania, defesa dos direitos humanos e direito à memória e justiça racial. Um dos objetivos desta pesquisa passa pela sistematização da dinâmica de funcionamento do FGB, porque através desse estudo é possível compreender os motivos que fizeram ao longo dos anos o Fórum Grita Baixada adaptar seus discursos sobre a violência na Baixada.

Esta tese toma a trajetória do Fórum Grita Baixada e suas “metamorfoses” como ponto de partida para refletir sobre as mudanças que vêm ocorrendo nos últimos anos nas formas de debater segurança pública na Baixada Fluminense. É importante lembrar que realizar debates públicos sobre segurança pública é especialmente difícil na Baixada Fluminense por uma série de fatores – que serão analisados ao longo da tese –, uma vez que a violência, ao longo de décadas, se tornou quase um tema indizível (Freire, 2021) na região, embora seus efeitos sejam fortemente sentidos na vida cotidiana dos moradores.

Examinamos ao longo do trabalho a hipótese central de que as mudanças que vêm ocorrendo nas formas como a violência é debatida na Baixada Fluminense nos últimos anos – que podem ser observadas a partir da análise da trajetória do Fórum Grita Baixada – têm relação com as transformações nas próprias dinâmicas da violência na região, nos modos de atuação das organizações da sociedade civil e nas relações políticas existentes na região.

Anos difíceis - Conjuntura da pesquisa

*Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
(Trecho da música “Apesar de você” / Chico Buarque)*

Essa pesquisa foi feita em um momento de ruptura política, em um processo no qual a democracia é alvo de ataques (CASTELLS, 2018). Processo este que não é apenas nacional, é global, mas que interfere nas dinâmicas locais e regionais. A sociedade brasileira, segundo os principais institutos de pesquisa (IBOPE e DATAFOLHA), indicou em enquetes anteriores às eleições de 2018 que as suas principais preocupações são a violência, a saúde e a corrupção. A segurança pública esteve no debate público em todo período eleitoral. Foram utilizados desde jargões como “bandido bom é bandido morto” e “direitos humanos é para defender bandido” e até propostas populistas que privilegiam a ótica do confronto. Um projeto político com as mesmas características foi eleito, tanto no Brasil, como no Rio de Janeiro.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar o tema das eleições de 2018, mas ela trouxe à tona um discurso sobre segurança pública que foi construído com base no ódio. Como apontam Ribeiro e Ortellado (2019), “o punitivismo é um dos traços mais marcantes do bolsonarismo (...). O discurso armamentista parece sempre associado ao punitivismo penal que na literatura mais recente vem sendo chamado de ‘populismo penal’”. O candidato eleito para presidente era deputado federal pelo Rio e tinha uma base muito forte no estado. Nesse sentido, destaca-se a relação das eleições presidenciais com a eleição no Rio de Janeiro.

A conjuntura nacional traz alguns elementos para serem colocados na balança sobre os discursos que sobressaem no debate público, numa perspectiva de uma sociedade conservadora, machista e patriarcal¹. As narrativas sociais sobre a violência se entrelaçam com práticas históricas existentes nos territórios periféricos, no papel do Estado como violador de direitos e na própria desvirtuação do pensamento popular sobre as causas, consequências e atores da

¹ Em pesquisa feita pelo IBOPE no início de 2019, um total de 61% das pessoas já reproduziram algum comentário machista, mesmo que alguns não reconheçam preconceito. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/06/vi-vemos-numa-sociedade-machista-sim-ou-nao-entenda.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em 01 out 2019. Segundo pesquisa IBOPE do primeiro semestre de 2018, a proporção da população com alto grau de conservadorismo cresceu de 49% em 2010 para 54% em 2016 e chegou a 55% em 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/grafico-conservadorismo/> - Acessado em 01 out 2019.

violência no Brasil, que se dá também na maneira que as punições aos crimes são efetuadas no país (LIMA et. al., 2015).

É no território² que essa violência aparece de maneira mais evidente. Nos dias de hoje, a mídia tem um papel de divulgar quase em tempo real violações e acontecimentos, dando um volume diferente ao que era percebido em anos anteriores e em algumas situações utilizando do sensacionalismo para seduzir e amedrontar telespectadores. Essa prática fortalece o discurso militarizado de guerra do Estado e contribui no processo de naturalização e legitimação de confrontos em territórios periféricos (RAMOS; PAIVA, 2007). Existe também um outro lado: o apagamento por parte da mídia de situações que acontecem fora do eixo prioritário da notícia, o que é comum em favelas e periferias mais distantes das áreas centrais. No Rio de Janeiro acontece assim. E, especialmente, na Baixada Fluminense há uma intensa invisibilidade de crimes que ocorrem nesse território (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

No dia 16 de fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer (MDB) decretou a intervenção federal na área de segurança pública no Rio de Janeiro. Na mídia, a intervenção foi apresentada como uma resposta ao Carnaval violento, segundo a narrativa dos próprios meios de comunicação, representado pelo vídeo de uma senhora sendo assaltada em Copacabana, cuja repetição massiva nos veículos corroborou a justificativa de intervenção. Mais tarde, os números do Instituto de Segurança Pública (ISP) mostraram que o discurso do Carnaval mais violento não se sustentava, pois 16 dos 27 indicadores de violência caíram no Rio no carnaval de 2018, em comparação com o de 2017, incluindo homicídios, furtos e roubos de celular. As ocorrências, de forma geral, aumentaram em comparação a 2017, mas com uma oscilação menor do que 2% e ainda menor do que em 2016. Essa é uma das principais narrativas da violência no Rio de Janeiro: o crime patrimonial nas áreas centrais e na Zona Sul da cidade, a partir de uma lógica que privilegia a dimensão patrimonial dos crimes no Brasil (LIMA et al., 2005).

No entanto, a violência tem várias características e várias faces e, além disso, existem variáveis que podem contribuir com os índices de violência em diversas regiões (CANO; SANTOS, 2001). Enquanto na ótica do Estado um dos maiores problemas é o crime patrimonial, algumas organizações, movimentos e ativistas enxergam nas violações dos direitos humanos e no alto número de homicídios os maiores problemas, sendo o racismo o eixo transversal desse processo (CASA FLUMINENSE, 2020). O vídeo da senhora sendo assaltada

² Território é entendido aqui nesta tese como o lugar, espaço geográfico, onde as pessoas vivem e onde se manifestam relações de poder a partir da interação dos atores sociais (RAFFESTIN, 1993).

em Copacabana e as notícias de roubos de cargas nos principais eixos rodoviários (a maioria nas Zonas Norte e Oeste da capital, e na Baixada Fluminense) sobressaíram no debate público, comparado às violações de direitos na Baixada Fluminense. O estado sofreu intervenção federal em 2018 e já vinha sob medidas das missões de GLO (Garantia da Lei da Ordem), com a presença das forças armadas em alguns momentos na rua. A maior motivação dessas ações já era o aumento no número de roubos e cargas no Rio de Janeiro.

Enquanto o Estado pensava a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, a Quiprocó Filmes fechava junto com o Fórum Grita Baixada, a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense e o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu o documentário “Nossos Mortos têm voz”, que revela a dor de mães e familiares das vítimas da violência do Estado na Baixada Fluminense. O Fórum Grita Baixada, como movimento, teve um papel fundamental de articulação nesse processo e de difusão do debate nos territórios. O filme é um exemplo de contra narrativa necessária para fazer o contraponto ao que está dominante no debate da segurança pública. Antes do filme, o Fórum Grita Baixada já havia produzido alguns processos, desde a própria criação do fórum, até atividades como o Revezamento da Tocha da Vergonha nas Olimpíadas (mais adiante, o texto desenvolverá mais sobre isso) e o lançamento do relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, além dos projetos que o FGB desenvolve há alguns anos.

Segundo Simões (2011), a realidade da Baixada Fluminense é bem diferente da capital, ao ponto que quanto maior a distância do centro / Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, piores são os indicadores das políticas públicas, cujo reflexo se dá na qualidade de vida inferior dos moradores da periferia metropolitana. A Casa Fluminense (2020) também apresenta um diagnóstico semelhante, através dos mapas da desigualdade, onde é possível identificar as desigualdades existentes no território metropolitano.

São diversos indicadores que apontam o quanto a Baixada Fluminense é desigual em comparação com a capital. De fato, a realidade de violência na região pode ser tanto a consequência da falta de investimentos públicos ou o próprio pontapé para esse ciclo de precarização da região. As práticas de violência por parte de grupos de extermínio na Baixada podem ser observadas não só como manutenção de uma ordem e sociabilidade, vendida à população por uma manipulação que vem de diferentes níveis de poder, mas uma forma de contribuir no cálculo político de diversos grupos e pessoas que entram (e entram) nesse círculo de poder (ALVES, 2003).

A violência na região desde os anos 1970 e 1980 aparece na sua forma mais cruel e irreversível para a vítima. Os homicídios na Baixada Fluminense apresentam altas taxas durante

muitos anos. Até mesmo no período em que houve uma redução no número de homicídios no Rio de Janeiro, a redução na Baixada se deu numa proporção inferior do que na capital. Neste trabalho quando é falado sobre violência é levado em conta a taxa de homicídios na região, no entanto, através da observação das reuniões dos núcleos do Fórum Grita Baixada em Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Queimados, não era o alto número de homicídios que amedrontava mais a população, mas o alto número de roubos e furtos, segundo relatos dos moradores. Mesmo com a taxa de homicídios na Baixada com uma média próxima ao dobro da taxa da capital, uma parcela dos moradores ainda carrega o discurso de que matando mais, o problema da violência seria resolvido, o que contradiz os indicadores mundiais de violência que levam em conta a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes.

A violência nos municípios da Baixada Fluminense é um assunto bastante tratado pela opinião pública e a relação entre esse tema e a Baixada é um grande desafio devido às consequências que surgem há anos nesse debate. Muito do preconceito sofrido pela população dessa região advém de um pensamento que reduz a Baixada Fluminense como um reduto da violência. No entanto, essa perspectiva, ao longo dos anos, foi muitas vezes divulgada propositalmente com o intuito de reduzir os impactos negativos da violência na capital. Sendo assim, a política do “abafar o caso” somada a prática de extermínio se multiplicou na região trazendo consequências até os dias atuais (ALVES, 2003).

Torna-se relevante diante da realidade apontada acima discutir como as práticas adotadas pelo Estado agravam a realidade de violência e violações na Baixada Fluminense, diante do descaso histórico do estado do Rio de Janeiro com a região, no campo das políticas públicas de segurança, mas também na garantia de direitos básicos à população. Sendo assim, essa tese tem o objetivo de analisar o discurso das organizações da sociedade civil sobre a violência na Baixada Fluminense, traçando uma linha histórica da violência na região, com ênfase nos últimos 20 anos até os dias atuais, buscando compreender as mudanças no discurso dos movimentos e organizações da sociedade civil, sobretudo a do Fórum Grita Baixada.

“Baixada é Cruel”

*Fim de semana, aquele rolé
Sabadão, tá ligado?
Suave na nave, vem
Tranquilão, tranquilão
(estrofe da música “Baixada é cruel” / Marcão Baixada)*

São mais de quatro milhões de habitantes em uma região que ao longo da História ganhou evidência sob diferentes aspectos, seja como o lugar perigoso, violento e negligenciado pelo Estado, mas também pela potência dos seus habitantes em possibilitar o surgimento de movimentos sociais e de cultura, além do próprio modo de vida da população conhecida popular e historicamente de guerreira e batalhadora (CDH, 2018; GOMES, 1994; NASCIMENTO; BEZERRA, 2019; SIMÕES, 2011).

Há pesquisas que mostram a realidade violenta da Baixada Fluminense e que também apresentam as potencialidades dessa região (ALVES, 2003; SILVA, 2019; RODRIGUES, 2017; FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016), de modo a equilibrar um pouco a visão da violência e evitar estigmas para o território. Mesmo assim, a mídia durante muito tempo retratou a Baixada Fluminense como lugar de violência. De uma forma geral, a violência é noticiada de diferentes formas, dependendo do território e dos interlocutores (ENNE, 2004; RAMOS; PAIVA, 2007).

Separando aqui o que pode ser estigma e preconceito com a Baixada Fluminense, a violência na região é um problema histórico e que interfere diretamente na vida da população. Muito do que ocorre na Baixada, não é apenas uma dinâmica própria da região. A cidade do Rio de Janeiro tem também um histórico de violência, baseada numa sequência de políticas de segurança pública pautadas no confronto e na ação policial (SILVA, 2011; RAMOS et. al, 2016). O alto número de homicídios na Baixada, a presença dos grupos de extermínio e a dinâmica de abandono político da região com a mistura de violência e clientelismo criaram um cenário talvez único em todo território brasileiro (ALVES, 2003, RODRIGUES, 2017).

Diversas pesquisas já colocaram em evidência o tema da violência na Baixada Fluminense. Nesta tese o tema será debatido com base num vasto referencial teórico. No entanto, um elemento que às vezes é pouco citado nas pesquisas sobre violência é o papel da sociedade civil na mitigação de danos e na construção de um novo imaginário. Ao longo da História, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e coletivos tiveram um papel importante nas lutas sociais na Baixada Fluminense. No século XIX, ainda longe do conceito atual de movimento social, a “Hydra de Iguaçu” representava resistência. Segundo o ministro da justiça na época, Gama Cerqueira, quanto mais tentavam matar os quilombolas, mais eles se multiplicavam, comparando-os com a figura mitológica da Hidra de Lerna (GOMES, 1994). Durante a ditadura militar, vários movimentos sociais representaram a resistência muito impulsionada pela atuação de movimentos oriundos de grupos da Igreja Católica, na Diocese de Nova Iguaçu. Além disso, os movimentos de bairro começaram a surgir e se instalarem como espaços de organização popular (SALES; FORTES, 2016; SILVA, 1993).

Se no século XIX podemos dar destaque para atuação dos quilombolas, no século XX, aos movimentos por melhorias nos bairros e enfrentamento à ditadura, no início do século XXI a pauta da violência ganha destaque nos processos de articulação na região. Dois marcos históricos contribuíram para a articulação de coletivos e organizações: a Chacina da Baixada, em 2005 e a criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), a partir de 2008 e principalmente após a invasão / ocupação do Complexo do Alemão, em 2010. Se os grupos nascem denunciando o descaso histórico do poder público com a Baixada, numa perspectiva do policiamento e da distribuição de recursos, ao longo do tempo o discurso ganha outros elementos como defesa da cidadania e dos direitos humanos, o combate ao racismo, a violência política e a violência de Estado.

Tem resistência: o Fórum Grita Baixada e a “sociedade civil organizada”

*Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar
(Trecho da música “O Bêbado e o Equilibrista” / Aldir Blanc e João Bosco)*

Para entender as transformações no discurso da “sociedade civil organizada” sobre violência de Estado e desigualdades na Baixada Fluminense nas duas primeiras décadas do século XXI, vamos percorrer um caminho metodológico que passa pelo momento histórico na qual essa pesquisa foi escrita, tanto pelo olhar do autor, como também nas possíveis transformações do discurso da sociedade civil organizada sobre a violência e a desigualdade na Baixada Fluminense.

Entende-se nesta tese como sociedade civil organizada o conjunto complexo de iniciativas e organizações compostas por livre iniciativa de cidadãos e cidadãs que buscam uma atuação frente a ausência ou negligência do Estado em relação a produtos e serviços, num ambiente onde o mercado também não atende as necessidades reais. Nesse conjunto de iniciativas e organizações estão os fóruns, coletivos populares, as entidades de ação comunitária ou de base, as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (think tanks) ou de defesa e promoção de direitos (advocacy), as fundações que operam programas de interesse social ou grandes financiadores e as entidades assistenciais (OLIVEIRA; HADDAD, 2001).

Nesse ambiente de organizações, movimentos, coletivos, ONGs e outros grupos que envolvem a participação social, o Fórum Grita Baixada nasce como um movimento social, com características que o colocam nesta categoria. Para Gohn (2004, p. 141), os movimentos sociais

são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. A autora afirma, ainda, que esses movimentos “possuem uma identidade, têm um opositor e articulam ou se fundamentam num projeto de vida e de sociedade” (GOHN, 2004, p. 145). Assim o FGB entra neste conceito pela identidade territorial, pela oposição à violência e por levantar uma bandeira da segurança pública com cidadania, mesmo que isso fosse algo a ser construído ao longo de sua trajetória de atuação.

A pesquisa atravessa discussões da sociologia dos movimentos sociais, da sociologia da violência e também da sociologia da desigualdade. Grande parte da pesquisa foi feita em um período onde os problemas da sociedade vinculados ao debate sobre os movimentos sociais, a violência e a desigualdade interferiram nos problemas sociológicos. Em uma pesquisa na qual buscamos entender as mudanças do discurso de um campo da sociedade civil organizada sobre a segurança pública na Baixada Fluminense, o problema social da violência materializado no território e o discurso predominante sobre o tema na região são importantes elementos de análise e de contextualização.

A Baixada enquanto periferia metropolitana

*Qualquer oportunidade a gente agarra com garra,
simplicidade não é marra, outra não existirá
É chocolate e caneta, finaliza com gol de letra
Essa é a diferença entre os daqui e os de lá.
(Trecho da música “Juventude BXD” / Dudu de Morro Agudo)*

Em minha dissertação de Mestrado, ao trazer a discussão sobre a Baixada Fluminense, trabalhei o conceito de periferia da periferia, a partir da teoria “centro *versus* periferia” na qual o Brasil se encaixa na periferia global, sendo a Baixada Fluminense a periferia da periferia (ALMEIDA, 2016). Ao olhar mais atentamente a Baixada, é possível também identificar locais que não se encaixam nesta posição de periferia, que muitas vezes é passado no Brasil, do centro que detém o poder, sendo a periferia que concentra a pobreza, mas, originalmente, a Baixada se apresenta como um lugar do processo de metropolização no estado do Rio de Janeiro, destinado ao “suporte ao desenvolvimento urbano, referente à ocupação por habitação de população pobre” (SOUZA, 2014).

Para esta tese utilizaremos o conceito de Sierra (2003) que aponta nas periferias urbanas a característica de serem localidades que estão fora das áreas urbanas consolidadas, mas que de certa forma acompanharam a construção da cidade. Ou seja, a Baixada enquanto local que

acompanhou o processo de expansão da capital, é periferia. A partir deste conceito, podemos observar periferias nas cidades da Baixada Fluminense, mas aqui estamos considerando a ideia de periferia metropolitana, considerando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro que será apresentada com os Mapas da Desigualdade da Casa Fluminense.

Além disso, a ideia de periferia metropolitana parte também da lógica dos investimentos e dos indicadores sociais. No capítulo 1 será possível visualizar o quanto a Baixada está aquém em diversos indicadores ao comparar com a cidade do Rio de Janeiro. A própria formação do FGB se dá num momento histórico cujos investimentos públicos e privados foram maiores nas áreas turísticas na cidade do Rio de Janeiro com os grandes eventos (PAN Americano, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas) que tiveram a cidade do Rio como sede por mais de uma década.

Problema de pesquisa, hipótese e roteiro da tese

*Falo pela sociedade. Sempre foi discriminada
Somos todos animais, todos marginalizados
Mas esquecem os poderosos que comandam essa nação
Roubam no sapatinho e mostram ter preocupação
(Trecho do “Rap da Baixada” / Abelha e Bibil)*

Dada essa contextualização, a presente tese parte do seguinte problema de pesquisa: como podemos, a partir das “metamorfoses” do Fórum Grita Baixada ao longo dos últimos anos, refletir sobre as mudanças nas formas de se debater violência e segurança pública pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil da Baixada Fluminense? Como hipótese central, trabalhamos com a ideia que as mudanças nas formas de se debater segurança pública na Baixada podem ser relacionadas com as transformações que ocorreram nas próprias dinâmicas da violência na região, nos modos de atuação das organizações da sociedade civil e nas relações políticas existentes na Baixada Fluminense durante a década de 2010. Todos os capítulos subsequentes contribuirão para a análise da hipótese.

Tal hipótese parte das reflexões prévias que apontam que a violência na Baixada Fluminense é um processo histórico de disputa de poder cujo aprofundamento ocorreu no período da ditadura militar e, especialmente, com o surgimento dos grupos de extermínio. Ao longo dos anos, a violência ganhou novas configurações, com o aumento em índices de roubos e furtos e com a presença maior de facções criminosas e a milícia, principalmente após as UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Nesse processo houve participação direta dos grupos criminosos na política da região.

A sociedade civil, inicialmente impulsionada por movimentos da Igreja Católica que já existiam, começou a se organizar, com movimentos internos da Igreja e outros movimentos da sociedade, chegando ao Fórum Grita Baixada. O FGB, fórum que reúne pessoas e organizações da Baixada Fluminense que trabalham temas sobre direitos humanos, ao longo do tempo, se consolidou como um movimento que produz um discurso por uma segurança com cidadania, direitos humanos, direito à memória e justiça racial.

Supõe-se que as organizações da sociedade civil de uma forma geral vivem numa constante atualização no seu discurso, incluindo nos últimos anos o combate ao racismo enquanto principal bandeira, contribuindo para uma visão diferente sobre a segurança pública em territórios periféricos. Nesse sentido, até mesmo os financiamentos para as instituições e as linhas de atuação foram reformulados a partir dessa demanda interna e externa para debater o tema, tendo como evidência os indicadores de cor / raça que não eram disponibilizados anteriormente quando se abordavam as diferentes políticas públicas, incluindo a segurança.

Para situar todo esse debate, o primeiro capítulo da tese traz a história da Baixada Fluminense, o processo de desigualdade na região e as transformações nos processos de violência da Baixada. Tais transformações têm como seu principal motor, a intensificação da atuação de grupos criminosos na região com a instalação das UPPs na capital, com as facções do tráfico de drogas disputando os territórios da Baixada Fluminense e com o fortalecimento das milícias, sendo esta assim como os grupos de extermínio, acessando a política institucional através de disputas eleitorais e territoriais. Como resume Alves (2015):

Quando o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, na audiência do Fórum Grita Baixada disse, em novembro de 2012, que não se podia provar, pelos índices, que os traficantes da cidade do Rio de Janeiro estavam migrando para a Baixada, em decorrência da implantação das 10 Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs, ele estava certo, mas pelo que não disse do que pelo que disse. As migrações, notadas pela presença de traficantes fortemente armados, controle de áreas por obstrução de vias e monitoramento de fluxo de pessoas e veículos por abordagem expressam apenas uma das dimensões do que ocorria. Na realidade, o tráfico de drogas se transformou (ALVES, 2015, pp. 9-10).

Nesse processo, não apenas o tráfico de drogas se transformou, mas o que antes era “monopólio” dos grupos de extermínio, o acesso a política institucional, passou a ser também instrumento de disputa de grupos ligados ao tráfico e, principalmente, ligados às milícias que se fortaleceram nos últimos anos na região. Sendo assim, o tráfico amplia sua atuação na Baixada Fluminense, fazendo sua reestruturação produtiva (ALVES, 2015), enquanto a milícia expande sua área de atuação para além da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, encontrando na Baixada novos locais, como os recém-inaugurados condomínios do programa Minha Casa Minha Vida (PRADO, 2021). Quando examinamos a história da Baixada Fluminense e as

transformações na violência da região, sobretudo após a Chacina da Baixada e a criação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro, observamos que houve uma mudança na conjuntura de violência neste território.

É importante entender como as organizações da sociedade civil mudaram seus discursos. Portanto, este é o objeto do segundo capítulo: a estrutura do Fórum Grita Baixada e das instituições que compõem este fórum, além, é claro, dos financiamentos que ao longo dos anos servem também para a elaboração de projetos e condução do discurso, o que veremos nos capítulos 3 e 4. Discurso este que cada vez mais incorpora as questões da necropolítica, do racismo, do machismo, de outras pautas identitárias, e todo um sistema que carrega uma lógica de propagação da dominação sobre corpos, principalmente a dos negros e pobres.

Todos os capítulos trazem elementos que buscam validar (ou não) a ideia que o discurso sobre a violência na Baixada precisa ser feito de forma cautelosa, adaptado sob diversas situações. No capítulo 1, por exemplo, ao elencarmos a história de violência na Baixada Fluminense, veremos o quanto ela aparece como elemento central na disputa de poder na região, com a eleição de várias figuras públicas que são membros dos grupos de extermínio. Sendo assim, a variante “medo” pode contribuir para que as pessoas evitem falar sobre a violência, inclusive os próprios membros do Fórum Grita Baixada.

Jussara Freire (2012) escreve sobre o apego com a cidade e o orgulho de “ser” Baixada. Neste trabalho ela cita uma questão recorrente, em relação aos termos considerados indizíveis. Interpreto a partir de dois aspectos, características e situações que ficam difíceis descrever, que só quem vive a realidade sabe, além de assuntos e problemas que pela situação da Baixada Fluminense é melhor não falar. O primeiro aspecto pode ser encontrado neste trecho, onde Freire (2012, p. 921) diz que “as palavras de Sebastião chamaram minha atenção porque elas apresentam o ‘ser da Baixada’ como algo indizível, precisamente pelo fato de este jeito ser definido a partir de uma inscrição corporal”. Já em outra passagem, “indizível” não está mais relacionado apenas com aquilo que só quem é do local sabe ou mesmo uma inscrição corporal: o “indizível” é o tema da violência. Neste aspecto, ela afirma que “a questão da violência e do medo de publicizar este assunto pode, para certas arenas públicas, reorientar o agir político a partir de certos assuntos que se apresentam como indizíveis, mas sentidos” (FREIRE, 2012, p. 930).

Sobre este segundo aspecto é que se desdobra esta hipótese. Na segunda parte da tese, nos capítulos 3, 4 e 5, ao retratar as atividades do Fórum Grita Baixada ao longo dos anos, buscamos entender quais perspectivas contribuíram para as mudanças no discurso da sociedade civil na Baixada Fluminense, em especial o próprio Fórum. Neste sentido, o que pretendemos

é, através da pesquisa, compreender se estas mudanças ou adaptações acontecem dada as transformações sugeridas na primeira hipótese ou se isso é uma orientação baseada no medo de discutir certos assuntos em locais muito violentos.

Metodologia

*Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra*

(Trecho inicial do samba-enredo “História para ninar gente grande” / Mangueira 2019)

É importante situar mais uma vez o leitor que o autor dessa tese também participa do Fórum Grita Baixada, já foi articulador de território e tem uma história de militância desde 2014 no grupo, além de acompanhar outros movimentos e coletivos na Baixada Fluminense devido à atuação na coordenação de mobilização da Casa Fluminense. Sendo assim, a metodologia utilizada neste trabalho é da pesquisa militante. Esse tipo de pesquisa, vinculada com a ideia de práxis, é utilizada para contemplar pesquisas relacionadas com ações coletivas, orientadas na transformação social. Ou seja, contempla investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas para produzir conhecimento entendendo a realidade e buscando transformá-la (BRINGEL; VARELLA, 2016).

A pesquisa sobre as realidades dos movimentos sociais populares, por exemplo, passa a ser também uma investigação com/nós/a partir dos movimentos sociais, o que implica um descentramento na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador e a explicitação do compromisso ético-político com a transformação das condições sociais existentes (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 284).

Partindo do pressuposto de que o conhecimento científico não é apartado da realidade social e -deixando de lado uma herança positivista de que o conhecimento surge a partir da neutralidade axiológica-, na presente tese, o conhecimento sobre o Fórum como movimento social é apresentado a partir do olhar de alguém que participou e ainda participa de sua construção e trajetória. Como autor, implicado no tema, trago uma visão sobre o Fórum e sobre a violência na Baixada, a partir de minhas vivências como morador e militância na Pastoral da Juventude, Casa Fluminense, Fórum Grita Baixada e movimentos de bairro (DE OLIVEIRA; CUNHA; 2017). Sendo assim, a escrita do texto reflete, também, minha atuação não só como militante, como também morador da região.

Além da metodologia baseada na pesquisa militante ou etnografia militante, como alguns autores caracterizam esse campo de pesquisa (JAUMONT; VARELLA, 2016), parte da pesquisa se dá pela exploração bibliográfica sobre a violência na Baixada, o histórico dos movimentos contra a violência e a atuação das organizações e movimentos sociais na região. Além disso, é necessário percorrer um conjunto de documentação, tais como dados de institutos estaduais, como o ISP, federais (SUS e IPEA) e de organizações da sociedade civil (Casa Fluminense, ISER, Cesec, Observatório da Intervenção, Fogo Cruzado, DefeZap, Onde tem Tiroteio – OTT, Fórum Grita Baixada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

O formato da pesquisa se dá em 2 partes, sendo a primeira com o capítulo 1 e a segunda, os capítulos 2, 3 e 4. O texto segue uma linha do tempo explicativa onde cada capítulo, com exceção do início do primeiro capítulo, traz a história de violência na Baixada e o processo de formação do Fórum Grita Baixada observando o território, os ciclos (cada período de tempo em que novos arranjos foram feitos no FGB) e o cenário político, econômico e social correspondentes. A pesquisa em si convida o leitor a fazer uma viagem na história da Baixada e na formação de movimentos como o FGB.

No que diz respeito a pesquisa documental, são utilizados jornais, revistas e outros materiais encontrados no acervo da Diocese de Nova Iguaçu. Para ilustrar a violência na Baixada Fluminense serão utilizados dados de institutos de pesquisa sobre a segurança pública, além da sistematização de dados pelo Fórum Grita Baixada e Casa Fluminense. Além disso, há um acúmulo do trabalho de campo de caráter etnográfico militante com a participação em reuniões abertas, encontros, seminários, rodas de conversa, atividades dos núcleos do Fórum Grita Baixada e outras ações lideradas pelo Fórum Grita Baixada e pela Casa Fluminense.

Motivações e dilemas

*O meu lugar
É cercado de luta e suor
Esperança num mundo melhor
E cerveja pra comemorar
(Trecho da música “Meu lugar” / Arlindo Cruz)*

O meu conhecimento de Baixada também se dá pela minha vivência e por outras pesquisas já feitas. A Baixada Fluminense fez parte do meu objeto de estudo no mestrado e atravessa também a minha pesquisa no doutorado. Desde o final da faculdade tenho o sentimento que é necessário reunir o teórico e o empírico. Através da práxis tenho a visão que minhas pesquisas acadêmicas podem atingir maior materialidade. Se na monografia a discussão

foi em torno dos clássicos e neoclássicos da economia, na dissertação a pesquisa foi ao redor da experiência que contribuiu com meu acesso e de milhares de pessoas ao ensino superior: a expansão das universidades federais na Baixada Fluminense. Além disso, durante a graduação fiz parte do Programa de Educação Tutorial (PET Conexões) Baixada Fluminense, que tinha como objeto de estudo a região. No doutorado não foi diferente. Se em um primeiro momento fazia sentido a continuidade da pesquisa de mestrado, os últimos anos me fizeram mergulhar em uma outra discussão. A militância em movimentos sociais e em organizações do terceiro setor, alinhada à realidade violenta da Baixada, fez com que minha dedicação à pesquisa passasse também por esses temas: violência, desigualdades e sociedade civil.

Antes de apresentar a estrutura desta tese, quero trazer a motivação de escrever sobre este tema. Como morador da Baixada Fluminense sempre convivi com as histórias de violência e com os estereótipos da região. Quem nasce e/ou mora na Baixada tem muitas vezes vergonha de se identificar enquanto morador e, às vezes, nem compreende a questão do gentílico carioca ser referente a pessoa que nasceu na cidade do Rio de Janeiro e ao ser perguntado, já diz: “sou carioca”. Mesmo sem ter nascido na capital. Eu mesmo posso contar três momentos na minha vida. O primeiro, faço confusão sobre a identidade da Baixada, o segundo na qual eu nego essa identidade e no terceiro, recebo de outra pessoa a seguinte afirmação: “lá é muito violento”.

Quando era criança viajei para Vitória, no Espírito Santo, com meus pais, para a casa de um tio. Lá eu tenho primos da minha faixa etária. Nessa viagem, jogando bola na rua, um dos meus primos me perguntou: “você é carioca ou fluminense”? Eu, como um bom vascaíno que ainda não entendia o significado do gentílico fluminense, disse: “eu sou Vasco!” Carioca eu já sabia que não era, mas ainda não sabia que quem nasce no estado do Rio de Janeiro é fluminense. E que na verdade hoje, com o fim do estado da Guanabara, o carioca também é fluminense. Depois daquele dia pesquisei numa enciclopédia, à época o acesso ao computador e a internet não eram fáceis, e descobri mais sobre o gentílico, sabendo inclusive que como nascido e criado em São João de Meriti, eu sou meritiense e fluminense. E baixadense!

Recordo, também, quando eu era adolescente e fiz uma viagem com amigos até Cabo Frio, cidade que hoje frequento quinzenalmente por ser o lar de minha futura esposa. Naquela época, longe de saber que eu conheceria a Dulce, estávamos eu e meus amigos numa lanchonete na Praia do Forte vendo grupos de adolescentes passando e tentando puxar conversa. Num momento fizemos um plano e combinamos de falar que éramos moradores da Tijuca, porque era um local não tão rico e que saberíamos o nome de algumas ruas para fingir que morávamos lá. A experiência foi um desastre e a lembrança dialoga com o quê muitas pessoas fazem para além de uma brincadeira de adolescente, mas para conseguir acessar oportunidades de emprego

na capital. Mentir o endereço é muito comum para quem mora na Baixada e procura um trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

Em 2015, participei do Encontro Nacional da Pastoral da Juventude em Manaus. No último dia tive a oportunidade junto a um amigo de fazer um passeio pelos rios que cortam a floresta. Em determinado momento lembrei de um algum filme, documentário, algo assim, que mostrava os perigos de lá, inclusive na questão da segurança. Conversamos sobre isso, até o barqueiro perguntar para gente de onde éramos. Quando ele soube que a gente era da Baixada Fluminense, a primeira reação foi: “nossa, mas lá é muito perigoso, vejo todo dia passar no jornal que mataram alguém lá”.

Ao longo da minha vida busco trabalhar de alguma forma esses elementos da identidade da população da Baixada, para contribuir não só com o meu aprendizado individualmente, mas que de uma forma geral as pessoas possam conhecer o território, compreendê-lo e transformar de alguma forma a sua realidade. Neste sentido, minha trajetória passa por esses caminhos desde a educação, na pesquisa, na militância e na minha atuação profissional. Não preciso falar meu nome aqui pois já está escrito na capa desta tese, mas por trás da pesquisa está alguém que sonha com uma Baixada melhor.

Sou filho de um caminhoneiro capixaba que se aventurou por quase dois anos em Boston, nos Estados Unidos (EUA), trabalhando em restaurante, lavando pratos e falando poucas palavras em inglês. Pedro, Paulo, Pedro Paulo, as pessoas chamam ele de várias formas, mas eu chamo de pai. Ele nasceu na roça, no distrito de Airituba, conhecido como Palmital, na cidade de São José do Calçado, no interior do Espírito Santo. Filho de um casal pobre, de trabalhadores rurais, que tiravam o sustento da terra. Conheci pouco os meus avós paternos, Petronilha e João faleceram com mais de 65 anos e, 6 ou 7. Meu pai estudou pouco, só o primário e desde novo, trabalha. Veio morar em São João de Meriti no final da década de 1980, depois de morar nos EUA.

Sou filho também da Sônia Maria, nascida e criada em São João de Meriti. Minha mãe conheceu meu pai na rua da casa onde morava, na Igreja São José, no Parque Alian. Quando o conheceu e até depois de casada, trabalhou como secretária numa empresa em Bonsucesso, no Rio de Janeiro. Concluiu o que hoje é o Ensino Médio, concomitante com um curso técnico de Contabilidade. Acordava cedo, caminhava até o ponto de ônibus e pegava o coletivo parador que já enfrentava engarrafamento na Avenida Brasil, na década de 1980. Depois que nasci, até meus 9 anos de idade ficou sem trabalhar, mas há 20 anos é secretária da Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição, em Coelho da Rocha. Ela é filha de um friburguense e de uma migrante nordestina de Campina Grande (PB) que veio de pau de arara para morar, inicialmente, antes

de vir para São João de Meriti, no Morro do Alemão. Meu avô Annibal veio para São João de Meriti nos anos 1950 e conheceu minha avó - há pouco tempo viúva- e com duas filhas e um filho. Com pouco estudo e trabalhando sempre como pedreiro, conseguiu comprar um terreno onde construiu sua residência. Minha avó Maria Ana não trabalhou fora e sempre esbarrou na maior das dificuldades que ela tem: não sabe ler nem escrever.

Ver a realidade do meu bairro, entender os momentos cujo dinheiro aperta, ser o primeiro do meu núcleo familiar a acessar o ensino superior, saber das dificuldades enfrentadas pelos meus pais e meus avós, em especial minha avó Maria Ana, a única dos meus avós que se encontra viva com seus 91 anos e, pelo seu analfabetismo, nunca entendeu bem essa minha trajetória até o doutorado, me traz uma responsabilidade grande sobre aquilo que faço e pesquiso. Desde novo carrego comigo o compromisso de não apenas crescer e conquistar meus objetivos pessoais, mas encontrar caminhos onde meus objetivos se cruzem com um impacto na melhoria de vida das pessoas da Baixada Fluminense. Esse lado de pensar a sociedade vem da orientação dos meus pais e também da Igreja. Desde o útero da minha mãe participo de encontros da Igreja Católica. E na década de 1990, a Diocese de Duque de Caxias era referência de uma Igreja em movimento, que pensa nas causas sociais.

Tive a oportunidade, através do esforço dos meus pais, em investir o pouco que a gente tinha na minha educação. Com bolsa de estudos parcial, pude estudar no Colégio Santa Maria, dirigido por freiras franciscanas e considerado na minha época de escola, o melhor colégio de São João de Meriti. Estudei da 3ª série até o Ensino Médio e o técnico em informática, somada a base adquirida na escola, junto ao pré-vestibular comunitário que eu frequentei na Igreja Católica de Agostinho Porto (bairro próximo da minha residência), consegui aos 17 anos passar para a universidade. Cursei Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no recém-criado Instituto Multidisciplinar (IM), em Nova Iguaçu, fruto da expansão das universidades públicas do governo de Luís Inácio Lula da Silva.

No IM participei do movimento estudantil. Conheci a realidade dos estudantes da Baixada Fluminense e, num momento favorável para a educação superior brasileira, consegui bolsa permanência, bolsa no programa de educação tutorial (PET Conexões) e fui monitor da disciplina Macroeconomia, antes de conseguir estágio na FAPES, fundo de pensão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O estágio para mim foi uma experiência fantástica, pois com ele aprendi muitas coisas e percebi que para além da graduação, antes de mergulhar numa vida profissional na área financeira, queria continuar meus estudos no mestrado e doutorado para encontrar, através da ação e da pesquisa, caminhos para a superação das desigualdades na Baixada. Concluí a graduação e no fim daquele ano, 2013,

passei para o mestrado também na UFRRJ e, em 2016, fui aprovado para o doutorado no IESP-UERJ, iniciando o curso em 2017.

Durante toda minha adolescência participei da Pastoral da Juventude, desde os espaços na minha paróquia até na diocese e no estado do Rio de Janeiro. Na pastoral pude desenvolver aptidões de liderança e trabalho em equipe. Depois de conhecer e atuar no Fórum Grita Baixada, profissionalmente por um pouco mais de 1 ano, trabalhei na Casa Fluminense por 3 anos e 3 meses. Logo depois, fui por um pouco mais de 6 meses subsecretário de Políticas Temáticas dos Direitos da Juventude, na cidade do Rio de Janeiro e, atualmente, sou secretário parlamentar do deputado federal Marcelo Freixo. Ao longo dos anos, me envolvi nas discussões políticas em São João de Meriti, tendo contribuído na fundação de um núcleo do PSOL na cidade (Núcleo Almirante Negro) e depois, ocupando a vice-presidência do PSB no município, partido na qual estou filiado e que em dezembro de 2021 fui eleito secretário-geral no estado do Rio de Janeiro, a partir da indicação de Marcelo Freixo.

Em outros momentos contarei um pouco mais da minha trajetória, sobretudo nos cruzamentos com o Fórum Grita Baixada. Nesta tese os leitores poderão mergulhar em informações que mostram a criação e a transformação das práticas do FGB, além do processo que antecedeu o início da rede e a articulação popular na Baixada Fluminense. Desde 2014, participo das reuniões do Fórum Grita Baixada, em encontros mensais, até mesmo retiros de planejamento. São no mínimo 50 reuniões se somados todos os meses desde a minha primeira participação. Um dado relevante, para entendimento da minha pesquisa, é que a minha participação no FGB teve início antes mesmo da definição deste tema para a tese, através da militância assídua no movimento em questão.

Meu contato com o FGB se deu a partir de um movimento realizado no bairro de Coelho da Rocha, em São João de Meriti. Um grupo de pessoas na qual estou incluído, membros da Igreja Católica, começou a organizar uma Caminhada Pela Paz. O ponto de partida para essa caminhada foi um pronunciamento do Papa Francisco para que os fiéis católicos rezassem pela paz, e a Diocese de Duque de Caxias recomendou que cada paróquia³ fizesse algum momento de oração para refletir sobre o tema. Na época, Padre Paulo de Oliveira Reis, pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, junto comigo e uma equipe mais próxima do conselho paroquial e das comunidades, decidimos em vez de fazer apenas alguma ação dentro do templo, também

³ Paróquia é a delimitação territorial de uma Diocese que está sob a responsabilidade de um pároco ou administrador paroquial.

ir para as ruas, conforme as orientações contidas na exortação apostólica⁴ “A Alegria do Evangelho” (Evangelii Gaudium) que convida a comunidade cristã ir ao encontro das pessoas, ou, como diz o documento, para as periferias existenciais saindo da própria comodidade com coragem de alcançar as periferias (FRANCISCO, 2013).

Para colocar a primeira Caminhada Pela Paz na rua precisávamos de apoio de organizações da sociedade civil e de recursos financeiros. Conseguimos o carro de som com o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (SINDIPETRO) e a própria paróquia arcou com os panfletos para a divulgação da caminhada. Alguns e-mails foram enviados para organizações como a Casa da Cultura da Baixada Fluminense⁵ e o Fórum Grita Baixada com a mensagem que no dia 19 de outubro de 2014 aconteceria em Coelho da Rocha, em São João de Meriti, a I Caminhada pela PAZ, em defesa da VIDA, e que seria importante a participação de pastorais, outras paróquias, outras religiões, movimentos sociais, para fazer um grito contra a violência e pela paz. Além disso, o cenário de violência era descrito também no e-mail, pois dias antes, havia ocorrido uma chacina em Agostinho Porto – São João de Meriti e meses antes, outra chacina em Coelho da Rocha, sem contar os inúmeros casos de homicídio nos municípios de São João de Meriti e Duque de Caxias. Não eram casos isolados. Padre Paulo já percebia o aumento de missas de sétimo dia onde os falecidos eram jovens assassinados. Segundo a Casa Fluminense (2015), a partir de levantamento feito com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a taxa de homicídios em São João de Meriti em 2014 era mais de 2 vezes a taxa de homicídios da capital (45 por mortes para cada 100 mil habitantes no município da Baixada e 19 mortes para cada 100 mil habitantes no município do Rio de Janeiro).

O e-mail para o Fórum Grita Baixada foi enviado no dia 24 de setembro de 2014 e respondido no mesmo dia pela secretária do fórum, Rosana, informando que a caminhada seria divulgada por eles. Eu consegui o contato do FGB através do site e também numa atividade na qual eu participei no dia 01 de setembro de 2014, um encontro do Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, com movimentos sociais, na qual fui convidado para representar a Pastoral da Juventude do Regional São João⁶, da Diocese de

⁴ É um documento da Igreja Católica escrito pelo Papa.

⁵ Segundo o site da Casa da Cultura, ela é uma organização da sociedade civil, com sede na Praça da Bandeira, em São João de Meriti, fundada em 30 de janeiro de 1990 por lideranças comunitárias, artísticas e culturais com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da região e unir a cidadania e os direitos sociais à dimensão cultural.

⁶ A Pastoral da Juventude (PJ) é uma ação da Igreja Católica responsável em articular jovens com uma espiritualidade que envolve o protagonismo deles na evangelização, assumindo o papel de evangelizador de

Duque de Caxias, e descobri a existência do FGB e do Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu (CDHNI). Anteriormente, minha atuação era na Diocese de Duque de Caxias e no movimento estudantil. Na mesma data em que Rosana respondeu o e-mail, a Irmã Yolanda Florentino, coordenadora do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu também respondeu confirmando presença e oferecendo a confecção de banner para a Caminhada pela Paz. A partir dessa articulação e participação na caminhada, comecei a me envolver com o Fórum. No primeiro momento como participante, depois como membro da coordenação ampliada e executiva, representando a Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias, depois como articulador e, por último, como participante e membro da coordenação ampliada, como um dos representantes da Casa Fluminense. Além da história do FGB de 2014 até 2020, o período que antecedeu sua criação e os momentos anteriores da minha participação também são apresentados nesta tese.

A atuação na Casa Fluminense também se deu anteriormente ao período de 3 anos e 4 meses em que ocupei o cargo de Coordenador de Mobilização da organização. Conheci a Casa Fluminense através da atuação no Fórum Grita Baixada. Em 2015, fui aluno do primeiro curso de segurança pública da Baixada Fluminense, organizado conjuntamente pelas duas organizações. Depois, em 2016, após participar de algumas edições do Fórum Rio⁷, fui aluno da primeira turma do Curso de Políticas Públicas⁸ da Casa Fluminense e, em 2017, convidado para fazer parte do conselho de governança da instituição.

Toda essa trajetória de militância em movimentos populares da Baixada contribuiu para que o objeto da minha pesquisa fosse o movimento que me aproximou mais de lutas sociais que envolvem uma regionalidade. Antes, nas atuações do movimento estudantil, movimentos de bairros e eclesiais, as pautas ficavam muito específicas, mesmo que a atuação principal do Fórum Grita Baixada seja a segurança pública.

outros jovens, atuando na igreja e na sociedade. A PJ tem como principal modelo de organização, os grupos de base. Ela possui coordenações nacionais, estaduais (regionais da CNBB) e diocesanas.

⁷ O Fórum Rio é um encontro promovido pela Casa Fluminense que reúne lideranças sociais, artistas, empreendedores, comunicadores, moradores, estudantes e professores universitários, organizações sociais, instituições públicas e setor privado. Inicialmente, ele ocorreu 3 vezes ao ano, mas desde 2019 só ocorre uma vez, com exceção de 2020 que não teve edição devido a pandemia de COVID 19.

⁸ Segundo o site da Casa Fluminense (2021), o “Curso de Políticas Públicas é uma iniciativa que busca fortalecer capacidades de incidência de grupos, movimentos, coletivos e organizações do terceiro setor para a participação aprofundada na formulação, debate e monitoramento de políticas públicas no Rio de Janeiro em um contexto complexo de fragilidade democrática, violência política institucionalizada, perseguição aos ativistas, desinformação e aprofundamento das desigualdades.”

Mas, não poderia deixar de expressar alguns dilemas e inquietações no processo de construção desta tese. Como pesquisador tive meus momentos de altos e baixos, além de dividir boa parte do tempo no doutorado com a atuação em movimentos sociais e instituições da sociedade civil, seja como insumo para produção deste trabalho, seja pela minha visão de mundo e a necessidade de buscar uma complementação na bolsa de estudos. Inicialmente, meu objeto de estudo era outro e a mudança no tema, de orientadores e todo processo de encontrar um caminho metodológico é desgastante, mas espero que esta pesquisa possa contribuir na discussão sobre a violência e o Fórum Grita Baixada.

O fato de pesquisar um coletivo na qual minha história está diretamente relacionada também foi um dilema. Essa dupla inserção (pesquisador e militante) pode ser fonte de críticas de algumas pessoas por achar que este trabalho pode estar enviesado. No entanto, acredito que a dupla inserção traz alguns benefícios, pois o autor encontra mais uma motivação para pesquisar, além de conter informações e detalhes que um pesquisador que não é militante, não teria. Para além de responder à pergunta problema, a partir do contexto sociológico, o pesquisador militante está imbricado no problema social. Esse foi o desafio inicial, principalmente por eu não vir do campo da Sociologia, que é separar o que é problema social do que é problema sociológico. Também busquei ter uma sensibilidade naquilo em que observei e preferi não tornar objeto de análise, evitando a exposição de pessoas e situações muito particulares do Fórum Grita Baixada.

Acrescenta-se ainda o contexto da pandemia de COVID-19 que afetou de certa forma a pesquisa e a própria atuação do Fórum Grita Baixada, ao longo do ano de 2020. Para além dos fatores de saúde pública e restritivos que a pandemia trouxe, estar em isolamento não necessariamente é a melhor forma de escrever, devido a fatores psicológicos e da dificuldade de encontrar concentração em meio ao caos político, social e econômico que o país está vivendo. A conjuntura é desafiadora.

Em dezembro de 2020 recebi o convite para ser subsecretário de juventude na cidade do Rio de Janeiro. Uma experiência ímpar, mas que dificultaria o cumprimento dos prazos de conclusão da tese que já estavam no limite. Por 7 meses, até minha saída em julho de 2021, enfrentei o desafio de trabalhar, num cargo de chefia e com muitas responsabilidades, e ao mesmo tempo dar prosseguimento na escrita da minha tese. Sem dúvidas, trabalhar e estudar não é fácil, mas a possibilidade de concluir o doutorado e ser o primeiro da família a alcançar este título motiva cada passo dado com sacrifício.

Roteiro da tese

Para o desenvolvimento da pesquisa a tese foi dividida em 2 partes: a primeira contendo um capítulo e a segunda contendo três. Na tese, de modo geral, busco narrar todo o processo de criação do Fórum Grita Baixada, além de trazer a história recente da Baixada Fluminense e o processo histórico de violência na região. Tudo isso precedido por esta introdução onde aponto o problema, os objetivos, a metodologia e dou pistas sobre a literatura utilizada nesta pesquisa, anunciando os rumos que foram seguidos para desbravar o objeto aqui descrito.

O primeiro capítulo aborda a história e a geografia política da Baixada Fluminense, trazendo a discussão caracterizada da Baixada como território periférico e suas desigualdades sociais. A Baixada Fluminense é uma região heterogênea e sua delimitação territorial passa por diversas discussões. Não é o objetivo do capítulo ampliar o debate, mas de uma forma introdutória apresentar ao leitor a imagem da Baixada Fluminense a partir de uma ótica da vivência direta pelo autor na realidade da região. Nesse mesmo capítulo, a cronologia de violência na Baixada é apresentada. Além disso, dois elementos são fundamentais nesse capítulo: a reconfiguração da violência e a participação na política institucional de violadores de direitos, o que produz um descaso histórico em diferentes políticas públicas.

Como ponto de partida da segunda parte da tese, o 2º capítulo conta o percurso da fundação do Fórum Grita Baixada. Sendo assim, dois momentos históricos são colocados como marcos desse processo: a Chacina da Baixada, em 2005 e a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. Nessa perspectiva da violência, um grupo de organizações e pessoas lideradas por pastorais da Igreja Católica, igrejas evangélicas e o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu decidiram em 2012 realizar alguns encontros para pensar alternativas para a superação da violência. Uma parcela da população estava muito assustada com o alto índice de homicídios somados ao grande número de desaparecimentos forçados, e também com uma onda de insegurança dada o crescimento do número de roubos e furtos e da suposta migração de pessoas ligadas às facções criminosas a partir das UPPs (RODRIGUES, 2018).

Os capítulos 3 e 4 trazem de forma empírica o que é o Fórum Grita Baixada, a partir da minha participação no FGB desde 2014. Estes dois capítulos também trazem os marcos temporais do Fórum Grita Baixada, desde o processo anterior a fundação até os pontos de inflexão dessa organização (pré-fundação, fundação, projeto Misereor, revezamento da tocha da vergonha, lançamento do relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, renovação do projeto Misereor, núcleos, documentário “Nossos Mortos têm voz”, projeto Direito à memória e justiça racial), trazendo assim os impactos, histórias e o processo de incidência com discursos

diferente do Estado, tendo como centro do debate o racismo e a defesa da garantia aos direitos humanos. Nos últimos anos, o racismo ganhou um lugar central no debate da organização. Por isso, a visão em que a centralidade do racismo está vinculada às ações do Estado para a atuação repressora em favelas e territórios periféricos, violados pela ausência de políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades, também será discutida.

Estes dois capítulos abordam questões sobre o discurso sobre segurança pública das organizações da sociedade civil na Baixada Fluminense, analisando documentos como a Carta da Baixada (FGB e Casa Fluminense), entrevistas a veículos de comunicação (FGB) e agendas de propostas (FGB e Casa Fluminense). A partir da análise do discurso, é elaborada uma linha do tempo com o tipo de narrativa sobre segurança pública feito pelas organizações da sociedade civil e os marcos eleitorais, de políticas públicas e acontecimentos em torno do tema na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

1 A BAIXADA FLUMINENSE

*Você precisa conhecer minha jurisdição / Vá prestando a atenção
Lugar que ocupa um pedaço/ Do meu coração, do meu coração
Mas infelizmente tem fama de barra pesada / Isso tudo é intriga da oposição
É muita mentira e conversa fiada / Eu explico por quê
O melhor lugar pra morar é na minha baixada / Podes crer*

*A baixada começa em Olinda / Onde tem o Cabral e o Portugal pequeno
Nilópolis da Beija-Flor / Onde o samba é agasalho
Pra qualquer sereno
Passando por Edson Passos / Se avista Chatuba o xodó de Mesquita
Juscelino K, Onze, Coreia e Nova Iguaçu/ Que é uma flor tão bonita
É por isso que eu digo*

*Você precisa conhecer minha jurisdição / Vá prestando a atenção
Lugar que ocupa um pedaço/ Do meu coração, do meu coração
Mas infelizmente tem fama de barra pesada / Isso tudo é intriga da oposição
É muita mentira e conversa fiada / Eu explico por quê
O melhor lugar pra morar é na minha baixada / Podes crer*

*Morro Agudo, Queimados, Austin / Cabuçu, Miguel Couto e Japeri
Olha aí, São Matheus, Vila De Cava / Belford Roxo, Édem e Paracambi
Gramacho, Caxias, Vila Rosali / Lote Quinze e São João De Meriti
Coelho Da Rocha, Engenheiro Pedreira / E a cidade maneira de Itaguaí
Vem logo morar aqui!*

*Você precisa conhecer minha jurisdição / Vá prestando a atenção
Lugar que ocupa um pedaço/ Do meu coração, do meu coração
Mas infelizmente tem fama de barra pesada / Isso tudo é intriga da oposição
É muita mentira e conversa fiada / Eu explico por quê
O melhor lugar pra morar é na minha baixada / Podes crer*

*Areia Branca, Banco De Areia / Xerém, Santa Rita e também Tomazinho
Vila Norma, Augustinho Porto / Olha, Vila Dos Teles e Rocha Sobrinho
Saracuruna, Magé e Cacuia, Campos Elísios / Ponto Chic e Piabetá
Tem também Vila Emil, Santa Elias / E Lage e a linda paisagem de Tinguá
Domingo eu tô lá!*

*Você precisa conhecer minha jurisdição / Vá prestando a atenção
Lugar que ocupa um pedaço/ Do meu coração, do meu coração
Mas infelizmente tem fama de barra pesada / Isso tudo é intriga da oposição
É muita mentira e conversa fiada / Eu explico por quê
O melhor lugar pra morar é na minha baixada / Podes crer
(Letra da música Baixada de Bezerra da Silva)*

Ao longo da primeira década e no início da segunda década do século XXI, o Brasil avançou em alguns indicadores no combate à pobreza. No entanto, muitas desigualdades persistem⁹, seja pela distância da renda entre os mais ricos e os mais pobres, seja pelas

⁹ A desigualdade no Brasil já estava crescendo antes da pandemia de COVID-19. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou aumento persistente da desigualdade no segundo semestre de 2019 (NERI, 2019).

desigualdades territoriais entre centro e periferia, em escala mundial, nacional e local, como o caso específico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Quando observamos a semântica da palavra desigualdade, por ser qualidade ou estado do que é desigual, chegamos ao adjetivo desigual e por ele podemos encontrar palavras que dialogam com os diferentes problemas que a desigualdade produz. Uma sociedade em que não há equilíbrio de forças, onde a riqueza é desproporcional e a injustiça se materializa, está fadada em ver boa parte da sua população viver numa situação deplorável, enquanto uma parcela pequena concentra as riquezas e as oportunidades.

Neste capítulo discutiremos, dialogando com a sociologia da desigualdade e a sociologia da violência, como as desigualdades se manifestam territorialmente na Baixada Fluminense a partir de diferentes indicadores relacionados à distribuição de renda, de oportunidades e da própria ação do Estado. Neste sentido, a violência aparece no capítulo e no decorrer da tese enquanto indicador que se manifesta desproporcionalmente dependendo do território, com um papel crucial do racismo e da necropolítica (MBEMBE, 2018).

Neste capítulo, o foco é territorial com base em discussões sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Inicialmente, um debate a ser feito é sobre o que estamos chamando de Baixada Fluminense. Existem várias discussões sobre a composição desta região e, para além da composição em si, há uma disputa sobre o pertencimento, o quanto as cidades e seus habitantes se identificam como parte dessa região. Não é prioridade da pesquisa se aprofundar nessa discussão, mas é importante destacar o que leva a composição utilizada ao longo dos capítulos.

Dito o que é a Baixada aqui representada, o texto se debruça sobre as desigualdades. O Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense¹⁰ expõe que a Baixada Fluminense apresenta indicadores bem ruins em diferentes áreas. Esses indicadores e os valores contidos no Mapa proporcionam um debate acerca das desigualdades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e os desafios que devem ser enfrentados para uma metrópole desigual, sobretudo quando olhamos para a Baixada. Em relação a violência, por exemplo, por muitos anos nesse século a taxa de homicídios na região foi o dobro da taxa de homicídios na cidade do Rio de Janeiro, o que aponta para uma desigualdade na RMRJ.

Essa desigualdade implica na forma como os movimentos sociais atuam. Neste capítulo, ao contar a história da Baixada e trazer alguns indicadores, para além da segurança pública, é

¹⁰ Organização que estuda a vida urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e defende uma agenda pública voltada para todo território e toda população metropolitana, com foco na redução de desigualdades.

possível entender o porquê da dificuldade de muitas pessoas falarem sobre a violência e o foco em outros problemas estruturais da região. Jussara Freire (2012) ressalta os afetos presentes nas ações coletivas na Baixada Fluminense, ao contrário da Europa que muitas vezes estão caracterizados pelo sentimento de indignação. Os coletivos pesquisados em Nova Iguaçu, por Freire, apresentaram características únicas, baseadas no “apelo para compaixão dos governantes, a denúncia de humilhações individuais e coletivas, ou ainda, a tristeza” (FREIRE, 2012, p. 916).

Por fim, a violência na Baixada está em questão. A violência que se manifesta hoje na Baixada Fluminense sofreu modificações ao longo dos últimos anos, mas não podemos desconsiderar a história de violência na região, o papel dos grupos de extermínio, do clientelismo e das práticas ao longo da segunda metade do século XX. O livro “Dos barões ao extermínio: a história da violência na Baixada Fluminense”, do professor José Cláudio Alves¹¹ traz insumos para a discussão e possibilita que ao longo do capítulo sejam apresentadas as relações de poder que sempre estiveram entrelaçadas com o uso da violência.

No início do século XXI, alguns eventos contribuíram para a reconfiguração da violência na Baixada Fluminense, dentre eles a Chacina da Baixada e a política estadual de segurança pública, com a criação na cidade do Rio de Janeiro das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O processo de reconfiguração da violência acontece com um somatório de fatores que envolve as transformações locais na relação crime organizado e população, sendo a violência explícita como manifestação do poder local, a criação da UPPs, na expansão das milícias e no aprofundamento do uso político da violência. Neste capítulo também são iniciadas as discussões de duas relações que dialogam com o objeto de pesquisa: a relação da violência e da política na Baixada e a violência de Estado e o racismo.

Colocar em discussão a Baixada é trazer no texto a história dessa região sob diferentes aspectos, sobretudo no olhar das desigualdades existentes nesse território, sem perder de vista as potencialidades, reforçadas pelo modo de vida da população e pela atuação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao longo do tempo. Esse capítulo convida cada leitor a compreender de forma simples a história social, política e econômica da Baixada Fluminense.

¹¹ José Cláudio Alves, conhecido também como Chicão, é sociólogo e professor da UFRRJ que possui uma pesquisa de referência sobre a atuação dos grupos de extermínio e milícias na Baixada Fluminense. Suas publicações são a base para a discussão sobre a violência na Baixada Fluminense nesta tese.

1.1 Você precisa conhecer minha jurisdição: o que é Baixada Fluminense?

Não é fácil definir Baixada Fluminense. Se hipoteticamente reunirmos dez moradores ou moradoras da Baixada para falarem sobre o que é a Baixada, qual sentimento eles possuem com o território, é provável que as respostas venham bem diferentes, principalmente se não tiverem origem no mesmo município. Vale dizer que dependendo do município, as pessoas nem se identificam como moradoras da Baixada, mesmo que haja alguma semelhança física ou simbólica entre as cidades, tendo a definição apenas como uma representação política e geográfica.

Durante a pesquisa, participando de uma atividade da Casa Fluminense e da Fundação Cidadania Inteligente, no lançamento do LAB Giro Lideranças, uma formação para lideranças sociais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a questão da identidade na Baixada foi levantada por alguns participantes. Aqui vou citar a fala de duas pessoas, uma moradora de Itaguaí e um morador de Paracambi, ambos identificados no decorrer do texto. Anna Paula, moradora de Itaguaí e integrante da Associação de Mulheres de Itaguaí - Guerreiras e Articuladoras Sociais (Amigas), fez a seguinte reflexão:

Eu sou de Itaguaí, Baixada Fluminense, só que geograficamente nós somos ao mesmo tempo privilegiados e prejudicados porque existe uma crise de identidade do cidadão itaguaiense. Muita gente pergunta por que eu sou da Baixada e não sou da Costa Verde? Estamos ao lado de Mangaratiba e Angra. Mas eu também não sou do Rio de Janeiro, nem da Zona Oeste, bem ao lado de Santa Cruz. Nesse processo Itaguaí fica muito prejudicada. Recentemente eu participei de um edital de cultura, sou moradora de Itaguaí, mas minha inscrição caiu para Costa Verde, ao invés da Baixada. Mas eu sou da Baixada. Deu para entender mais ou menos? Então, gosto muito desse assunto. Como Baixada devemos lutar pelas políticas públicas da Baixada, em consonância com os nossos municípios vizinhos. Precisamos assumir que somos cidadãos da Baixada Fluminense. É isso aí. (Anna Paula, liderança social, 51 anos).

Bruno Luis, 28 anos, morador de Lages, em Paracambi, membro da juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) também trouxe uma reflexão sobre a cidade de Paracambi. Vale lembrar que Paracambi é limítrofe com Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Mendes, Miguel Pereira, Seropédica e Pirai. Bruno disse: “o meu discurso é bem parecido com a moça de Itaguaí (Anna Paula), eu sou de Paracambi. Paracambi é Baixada Fluminense, mas também tem esse preconceito: é Sul Fluminense ou Baixada?” (Bruno Luis, liderança social, 28 anos).

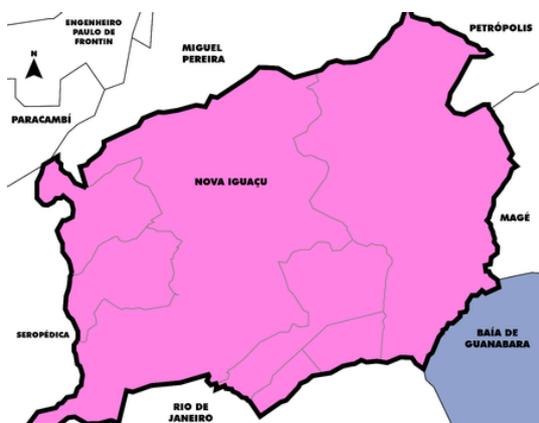
Outras cidades também entram nesse dilema se pertencem ou não à Baixada Fluminense, uma questão que vai além da identidade, mas passa pela efetivação de políticas públicas. Um exemplo clássico é o esquecimento de cidades como Seropédica por parte até mesmo de lideranças que atuam historicamente na Baixada. Durante a minha pesquisa no mestrado, onde escrevi sobre a expansão das universidades federais na Baixada Fluminense, foi

possível identificar várias pessoas que afirmavam que ali não havia universidade pública federal antes da inauguração do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), esquecendo do Campus principal localizado em Seropédica, existente antes mesmo da emancipação e criação de diversos municípios da região.

Como esta dissertação trabalha com a delimitação oficial da Baixada Fluminense, considerando o município de Seropédica pertencente a essa região, desde a década de 1940 a Baixada possui um Campus Universitário no seu território, porém até um período da década de 90 e 2000 os cursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) pouco impactaram no desenvolvimento da Baixada Fluminense (ALMEIDA, 2016, p. 103).

Essas questões referentes aos pontos que representam algum simbolismo nestas cidades são importantes para entender a dimensão histórica da Baixada e como alguns significados se entrelaçam no imaginário da população, podendo contribuir para cada uma das delimitações sobre o espaço físico da região, entendendo que essa definição passa por aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos. A partir disso, é comum a quase todos os autores uma delimitação da Baixada Fluminense composta por Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri. Nos limites leste, oeste e norte que estão os problemas quanto a delimitação da região, os municípios de Paracambi, Seropédica, Itaguaí, Magé e Guapimirim não aparecem em todas as definições, variando de autor para autor, a partir dos aspectos apontados acima. Nota-se que os municípios que compõem a Baixada, para a maioria dos autores, são aqueles que pertenciam ao município de Iguaçu (SIMÕES, 2006).

Figura 1 – Mapa da Grande Iguaçu



Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu, 2018¹²

¹² Mapa retirado da reportagem do Jornal Extra. Disponível no link <https://extra.globo.com/noticias/eu-sou-nova-iguacu/nova-iguacu-conheca-historia-da-origem-da-baixada-22537836.html>.

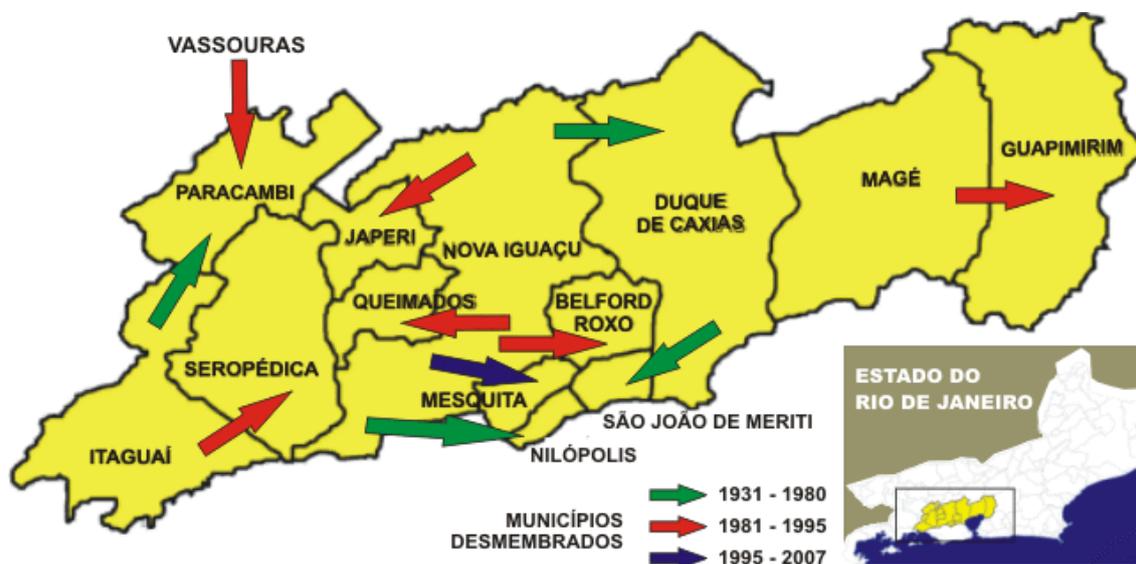
O mapa acima encontrado em pesquisa feita na internet e com fonte original da Prefeitura de Nova Iguaçu mostra boa parte da Baixada Fluminense representada no antigo município de Iguaçu, com o território incluindo os municípios de Japeri, Queimados, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias e Mesquita. Facilmente olhando esse mapa vemos o que hoje, pelo menos de forma mais consensual, é conhecida como Baixada. Silva (2017) diz que a ideia de Baixada Fluminense acaba unificando o que as emancipações ao longo dos anos separaram.

O marco inicial da fragmentação da Baixada Fluminense pode ser considerado a criação da Vila de Magé em 1789, do qual mais tarde surgirá em 1846, o já extinto município de Estrela. Em 1833 é criada a vila de Iguassu, desmembrada do Rio de Janeiro num contexto de redefinição territorial da província. Essas duas serão embriões dos demais municípios da Baixada (SIMÕES, 2006, p. 214).

A região hoje chamada de Baixada Fluminense já apresentava nos séculos XVIII e XIX algum tipo de ocupação oficial reconhecida pela administração central da colônia ou do país. O trecho acima traz a criação da Vila de Magé que tinha “16 casas de sobrado e 173 térreas, nenhuma excedendo ao tempo da fundação da nova Igreja Matriz, isto é, ao ano de 1750.” Além disso, “em fins do século XVIII, a Vila de Magé foi uma das mais populosas do território fluminense, com 14.824 habitantes, se comparada a outras vilas da Capitania do Rio de Janeiro, como Angra dos Reis (9.053 habitantes) e São Salvador de Campos dos Goytacazes (6.429 habitantes)” (SEIXAS, 2018, p. 6).

Além do processo de reconfiguração do território já existente nos antigos municípios de Estrela e Iguassu, as dinâmicas de emancipação variaram no decorrer do século XX. O mapa abaixo traz o fluxo das emancipações, ilustrando o período e os movimentos que aconteceram. Nota-se que há fluxos duplos, como Duque de Caxias que se emancipou de Nova Iguaçu com o território de São João de Meriti e depois São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias, e o caso de Paracambi que se tornou município com territórios pertencentes a Itaguaí e Vassouras.

Figura 2 – Mapa das Emancipações na Baixada Fluminense



Fonte: Site globo.com, 2020 ¹³

O município de Duque de Caxias foi emancipado de Nova Iguaçu em 1943. Por sua vez, São João de Meriti se emancipou de Duque de Caxias em 1947, assim como Nilópolis se emancipou de Nova Iguaçu. Paracambi tornou-se município em 1960, através da junção do 7º distrito de Vassouras, denominado Taireté e o 3º de Itaguaí, chamado de Paracambi. Por 30 anos as emancipações pararam na região, até que em 1990 começou um processo de reconfiguração, com as emancipações de 3 municípios. O município de Guapimirim foi fundado em 1990, se emancipando de Magé. Queimados e Belford Roxo se emanciparam de Nova Iguaçu no mesmo ano e Japeri em 1991. Já Seropédica se emancipou de Itaguaí em 1995. O último município a ser criado na região foi Mesquita, emancipando-se de Nova Iguaçu em 1999.

Na segunda metade do século XX a quantidade de municípios, ao longo de 50 anos, quase quadruplicou. Após a Constituição de 1988 o processo de emancipação no Brasil se intensificou e podemos identificar isso na Baixada Fluminense, com Nova Iguaçu perdendo boa parte do seu território com a criação de novos municípios. A Constituição Cidadã gerou uma descentralização política passando para a competência dos estados a regulamentação das emancipações (TOMIO, 2002).

Para além desse debate das emancipações, aqui nesse texto e em outras discussões, a definição de Baixada Fluminense está relacionada ao território “sócio-econômico-político”, ou

¹³ Mapa retirado deste site: <http://globoesporte.globo.com/rj/blogs/especial-blog/torcedor-do-fluminense/post/baixada-e-fluminense.html> Acessado em janeiro de 2020.

seja, mesmo que esse território seja pertencente ao ambiente natural de Baixada, definido como o conjunto de terras fluminenses que se estende do limite leste do atual município de Mangaratiba até os limites com o estado do Espírito Santo, o que vai dizer se é ou não Baixada Fluminense são as relações históricas e políticas de território (SIMÕES, 2006).

Uma linha utilizada para delimitar a Baixada Fluminense é a ideia da composição pautada na história territorial. Alguns autores reconhecem para além da Grande Iguaçu (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Belford Roxo, Japeri e Mesquita) os municípios de Magé e Guapimirim como pertencentes à Baixada Fluminense. Nesse sentido estariam na Baixada Fluminense os municípios pertencentes à antiga Iguaçu e ao antigo município de Estrela. Com essa definição Seropédica, Itaguaí e Paracambi ficam de fora (ROCHA, 2009).

A “Baixada núcleo” seria delimitada a partir de um conceito geopolítico, como sendo a parcela da Região Metropolitana que engloba os municípios que fizeram parte dos antigos municípios de Iguaçu e sua vizinha Estrela, ou seja, os atuais municípios de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e os distritos de Inhomirim e Guia de Pacobaíba do município de Magé (SIMÕES, 2011, p. 26)

Um ponto interessante, dialogando com a minha pesquisa de mestrado sobre a expansão das universidades federais na Baixada Fluminense e reafirmando o que já foi dito em algumas páginas acima, conversando com algumas pessoas, foi possível identificar que muitas delas consideravam que o Instituto Multidisciplinar teria sido o primeiro Campus de grande porte de uma Universidade Federal na Baixada Fluminense. Era muito comum ouvir as pessoas dizerem que agora a universidade chegou na Baixada. No entanto, a UFRRJ sempre esteve instalada em Seropédica.

Seropédica possui uma importante “memória histórica”, em 1938 foram iniciadas as obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, que tinha como objetivo centralizar o ensino e as pesquisas agronômicas no país; em 1948 a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) transferiu seu campus para as margens da cidade, iniciando-se o desenvolvimento urbano de Seropédica; já em 1994, Seropédica conquistou sua emancipação, tornando-se município independente de Itaguaí (SILVA, 2018).

O município de Seropédica se emancipou de Itaguaí em 1995, sendo assim, a relação dele com a Baixada Fluminense vem crescendo ao longo dos últimos anos dada a frágil relação anterior de Itaguaí com a Baixada. Seropédica se aproxima cada vez mais da Baixada Fluminense para criar alguma identidade regional. Alguns municípios, devido às negatividades impostas historicamente no território da Baixada Fluminense, preferem ser identificados como pertencentes a outras regiões, como Itaguaí à Costa Verde, Guapimirim à Região Serrana e Paracambi ao Vale do Café (SIMÕES, 2011).

Atualmente, há uma discussão sobre uma nova composição territorial chamada de Oeste Metropolitano na qual fazem parte integralmente cinco municípios da Baixada Fluminense: Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados e Itaguaí; a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e parte do município de Nova Iguaçu.

Região, borda, extremo, porção, parte, segmento, fronteira, margem, limite, área: não faltam maneiras de se tratar este conjunto formado, integralmente ou parcialmente, pelas cidades situadas na parte oeste da Baixada Fluminense – Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados e Itaguaí; pela Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, neste caso a Área de Planejamento 5, que corresponde a quase metade do território municipal; e pelas partes periféricas do município de Nova Iguaçu (SILVA et. al, 2020, p. 1).

O debate sobre o Oeste Metropolitano não exclui a relação desses municípios com a Baixada Fluminense, mas cria uma estrutura territorial compatível com as dinâmicas territoriais de convívio e identidade. Uma experiência pessoal de quando fui articulador de território do Fórum Grita Baixada em 2017, ao dialogar com alunos de uma escola estadual em Lagoinha, Nova Iguaçu, vi uma relação maior deles com o bairro Campo Grande na Zona Oeste do Rio do que com Nova Iguaçu, dada a proximidade e a facilidade de deslocamento devido às linhas de ônibus ofertadas. Campo Grande exerce um papel de centralidade para parte da Baixada Fluminense, sobretudo em cidades ou bairros que estão no Oeste Metropolitano, seja pelo centro comercial ou pela oferta de emprego (NACIF; ANTUNES; 2010).

Uma questão que passa por toda essa discussão é a identidade. Por ela, é possível fazer uma reflexão entre a relação dos indivíduos com o território, entre as pessoas e as cidades, o que traz o quanto os indivíduos se sentem parte da Baixada e como isso contribui na identidade de forma coletiva. “Olhar para a geografia das cidades contemporâneas é também buscar compreender a dimensão subjetiva que as compõem, os valores simbólicos são a estes ‘territórios culturais’, e acima de tudo, as intenções políticas e econômicas que influenciam na construção dessas cidades.” (ALMEIDA, 2005, p.24).

A dinâmica da construção da identidade territorial na Baixada Fluminense passa pelo processo de ocupação do território, sobretudo dos movimentos migratórios ao longo do século XX. A Baixada Fluminense sendo vista como área de expansão do Rio de Janeiro, pela capital não conseguir abrigar a população que migrava em busca de trabalho e melhores condições de vida, principalmente nordestinos (FIGUERÊDO, 2004). Todo esse processo influenciou o território cultural da Baixada, pujante em diversos sentidos.

Outro fator que impacta na construção da identidade da Baixada é como o poder se constituiu ao longo dos anos e, a partir disso, como se deu o processo de expansão da região, através das relações políticas e econômicas. Alves (2003) apresenta as relações entre a política e a violência na Baixada Fluminense e o quanto isso ao longo da história moldou o território,

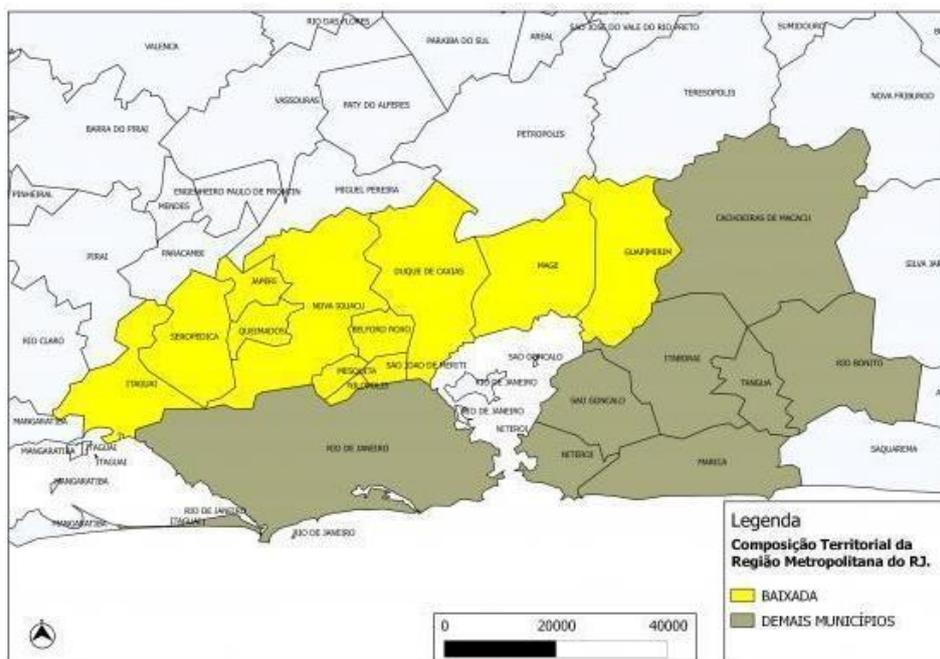
limitando o acesso da população a direitos básicos e usando a violência como instrumento físico e simbólico de dominação. Ainda nesse capítulo esse tema será debatido de forma mais aprofundada.

Trazer ao texto, mesmo que de forma resumida, o debate sobre identidade possibilita aprofundar na pesquisa o quanto o discurso da sociedade civil é possível de reverberar, a partir de uma identidade de Baixada Fluminense, em territórios que pouco se identificam com a Baixada, mesmo fazendo parte político e geograficamente. Se alguns gestores preferem a negação do território, outros utilizam os elementos simbólicos dos estigmas produzidos para a região. Por exemplo, é muito comum ouvir de pessoas e da própria mídia que a Baixada Fluminense é um território violento. Ao longo do capítulo os dados corroboram com essa afirmativa, mas pautar o território apenas pela violência é um desserviço e um combustível para quem utiliza a violência como instrumento de poder. Há uma marcação na identificação dos municípios pela falta de segurança e pobreza, esquecendo de levantar as potencialidades do território.

Simões (2011) retrata um pouco essa questão das desigualdades, da pobreza da violência das carências como elementos para definir o que é Baixada Fluminense. O senso comum e a imprensa nas décadas de 60 e 70 intensificaram isso fazendo com que a Baixada tivesse um caráter estigmatizado e pejorativo. Todo esse processo cria uma repulsa por parte de alguns moradores e moradoras de se identificarem enquanto parte da Baixada Fluminense, o que prejudica a relação de identidade. Quando eu era criança e estudava no Colégio Santa Maria, uma das melhores escolas da época no município de São João de Meriti, era muito comum ouvir das crianças que estudavam lá, até eu disse isso algumas vezes, que saíam da Baixada. No entanto, o que inicialmente para alguns poderia ser apenas um lugar de passagem até um processo de mobilidade social, vemos justamente o contrário, cada vez mais as famílias fincando raízes na Baixada Fluminense e os grandes quintais, principalmente nas cidades mais próximas da capital, dando lugar a terrenos com vários imóveis (ALVES, 2003).

A delimitação da Baixada Fluminense passa por diferentes aspectos aqui citados: geográficos – ambiente natural e socioeconômico-político. Transversalmente a isso, a questão da identidade também contribui nessa definição. Para fins desta pesquisa, a partir da delimitação que organizações da sociedade civil consideram enquanto Baixada Fluminense, trabalhamos com a Baixada Fluminense oficial ou Baixada ampliada composta por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Figura 3 – Mapa Baixada Fluminense e RMRJ



Fonte: ROCHA, 2015

A composição retratada no mapa acima de 13 municípios se assemelha a definição apresentada por Oliveira (2004) de “Baixada Política”, para ele limitar a discussão apenas aos municípios provenientes de Nova Iguaçu ou dizer que a Baixada Fluminense é apenas a Grande Iguaçu não corresponde com a realidade da região, sendo assim, os municípios oriundos de Itaguaí (Paracambi e Seropédica), além da própria Itaguaí, Magé e Guapimirim também são pertencentes à Baixada, mesmo que para alguns isso não fique visível ao longo do dia a dia destas cidades.

Todas essas cidades, mesmo que tenham em comum a região político-administrativa, têm suas especificidades e dinâmicas socioeconômicas com os municípios limítrofes, o que destaca uma heterogeneidade. Além disso, as desigualdades e a violência mesmo que seja um elo comum entre elas, possuem características próprias em alguns municípios. Falar sobre as desigualdades é um objetivo deste capítulo, através desse debate poderemos entender as dinâmicas de atuação e os discursos das organizações e movimentos da sociedade civil na Baixada Fluminense.

1.2. A Baixada desigual

Para falar de desigualdade na sociologia a estratificação social é um conceito que aborda de forma mais ampla o que ao longo da pesquisa debatemos, uma divisão da sociedade em camadas onde existem várias formas de desigualdade entre grupos de indivíduos. A estratificação pode representar, segundo Grusk (2000), as desigualdades econômicas, políticas, culturais, sociais, de prestígio, civis e humanas, cada uma delas representadas por diversas escolas da sociologia. Adiciono nessa lista as desigualdades territoriais, que podem ser vistas sob a ótica da “concentração desigual de indivíduos vulneráveis em unidades territoriais comparáveis, sendo a vulnerabilidade função do número de indivíduos extremamente pobres em um dado território” (ARAUJO; FLORES, 2017, p.159).

Muitos pesquisadores e organizações da sociedade civil atuam utilizando o termo desigualdade territorial pelo próprio significado que o território traz para a discussão. Território pode ser entendido como extensão apropriada e usada ou estendendo a definição para além do ser humano, como área de vivência e reprodução. O território é mais do que o espaço geográfico em si, nele se estabelecem relações entre indivíduos e coletivos (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, p.14, 2007).

Essa relação de território e identidade dialoga bastante com o que foi falado no tópico anterior. Na Baixada, o setor cultural valoriza a autoestima e as potencialidades da região, faz isso de encontro ao complexo de inferioridade que ainda persiste e que molda as ações de muitos habitantes da região. A sonhada saída da Baixada faz com que o olhar para os problemas da região seja sempre visto como algo passageiro em suas vidas e quando se der conta não tem aparentemente mais forças para produzir qualquer efeito de transformação, mesmo que a indignação quando é coletiva consegue produzir através da organização bons efeitos para transformação da realidade de um território.

Outro elemento que tem relação direta com o território é o poder. Podemos resumidamente dizer que o território é um local onde determinado grupo ou indivíduo exerce o poder. Becker (1983) traz a questão do uso político do território e da diversidade de atores que o disputam, para além da atuação do Estado, inserindo a atuação de movimentos sociais nessa disputa, ou seja, de atores da sociedade civil capazes de se organizar em torno de alguma pauta ou território.

As atuações de movimentos sociais no território contribuem para buscar o equilíbrio na disputa do poder principalmente em áreas onde ele é exercido pela força. Maquiavel (1513) já falava do uso da força e de como o poder deveria ser exercido. Num jogo de escolhas se é melhor ser temido do que amado, ou vice-versa, a resposta melhor era ser as duas coisas. No entanto, na falta de um desses dois elementos, ser temido é mais seguro para o exercício do poder, reforçando a ideia de que o poder requer algum tipo de tensionamento.

Na sociologia, a definição de poder pode ser encontrada em Max Weber (1982), quando um indivíduo ou coletivo impõe a sua vontade, mesmo que outras pessoas não sejam favoráveis à ação. Impor à vontade é algo amplo, porém é possível encontrar similaridades com o que acontece, por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, principalmente em territórios com a presença de grupos criminosos. Em pesquisa do Laboratório de Análise da Violência (LAV) é possível identificar as características da atuação das milícias no Rio de Janeiro e podemos encontrar exemplos do exercício do poder à força através do controle de territórios e “imposição de taxas obrigatórias a moradores ou comerciantes em troca da suposta proteção e/ou aplicação de monopólios coativos sobre certos produtos e serviços consumidos na comunidade” (CANO; DUARTE, 2012).

Em geral, entendemos por “poder” a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação. O poder “condicionado economicamente” não é, decerto, idêntico ao “poder” como tal. Pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos. O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive o poder econômico, pode ser desejado “por si mesmo”. Muito frequentemente, a luta pelo poder também é condicionada pelas “honras” sociais que ele acarreta. Nem todo poder, porém, traz honras sociais: o chefe político americano típico, bem como o grande especulador típico, abrem mão deliberadamente dessa honraria. Geralmente, o poder “meramente econômico”, em especial o poder financeiro puro e simples, não é de forma alguma reconhecido como base de honras sociais (WEBER, pp. 211-212, 1982).

Na citação acima, Weber apresenta que o homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. No entanto, ao trazer o poder para o território na qual estamos debatendo nesta tese é possível identificar vários elementos para a manutenção das desigualdades e como as relações de poder estão relacionadas com o domínio e o enriquecimento de determinados grupos. É comum em relatórios, documentos e reportagens a citação de um descaso histórico dos governos na Baixada Fluminense. Vale aqui entender quais elementos de sustentação para esse “descaso histórico” e como isso se intensifica ao longo do

tempo. Alves (2003) traz a ideia de “totalitarismo socialmente construído”¹⁴, com um consenso sobre o uso da violência como principal instrumento de controle, dada a legitimação nas esferas local, estadual e nacional. Em paralelo à violência que por si só já sintetiza a desigualdade territorial na metrópole, todo esse controle por parte de grupos políticos criminosos geram uma situação de desigualdade ampliada na região.

Para fazer a discussão sobre as desigualdades na Baixada Fluminense, o Mapa da Desigualdade da ONG Casa Fluminense será utilizado aqui como instrumento que corrobora com a análise da situação socioeconômica da região. O Mapa da Desigualdade reúne 40 indicadores sobre as cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, divididos em 10 eixos de políticas públicas e cruzando valores de justiça econômica, racial, de gênero e socioambiental. Por aqui, consideramos alguns indicadores que contribuem para a discussão central da pesquisa, presentes nos 10 eixos da publicação da ONG: habitação, emprego, transporte, segurança, saneamento, saúde, educação, cultura, assistência social e gestão pública.

Para chegar no século XXI e trazer o retrato do final da segunda década desse século, torna-se interessante para a pesquisa um breve relato histórico da formação da Baixada Fluminense e como situações do passado impactam no presente. A Baixada Fluminense está localizada estrategicamente ao lado da cidade do Rio de Janeiro, uma das cidades mais importantes do país e que foi capital do Brasil por quase 200 anos, além disso possui uma geografia com planícies e morros, com rios antes navegáveis e cidades banhadas pela Baía de Guanabara e Baía de Sepetiba.

Ao pesquisar sobre o povoamento da Baixada encontramos muitas referências que trazem dinâmicas desde o século XVI. No entanto, por ser uma região ao lado do litoral, com cidades banhadas pela Baía de Guanabara, como Duque de Caxias, Magé e Guapimirim, esse território também foi ocupado por povos indígenas, como mostram sítios arqueológicos descobertos na região, como os sambaquis do Rio de Janeiro (MENDONÇA DE SOUZA; MENDONÇA DE SOUZA, 1981). Ou seja, a ocupação desse território vem antes das fazendas e da própria fundação da Vila de Magé, citada mais acima já nesse capítulo.

Como observado anteriormente, com as definições que a região da Baixada Fluminense já recebeu, o Recôncavo da Guanabara inicialmente foi um lugar difícil de ocupar por terra, por ser repleta de terrenos alagadiços e pântanos. Segundo Lamego (1964) que trata a região como recôncavo, não é uma característica exclusiva da Baixada, pois em muitos locais na Região

¹⁴ No resumo de um artigo feito por José Cláudio ao Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ, ele afirma que esse totalitarismo socialmente construído transforma favelas e baixadas num imenso campo de concentração sem arame farpado, na maior câmara de gás sem gás do mundo (ALVES, 2008).

Metropolitana do Rio de Janeiro também possuem essa origem. No entanto, a capital foi aterrada antes da Baixada Fluminense, sendo assim, durante muitos anos os rios foram as principais vias de locomoção para escoar até a capital, sobretudo, a produção dos engenhos e fazendas da região.

Tornando-se difícil caminhar pelos bordos da baía, devido a tanto brejo, tinha, entretanto, o carioca admirável estradas naturais para a sua grande obra civilizadora no sistema de rios que dela se irradiava em leque para as zonas montanhosas. Todos decisivamente influíram na penetração. Pelas águas do Meriti, do Sarapuí, do Iguaçú, do Pilar, do Saracuruna, do Inhomirim, do Suruí, do Majé, do Guapimirim, do Macacu e do Guaxindiba é que foram subindo os desbravadores. Ao longo de suas margens é que se foram alinhando engenhos e fazendas e por eles é que descia para o Rio de Janeiro a produção agrícola do recôncavo (LAMEGO, p. 193, 1964).

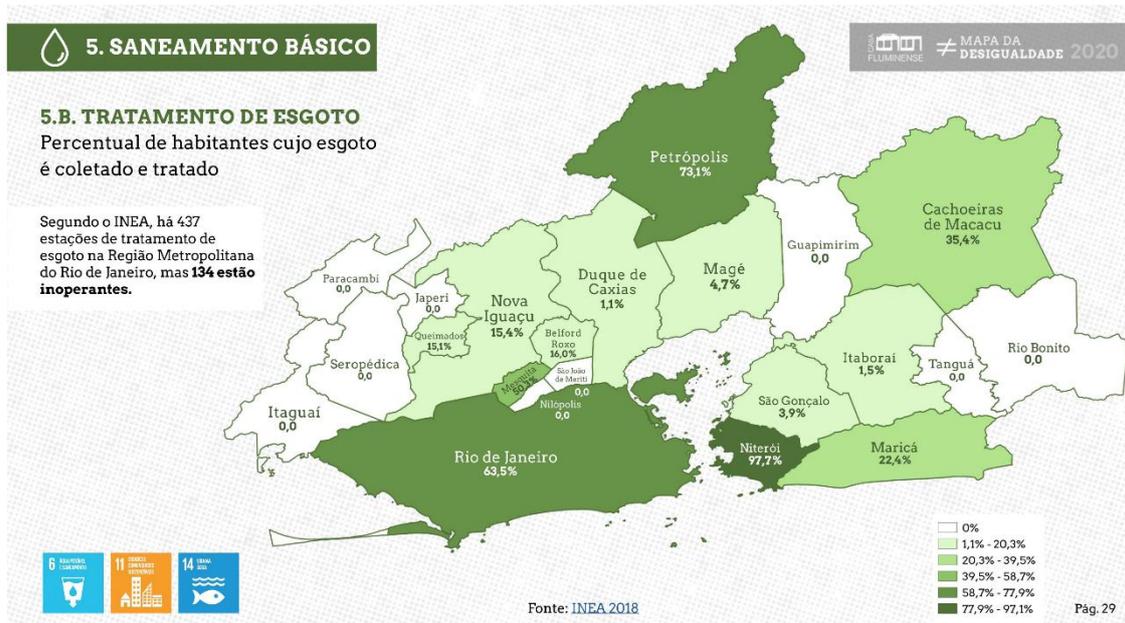
Os rios da Baixada Fluminense foram importantes meios de transporte, o que contribuiu para a ocupação do território, mesmo que lenta até o século XIX. Entorno dos rios, por exemplo, surgiram ocupações no núcleo São Bento e na Freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçú Vila do Pilar (hoje Duque de Caxias), Freguesia de São João de Miriti (atual São João de Meriti) e Santo Antônio de Jacutinga que atualmente está no município de Nova Iguaçu (BRITTO; QUINTSLR; PEREIRA, 2019).

Infelizmente, grande parte desses rios viraram valões. O que eram rios navegáveis, que tiveram destaque na ampliação da ocupação e expansão urbana, hoje recebem esgoto sem tratamento e boa parte desse esgoto desemboca na Baía de Guanabara, nos municípios em que os rios correm em direção a essa Baía. É possível verificar a olho nu as transformações que ocorreram nos rios, um somatório do descaso dos governantes e de parte da população, e que impactam diretamente nas enchentes que ocorrem durante o verão, causando cada vez mais destruições (VASCONCELOS, 2005).

É possível identificar esses problemas visivelmente e também em relatos em outras obras. Mas, por se tratar de um capítulo sobre desigualdade na Baixada e que pode estabelecer um recorte histórico, o Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense pode ser esse instrumento de divulgação dos dados da região. Segundo o Mapa da Desigualdade (2020), em 9 cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro não há coleta e tratamento de esgoto, 7 delas encontram-se na Baixada Fluminense: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Nilópolis, São João de Meriti e Guapimirim. A pesquisa da ONG também aponta uma informação do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) que 134 estações de tratamento de esgoto na metrópole do Rio estão inoperantes. A ausência desta infraestrutura impacta também na saúde da população, com aumento de doenças causadas pela falta de saneamento. Além disso, a partir da observação empírica, a precariedade desses serviços possibilita a existência do ambiente da troca de

favores, onde indivíduos usam seus privilégios para atender a população com interesses estritamente eleitoreiros.

Figura 4 – Mapa do Percentual de habitantes da RMRJ cujo esgoto é coletado e tratado.



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

O saneamento na Baixada tem uma importância central no território, seja pela história de ocupação na região através dos rios, seja também pela situação de vida dos habitantes. Na história oral da Baixada quando conversamos com moradores que chegaram na região nos anos 1940, 1950 e 1960 é possível identificar quase de forma generalizada relatos dos terrenos alagados e das valas nos portões, onde os moradores construíram uma pequena ponte para ligar a rua até suas casas. Ao contrário de hoje que ainda possuem territórios com esses problemas, mas de uma forma geral não deveriam existir, antes havia um déficit na estrutura num cenário onde obras para o saneamento em algumas localidades já haviam sido feitas com as comissões federais de saneamento na primeira metade do século XX, experiência pioneira de política pública custeada pela União para a essa região (SOUTO, 2016).

A 200 metros da minha residência, em São João de Meriti, passa um valão afluente do Rio Sarapuí. Poucas vezes o vi cheio, transbordando, mas pelo caminho e nas proximidades já ouvi sobre alguns estragos que ocorreram pela falta de limpeza, assoreamento e a quantidade de lixo que é lançada nele. A catástrofe natural não pode ser corriqueiramente colocada como principal causa daquilo que poderia ser evitado. Um exemplo disso aconteceu fora da Baixada Fluminense, na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, nas fortes chuvas ocorridas em

2011, mostrando a importância de um plano de contingência bem estruturado para situações mais extremas e a prevenção.

A existência de um plano de contingência bem estruturado, alertando a população e incluindo rotas de fuga para locais de abrigo, poderia ter evitado a tragédia. Uma autoridade da área acrescentou que, mesmo nos casos em que um plano de contingência foi construído, como em Nova Friburgo, ele deveria, necessariamente, ter previsto a mobilização e capacitação da população e líderes comunitários no momento anterior ao desastre; o que não ocorreu (BUSCH; AMORIM, 2011, p. 6).

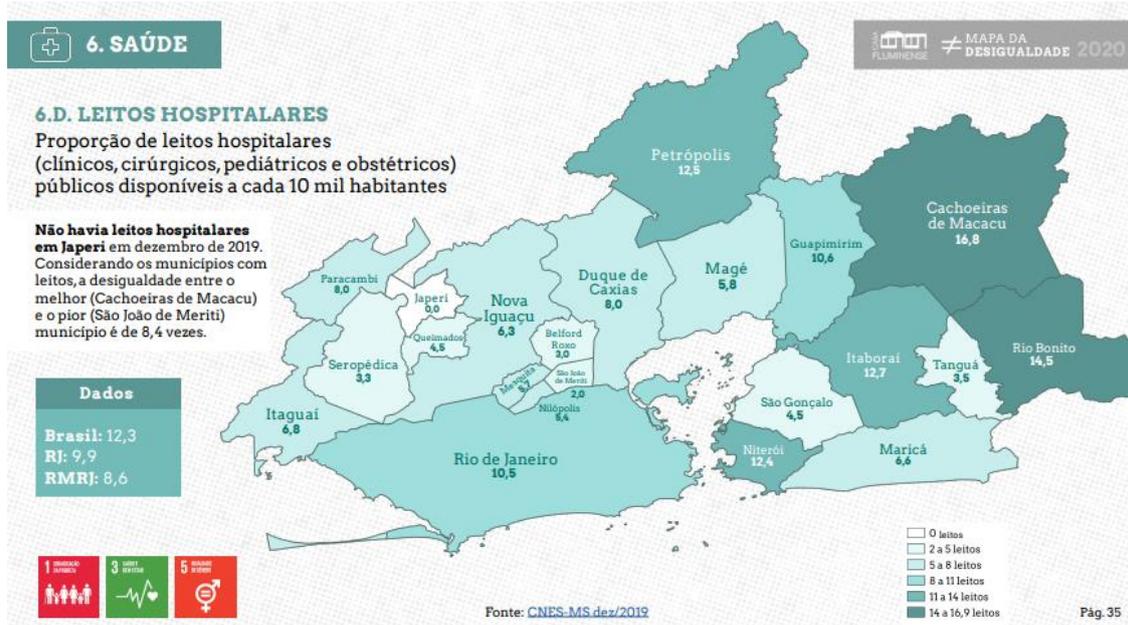
Se os rios ao longo dos anos deixaram de ser navegáveis e também não eram mais o símbolo da ocupação territorial, a malha ferroviária teve um papel na distribuição populacional na Baixada Fluminense. A relação entre o trem e a Baixada Fluminense é grande, inclusive o Dia da Baixada (30 de abril) está relacionado com a criação da Estrada de Ferro Barão de Mauá, a primeira ferrovia do Brasil, inaugurada no dia 30 de abril de 1854, no Porto de Mauá, em Magé, ligando a região de Guia de Pacobaíba até Fragoso. A linha férrea inicialmente não chegou na Baixada Fluminense com o objetivo de atender as pessoas nesse território, tinha um objetivo logístico para escoamento da produção até a capital do país e, no caso da linha Rio D'ouro, para transportar materiais para a captação de água para atender a capital. Paralelamente, também era construída a linha férrea D. Pedro II, após a Proclamação da República chamada de Central do Brasil (SILVA, 2008).

Escrever no contexto da pandemia de COVID-19 abre uma janela para olharmos no passado e encontrarmos algumas semelhanças em episódios de surtos ou epidemias na Baixada Fluminense. Em 1855 por exemplo, a epidemia de cólera que iniciou no Rio de Janeiro, chegou na Baixada, sobretudo nas freguesias de Jacutinga (Nova Iguaçu) e Meriti (São João de Meriti) matando 121 pessoas que trabalhavam no transporte fluvial, na maioria negros escravizados. No ano de 1858, depois da inauguração do trecho inicial da Estrada de Ferro D. Pedro II, na obra de criação do trecho que ligava Queimados a Belém (Japeri), em 9 meses de trabalho mais de 5 mil chineses que trabalhavam na construção da ferrovia foram mortos por malária (FORTE, 1933).

Se antes era pouco habitada e sem um serviço de saúde que atendesse a população, nos dias atuais, a cidade de Japeri com a população estimada em 2020, segundo IBGE, de 105.548 habitantes, em dezembro de 2019 não tinha nenhum leito público segundo o Mapa da Desigualdade. Esse dado me faz recordar uma história que o arquiteto urbanista Vicente Loureiro, natural de Nova Iguaçu, enquanto diretor executivo da Câmara Metropolitana, contou no 5º Fórum Rio em Queimados. Ele acha inaceitável que uma pessoa que more em Japeri tenha que pegar um trem, fazer um deslocamento, para Nova Iguaçu ou até mesmo para a capital para

buscar um atendimento de baixa ou média complexidade. Ele mesmo disse, em matéria produzida pelo Modela a Metrópole que “é economicamente inviável que 70% das ofertas de emprego se concentrem no centro da cidade do Rio de Janeiro, assim como hospitais, escolas e universidades” (UM TERRITÓRIO..., 2017).

Figura 5 – Mapa da proporção de leitos hospitalares públicos disponíveis na RMRJ a cada 100 mil habitantes.



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

Ao olhar esse mapa identificamos várias cidades que possuem um número baixo de leitos para cada 10 mil habitantes, com destaque para São João de Meriti. Com exceção de Guapimirim, as cidades da Baixada possuem indicador pior do que a cidade do Rio de Janeiro. As condições de vida na Baixada sempre foram questionadas por seus moradores, grupos da região já se organizavam antes do período do golpe militar de 1964 em torno de pautas para Nova Iguaçu e outras cidades. O golpe abordou inicialmente a atuação desses movimentos, mas na década de 1970, com a presença de D. Adriano Hypólito na Diocese de Nova Iguaçu, movimentos sociais cresceram com apoio da Igreja e dos moradores constituindo um ecossistema favorável a reivindicações. Dentre elas, uma manifestação em 1986, organizada pelo MAB - Federação das Associações de Bairros de Nova Iguaçu e outros movimentos pelo direito à saúde (PIRES-ALVES et al, 2018).

Direito à saúde que era discutido em diferentes proporções, num período pré-existente do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 1981, a Igreja Católica tinha como bandeira na Campanha da Fraternidade a saúde para todos. A Igreja na Baixada Fluminense composta

majoritariamente pelas Dioceses de Nova Iguaçu e a recém-criada naquela época Diocese de Duque de Caxias participavam ativamente da Campanha, estimuladas pela liderança dos bispos Dom Adriano Hypólito e Dom Mauro Morelli.

Se no passado as lutas sociais tinham forte influência da Igreja Católica, no presente recente ainda há uma motivação cristã na atuação de movimentos sociais, mesmo que isso tenha ganhado outras proporções. Em São João de Meriti, as lutas de movimentos sociais na cidade reivindicam há alguns anos a construção de um hospital de média e alta complexidade na cidade. Em 2019, o Fórum Meriti de Saúde promoveu uma campanha com membros do Conselho Municipal de Saúde, organizações locais e com o Grupo da Caminhada pela Paz em Coelho da Rocha. Nota-se que esse grupo se reúne desde 2014 realizando a Caminhada pela paz, mas debate outros temas para além da segurança pública, inclusive um dos jingles da caminhada é: “queremos paz em São João e ela passa por saúde e educação” é um dos temas que sempre discutem é a mobilidade urbana, tanto com o símbolo da estação de trem que corta o bairro, quanto pela reivindicação por qualidade e demandas por linhas de ônibus que atendem a população.

Em relação aos temas, as pautas de muitos movimentos que atuam na Baixada são difusas pela quantidade de desafios que precisam ser enfrentados. No entanto, alguns movimentos conseguem focar numa atuação temática dada uma maior vulnerabilidade em determinado tema num território. Em Guapimirim e Magé, a luta pelo transporte público passa pela garantia do funcionamento dos ramais Guapimirim e Vila Inhomirim que ainda utilizam bitola estreita¹⁵ até a estação de Saracuruna, onde o usuário do trem precisa descer para embarcar no trem até a Central do Brasil.

Referenciar algumas pessoas que constroem as lutas por direitos na Baixada é um passo importante para através da memória produzir subsídios para as novas gerações continuarem ativas na defesa pelos direitos da população. Nos anos de atuação no Fórum Grita Baixada e na Casa Fluminense conheci o saudoso Mário Macaco¹⁶, importante liderança de Guapimirim, que

¹⁵ Enquanto muitos moradores reivindicam a melhoria no sistema de transporte nas linhas Vila Inhomirim e Guapimirim, o site da SUPERVIA (concessionária de trens) tenta glamourizar a situação, com a seguinte inscrição sobre o trajeto até Vila Inhomirim: “o percurso até Vila Inhomirim é realizado por um trem de bitola a diesel, conhecido como ”maria-fumaça” e é um convite para uma viagem no tempo.” A bitola, falada no texto, compreende a largura determinada pela distância medida entre as faces interiores das cabeças de dois trilhos de uma linha férrea.

¹⁶ Luiz Mario Santos, mais conhecido nos movimentos sociais, culturais e no trem como Mario Macaco dos Correios. Mário era cria da Maré ou mareense, como gostava de ser chamado. Iniciou sua trajetória no movimentos comunitários com a fundação das Associações de Moradores da Nova Holanda, Rubens Vaz, Vila do Pinheiro e na fundação da comunidade da Vila João. Comandou greves históricas nos Correios, onde era funcionário aposentado. Na categoria desde 1985, foi perseguido e demitido por isso, mas nunca desistiu da luta. Foi um dos

dizia nos seus e-mails: “Mais Cultura, Mais Ambiente e Menos Violência. O transporte de massa é trem, vlt, metrô, barcas, bicicleta e a preservação com a integração Metropolitana do Rio de Janeiro.” Mário faleceu em 2020 em decorrência de problemas no coração, assim como muita gente seja por COVID-19 ou pelo colapso do sistema de saúde. A sua militância mostrava a diversidade de movimentos que uma pessoa engajada assume na Baixada. Ele fez parte do Movimento Projeto Central, do Movimento Guapi nos trilhos, Associação Cultural Apito da História, COMTREM¹⁷, da organização do Trem do Samba da Baixada e na organização da Caminhada pela Estrada da Barreira e Rio Soberbo. Não era baixadense de nascença, assim como muitos moradores da Baixada, mas adotou Guapimirim como seu local de moradia.

A atuação dos movimentos sociais, de organizações e coletivos não é a principal discussão desse capítulo, mas trazer a referência de grupos que atuam em defesa da mobilidade urbana na Baixada faz observarmos uma situação que aponta para uma outra desigualdade: o deslocamento de casa ao trabalho e o percentual da renda gasta com transporte público. Na RMRJ, a mobilidade urbana vista a partir desses dois indicadores é uma das piores do Brasil fazendo com que moradores da RMRJ gastam o percentual mais alto da renda com transporte urbano (PERO; MIHESSEN, 2013).

Além do problema do preço da tarifa e do impacto no bolso do trabalhador, outro problema nas cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é o tempo gasto no deslocamento casa x trabalho, o que reduz bastante a qualidade de vida dos habitantes das cidades da Baixada Fluminense, principalmente dos moradores que vivem em locais mais distantes dos sistemas de transporte de massa e precisam fazer esse movimento pendular.

Para a maior parte da população assalariada dos grandes centros urbanos do Brasil, a viagem de casa ao trabalho (movimentação pendular) é desdobrada em várias etapas, que envolvem o uso dos transportes coletivos de massa (ônibus, metrô, trem, etc). São estes trabalhadores, de classes mais baixas, por habitarem em locais mais afastados do centro, que incorrem em um ônus crescente com os congestionamentos, atrasos, baldeações e desorganização dos transportes. Para eles, o tempo de deslocamento casa/trabalho é perdido, podendo ter impactos na sua qualidade de vida bem como na sua produtividade e predisposição para o trabalho (MIHESSEN; MACHADO; PERO, 2014, p. 2).

Quanto mais distante da capital, conseqüentemente maiores são os deslocamentos. Quando olhamos parte da Baixada Fluminense, não podemos deixar de mencionar o Oeste Metropolitano. Segundo Rocha e Melchior (2020, p. 11), ainda “é perceptível uma maior

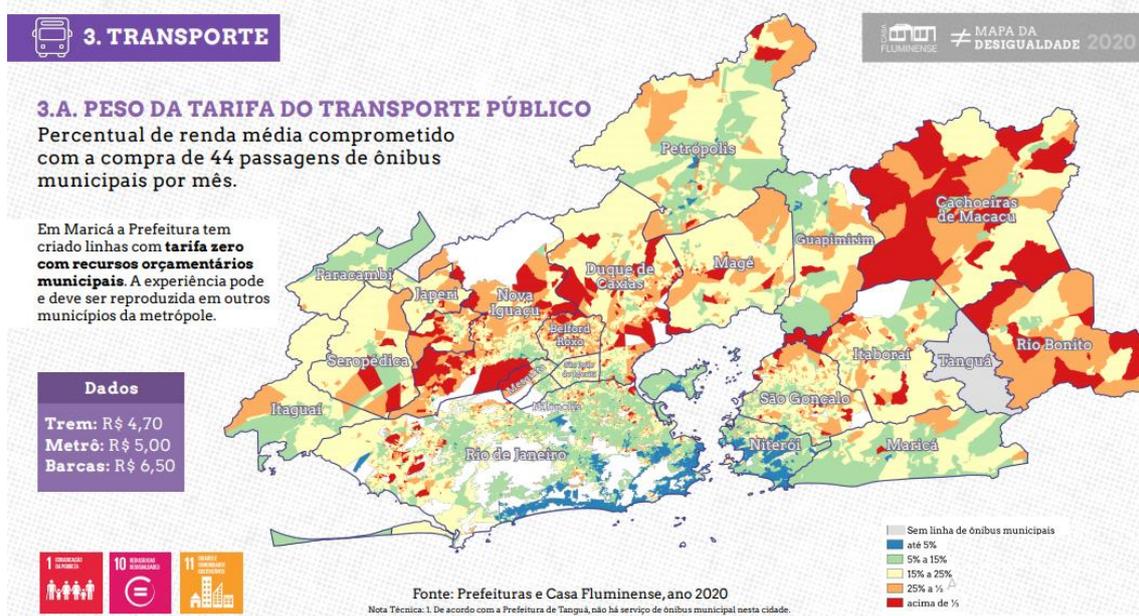
fundadores do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios do Rio de Janeiro e conquistou sua anistia, voltando à categoria em 1994. Ver em <https://lurdinha.org/site/a-militancia-e-a-baixada-perdem-mario-macaco/>.

¹⁷ Sigla utilizada para denominar o movimento em prol da qualidade do sistema ferroviário na Baixada Fluminense, em especial nos ramais Saracuruna, Vila Inhomirim e Guapimirim.

densidade dos fluxos ainda em direção à cidade do Rio de Janeiro, porém, há uma significativa trama desta rede em direção a outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que reverbera na consolidação das centralidades de Municípios como Nova Iguaçu e Duque de Caxias”. Para os municípios do Oeste Metropolitano acrescenta-se ainda Itaguaí como uma centralidade, devido às indústrias e o Porto de Itaguaí.

Os trabalhadores da Baixada Fluminense de uma forma geral gastam tempo e dinheiro no deslocamento. Em comum também nesse processo está a dificuldade em acessar um transporte público de qualidade. Com linhas de ônibus mais escassas e muitas conexões a fazer, o preço da passagem também aumenta. “Nas áreas onde o deslocamento é mais custoso em termos de tempo, o transporte público é bastante precário, por outro lado, nas localidades com mais opções, ou onde o transporte é mais diversificado, e onde as pessoas conseguem igualmente ter uma opção privada de transporte, o tempo gasto no deslocamento casa-trabalho é menor” (MIHESSEN; MACHADO; PERO, 2014, p. 19).

Figura 6 - Percentual de renda média comprometida com a compra de 44 passagens de ônibus municipais por mês.



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

O peso da tarifa do transporte público no bolso dos trabalhadores revela mais uma desigualdade quando olhamos o mapa acima, com a Baixada Fluminense e municípios do Leste como Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu com os maiores percentuais de renda média comprometido com a compra de 44 passagens de ônibus municipais por mês. Um processo que impacta historicamente na renda dos trabalhadores, já que a ocupação da região se deu pela

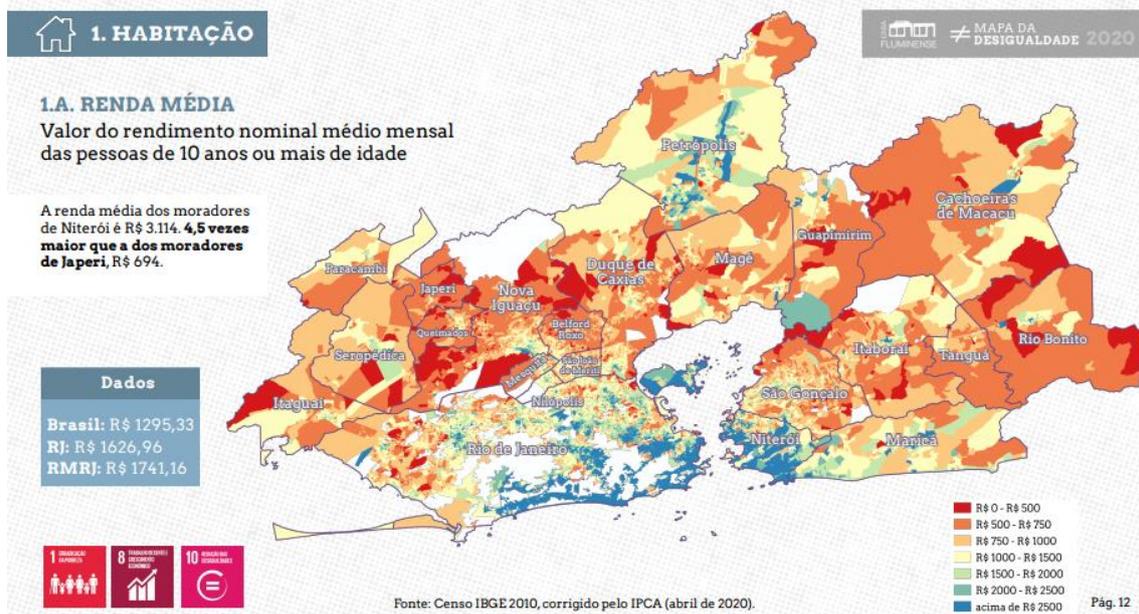
quantidade de terrenos disponíveis no final da primeira metade do século XX a preços menores do que na capital. No entanto, os problemas com o transporte público já eram grandes o que em determinado período até retardou a ocupação de caráter urbano, pois os trens não circulam com horários regulares, as composições tinham baixa qualidade e a distância até o centro do Rio sempre foi um problema (SIMÕES,2011).

Quando observamos esses indicadores de saúde, saneamento e transporte retratados no Mapa da Desigualdade identificamos as desigualdades entre Rio de Janeiro e Niterói com as outras cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa desigualdade centro e periferia se manifesta em diferentes regiões metropolitanas brasileiras, no Rio de Janeiro a Baixada Fluminense é retratada como símbolo dessas desigualdades, ocorrida desde o processo de ocupação e acentuada pela existência anterior do Estado da Guanabara.

Simplificadamente, explicar qualquer processo social - a segregação urbana incluída - é articulá-lo à totalidade social (os aspectos econômico, político e ideológico da sociedade) e a seus movimentos. É por meio dele mostrar como a segregação se articula com a mais importante (mas não a única) das manifestações explicativas das transformações sociais, ou seja, a dominação social, que gera a desigualdade, especialmente acentuada no Brasil. Não basta, portanto, nem denunciar, nem medir a segregação em nossas grandes cidades e metrópoles, seja por bairros, seja por conjuntos de bairros. É preciso explicá-la (VILLAÇA, 2011, p.40).

Paralelamente aos problemas no fornecimento de serviços públicos, a Baixada Fluminense também tem sua população com uma renda média menor do que as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. O mapa abaixo traz esse indicador de renda que corrobora com Simões (2011) dada a complexidade da estrutura socioespacial e econômica da Baixada Fluminense. Explicar as desigualdades também passa pela compreensão da composição territorial da região, feita a partir da expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, ficando a Baixada como espaço de acomodação da classe trabalhadora, numa espécie de continuidade dos subúrbios e favelas cariocas. No entanto, existem alguns polos locais como referência nos bairros e nos centros dos municípios ou regionais, como as cidades de Nova Iguaçu de Duque de Caxias (SIMÕES, 2011).

Figura 7 – Mapa do valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade na Baixada Fluminense é muito baixo quando comparamos com as áreas centrais da RMRJ. A renda média dos moradores de Japeri é 4,5 vezes menor do que a dos moradores de Niterói segundo dados do Censo 2010, corrigidos pelo IPCA¹⁸ em abril de 2020. Essa desigualdade renda aponta para um problema grave territorial, mesmo que no período em questão o Brasil estava numa situação bem melhor do período em que concluo esta tese, período que vivemos a pandemia de COVID-19 e um alto número de pessoas em situação de miséria e pobreza extrema, onde a fome faz parte do dia a dia. A fome, aliás, é recorrente nas análises sobre a Baixada, como diz Freire (2012) em sua pesquisa.

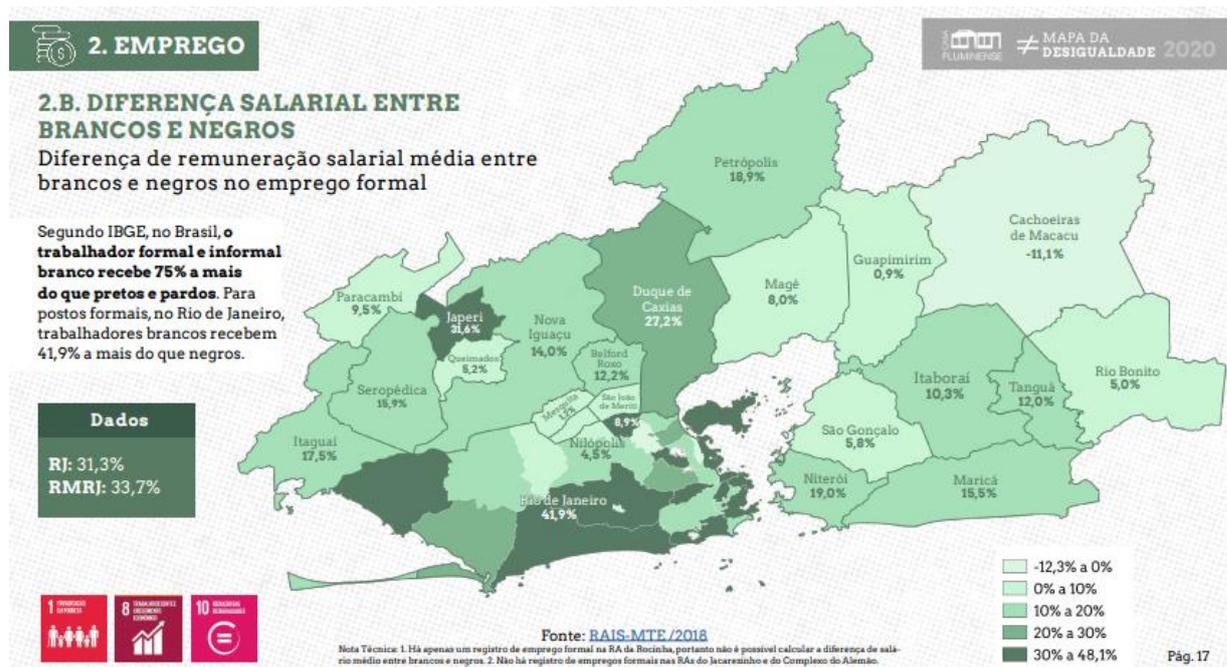
Quase todas as pessoas que entrevistei, ou com quem conversei, mencionaram a experiência no “limiar da fome”: não experimentaram necessariamente o sentimento de fome, mas tiveram restrições de comida, quando crianças, que incorporaram naturalmente às suas respectivas histórias de vida (FREIRE, 2012, pp. 926-927).

Quando olhamos o ano de 2010 e a primeira década do século 21, antes da fundação do Fórum Grita Baixada, vemos o crescimento da renda per capita média brasileira subindo 23,7 % em termos reais, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio). Mesmo

¹⁸ É o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, considerada a inflação oficial do país, fazendo uma média de preços de uma cesta de bens e serviços. A cesta é definida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, do IBGE, que, entre outras questões, verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto: arroz, feijão, passagem de ônibus, material escolar, médico, cinema, entre outros. Os índices, portanto, levam em conta não apenas a variação de preço de cada item, mas também o peso que ele tem no orçamento das famílias (IBGE, 2021). Ver em <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>.

que a renda dos mais ricos tenha subido, proporcionalmente no Brasil a renda dos 10% mais pobres foi a que subiu mais no período, 69,8%. Ao ver isso nos recortes de gênero e raça também é observado um incremento maior na renda das mulheres e das pessoas que se identificam como pretos e pardos, em comparação com os homens e brancos (NERI, 2011). Mesmo que na década de 2000 tenha ocorrido essa ascensão do poder aquisitivo de mulheres e negros no país, quando olhamos para a realidade territorial o desafio é bem grande, pelas desigualdades apresentadas nos municípios da Baixada Fluminense, como mostrado nos mapas abaixo, que analisam a desigualdade a partir do salário, o que implica um vínculo formal, ao contrário da renda. No entanto, ao analisar a diferença salarial é possível encontrar uma base de dados mais recente.

Figura 8 – Mapa da diferença de remuneração salarial média entre brancos e negros no emprego formal.



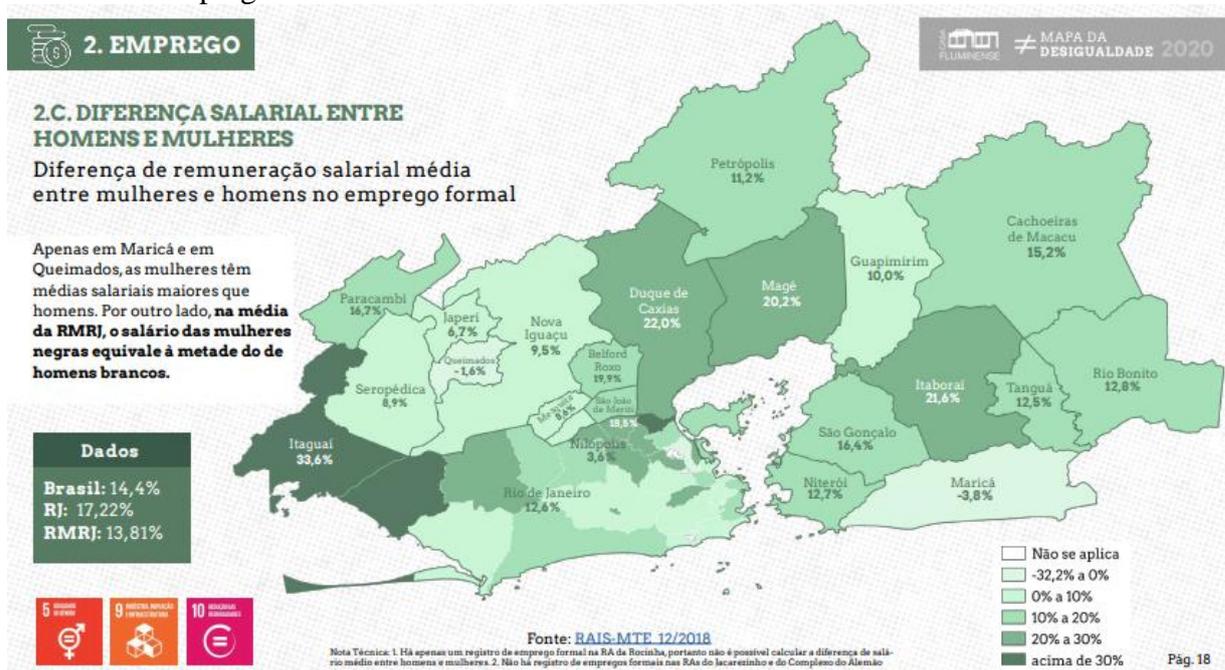
Fonte: Casa Fluminense, 2020.

Segundo o Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense, 2020), a diferença de remuneração salarial média entre brancos e negros no emprego formal é muito grande. No estado do Rio de Janeiro ao olhar os postos formais, os trabalhadores brancos recebem 31,3% a mais de salário do que os trabalhadores negros, na cidade do Rio de Janeiro esse número alcança 41,9%. Vale lembrar que uma parcela dos empregos formais na cidade do Rio é ocupada por moradores da Baixada Fluminense. No Brasil, essa desigualdade é maior, o Mapa traz a informação que segundo o IBGE, os trabalhadores brancos de forma geral recebem 75% a mais do que os

trabalhadores pretos e pardos. Na RMRJ, a maior desigualdade está na capital, seguido pelo município de Japeri com 31,6% e Duque de Caxias com 27,2%.

Quando o assunto é gênero também é perceptível essa desigualdade, na maioria dos municípios os homens têm média salarial maior do que as mulheres, com exceção na Região Metropolitana da cidade de Maricá e de Queimados, na Baixada Fluminense. Na Baixada os piores indicadores, segundo o mapa abaixo, ficam nas cidades de Itaguaí, Duque de Caxias e Magé, onde a diferença de remuneração média entre mulheres e homens no emprego formal é 33,6%, 22% e 20,2%, respectivamente. Quando olhamos cidades como Itaguaí e Duque de Caxias, é possível interpretar essa desigualdade a partir dos grandes polos de geração de empregos destes dois municípios, o Porto de Itaguaí e as empresas em sua proximidade (e da Ilha da Madeira), e a REDUC¹⁹ em Duque de Caxias. Nas indústrias as mulheres ainda estão ocupando em menor número os empregos formais.

Figura 9 – Mapa da diferença de remuneração salarial média entre mulheres e homens no emprego formal.



Fonte: Casa Fluminense, 2020.

Quando fazemos o debate interseccional, ou seja, destacando a intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, no caso aqui raça e gênero, é possível identificar uma maior diferença salarial das mulheres negras, em

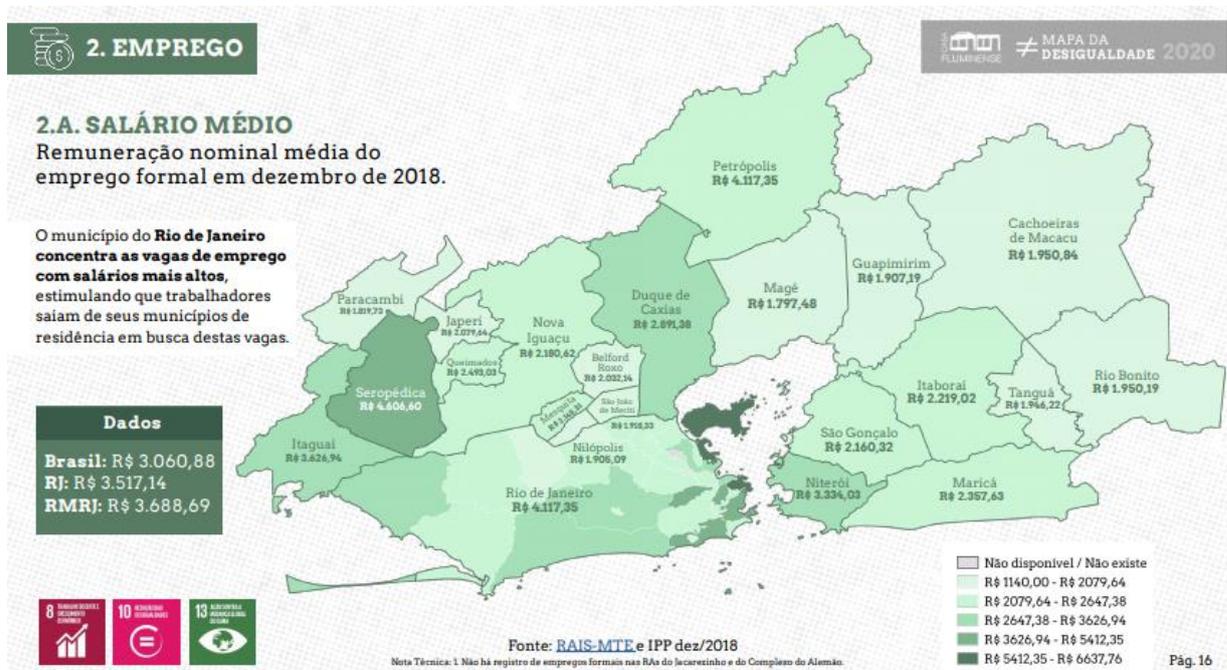
¹⁹ A Refinaria de Duque de Caxias, inaugurada em 1961, é um dos principais polos de geração de emprego da Baixada Fluminense.

detrimento a outros grupos. Segundo o Mapa da Desigualdade (CASA FLUMINENSE, 2020), na média da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o salário das mulheres negras equivale à metade do salário dos homens brancos.

Como pode ser observado, a pobreza apresenta-se de forma muito mais presente entre a população negra. Por sua vez, como a apuração do nível de renda, para fins de análise da pobreza, ocorre por meio da renda domiciliar, a variação entre sexos não se mostra relevante. No entanto, quando se analisam as rendas desagregadas, pode-se verificar que as mulheres, em especial as mulheres negras, acessam, de forma diferenciada, tanto os rendimentos do trabalho, como os recursos para obtê-los (MARCONDES, 2013, p. 128).

A mulher negra além de sofrer com esse processo desigual da renda, tem ainda outros diversos problemas, como o caso da violência. A própria história da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense, parceira do Fórum Grita Baixada, passa pelo luto e pela luta, sobretudo, de mulheres negras. Mais à frente, ao falar sobre o FGB esse debate será aprofundado. Antes disso, é importante continuar mesmo que brevemente a discussão sobre renda. A imagem abaixo reafirma o que foi dito em páginas anteriores sobre a migração pendular de moradores da Baixada até as áreas centrais da capital do estado do Rio de Janeiro.

Figura 10 – Mapa da remuneração nominal média do emprego formal em dezembro de 2018.



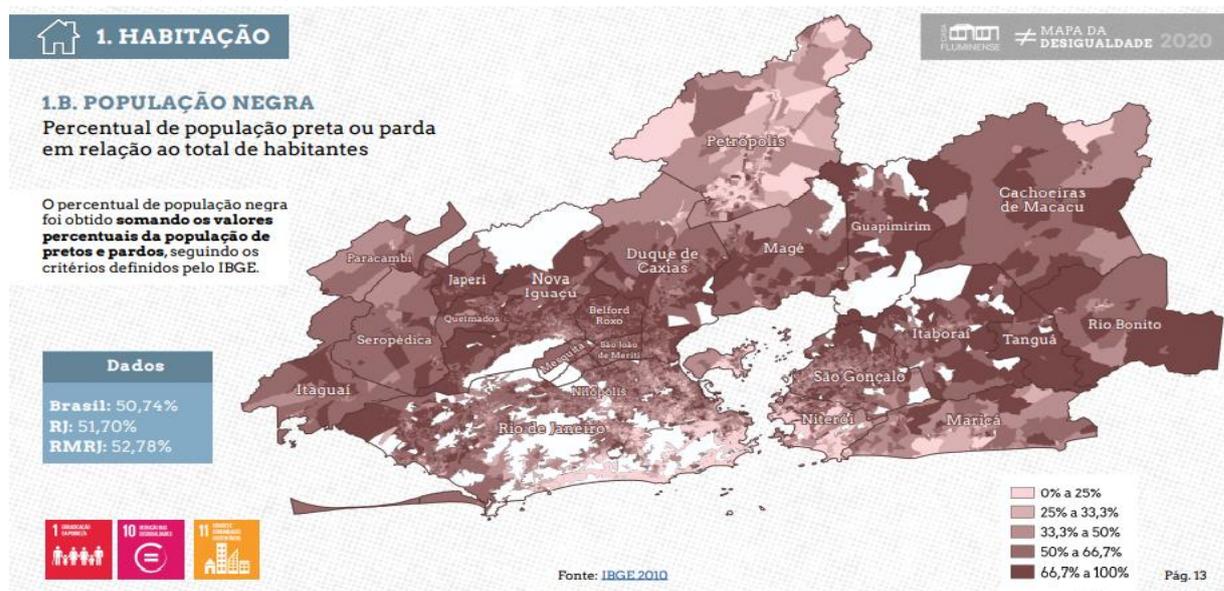
Fonte: Casa Fluminense, 2020

Ao olhar esse mapa observamos que a cidade do Rio de Janeiro concentra as vagas de emprego com o salário mais alto, o que incentiva os trabalhadores de cidades vizinhas

procurarem emprego na cidade do Rio. Na Baixada, o destaque para a remuneração nominal média do emprego formal em dezembro de 2018 fica para o município de Seropédica, recordando aqui que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem seu campus sede instalado neste município, além de órgãos federais como o EMBRAPA²⁰, o que contribui para o aumento da média salarial na cidade, o que não significa que os moradores de Seropédica estejam incluídos nessa lista.

Simões (2011) e Alves (2003) não trouxeram no debate o conceito de racismo ao retratar a realidade da Baixada Fluminense. A própria história mais contada sobre o processo de ocupação da Baixada traz o migrante nordestino como principal responsável pela ocupação do território, mas não há um debate que racializa esse migrante. Quando comparamos os mapas produzidos pela Casa Fluminense é possível identificar o fator cor como indicador paralelo aos indicadores de desigualdade.

Figura 11 – Mapa do percentual de população preta ou parda em relação ao total de habitantes.



Fonte: Casa Fluminense, 2020

O mapa acima revela que a população negra da Região Metropolitana do Rio de Janeiro está em sua maioria nas áreas periféricas, sobretudo na Baixada Fluminense. Quando observamos os eixos Barra da Tijuca e Zona Sul da capital, e Niterói, é possível identificar uma predominância de brancos nas áreas mais ricas destas cidades. Isso corrobora a afirmação de que a desigualdade social está relacionada com o racismo. A metodologia utilizada pela Casa

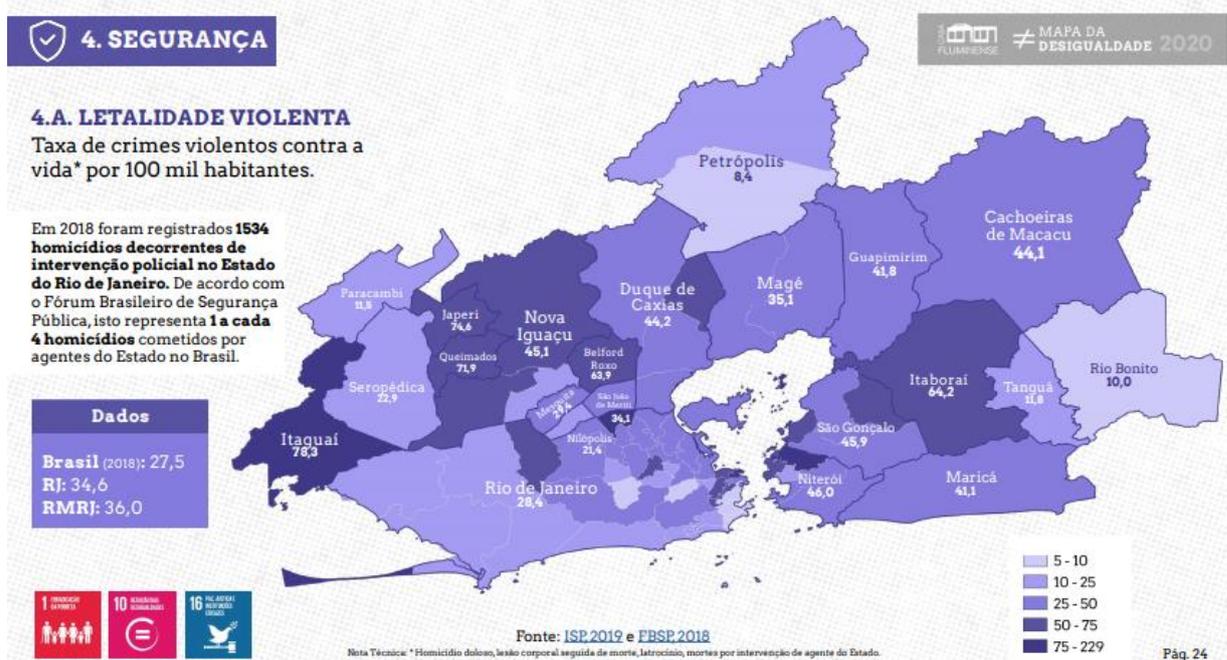
²⁰ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma empresa pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil.

Fluminense foi através da soma dos valores percentuais da população de pardos e pretos, conforme definição do IBGE.

A afirmação que a desigualdade gera violência vem sendo questionada, assim como a relação pobreza e violência que já foi debatida como uma causalidade. No entanto, ainda nesta parte ao falarmos sobre violência será possível identificar a desigualdade territorial entre os indicadores da capital e da Baixada Fluminense e também uma similaridade nas localidades que os serviços públicos não funcionam, que a renda é baixa e que os indicadores de violência são maiores. Mais uma vez, a cor da pele está como indicador que cruza os outros indicadores, a partir do debate teórico sobre necropolítica.

Os dados do Mapa da Desigualdade e de pesquisas anteriores sobre o tema da Casa Fluminense e do Fórum Grita Baixada apresentam informações que demonstram o quanto é preciso inserir nesse debate as desigualdades territoriais. Em 2016, por exemplo, quando lançado o Relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, informações apuradas pela pesquisa mostram que a taxa de homicídios na Baixada era mais que o dobro que o da cidade do Rio de Janeiro (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

Figura 12 – Mapa da taxa de crimes violentos contra a vida por 100 mil habitantes.



Fonte: Casa Fluminense, 2020

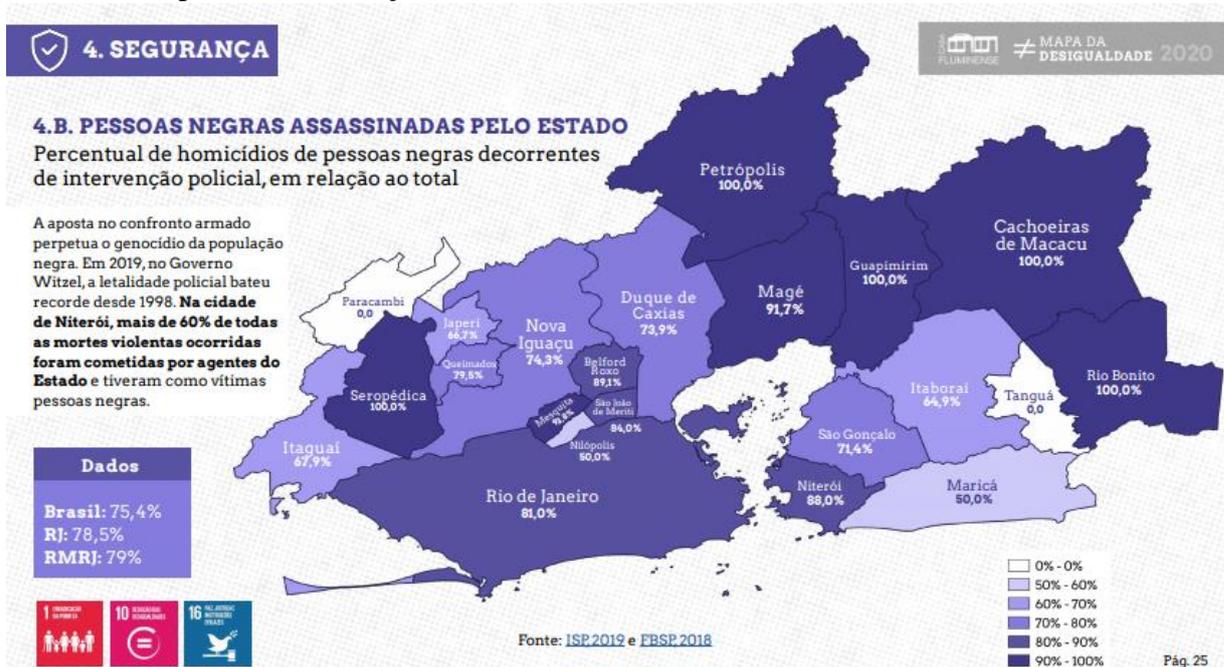
Observando o mapa acima, as piores taxas de crimes violentos contra a vida da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, mortes por intervenção de agente do Estado) estão na Baixada Fluminense, com exceção de

Itaboraí e recortes do município do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. As taxas são bem piores a países em guerra que uma parte da população cria comoção, em detrimento da realidade bem próxima. Os municípios de Itaguaí, Japeri e Queimados possuem os piores indicadores de violência, a taxa de crimes violentos contra a vida em Itaguaí foi de 78,3 mortes para cada 100 mil habitantes, em Japeri 74,6 e Queimados 71,9. Segundo a Casa Fluminense (2020, p. 24), “em 2018 foram registrados 1534 homicídios decorrentes de intervenção policial no Estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, isto representa 1 a cada 4 homicídios cometidos por agentes do Estado no Brasil”. Quando comparamos esse mapa de violência com o mapa da distribuição da população negra na Região Metropolitana vemos que as mortes ocorrem principalmente em locais onde a maioria da população é negra. Tendo em vista essa situação, a Casa Fluminense racializou o debate produzindo também um mapa com o número de pessoas negras assassinadas pelo Estado na RMRJ.

O indicador de Morte por intervenção de agente do Estado veio para substituir a antiga denominação "Homicídio decorrente de oposição à intervenção policial", que anteriormente eram utilizadas para classificar as mortes decorrentes de atos praticados por policiais civis e militares. De acordo com a Portaria N^o 229, de 10 de Dezembro de 2018, a fim de “Unificar e padronizar as classificações e o envio de dados definidos pelos entes federados a serem implementados e fornecidos pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - Sinesp”, o indicador passa a ser "Morte por intervenção de agente do Estado" que tem por finalidade definir "morte por intervenção de agente de segurança pública, do sistema prisional ou de outros órgãos públicos no exercício da função policial, em serviço ou em razão dele, desde que a ação tenha sido praticada sob quaisquer das hipóteses de exclusão de ilicitude (BARBOSA et al, 2020, p. 17757).

A citação acima traz essa reflexão da mudança da denominação desse crime, o mapa da Casa Fluminense ainda traz a denominação de homicídios decorrentes de intervenção policial. Esses termos ao longo dos anos sofrem transformações, no passado essa tipificação era denominada autos de resistência, o que tendenciosamente sempre assemelhava essa ação com a ideia de legítima defesa do agente público, colocando a vítima sempre numa posição de resistência.

Figura 13 – Mapa do percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em relação ao total.



Fonte: Casa Fluminense, 2020

O mapa acima traz uma realidade muito ruim, que escancara o racismo existente principalmente na lógica institucional da segurança pública. Nas cidades de Seropédica e Guapimirim, na Baixada Fluminense, 100% das mortes decorrentes de intervenção policial foram de pessoas negras, ou seja, nessas cidades e outras da RMRJ, os agentes do Estado assassinaram apenas pessoas negras. Essa lógica de confronto armado, sobretudo durante o período do ex governador Wilson Witzel, que sofreu impeachment, só aumenta o genocídio da população negra. “Na cidade de Niterói, mais de 60% de todas as mortes violentas ocorridas foram cometidas por agentes do Estado e tiveram como vítimas pessoas negras” (CASA FLUMINENSE, 2020, p. 25).

Anteriormente, a Casa Fluminense utilizava como recorte o indicador de homicídios de jovens negros a cada 100 mil habitantes. Na minha dissertação utilizei essa mapa como referência, o que mostrou que em 2012 “quatro municípios da Baixada figuraram entre os piores indicadores, sempre nessa lógica da periferia possuir os piores números. Por exemplo, um jovem negro de Duque de Caxias e Nova Iguaçu tem duas vezes mais chances de ser assassinado do que um jovem negro morador da capital” (ALMEIDA, 2016, p. 99). Na dissertação trouxe a ideia que JACOB et al (2014) produziram de que a violência diminui quando saímos dos núcleos mais desenvolvidos da RMRJ, no entanto no indicador do mapa acima, a partir da

metodologia da Casa Fluminense, mostra que nessas cidades a totalidade de pessoas assassinadas pelo Estado são negras.

Os indicadores mostram uma realidade ainda difícil de violência no final da década de 2010 na Baixada Fluminense. Mesmo com alguns avanços em relação ao passado onde era mais difícil uma análise do perfil das vítimas, “se por um lado apenas uma pequena parcela dos registros de ocorrência possui a informação referente aos autores dos homicídios, as informações que constam para as vítimas são também escassas” (CANO, 2006, p.23), recentemente os dados aparecem mais atualizados. No entanto, em relação aos mortos pela polícia, quase metade dos estados brasileiros não divulga a raça das vítimas, segundo levantamento do site de notícias G1. Sobre o Rio de Janeiro, o levantamento²¹ de setembro de 2020 diz:

[...]não há dados disponíveis de raça para todo o semestre. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), “os microdados do banco de dados de registro de incidências criminais e administrativas da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro só estão passíveis de divulgação para o público em geral após a conclusão do processo de julgamento de recursos e publicação de retificações previsto no Artigo 3º da Resolução SESEG Nº 932 de 19 de fevereiro de 2016”.

O racismo estrutural contribui com esse processo de invisibilidade da população negra e da sua colocação num lugar de principal vítima da política de segurança pública. Na Baixada Fluminense não é diferente. Por isso, a importância de se discutir aqui o processo histórico de violência na região e como a população diante desse cenário encontrou mecanismos de resistência a esse grave problema.

1.3 Fama de “barra pesada”: uma história de violência na Baixada Fluminense

Até agora já discutimos conceitos e debatemos sobre as desigualdades na Baixada Fluminense, com a violência passando como eixo estruturante deste processo. No entanto, pela quantidade de problemas estruturais da Baixada, como retratado neste capítulo, discutido por diversos autores e presente na realidade da população, a discussão da violência acaba sendo secundarizada enquanto problema que precisa ser enfrentado. Isso ocorre também pelo medo da população em falar sobre o assunto, o que inclui também movimentos e organizações da sociedade civil presentes na região. A violência por si só cria esse rompimento ético com aquilo

²¹ <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/quase-metade-dos-estados-nao-divulga-raca-de-mortos-pela-policia-dados-disponiveis-revelam-que-34-deles-sao-negros.ghtml>. Acesso em novembro de 2021.

que é minimamente aceitável, ao transformar o ser humano num objeto descartável e suscetível ao controle de outrem (CHAUI, 1998).

Não é só a desigualdade ou o medo que colocam esse tema na prateleira. As desigualdades precisam ser enfrentadas, mas quem detém o poder na região historicamente não está preocupado em buscar alternativas para a superação dos problemas. O medo da população é justificável pela história de quem ocupa as gestões municipais, as câmaras de vereadores e os legislativos estadual e federal, representando a Baixada. Se a partir da eleição de Jair Bolsonaro a presidente do Brasil e as acusações que envolvem pessoas próximas a ele nacionalizou o debate sobre grupos militares e paramilitares que ocupam os espaços de poder (MANSO, 2020), na Baixada Fluminense a discussão sobre a influência de grupos de extermínio na política já era feita desde o século XX, antes do processo de redemocratização.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de “cidade maravilhosa”, a então capital do Brasil tinha um enorme potencial de crescimento e recebia pessoas de todo país, o seu entorno também. Para fins de simplificação e como não é objetivo desta tese discorrer sobre os fluxos migratórios, vamos chamar aqui de estado do Rio de Janeiro o território que corresponde a atual unidade da federação, ou seja, o antigo estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro. Entre as décadas de 1940 e 1970, este território se destacou como uma das áreas de maior atração populacional do Brasil, ao lado de São Paulo, do Paraná e de algumas regiões do Centro-Oeste (SOUZA; FRUTUOZO, 2018). Num processo de gentrificação da região turística (Centro e Zona Sul), a população nordestina em sua maioria ocupou espaços de morros e favelas da antiga capital da república e os terrenos alagadiços da Baixada Fluminense (SIMÕES, 2011).

Se posteriormente a capital e a Baixada pertenceram ao mesmo estado, após fusão do estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro, em 1975, os limites entre a capital e as cidades da Baixada pareciam o mesmo, a não ser quando o assunto era violência. Alves (2003) recorda uma situação ocorrida após a chacina de Vigário Geral, em 1993, onde 21 pessoas foram assassinadas. Para quem não conhece a cidade do Rio de Janeiro, Vigário Geral fica próximo a Duque de Caxias e da saída da Avenida Brasil para a Rodovia Washington Luís, que corta esta cidade da Baixada. Logo após a chacina, uma deputada federal fez um pronunciamento na rádio lamentando as mortes na favela da Baixada Fluminense. Isto poderia ser considerado um erro de alguém que pouco conhece a realidade ou que não sabe geografia, mas essa situação expõe o processo de “baixadização” de alguns bairros cariocas, ou seja, que passaram a conviver com processos de violência na década de 1990 (ALVES, 2003).

Antes de 1990, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, a Baixada Fluminense era conhecida por muitas pessoas como o lugar mais violento do mundo. No final dos anos 1970, uma revista local divulgou uma notícia com base num suposto relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que teria apresentado Belford Roxo, então distrito de Nova Iguaçu, como o lugar mais violento do mundo (SALES; FREIRE, 2020). Ainda que este título negativo não tenha sido confirmado, Belford Roxo, assim como outras cidades da Baixada, já figuraram entre as mais violentas do Brasil.

Além da violência, a região da Baixada convivia com o preconceito por parte da imprensa. Era comum colocar a violência como fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, ou seja, com a Baixada sendo a antítese da civilização (ALVES, 2003). Todo esse processo contribuía mais com uma ideia jocosa da região, do que um instrumento de denúncia daquilo que acontecia por aqui. Neste sentido, Enne (2004) traz utilizando os exemplos de Alves (2003) o medo da cidade do Rio ser sitiada pela Baixada, a partir dos exemplos dados pelo Jornal do Brasil ou pelo Jornal O Globo, onde o primeiro criou a ideia de “câncer vizinho” e “lei do gatilho” como regra e o segundo definindo a “fauna criminosa da Baixada Fluminense”. A imprensa mostrava um lado cruel ao retratar a região, o que provoca também, como apresentado na introdução com uma situação em que eu vivi na adolescência com meus amigos, um dos “principais problemas dos que residem na região: a perda de ‘autoestima’²² em razão dos ‘estigmas’ e ‘imagens negativas’ que as pessoas ‘de fora’ da Baixada têm sobre a mesma” (ENNE, 2004).

Infelizmente o que acontecia na Baixada Fluminense não era notícia falsa, poderia haver sensacionalismo e preconceito, mas a região vivia um problema sério que a colocou numa posição de terra sem lei ou numa terra onde quem detinha a lei a interpreta de forma diferente. Se em outros lugares as pessoas que praticavam crimes de roubo e furto eram presas quando pagavam pelos seus atos, na Baixada o destino era outro, os chamados “justiceiros”, pertencentes aos grupos de extermínio da região, executavam seus algozes. “Ainda nas décadas de 1970 e 1980, a maioria dos assassinatos era feita por encomenda ou visando ‘limpar’ a área de traficantes, ladrões e outros tipos indesejáveis” (SALES; FREIRE, 2020, p. 210).

Os grupos de extermínio agem como matadores de aluguel, principalmente em territórios periféricos, como um “sistema de justiça privada”. No entanto, não é tão direta em muitos casos a relação entre “compra” e “venda” do serviço para execução de uma pessoa,

²² Observei também essa absorção por parte dos moradores da Baixada das imagens negativas como discurso no trabalho de Freire (2012), onde os entrevistados levam para além das desigualdades estruturais a comparação dos problemas entre Baixada e Rio, comparando também os costumes, o humor e as características dos habitantes.

muitos grupos de extermínio agiam na região com a alcunha de “protetores do bairro”, assim como as milícias num fenômeno mais recente. Assim como elas, a relação destes grupos na Baixada representavam uma troca comercial e tinham grande potencial político pelo apoio da população a essas práticas (ALVES, 2003). Se para Weber (1982) o Estado deveria ter o monopólio da força, havia uma impressão na Baixada que só o Estado, pela sua incapacidade, não seria suficiente para combater a violência na região. Sendo assim, “no recurso a esses grupos estaria uma rígida separação entre o público e o privado, segundo o qual conflitos domésticos e de vizinhança não devem sofrer intervenção da esfera pública. Uma lógica excludente e particularista que prefere a ordem à margem da lei à desordem sob um estado ineficiente” (ALVES, 2003, p.21).

A ascensão desses grupos de extermínio na Baixada Fluminense fez surgir figuras emblemáticas na região que posteriormente construíram suas histórias na política institucional, tendo como marca a violência, principalmente pós redemocratização. Os “justiceiros” tinham apoio de parte considerável da população e possuíam financiamento de comerciantes e empresários locais (SALES; FREIRE, 2020), estes financiaram esses grupos que tinham a participação direta e indireta de agentes públicos da segurança.

A partir da criação da Polícia Militar, em 1967, na condição de força auxiliar no processo de repressão e patrulhamento preventivo, iniciou-se a escalada dos grupos de extermínio. A participação direta e, posteriormente, indireta de policiais nestes grupos, o financiamento por parte de comerciantes e empresários locais e o respaldo por parte dos grupos políticos locais forneceram as condições adequadas para o funcionamento deste aparato criminoso (ALVES, 2002, p.63).

Antes mesmo do fortalecimento destes grupos, Tenório Cavalcanti já se colocava como um justiceiro que levava a imagem da Baixada Fluminense. O “homem da capa preta” como era conhecido tinha seu lado folclórico, andava acompanhado de uma submetralhadora na qual chamava de “lurdinha”²³, mas o que o galgou a mandatos de vereador e deputado federal, tendo seus direitos políticos cassados no golpe de 1964, foram suas relações construídas através de redes de confiança, incluindo familiares, e suas práticas violentas que atingiam seus opositores em Duque de Caxias (ALVES, 2003). Segundo Alves (2003, p. 84), “na sua cotidiana relação com a violência, que lhe renderam, de 1928 a 1953, 47 ferimentos a bala, 28 episódios violentos e 8 prisões, segundo suas memórias, Tenório haveria de protagonizar uma verdadeira guerra (...)”.

²³ Tenório Cavalcanti ficou conhecido como homem da capa preta por utilizar uma capa de cor escura, e levar escondida nela um colete a prova de balas e uma metralhadora apelidada de “lurdinha” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 17).

Obviamente, não apenas o trabalho como capataz, mas também o casamento com uma mulher pertencente à elite local deram condições para que Tenório fosse mais reconhecido naquele meio. O fato é que ele saiu de uma posição social hierarquicamente inferior para outra em que se colocava como igual às pessoas da elite. Tenório se aproximou, por laços pessoais, da elite política que foi atingida pela Revolução de 1930, que se opôs ao governo Vargas. Aliando-se a pessoas influentes na política local, ele começou a ser levado por Getúlio Moura, então chefe regional da UPF, em reuniões políticas, até que se filiou ao partido. Mais tarde Getúlio Moura tomou rumos diferentes dos de Tenório na política, mas o ajudou várias vezes quando foi acusado de cometer crimes (SILVA et. al, 2012, pp. 56-57).

A figura de Tenório é emblemática porque acabou moldando muitos perfis políticos para a Baixada, ele juntava o populismo com o coronelismo (ALVES, 2003), produzindo algo singular para a região. O populismo de Tenório também era baseado no assistencialismo, que por sinal ainda é forte na Baixada. Do emprego a quem não tem até a água que faltava, segundo a letra do samba Bamba de Caxias, dos sambistas Moreira da Silva e Ribeiro da Cunha, suas práticas assistencialistas eram bem conhecidas da população (SILVA et. al, 2012). Além disso, a figura dele dialogava com a origem de muitos moradores da Baixada migrantes nordestinos, pois havia também migrado do Nordeste e aqui construído sua história de riqueza e poder (ENNE, 2004).

Tenório Cavalcanti não surgiu do nada. Sua origem enquanto matador na Baixada surge de um processo de disputa por terras na primeira metade do século XX na região. Se ainda hoje a grilagem de terras (falsificação de documentos para a posse ilegal de terras públicas ou de terceiros) em Duque de Caxias é um problema²⁴, naquele tempo a terra era o principal objeto de disputa, num local que poderia ser visto como fundamental para o processo de crescimento do que seria a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo Silva et al (2012, p.55), pelo fato das terras não serem demarcadas separando as propriedades, “a polícia não tinha autonomia para contestar o poder dos donos das terras e, em muitos casos, trabalhava na defesa de seus interesses pessoais. Como consequência, esses grupos armados se tornaram um ator muito importante na organização e estrutura das relações sociais”.

²⁴ Para justificar a afirmativa que no presente a grilagem de terras ainda é um problema basta acessar notícias recentes sobre invasões. Em 2017, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou providências ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para cessar invasões e grilagem de imóveis em Duque de Caxias (RJ). O Incra detém a propriedade de inúmeros imóveis na área denominada antigo Núcleo Colonial São Bento, a qual tem sido alvo de grande especulação imobiliária, haja vista a sua localização privilegiada, nas proximidades da BR-040 (Rodovia Washington Luís) e Arco Metropolitano, situação que despertou o interesse de muitos empresários e também do poderes públicos pela utilização privativa da área. <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/410087431/mpf-rj-recomenda-providencias-ao-incra-para-cessar-invasoes-grilagem-de-imoveis-em-duque-de-caxias-rj> Acessado em dezembro de 2021.

Todo esse processo passou por inúmeras fases da história política nacional, num século XX marcado por mudanças e instabilidade na política brasileira. No entanto, com a ditadura iniciada em 1964, mesmo que tenha sido também um golpe ao mandato de Tenório e de outras figuras que ascendiam ao poder, o extermínio receberia respaldo.²⁵ Duque de Caxias, por exemplo, passou a ser município de segurança nacional²⁶ em 1968 a partir de decreto do general-presidente Artur da Costa e Silva, com isso o prefeito passava a ser indicado pelo governador do estado. Mesmo assim, a ditadura teve um papel importante para a consolidação dos grupos de extermínio na região, com ela esses grupos passaram a ter um maior respaldo político.

Gestada no início da ditadura civil-militar de 1964, este modelo vem funcionando a partir da articulação de três elementos: 1) o aparato policial que compõem os grupos e que assassina; 2) o financiamento por grupos econômicos; e 3) o suporte de políticos que garantem o funcionamento do grupo e se valem dos seus serviços. O desgaste deste projeto, no final do período ditatorial, ensejou a introdução do elemento civil na operacionalização das execuções, no início dos anos 1980. Trajetórias bem-sucedidas de assassinos proporcionaram projetos políticos igualmente bem-sucedidos. A Baixada assistiu à chegada dos matadores ao poder na justificativa totalitária do bandido bom é bandido morto. A deterioração da segurança pavimentou o sucesso eleitoral dos que a partir do voto lavavam sua cidadania nas urnas e consagram-se como personalidades políticas, numa repetição da história de Tenório Cavalcanti, ao mesmo tempo como farsa e como tragédia. Farsa, porque Tenório jamais foi palatável à ditadura, que o caçou como deputado (ALVES, 2015, pp. 8-9).

Não vou julgar aqui o mérito da posição de Tenório, posteriormente, no processo de redemocratização, de tentar retornar para política, algo que não galgou sucesso, talvez pela postura de se afastar do seu passado enquanto “matador” ou “justiceiro” e aprofundar sua imagem em suas obras assistencialistas, restava para ele a imagem mística conquistada através do sangue numa época anterior (SILVA et. al, 2012). Naquele cenário político a violência não servia mais para ele, “as ações praticadas pelos grupos de extermínio e a violência generalizada na Baixada Fluminense, amplamente divulgada pela mídia carioca do final dos anos 1970, não tinham nenhuma relação intrínseca com a vida de Tenório Cavalcanti” (SILVA et. al, 2012, p. 277).

Acima, neste tópico, vimos que muitos crimes de Tenório foram encobertos devido às relações pessoais que ele tinha na política e em espaços da justiça. Durante a ditadura militar, algo que dava respaldo para a atuação dos grupos de extermínios era a baixa elucidação dos

²⁵ Segundo José Claudio Souza Alves, nós vivemos na Baixada Fluminense sob o efeito das estruturas que a ditadura criou e que nunca foram modificadas. <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nos-vi-vemos-sob-o-efeito-das-estruturas-que-a-ditadura-criou-e-que-nunca-foram>. Acessado em dezembro de 2021.

²⁶ <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-nome-da-seguranca-nacional-ditadura-proibe-voto-em-capitais-outras-cidades-20203122>. Acessado em dezembro de 2021.

casos. Poucos casos de homicídios se transformavam em processo, até porque a maioria deles tinha envolvimento direto de policiais que prestavam serviços a empresários e comerciantes locais, logo isso representava o interesse da elite local daquela época (ALVES, 2002). Infelizmente esse ciclo de impunidade continua no estado do Rio de Janeiro. Segundo dados levantados pelo Instituto Sou da Paz, contidos no Boletim “As Juventudes da Baixada querem viver”, organizado pela Casa Fluminense em conjunto com o Fórum Grita Baixada e a ONG PROFEC, a cada 100 homicídios dolosos no estado, apenas 12 geraram denúncia na justiça, em 2015 (CASA FLUMINENSE, 2018).

A atuação dos esquadrões da morte e grupos de extermínio na Baixada fizeram com que surgissem figuras míticas como o “Mão Branca” nas décadas de 1970 e 1980, que poderiam ser interpretadas como um indivíduo ou um grupo. Uma série de assassinatos que não eram elucidados recebiam na mídia e popularmente o rótulo de terem sido executados pelo suposto grupo de extermínio que recebia a alcunha de “Mão Branca”, o que poderia ser, na verdade, um artifício para ocultar e possibilitar a atuação de inúmeros grupos (ALVES, 2002). Ainda sobre isso, Enne e Diniz (2005, pp. 9-10) recordam que em janeiro de 1980 o Jornal Última Hora²⁷ publicou sobre o possível “justiceiro Mão Branca” para justificar alguns assassinatos na Baixada, mas segundo as autoras, tudo indica que “Mão Branca” é um personagem fictício que através de entrevistas realizadas por elas durante a pesquisa, não passa “de uma ‘invenção’, de uma ‘criação’, um ‘mito’, uma ‘brincadeira’, uma ‘ficção’, uma ‘estratégia para vender jornais’, dentre outras expressões recolhidas”.

Para a população, de modo geral, essas práticas eram vistas como uma forma de limpar a área, ou seja, deixar a Baixada menos violenta. Um erro clássico, pois isso na verdade alimenta um ciclo de violência. Se para a justiça os autores dos crimes não eram revelados, para a população local isso ficava bem claro, tanto que essas práticas serviram para a entrada na política de diversos matadores (ALVES, 2003). É possível observar ao longo dos anos uma mudança no perfil desses grupos de extermínio. Inicialmente como capatazes e nascidos nas disputas por terras, durante a ditadura teve uma massiva participação de agentes públicos. Depois, além dos agentes que assumiam outros papéis, civis também ocupavam esses espaços.

²⁷ Sobre o Jornal Última Hora, Enne e Diniz (2005, p. 8) afirmam que “A Última Hora é, no início dos anos 80, um periódico totalmente diferente daquele criado décadas antes por Samuel Wainer, com o intuito de apoiar Getúlio Vargas, por quem também será apoiada, e que será conhecido exatamente por seu papel no jogo político e por seu pioneirismo no campo das famosas reformas dos anos 50. No entanto, no início dos anos 80, trata-se de um jornal em crise, com substancial perda de público e anunciantes, voltado exatamente para as classes mais baixas em termos de estratificação socioeconômica. Seu conteúdo, neste sentido, é predominantemente sensacionalista, com destaque para matérias policiais e fait divers, construídas em tom melodramático e com forte apelo popular, principalmente por carregar marcas da linguagem coloquial e da oralidade”.

Se durante a ditadura os grupos de extermínio eram compostos por agentes públicos como policiais, bombeiros e guardas municipais, já no final do regime militar, na década de 1980, começou a aparecer também a presença de civis e os agentes públicos passaram a gerenciar essa estrutura de violência, com a anuência do Estado e do comércio local (SALES; FREIRE, 2020, p. 210).

A década de 1980 continuou com uma tentativa falha de conter os grupos de extermínio, o que fez mostrar mais ainda a força deles. A tentativa de combater os grupos criminosos existiu no primeiro governo Brizola, mesmo que não tenha alcançado os efeitos necessários, mas se mostrou esquecida com o quase direito adquirido pelos grupos de extermínio atuarem na Baixada durante o governo Moreira Franco, “sobretudo no seu último ano, 1989, quando a Baixada conheceu seu mais alto índice de homicídios: 95,55 mortos por 100 mil habitantes” (ALVES, 1998, p.127). Todo esse processo no fim da década de 1980 possibilitou que na década de 1990 figuras conhecidas como “matadores” se fortalecerem na política da Baixada Fluminense, ocupando as Câmaras de Vereadores e prefeituras (ALVES, 2002).

A Baixada Fluminense não foge a essa constatação. Sua originalidade, porém, não reside na organização legal da violência pelo Estado a favor de uma “conspiração das classes dominantes”, ou na “incompetência em controlar a violência” por parte desse mesmo Estado, mas no fato de ele ser altamente permeável à violência ilegal. A trajetória política de vários matadores na região dá somente uma maior visibilidade à consagrada participação de organizadores de grupos de jagunços ou de extermínio no poder local (ALVES, 2003, p.23).

É complexo o cenário da Baixada Fluminense, difícil a compreensão simplista ou pelo olhar não aprofundado de quem não conhece de fato a realidade daqui. Hoje conhecida como periferia urbana, a partir do olhar dos urbanistas, a Baixada possui também suas divisas baseadas na violência e nas emoções. Esse cenário do parágrafo anterior, onde figuras políticas emergem do crime, da morte e do sangue contribuem para um ciclo onde os direitos não são respeitados e que o desrespeito aos direitos torna-se algo positivo aos olhos dos eleitores. Por isso a ideia de “totalitarismo socialmente construído”, onde o poder totalitário, por assim dizer, desses grupos criminosos nascem do desejo de vingança e justicamento da própria população (ALVES, 2003).

A expressão “bandido bom é bandido morto”, que ganhou notoriedade novamente na segunda metade da década de 2010, não é nova, assim como a tentativa de menosprezar a defesa dos direitos humanos. Ela passa também por uma ideia de descaracterizar o homicídio de “pessoas suspeitas” como algo ruim, pelas sutilezas e preconceitos envolvidos neste processo (ODALIA, 1985). No fim década de 1980 já era utilizada por políticos, como o delegado Sivuca, integrante do grupo Scuderie Le Cocq, um dos maiores grupos de extermínio do Rio de Janeiro que atuou nas décadas de 1960, 1970 e 1980, que “elegeu-se deputado estadual pela primeira vez, em 1990, brandindo exaustivamente o bordão ‘bandido bom é bandido morto’,

considerado de sua própria autoria” (LEMGRUBER et al, 2017, p.46). Esse tipo de ação ganhava notoriedade na capital e no estado para os cargos no legislativo, mas na Baixada o executivo também era objeto de desejo dos matadores, como mostra o trecho abaixo.

A eleição de dois dos mais destacados representantes dos grupos de extermínio da Baixada à prefeitura de duas das mais populosas cidades da região, que juntas somam quase 1 milhão de eleitores, confere aos anos 90 o amargo gosto da derrota. A não citação dos nomes, por motivos óbvios para um morador da região como eu, permite avançar na análise desta nova conjuntura e perceber suas implicações. Ambos davam sustentação a blocos de poder que estão muito além da esfera local, reeditando a tradicional aliança, que povoa nossa história, entre representantes da classe dominante nacional e os criminosos (ALVES, 2008, p.26).

O gosto amargo da derrota vem desta realidade onde o extermínio é a base sólida para a atuação política. Para Rodrigues (2017, p. 109), o homicídio é um recurso primário de poder, numa espécie de “clientelismo homicida”, ou seja, “uma forma de controle territorial que visa produzir uma rede de favores privados para a apropriação da coisa pública, mas que tem o assassinato como o seu recurso primário e imediato de poder”. São inúmeros os casos de assassinatos de pessoas consideradas criminosas, por participar do tráfico de drogas ou praticar roubos e furtos na região; pessoas assassinadas de forma equivocada, chamadas por algumas pessoas danos colaterais; chacinas, onde pessoas são mortas aleatoriamente; mortes encomendadas por disputas que envolvem questões materiais e sentimentais; e mortes provenientes das disputas políticas na região. A violência política na Baixada Fluminense é algo central na “organização das relações de poder e da construção de carreiras políticas”, sendo o poder de matar “um instrumento de regulação das relações de poder utilizado para a eliminação de concorrentes e a delimitação de áreas de controle e influência política” (RODRIGUES et. al, 2021, p. 9).

Cada figura política tem seu território, sua forma de atuação. O clientelismo homicida não é algo do século XXI, mas encontra base desde os tempos de Tenório Cavalcanti, que teve seu espaço na política. Nos dias atuais, ainda é comum que parlamentares da Baixada Fluminense, seja nas Câmaras de Vereadores ou na Assembleia Legislativa, “em seus discursos, se remetem diretamente aos seus redutos eleitorais” e segundo (RODRIGUES, 2017, pp. 110-111), o trabalho de campo coordenado por ele “apurou a permanência de um padrão que articula a formação de um reduto com desempenho do poder armado nessas localidades”. Ou seja, assim como no passado, muitos políticos da região emergiram da sua atuação em milícias ou grupos de extermínio, usando o poder armado para dominar territórios e conseguir acúmulo político e econômico. Parecem levar a sério a ideia de Weber (1982) que a violência é o meio decisivo para a política.

Aqui eu não quero generalizar que toda a população vota ou concorda com a ação desses políticos matadores, não existe unanimidade. Mas, ao longo da história, as reivindicações da população da Baixada pouco seguiam na linha do combate a violência dos homicídios, com exceções quando a ação interferia diretamente alguma comunidade ou espaço organizado. Isso acontece principalmente pelo medo de entrar no caminho desses grupos de extermínio. Em sua pesquisa, Freire (2012) percebeu que ao conversar com os entrevistados uma lista de problemas eram citados, sendo o menos publicizado a violência. Os movimentos sociais, coletivos e associações de moradores evitam entrar a fundo nesse tema, tecendo comentários mais pessoais, em conversas pequenas e informais, do que em espaços públicos. Sempre ouvi de pessoas próximas a mim, nasci e fui criado na Baixada, que paredes têm ouvidos, alguns nomes e situações sobre a violência na Baixada é melhor nem falar. “Ora, a questão da violência e do medo de publicizar este assunto pode, para certas arenas públicas, reorientar o agir político a partir de certos assuntos que se apresentam como indizíveis, mas sentidos” (FREIRE, 2012, p. 930).

Toda essa espiral de violência faz com que as pessoas prefiram ficar isentas sobre esse tema. Além disso, há quem internamente não concorde com as práticas, mas com medo acabam votando nessas candidaturas, principalmente por elas estarem territorializadas, como os títulos de eleitores. É sabido que o voto é secreto, mas ninguém quer saber o resultado de uma baixa votação num local que é curral eleitoral de um matador, ainda mais num processo marcado pela compra de votos (RODRIGUES et. al, 2021). Muitos desses candidatos criminosos atuam comprando o voto na semana antes das eleições e, durante o mandato ou antes dele, atuam numa rede de clientelismo, oferecendo direitos como se fossem favores.

Desde criança gosto de discutir política, ainda pequeno, não entendia muito bem o cenário local, mas percebia ganhando os santinhos – que eu colecionava – uma maior quantidade de papéis, de som circulando nas ruas e pessoas trabalhando para os candidatos que posteriormente eram eleitos. Poucas vezes eram eleitos candidatos com base popular e que gastaram poucos recursos. Recordo enquanto criança da campanha do Padre Adelar, eleito vereador em São João de Meriti pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Casos como do Padre Adelar ou de alguns outros vereadores e prefeitos eleitos com pouco recurso na Baixada são exceções. Na pesquisa realizada pelo Observatório das Favelas, grande parte dos entrevistados da Baixada Fluminense disse que o atributo principal para uma candidatura se tornar um mandato é o dinheiro, seguido por apoio político – construção de redes com atores políticos relevantes – e base eleitoral (RODRIGUES et. al, 2021). Capital econômico, capital político e base eleitoral são os três aspectos fundamentais para ganhar uma eleição na Baixada. Ser temido

ou amado, ou os dois, como Maquiavel (2008) apresenta, significa através das ações de grupos criminosos conquistar dinheiro, articular politicamente e conseguir uma base territorial através do populismo e/ou clientelismo.

A situação de violência na Baixada não se esgota nesse modelo de grupo de extermínio que acessa a política local e estadual, e às vezes nacional. Esse modelo foi consolidado ao longo tempo, sobretudo durante a ditadura civil-militar, nos anos 1960, mas está presente em conjunto com outras estruturas do crime na região. É possível através de relatos de moradores e de pesquisadores saber da existência de diversos esquemas criminosos nas cidades da Baixada, dentre eles o tráfico de drogas e de armas, os roubos nas suas mais diversas formas (carro, cargas, comércio, residências), o jogo do bicho, inclusive ao lado da exploração de máquinas caça níqueis sendo referência na Baixada Fluminense, a receptação e venda de material roubado, sequestros e golpes (ALVES, 2015). Sobre todas essas atividades criminosas, José Cláudio diz:

Mas, entre elas, os grupos de extermínio eram proeminentes, exercendo uma influência mais acentuada. A motivação do assassinato de 29 pessoas na Chacina da Baixada está relacionada à contraposição dos policiais assassinos ao comandante do 15o Batalhão da PM, que havia prendido policiais por desvio de conduta, ameaçando o funcionamento dos esquemas de ganho interligados e organizados pelos grupos de extermínio aos quais pertenciam (ALVES, 2015, pp. 8-9).

A Chacina da Baixada traça um marco para o debate sobre a segurança na região, pois traz de volta no século XXI a ideia de lugar perigoso, principalmente pelo perfil dessa chacina que ganhou apelo popular e “chocou todo país por ter dado cabo de forma aleatório à vida de 29 indivíduos, e também por divulgar o retrato de vulnerabilidade no qual vive a população” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p.23). Nos anos 1990, a mídia tinha tirado o foco da Baixada como lugar violento e voltado os olhos para a capital. A cidade do Rio de Janeiro experimentava a “baixadização” com altos índices de violência e com as chacinas de Vigário Geral e da Candelária, ambas em 1993 (ALVES, 2003). Mesmo com os homicídios na Baixada proporcionalmente nas alturas, na capital chamava a atenção os indicadores, colocando a discussão sobre a Baixada em segundo plano. Já ouvi muito em reuniões do Fórum Grita Baixada a opinião que para passar no jornal sobre violência na Baixada, só quando tem chacina e mesmo assim, dependendo do número de mortes, vão chamar de outro nome.

As chacinas são classificadas como o incidente onde três ou mais pessoas são assassinadas num mesmo momento ou situação. Ao longo da história são inúmeros episódios que são considerados chacinas, ao ponto do Fórum Grita Baixada, em seu relatório, listar algumas chacinas ocorridas na região, dentre elas a chacina da Baixada (2005), onde 29 pessoas foram mortas em Nova Iguaçu e Queimados; a chacina da Bacia do Éden (2010), onde 6 pessoas

morreram e 9 ficaram feridas em frente a um bar, na Bacia do Éden, em São João de Meriti; a chacina da Chatuba (2012), em Mesquita, que matou 9 pessoas; e a chacina do Parque Paulista (2014), em Duque de Caxias, onde 5 adolescentes entre 13 e 18 anos foram assassinados na frente de um bar, no bairro Parque Paulista. Como característica destes episódios é comum os executores atirarem a esmo, mesmo que tenham alguém específico para matar, sem preocupação com quem está no entorno, colocando o poder do medo e do terror como motores dessa situação (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

É recorrente, nos modos de consolidação de poder desses grupos, a perpetração de execuções cujas vítimas não possuem nenhuma relação com seus executores: não descumpriam nenhuma ordem, ou regra, nem cometeram nenhum “delito”, por exemplo. Esse é o caso das chacinas, tão emblemáticas e frequentes na Baixada. Nessas execuções, os assassinos atiram a esmo contra moradores de determinados bairros. Mesmo quando não se tratam de chacinas, ao que parece, a aquisição de poder depende dos assassinatos como um recurso primordial, em combinação com os arranjos econômicos e as relações de lealdade. A quantidade das mortes se converte em certo quantum de poder local (RODRIGUES, 2017, p. 109).

Esse tipo de ação também é reflexo da impunidade para quem comete esse tipo de crime. No caso da chacina da Baixada, a motivação teria sido o descontentamento com o comandante do Batalhão de Duque de Caxias que havia prendido 60 policiais por desvio de conduta. No processo pós-chacina, executada por policiais militares, 11 PMs foram denunciados e 4 foram condenados. Outras chacinas não chegaram a ser elucidadas e os culpados estão soltos. Um dos motivos para a baixa elucidação passa pela dificuldade de encontrar testemunhas, muitas pessoas têm medo de fazer denúncias aos órgãos do estado (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016). Esse processo de impunidade favorece a prática dos homicidas, “dado que alguns criminosos cometem um número elevado de crimes, não resta dúvida de que esse nível de impunidade está estimulando a violência letal no estado do Rio” (CANO, 2006, p.20).

1.4 As UPPs e a Baixada Fluminense

Sucessivas políticas públicas ao longo da história, para muitos pesquisadores, deixam a Baixada Fluminense de fora de processos importantes para a melhoria das condições de vida da população. A política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro ganhou uma grande vitrine a partir da instalação em 19 de dezembro de 2008 da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A 1ª UPP ganhou respaldo jurídico a partir do decreto de 21 de janeiro de 2009 que cria a Unidade de Polícia Pacificadora dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A partir da criação dessa UPP, foram criadas posteriormente 37 UPPs, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Até

o início do ano de 2012, ano da fundação do Fórum Grita Baixada, existiam 19 UPPs instaladas em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro (CANO et al, 2012).

Como morador da Baixada, uma crítica muito comum em ouvir era a ausência da preocupação do Estado com a segurança pública na região, tendo em vista que a maioria das UPPs foram implantadas na capital. A população enxergava na propaganda positiva que as UPPs tinham por uma parte de formadores de opinião como um modelo que deveria ser implantado na região, para aumentar o policiamento e consequentemente reduzir a criminalidade. Por outro lado, era comum culpar qualquer ação criminosa que acontecia na Baixada Fluminense como processo de uma possível migração da violência da capital para a Baixada.

As análises sobre as UPPs vão bem além do senso comum, desde a implantação da UPP no Santa Marta até a continuidade da implantação das outras UPPs, esse modelo foi colocado em evidência no debate público sobre a manutenção da ordem em territórios de favela. Para muitos críticos não é através das UPPs que a violência urbana seria resolvida, pois o problema da violência é estrutural. Já os defensores dessa política acreditavam que seria um primeiro passo para a redução da violência através da redução das mortes e dos confrontos nas favelas (SILVA, 2014).

De um lado, militantes (favelados ou não), e uma parte dos pesquisadores têm defendido que as UPPs são apenas um novo nome fantasia para as mesmas práticas policiais de sempre: arbitrárias, corruptas e violentas. De outro, uma minoria de oficiais superiores da Polícia Militar (PM), à qual as UPPs estão subordinadas, os demais pesquisadores, grande parte da opinião pública, incluídos segmentos da população favelada, e quase toda a grande mídia, consideraram as UPPs um sucesso tão grande que elas se tornaram uma verdadeira panaceia (SILVA, 2014, pp. 11-12).

No papel, as UPPs deveriam seguir uma filosofia de polícia de proximidade, além da formação dos policiais com base nos direitos humanos e na doutrina de polícia comunitária. A partir disso, os objetivos centrais das UPPs eram consolidar o controle estatal sobre comunidades que sofriam com a criminalidade ostensivamente armada e possibilitar que a população local tenha paz e a garantia do exercício da cidadania plena, com redução dos confrontos armados. Havia também uma certa “inocência” por parte de alguns setores em acreditar que esse modelo seria capaz de acabar com o narcotráfico e decretar uma vitória do Estado na guerra contra o crime (CANO et al, 2012).

Para Silva (2014), nos primeiros anos de implantação das UPPs havia uma mistura entre esperança e medo, causada num primeiro momento na redução das mortes violentas dada a diminuição da letalidade dos confrontos nas favelas cariocas e o medo de ocorrer uma descontinuidade na consolidação das unidades e da própria experiência em si. Inicialmente, as

UPPs se distribuíram na Zona Sul, no Centro da cidade e numa região específica da Zona Norte chamada de Cinturão da Tijuca (CANO et al, 2012). Essa distribuição territorial desigual também foi uma distribuição desigual no efetivo da polícia militar, reforçando uma frase muito repetida nas reuniões e café das manhãs nos batalhões: a vida da Baixada vale menos do que na capital.

Se para o estado do Rio de Janeiro como um todo a razão é de 2,3 PMs para cada 1.000 habitantes (o que, considerando também o contingente da Polícia Civil se situaria próximo do padrão de referência internacional de 3 policiais para cada 1.000 hab.), para o conjunto dessas 13 primeiras UPPs o patamar é de 18,2 PMs por 1.000 hab., isto é, quase oito vezes mais do que a média estadual (CANO et al, 2012, p. 25).

Com o aumento do efetivo em áreas de UPP e uma não reposição em outras áreas, além de outros problemas posteriores com o pagamento do Regime Adicional de Serviços (RAS), houve uma queda do efetivo na Baixada Fluminense, muitas vezes não colocada pelas autoridades como algo que possua relação direta com as UPPs. No entanto, para uma parcela considerável da população da Baixada, as UPPs eram as grandes vilãs no aumento da criminalidade e dos homicídios na região. Para os moradores, segundo a própria observação da realidade, havia um processo de migração de algumas lideranças das principais facções criminosas para a Baixada Fluminense, além de uma mudança na postura para a prática de roubos e furtos com o intuito de conseguir recursos para o pagamento de dívidas não negociadas como antigamente (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

Essa perspectiva da migração, mesmo que incompleta na análise real do problema da violência na Baixada, tem um simbolismo que passa pela história da ausência de políticas eficazes na região em diferentes aspectos. De certa forma, essa expressão certa do senso comum restabelece “os sentidos e as fronteiras, lugares e limites da política de segurança”. O desejo de quem faz a crítica sobre o aspecto territorial e de migração não é pela política em si que pode ter falhas estruturais, mas pelo sentimento de não pertencimento por parte do Estado, pela carência do olhar da política de segurança pública ou de qualquer política pública para sua região (MIAGUSKO, 2016).

Havia também, ainda no lugar da esperança e a partir de um olhar de quem já militava em movimentos que discutiam a segurança pública, uma perspectiva sobre os objetivos secundários das UPPs. Ainda numa visão do Estado ausente, ao contrário de uma visão mais recente e até mais próxima desse campo da sociedade civil onde o Fórum Grita Baixada hoje faz parte, do Estado presente e vilão na política de segurança pública, era pensado que com a chegada da Unidade de Polícia Pacificadora na favela, e conseqüentemente com sua expansão para a Baixada Fluminense, seria permitido a entrada dos serviços públicos e da iniciativa

privada no território pacificado, além da formalização das atividades econômicas e uma inserção maior desses territórios e seus habitantes no conjunto da cidade do Rio de Janeiro e da metrópole, pensando a expansão para outros municípios (CANO et al, 2012).

A complexidade desse tema passa pelo imaginário que estava sendo construído de cidade no Rio de Janeiro. A capital se preparava para receber grandes eventos como a Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Olimpíadas. A política do estado passava pela ideia de pacificação, tomada de territórios, de forma efetiva para o controle de determinadas áreas no eixo turístico no Rio e de forma simbólica, para comunicar não só para a opinião pública brasileira, mas para o mundo que o Rio de Janeiro poderia ser sede de grandes eventos. No entanto, essa política deixou de fora as cidades em torno da capital e o interior, apontando aparentemente um agravamento da atuação dos criminosos na Baixada e uma redução de conflitos nas favelas pacificadas, mesmo que isso não representasse o encerramento desse ciclo violento, pois em algumas favelas ocupadas ainda existiam confrontos armados, nem o fim da atuação do tráfico de drogas.

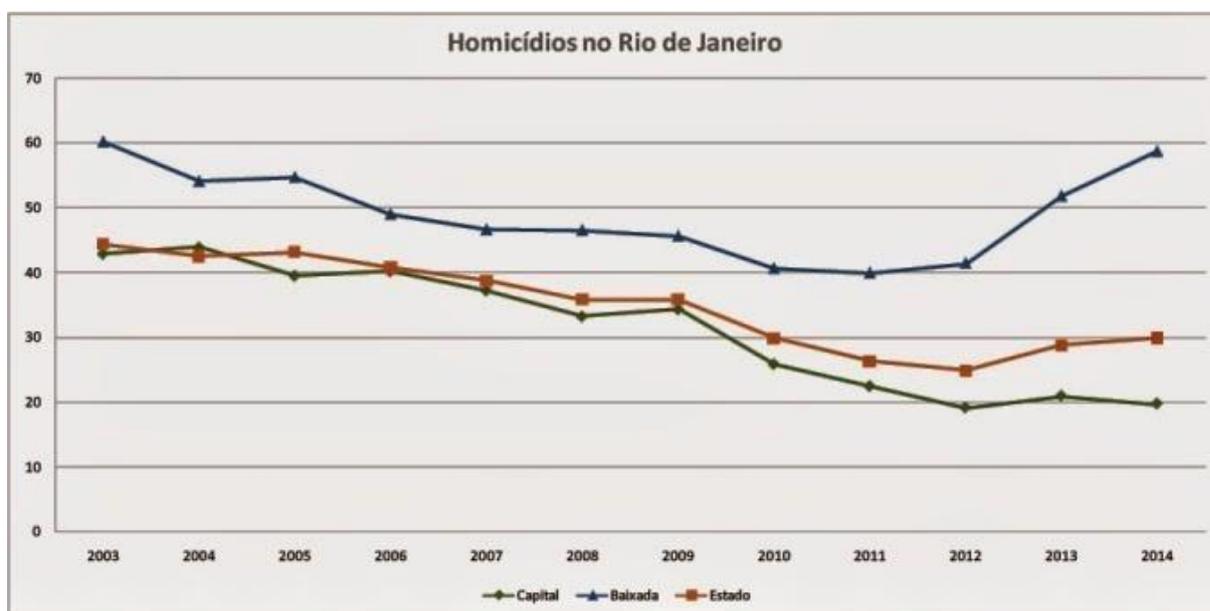
[...] reportagens recentes têm mostrado que em muitas favelas ocupadas confrontos continuam ocorrendo frequentemente, mesmo com parte dos traficantes tendo migrado para outras localidades, além da continuidade do tráfico, uma vez que muitos moradores das favelas ocupadas pelas unidades afirmam que a entrada do projeto não acaba com o comércio de drogas nos locais, pelo contrário, o fortalece, já que há um suposto acordo entre oficiais das unidades e traficantes (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

O processo de formulação de uma política pública passa pela tomada de decisão do gestor público. Segundo Secchi (2010, p.1), as “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Para alcançar escala, algumas políticas são testadas em projetos pilotos para verificar a eficácia da política. A criação da primeira UPP no Morro Santa Marta poderia ser justificada por vários motivos, assim como a instalação das outras UPPs. No entanto, verificou-se um padrão nessa escolha, onde a maioria das UPPs foram instaladas em localidades próximas às áreas turísticas, com maior IDH e não as áreas com os maiores índices de criminalidade (CANO et al, 2012).

Além dos próprios problemas internos nas áreas pacificadas, ao analisar a política de forma macro, pensando a segurança pública em todo estado do Rio de Janeiro, principalmente na Baixada Fluminense, vários fatores contribuíram para o aumento da violência na Baixada, sobretudo pensando diversos aspectos, para além do homicídio, problema que historicamente já afetava a região, inclusive com índices maiores com a atuação dos grupos de extermínio ao longo da segunda metade do século XX (ALVES, 2003). Inclusive, mesmo com as primeiras

UPPs, depois da Chacina da Baixada, houve uma redução dos homicídios, principalmente em Nova Iguaçu e Queimados, onde havia ocorrido a chacina, mesmo as taxas na Baixada ainda muito elevadas. No entanto, essa redução ocorreu até 2012, quando novamente os homicídios passaram a crescer (ALVES, 2015).

Figura 14 – Gráfico dos Homicídios no Rio de Janeiro (2003-2014).



Fonte: CESEC, 2021²⁸

O gráfico acima mostra o crescimento da taxa de homicídios na Baixada no período que sucedeu a criação do FGB, compactuando com a sensação de insegurança que os moradores da Baixada tinham naquele momento, onde na capital os indicadores na capital ainda declinaram. O próprio professor José Cláudio Alves, pesquisador sobre a violência na Baixada Fluminense, relatou que o aumento da criminalidade não foi apenas reflexo da migração de bandidos para os municípios da Baixada Fluminense, segundo ele houve também uma mudança conceitual no tráfico de drogas, incluindo transformações no processo econômico, de negociação, prestação de serviço, novos mercados, etc (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

Quando o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, na audiência do Fórum Grita Baixada disse, em novembro de 2012, que não se podia provar, pelos índices, que os traficantes da cidade do Rio de Janeiro estavam migrando para a Baixada, em decorrência da implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras – UPPs, ele estava certo, mais pelo que não disse do que pelo que disse. As migrações, notadas pela presença de traficantes fortemente armados, controle de áreas por obstrução de vias e monitoramento de fluxo de pessoas e veículos por abordagem expressam apenas uma das dimensões do que ocorria. Na realidade, o tráfico de drogas se transformou. Um quilo de cocaína pura, ou mais ou menos pura, custa seis mil reais. Colocando-se fermento para bolo ou talco e vendida no varejo, estes seis mil

²⁸ <https://cesecseguranca.com.br/participacao/todo-mundo-quer-ser-o-bope-todo-mundo-precisa-querer-ser-a-upp/> Acessado em outubro de 2021.

transformam-se em 42 mil. Uma cápsula de cocaína comprada em favelas no Rio custa 20 reais. Ela é vendida na Baixada por 50 reais. Na operação, 20 reais (40%) vão para o vendedor no Rio, 20 reais (40%) para o dono do tráfico naquele local da Baixada e 10 reais (20%) ficam com o vendedor (ALVES, 2015, p.9).

A citação acima além de retratar como é constituído o comércio de drogas na Baixada Fluminense é apresentado também uma reunião importante de articulação do Fórum Grita Baixada no processo de sua formação. Não é objetivo desta tese aprofundar a discussão sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, mas trazer aqui essa contextualização tornou-se importante por ela ter sido uma das variáveis que fez a população da Baixada gritar, segundo comentário do secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

1.5 Não é intriga da oposição: reconfiguração da violência na Baixada

Ainda na década de 2000, a política de segurança pública no Rio de Janeiro experimentou novos rumos, como a criação das UPPs na cidade do Rio. Foi possível acompanhar uma redução dos homicídios em todo estado. “Os resultados revelam uma queda de 33% na taxa de homicídios dolosos no ERJ, entre 2003 e 2013, enquanto no Brasil essa diminuição foi de apenas 13% nesse período. Essa queda se deu de forma distinta nas diversas regiões do estado” (PESSOA, 2016, p.8). No entanto, na Baixada Fluminense os dados continuaram altos e antes da capital, como citado mais acima, a taxa voltou a subir no auge das UPPs em 2012.

A persistência dos elevados índices de homicídios na Baixada Fluminense, apesar de inúmeras políticas de segurança adotadas ao longo de mais de 30 anos, confirmam não a incapacidade ou ineficiência do Estado, mas sua permeabilidade aos interesses que o constituem e que encontram nesse padrão de violência uma de suas bases de sustentação (ALVES, 2003, p.25).

A situação da região não é uma simples falta de atenção por parte dos governantes locais e da política de segurança, mas é algo sistêmico, de interesse de quem ocupa o Estado (ALVES, 2003). Sendo assim, falar de descaso histórico, algo comum no linguajar do Fórum Grita Baixada e que muitas vezes eu uso a partir dessa semântica de abandono, não é o mais apropriado, pois não é descaso, é projeto. Freire (2012) também encontrou em entrevista a lideranças sociais da Baixada a utilização de palavras como descaso, estado de calamidade e o risco de vida, mesmo que utilizados para outros contextos que não a violência, mas que dialogam com as desigualdades apresentadas no início do capítulo.

Infelizmente, a violência na Baixada não se esgota aqui. Muita gente narra um processo de reconfiguração da violência que se inicia na primeira década do século XXI, algo que pode ter dimensão nacional, mas que possui características locais (ALVES, 2015). Ainda que as

chacinas representem ainda a força da atuação dos esquadrões da morte / grupos de extermínio, que executam, sobretudo, jovens negros, pobres e de baixa escolaridade, nem todas ocorreram com esses grupos como responsáveis e executores, algumas delas passaram pelo processo de domínio territorial que envolve também grupos de traficantes armados (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016). No final da década de 2000, as áreas de maior violência letal do estado estavam nos municípios da Baixada Fluminense e mesmo assim não foram incluídas no projeto de pacificação (CANO; BORGES; RIBEIRO, 2013).

No passado, o tráfico de drogas trabalhava na Baixada com um número menor de contingente do que nas favelas cariocas. Com a implementação das UPPs, “a Baixada começou a ser encarada pelos criminosos como área propícia à reorganização do próprio crime, possibilitando a manutenção da atividade, que encontrou na mudança de local de atuação uma forma de dar continuidade ao esquema, mesmo que muitas vezes a lucros menores” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 39). Outra questão enfrentada pelo tráfico naquele momento era o público consumidor que com o poder aquisitivo menor da Zona Sul viu a introdução de drogas mais baratas no mercado, a exemplo do crack.

Algo que eu percebi bastante durante minha atuação no Fórum Grita Baixada era que as pessoas excluíam a história de violência na Baixada e consideravam esse momento pós UPPs, mesmo com indicadores melhores do que na década de 1980, por exemplo, o pior momento da violência na região. Isso se dava porque a sensação de insegurança aumentou com o crescimento no número de roubos e furtos²⁹ nos centros urbanos e nos bairros, segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP). A criminalidade não cresceu apenas por conta da migração, mas um conjunto de fatores contribuiu para isso, desde o baixo efetivo policial na região a mudanças conceituais do crime, relacionados à dinâmica comercial da venda de drogas e de outros produtos (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

Em paralelo a esse aumento da criminalidade que a população tinha certa liberdade de denunciar, surgia também algo que era pouco falado na Baixada, mas já presente fortemente na capital: as milícias. Alba Zaluar (2007) define como milícia um grupo de policiais e ex-policiais (principalmente militares), bombeiros e agentes penitenciários com treinamento militar e pertencentes a instituições do Estado, que assumem a função de “proteger e dar segurança” contra traficantes, nas palavras dela, predadores. Nessa definição a autora esconde o que ela apresenta no outro parágrafo de seu texto, o lado criminoso da extorsão, do homicídio e de

²⁹ <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/upps-expulsam-criminosos-e-violencia-aumenta-nas-bordas-da-capital-no-ultimo-ano-da-gestao-pezaocabral-25102014> Acessado em dezembro de 2021.

outros crimes que posteriormente ficaram conhecidos. Para ela, estes grupos na origem representam o mesmo fenômeno dos grupos de extermínio da Baixada Fluminense nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com uma novidade, a venda de produtos e serviços por meio de extorsões, travestidas de proteção, algo parecido com a origem das máfias italianas e estadunidenses em séculos passados. “São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro” (ZALUAR, 2007, p. 91).

O surgimento das milícias corresponde a uma espécie de superação do modelo produtivo anterior, dentro da economia política do crime. A convivência do aparato policial com a estrutura do tráfico de drogas e suas redes correlatas [tráfico de armas, roubos, sequestros, jogo do bicho e demais esquemas] permitiu aos agentes do Estado, que lidavam com a segurança pública, eliminar seus intermediários e assumirem, de frente, o novo empreendimento. Enquanto o tradicional tráfico de drogas ficava preso à logística da venda de drogas e guerras por manutenção das áreas de comércio, a milícia passou a enxergar o lugar e a sociedade como um amplo mercado, ilimitado na exploração de serviços (ALVES, 2015, p. 11).

Podemos citar aqui vários pontos de partida para a atuação das milícias, mas o que é mais comum dentro da narrativa é a ideia de oferecer a segurança para a população frente a ondas de violência (roubos e furtos) e, posteriormente, monopolizar o mercado de produtos como o gás de cozinha, internet, TV a cabo e transporte. As milícias dentro de um território fazem a monopolização de um mercado. Se, inicialmente, cobrava taxas dos moradores e comerciantes, posteriormente assume comércios lucrativos, com produtos de origem legal e ilegal, a depender da permissão para exercer aquela atividade e do preço. Em Duque de Caxias, por exemplo, foram inúmeros casos na década 2010 de roubos liderados por milicianos³⁰ aos oleodutos da Petrobrás.

A atuação das milícias e do tráfico na região apresenta em alguns momentos uma espécie de simbiose, onde os interesses econômicos e territoriais são acordados entre os atores do crime. Dentre as situações onde o tráfico e a milícia não entravam em confronto, é possível identificar a articulação de ambas estruturas criminosas para a compra de armamento e o arrendamento por parte de milícias de territórios para que o tráfico possa comercializar as drogas. Em muitos lugares, as facções se limitam a atuar com o tráfico de drogas e com o roubo de cargas – existem territórios que o tráfico atua com os serviços comuns da milícia –, já as milícias têm na sua essência a exploração econômica e a expansão dos negócios. Outra prática relatada pelo sociólogo José Cláudio, no relatório do Fórum Grita Baixada, é a cooptação pela milícia de jovens que antes eram do tráfico (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

³⁰ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/09/milicia-que-furtava-oleo-executou-3-candidatos-no-rj-diz-delegado.html> Acessado em janeiro de 2022.

A reconfiguração da violência na Baixada se dá por um conjunto de acontecimentos, entre eles a Chacina da Baixada, a criação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro, a gratificação aos policiais na UPP, retirando assim muitos policiais da Baixada Fluminense, a migração de criminosos para as cidades da região, a reformulação econômica do tráfico e a entrada de novas drogas no mercado, o fortalecimento das milícias e sua expansão para a Baixada Fluminense e as relações entre milícia e tráfico de drogas. Todas essas relações criminosas ainda encontram um cenário com a presença dos antigos grupos de extermínio, do jogo do bicho, dentre outros grupos, que já controlavam os territórios e faziam parte da disputa política. Com mais gente chegando, mesmo com acordos pré-estabelecidos, as milícias e os grupos de extermínio são muitos e os cargos de maior relevância na política são poucos. Além disso, o tráfico em algumas localidades também produzem suas lideranças políticas para galgar espaços de poder.

Todo este cenário apresentado acima aponta para o que vem acontecendo na Baixada nas eleições. Segundo levantamento do Jornal O Globo³¹, entre 2016 e outubro de 2021, 42 políticos foram assassinados na Região Metropolitana do Rio, sendo que 33 destas mortes ocorreram na Baixada Fluminense. Além disso, são inúmeros atentados que ocorrem na região. Já o relatório produzido pelo Observatório de Favelas, tendo em vista a metodologia utilizada pela coordenação da pesquisa levantou “43 casos de assassinatos de atores políticos na Baixada Fluminense entre 2015 e 2020. Isto significa que na Baixada um ator político foi assassinado a cada 50 dias” (RODRIGUES et. al, 2021, p. 15).

A atuação desses grupos também não é homogênea. É possível identificar desde grupos que atuam há certo tempo na região e que já possuem uma dinastia política em cidades específicas, como grupos criminosos que estão em estágio inicial, se firmando no território ou pela primeira vez entrando na política. O mesmo ocorre também na vinculação entre o poder de matar e a atuação política, há quem siga a cartilha histórico dos grupos de extermínio que matam para angariar capital político e econômicos, outros preferem encomendar, tendo o poder de matar como ferramenta de suas ações, como explica Rodrigues (2021) abaixo:

Há dois eixos distintos nas vinculações entre o exercício do poder de matar e a atuação política:

- grupos que exercem o poder de matar e buscam convertê-lo em capital político e econômico;
- grupos que possuem capital econômico e político e contratam matadores, capangas, grupos de extermínio, traficantes ou milicianos para que o poder de matar seja uma ferramenta de estabilização e reprodução de seus domínios políticos e empresariais. É possível descrever, ainda, dois eixos que distinguem as inserções locais de grupos em disputa:

³¹ <https://oglobo.globo.com/politica/assassinatos-acao-de-milicianos-antecipam-disputa-eleitoral-na-baixada-fluminense-1-25258552> Acessado em janeiro de 2022.

- grupos tradicionais que são formados por verdadeiras dinastias políticas — estes, em geral, não exercem diretamente o poder de matar e atuam através da contratação daqueles que o exercem cotidianamente;
- grupos emergentes que, muitas vezes, estão em processo recente ou em curso de conversão do poder de matar em poder político (RODRIGUES et. al, 2021, p. 114).

Independente desses eixos descritos acima, há uma situação comum entre eles, a população sabe que esses atores estão envolvidos no crime. Segundo Rodrigues (2017), todos sabem quem são os matadores e que eles, em certa medida, tentam criar um personagem de benfeitor local, com base em ações para além do extermínio. “Esses chefes, de modo recorrente, constroem carreiras políticas que têm por base o controle do eleitorado local. Esse arranjo configura especificamente o que chamamos aqui de clientelismo homicida” (RODRIGUES, 2017, p. 125). Esta situação é a base que gera todo processo cíclico de violência na Baixada Fluminense, com desigualdades, medo e silenciamento.

Todas as nossas ações interferem na realidade, mesmo que de forma micro, somadas podem sim interferir na sociedade. Por isso, acredito que a pesquisa possui esse potencial de, além de discutir o objeto por si só, apresentar a realidade da Baixada Fluminense sob a perspectiva de indicadores da metrópole, produzidos por pesquisadores e militantes. As desigualdades na Baixada aparecem de forma bem escancarada com esses dados, em qualquer ação dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil todos os temas são colocados em discussão, o que dificulta a priorização de temas específicos, principalmente se forem espinhosos. Frente a frente com quem vive todos os dias nessa região, o processo de tomada de poder na região se dá no controle físico e simbólico, como mostra o processo histórico de violência na região desde os grupos de extermínios até a atuação das milícias.

Vivemos em 2022 momentos difíceis em que as gestões municipais e estadual ainda justificam os problemas na segurança pública na lógica da falta de recurso e da necessidade de confronto, o que podemos desmentir. Outros problemas, principalmente com os serviços públicos, nós já falamos que é um projeto – comumente chamado de descaso histórico com a Baixada Fluminense – afetam diretamente a vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Por fim, este capítulo trouxe um pouco mais de informação sobre a conjuntura de desigualdade e a violência ao longo dos anos, que dá base para as reivindicações do Fórum Grita Baixada.

A discussão sobre a violência não se esgota aqui. Ao longo dos próximos capítulos, ao discutir a atuação do Fórum Grita Baixada, serão apresentados indicadores e episódios retratados por diversos autores. Sendo assim, será possível entender quando a violência é colocada como ponto de discussão e em quais situações ela é retirada de pauta. O medo, a indignação e outros sentimentos contribuem com a formação de assuntos indizíveis (FREIRE,

2012), mas a atuação política estruturada possibilita encontrar brechas para avançar em algumas pautas. O FGB é espaço de resistência e de avanços em temas que antes não eram debatidos publicamente na região, veremos isso nos próximos capítulos.

2 – A BAIXADA GRITA: CHEGA DE VIOLÊNCIA!

A história de luta de um movimento da sociedade civil pode ser contada sob diferentes ângulos, dependendo de quem conta, dos interlocutores ouvidos por aquele que decide (re)construir a narrativa, do período histórico no qual tal (re)construção ocorre e ainda da forma como a narrativa é tecida. Como apresentei no primeiro capítulo, na presente tese faço uma (re)construção da história de um movimento social, a partir de uma pesquisa militante, que envolveu observação participante e análise de materiais e publicações produzidas pelo próprio movimento. Trata-se de um esforço de analisar as “metamorfoses de um movimento social” (BRITES, FONSECA; 2013): o Fórum Grita Baixada.

Como o ponto de partida do presente capítulo é a história da fundação do Fórum Grita Baixada, dois momentos históricos são colocados como marcos desse processo: a Chacina da Baixada, em 2005 e a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. O contexto de (in)segurança na Baixada, apresentado e analisado no capítulo anterior, é o ponto de partida para compreender como um grupo de organizações e pessoas lideradas por pastorais da Igreja Católica, igrejas evangélicas e o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu decidiram em 2012 realizar alguns encontros para pensar alternativas para a superação da violência urbana na região. Naquele momento, tal reação surgiu porque uma parcela da população estava muito assustada com uma “onda de violência” na Baixada que era sentida a partir do alto índice de homicídios, o grande número de desaparecimentos forçados e o crescimento do número de roubos e furtos. Tal onda ganhava ainda mais força com rumores sobre a suposta migração da capital para Baixada de pessoas ligadas às facções criminosas a partir da expansão das UPPs (RODRIGUES, 2018).

No primeiro momento, o grupo se reuniu para ouvir as demandas de pessoas indignadas com esse crescente contexto de violência. Em 2012 houve um encontro com diversas instituições e movimentos da Baixada com o vice-governador na época, Luiz Fernando Pezão, e depois a elaboração de um documento às autoridades. No entanto, a “onda de violência” continuou com as chacinas da Chatuba³² e Japeri ainda naquele ano. O grupo continuou atuando e solicitou uma audiência pública com a presença do secretário de segurança. Mariano Beltrame, secretário na época, que foi até Nova Iguaçu. Ao ouvir as demandas da população ele e uma de suas intervenções disse que era “a primeira vez que a Baixada grita tão forte. O movimento era batizado: Fórum Grita Baixada” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2018).

³² Bairro localizado no município de Mesquita, na Baixada Fluminense.

2.1 Uma história de resistência

Na noite de 31 de março de 2005 ocorreu a Chacina da Baixada Fluminense, como ficou conhecida essa que é considerada a maior chacina da região. A Baixada historicamente tem muitos casos registrados de morte com três ou mais pessoas, característica essa que é usada por muitos especialistas e policiais da Divisão de Homicídios para tipificar o crime de chacina. É comum ouvir em jornais, revistas e nas redes sociais a palavra chacina, mas existem poucos estudos sobre o assunto, que na maioria das vezes, como neste trabalho, aparecem de forma secundária para falar de outras situações que as envolvem, como violência policial, tráfico de drogas, corrupção e grupos de extermínio (SILVA, 2019).

No caso da chacina da Baixada, os executores eram policiais militares. Em menos de duas horas eles assassinaram 29 pessoas, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, deslocando-se de carro. A motivação dos policiais teria sido o descontentamento dos policiais com o comandante do 15º Batalhão de Polícia Militar, de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, que havia prendido 60 policiais por desvio de conduta. Os atiradores executaram adolescentes, jovens e adultos, homens e mulheres, estudantes, travestis, comerciantes, biscateiro, padeiro, funcionário público, pessoas reunidas em um bar, em frente ao lava-jato, no portão de casa, pontos de ônibus e nas ruas. A repercussão da maior chacina registrada oficialmente no estado do Rio de Janeiro foi nacional e internacional. Entre os envolvidos no crime, 11 policiais foram denunciados, mas apenas quatro foram condenados (FÓRUM GRITA BAIAXADA, 2016).

Um ano antes da chacina da Baixada, uma análise do Laboratório de Análise da Violência (LAV), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apontava o impacto da violência no Rio de Janeiro e como a política de segurança pública no estado havia sido implementada nos 25 anos anteriores. O estudo apontou, dentre outras coisas, que as políticas de segurança oscilaram entre dois polos antagônicos, um onde as políticas deveriam prezar o cumprimento da lei, sem abusos, capacitando a polícia e combatendo a corrupção dentro dela, e outro onde o uso há privilégio do uso da força no combate ao crime, aceitando excessos da força policial e já qualificando os direitos humanos como “direito dos bandidos”. Na verdade, não houve uma implementação completa de uma segurança pública democrática, pois a tentativa esbarrava nas ações contra setores corruptos da instituição (CANO et al., 2004). Em uma tentativa de implementar o combate à corrupção no ano posterior a essa publicação, alguns policiais cometem uma chacina em represália ao comandante do Batalhão, mostrando o quão profundo e complexo é o modelo de segurança pública do estado.

O exemplo da Chacina da Baixada, para introduzir a história recente de luta na região, é uma forma de exemplificar um momento em que atores da sociedade civil se reuniram em prol de determinado tema e desenvolveram uma atuação em resposta ao que ocorreu na noite do dia 31 de março de 2005. Como visto no capítulo anterior, muitas bandeiras de luta na Baixada surgiram a partir da influência de setores da Igreja Católica, em alguns casos envolvendo a participação direta do clero. Na chacina da Baixada, o pároco Paulo, padre responsável pela paróquia localizada na Posse, bairro de Nova Iguaçu que teve o maior número de vítimas, telefonou para o bispo Dom Luciano depois de ter sido avisado sobre a chacina. O bispo da Diocese de Nova Iguaçu foi para o local e também foram o então prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Farias (PT) para que houvesse celeridade na resolução do caso (ASSIS, 2008).

Diversas organizações da sociedade civil construíram um processo de mobilização frente a violência na região após a chacina, como polo de rede foi criado o Fórum Reage Baixada, que acompanhou as apurações da chacina de Nova Iguaçu e Queimados. Foi destaque também a atuação de organizações locais, como o SOS Queimados e o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDHNI), ligado à Diocese de Nova Iguaçu, que já trabalhava com o tema da violência na região. Algumas pesquisas já apontavam os problemas na Baixada, mas a segurança pública não mobilizou as organizações da sociedade civil, nem os movimentos sociais da região, com exceção do CDHNI e de líderes comunitários que participavam de reuniões nos batalhões (IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE, 2005).

As reuniões nos batalhões, principalmente os cafés da manhã, tinham pouco efeito prático. Denúncias feitas poderiam ser ouvidas por pessoas que eram ligadas a grupos criminosos ou que praticavam ações ilícitas. Mesmo assim, muitas lideranças participaram desses encontros como forma de apresentar a insatisfação com a insegurança, principalmente em relação a crimes patrimoniais, a partir da abordagem do aumento da produtividade policial e da quantidade de policiais na Baixada Fluminense. Uma pauta sempre colocada por participantes desses espaços, percebido até mesmo em depoimentos posteriores à chacina da Baixada e já no início do Fórum Grita Baixada, que a vida na Zona Sul da capital vale mais do que na Baixada, porque o policiamento na região é proporcionalmente maior do que nos municípios da região.

Tendo em vista a baixa efetividade dos cafés da manhã nos batalhões e da necessidade de outros interlocutores para o tema da segurança pública na Baixada, para além do CDHNI, o Fórum Reage Baixada teve um importante papel nessa nova fase de organização popular na região. Esse fórum chegou a reunir mais de 80 organizações da sociedade civil dos 13

municípios da Baixada, constituindo-se como um fórum híbrido, até então inédito, de movimentos, partidos, ONGs, acadêmicos e outros atores sociais, mas, ao longo do tempo, o fórum Reage Baixada se desfez aos poucos (FREIRE, 2019).

Após a chacina, houve uma grande mobilização de instituições da capital e da Baixada, além da cobertura da mídia sobre os fatos. Esse processo impulsionou inicialmente a criação do “Fórum Baixada contra a Violência”, que depois recebeu o nome de “Fórum Reage Baixada” e posteriormente de “Fórum de Entidades Reage Baixada”, o FERB. Vale notar que, com essa última mudança de nome, a ‘violência’ desapareceu do título, o que indica o deslocamento de concepções associadas ao Fórum que ocorreu a partir de então (LANDIM; GUARIENTO, 2010). A pauta da segurança pública é sempre considerada uma pauta de risco quando debatida em territórios com altos índices de violência, sobretudo, com as interferência e relação direta do Estado.

As razões de instalar o medo nas camadas mais baixas da população é justificável ante a necessidade de implementação do Estado autoritário, ou seja, quanto maior for o medo social maior será a carga de legitimação do Estado para ter uma postura autoritária, surgindo, semelhante à ótica maquiaveliana, o paradoxo no qual o medo social é necessário para que o Estado seja realmente uma estrutura de poder (SOBRINHO, 2014, p. 221).

Landim e Guariento (2010) ressaltam que a mudança de nome é um esvaziamento da centralidade do foco na violência como tentativa de criar uma central de organizações da Baixada Fluminense por direitos, a partir da visão de ONGs do Rio de Janeiro que faziam na época um debate pautado nas relações da violência com as desigualdades provenientes de fatores sociais e infra estruturais. Além disso, podemos adicionar aqui mais uma hipótese para esse movimento: diluir o debate sobre violência pode ser uma tentativa de ter mais segurança ao discutir problemas no território, reduzindo a dificuldade de dialogar com as pessoas na Baixada a partir de um tema considerado arriscado pela população.

Enquanto membro do Fórum Grita Baixada percebi diversas vezes essa dificuldade em reuniões gerais e principalmente no processo de nucleação, quando discutíamos esses temas diretamente nos territórios. Sendo assim, a dificuldade que ocorreu no período do Fórum Reage Baixada pode se assemelhar a essa dificuldade, assim como ocorreu na pesquisa realizada pelo ISER sobre homicídios na Baixada Fluminense em 2017, onde entrevistas foram realizadas com ativistas, lideranças e moradores.

Ao aprofundarmos a entrada da nossa equipe no contexto de investigação, a partir das entrevistas e conversas com moradores, líderes comunitários, representantes da sociedade civil etc., chama a atenção o caráter cotidiano, quase banalizado, dos assassinatos na Baixada Fluminense. São comuns as falas que tratam dos homicídios dolosos como algo que acontece quase todo dia ou semana. Essas falas indicam que a banalidade é o operador que resolve o paradoxo da frequência exacerbada conjugada

com baixa visibilidade. De tão recorrentes e cotidianas essas mortes deixam de chamar a atenção, deixam de ser investigadas, problematizadas, evitadas (Rodrigues et al, 2018, p. 42).

A dificuldade de falar sobre a violência na região não é algo restrito a população, mas algo presente nas lutas sociais da Baixada Fluminense. A história dos movimentos sociais durante o período da ditadura, em tempos que os homicídios eram bem altos na Baixada Fluminense, com a atuação dos grupos de extermínio, as lideranças sociais se organizavam em associações de moradores, em lutas por melhorias nos bairros e nos movimentos ligados à Igreja Católica. Nessa discussão, a violência aparecia como reflexo da situação de miséria na Baixada, colocando ela como segundo plano na discussão e a melhoria urbana como o principal debate a ser feito (SALES; FORTES, 2016).

De certo modo, mesmo que não tenha sido o motivo da escolha, priorizar a violência acabou sendo importante para uma cobertura da mídia que por algum tempo cobriu os desdobramentos da chacina da Baixada e o Fórum Reage Baixada era apontado, mesmo que de forma tímida, como um espaço de aglutinação de quem lutava por justiça e por melhorias no campo da segurança pública na região, sempre sendo lembrado à sua origem no pós-chacina da Baixada, em 2005. Segundo Landim e Guariento (2010) mesmo com a razoável cobertura da mídia sobre a chacina, o Fórum Reage Baixada, que de perto dos pesquisadores parecia dinâmico, vigoroso, participativo e novo, pouco apareceu em jornais e na TV, como componente dessa história, principalmente pensando o viés da superação da violência.

O Fórum Reage Baixada fará uma assembleia geral no sábado, às 8h30m, no Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, para traçar estratégias e objetivos para este ano, como a atualização da agenda social contra a violência. Na reunião, será feito ainda um balanço de 2005 e serão revisadas as propostas de Justiça e segurança pública. O fórum, que reúne mais de 80 organizações da sociedade civil dos 13 municípios da Baixada, surgiu em reação à chacina da Baixada Fluminense ocorrida em 31 de março de 2005 que vitimou 29 moradores da região (Jornal O Globo, 04/05/2006).

A atuação rendeu uma homenagem na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) em dezembro de 2007 ao Fórum de Entidade Reage Baixada. O Fórum recebeu da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania o Prêmio Dom Helder Câmara, concedido a organizações / movimentos e pessoas que se destacaram por suas conquistas em áreas da militância social (LANDIM; GUARIENTO, 2010).

O Fórum tinha inspiração em movimentos que já existiam na Baixada, antes mesmo da chacina. Membro do Reage Baixada na época, o SOS Queimados, fundado em 2003, tinha o objetivo de apresentar propostas ao poder público, sobre os diversos problemas enfrentados

pela população de Queimados. Participavam desse movimento professores, profissionais liberais, articuladores de outros movimentos sociais, políticos, trabalhadores informais, estudantes e outros membros da sociedade civil queimadense. Inclusive, a estratégia de atuação do SOS Queimados parecia muito com a estratégia do Reage Baixada e posteriormente, da primeira fase do Fórum Grita Baixada, sempre dialogando com a Câmara de Vereadores, chegando ao Ministério Público, Legislativos e Executivos Estadual/Federal e a mobilização de lideranças territoriais, além da articulação com ONGs e igrejas, sobretudo, a Igreja Católica e algumas igrejas evangélicas. Com a Chacina da Baixada, em 2005, “outras e específicas propostas foram criadas, juntamente com familiares das vítimas e outras Ongs, de forma ampliada, aos governos estadual e federal” (INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL, 2020).

O SOS Queimados, em publicação de autores do Laboratório de Violência da UERJ, lançou um conjunto de propostas para a superação da violência na Baixada Fluminense, no relatório Impunidade na Baixada Fluminense. No último capítulo desta tese, vamos observar o quanto essas propostas dialogam com as propostas apresentadas cerca de 10 anos depois na Carta da Baixada e no relatório do Fórum Grita Baixada, e em publicações do FGB e da Casa Fluminense, para assim perceber se houve modificações no discurso desse campo da sociedade civil no debate sobre violência na região. Tanto o Fórum Reage Baixada quanto o SOS Queimados encerram suas atividades em 2008.

2.2 O Fórum Grita Baixada (FGB)

A Baixada Fluminense tem um processo histórico bem rico de lutas sociais. O Fórum Grita Baixada recentemente é o canalizador de diversas lutas na região, mesmo que a temática da violência tenha sido colocada como prioridade na discussão. A organização dos movimentos sociais sempre foi um ativo na região, se comparada com outras regionalidades no estado do Rio de Janeiro. A história de movimentos como o SOS Queimados e o Fórum Reage Baixada são inspirações recentes para o FGB, mas anteriormente já vimos outros exemplos de movimentos que mobilizaram a população na Baixada Fluminense na luta por direitos básicos.

Em 2012, quando o Fórum Grita Baixada foi criado eu ainda não participava de suas reuniões. No entanto, como dito antes, desde 2014 acompanho o FGB e por ter ouvido muitas vezes participantes fundadores contanto sobre a história do grupo aprendi bastante sobre a origem desse movimento. A partir desses relatos que ouvi ao longo dos anos e da análise de documentos como o estatuto do Fórum, e-mails recebidos pela coordenação, materiais

disponíveis no site institucional, no relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro, em outras pesquisas que citam o Grita Baixada, em matérias e reportagens, ao longo da pesquisa fui construindo uma linha do tempo da história do Fórum que começa em 2012, percorre as principais fases e marcos do FGB até o ano de 2020.

O Fórum Grita Baixada já teve várias composições respeitando a estrutura base do movimento previamente acordada no estatuto. Originalmente, no documento elaborado em 2013, a composição do FGB tem quatro espaços de participação: a plenária, a coordenação, a executiva e as comissões temáticas. O estatuto foi elaborado também no período em que se buscava financiamento para o FGB, sendo assim é contemplada na estrutura também uma secretaria, uma tesouraria, uma assessoria jurídica e uma assessoria de comunicação.

Uma avaliação dessa estrutura passa pela necessidade dos movimentos sociais em criar espaços de participação, alcançando assim a legitimidade no território. O processo para alcançar essa legitimidade atravessa questões políticas e de representação. Se no Fórum Grita Baixada o espaço amplo de participação é a plenária, existem outros espaços que são decisórios que necessitam de uma representação democrática. Um grande desafio das organizações, fóruns e movimentos que estão em territórios conflagrados pela violência é organizar um processo participativo onde os envolvidos na discussão e nas tomadas de decisão se sintam seguros ao se expor, propor e tomar decisões. No entanto, ainda que todos os cuidados possam ser tomados para produzir um espaço seguro, muitos participantes podem se sentir constrangidos no ambiente de discussão.

Na literatura atual, existem os estudos sobre os movimentos sociais classificados como clássicos, novos e novíssimos, sobre as instâncias de participação ligadas ao poder público, chamadas de fóruns, comitês, orçamentos participativos, frentes, conselhos gestores e a estrutura que corresponde ao Terceiro Setor: associações, organizações sociais certificadas pelo Estado, como as OSCIPs, fundações e institutos (PEREIRA, 2013). O FGB se enquadra numa linha de associativismo amplo, tem o nome de fórum, se organizou por muitos anos com essa estrutura, mas ao executar projetos se assemelha a estrutura de uma associação da sociedade civil. No entanto, por não ser formalizado, mesmo executando projetos, fica num certo limbo a partir das novas características de atuação, se aproximando do conceito de fórum nas classificações de movimento social apresentadas por GOHN (2011), ou seja, um espaço da sociedade civil em que se discute um tema comum, neste caso a violência.

De certa forma, em 2013 ao realizar as primeiras reuniões e formalizar o estatuto, o FGB deu espaço para que a entidade fosse constituída como associação. Para que uma entidade se torne uma organização do Terceiro Setor, sem fins lucrativos, precisa organizar sua atuação.

É preciso fazer uma reunião entre os integrantes para elaborar um estatuto que delimita informações sobre a entidade, como denominação, finalidade, sede, associação, regras de conduta, fontes de recurso, funcionamento das instâncias deliberativas e administrativas, diretoria, dentre outras coisas (TOZZI, 2017).

O estatuto do Fórum Grita Baixada traz grande parte das informações apresentadas acima. Não é o objetivo a análise jurídica do estatuto, mas uma análise qualitativa a partir da minha observação da atuação do FGB e a comparação com o documento elaborado em setembro de 2013. Numa visão inicial, o texto carrega uma linguagem jurídica que pode ser uma barreira desnecessária para o pleno entendimento dos membros do fórum, pensando numa linguagem popular de fácil acesso. No entanto, por ser também um instrumento jurídico, escrever formalmente o texto pode ser uma estratégia de proteção da instituição e dos seus membros.

No preâmbulo do Estatuto é possível observar uma demarcação crítica sobre a política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro no ano de 2013 e em anos anteriores. Uma visão que dialoga com as discussões que organizações da sociedade civil faziam naquele ano e com os acontecimentos recentes na segurança no Rio de Janeiro, sobretudo com a criação das UPPs e com as chacinas que aconteceram na Baixada.

Diante da violência histórica, permanente e crescente na Baixada Fluminense, frente às políticas de segurança pública ineficientes para reverter esta situação e demais políticas públicas insuficientes, cientes da responsabilidade de construir uma sociedade mais justa e comprometida com a construção da paz, inicia-se um movimento que une esforços, soma energias na busca de soluções diante deste grande desafio. Assim, nasce o Fórum Grita Baixada (ESTATUTO DO FÓRUM GRITA BAIXADA, 2013).

No Estatuto a história completa da criação do nome não é citada, na introdução deste capítulo já foi falado sobre o que o secretário de segurança na época disse, segundo as informações no site do Fórum e em conversas realizadas ao longo dos anos da minha participação no espaço. O cenário de violência na Baixada fez com que a convocação para a construção do espaço fosse algo bem ágil e a participação ativa de grupos ligados à Igreja Católica fez com que rapidamente outros grupos se aproximassem.

A abrangência territorial sempre foi um desafio. O FGB no estatuto e nas discussões nas reuniões era classificado como itinerante. No entanto, a maioria das reuniões eram realizadas no CENFOR – Centro de Formação de Líderes no bairro Moquetá, em Nova Iguaçu. A abrangência territorial sempre foi descrita a partir da visão política da Baixada Fluminense, com 13 municípios, mas em grande parte das plenárias não havia representação de alguns municípios, ficando restrito muitas vezes aos municípios que fazem parte das Dioceses de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, o que totaliza 9 municípios.

É difícil mensurar o número exato de reuniões que eu participei do Fórum Grita Baixada. Desde 2014, eu participo das reuniões mensais do fórum e em 2015 fui eleito membro da coordenação representando a Pastoral da Juventude em assembleia realizada no dia 30 de maio de 2015. De maio de 2015 até setembro de 2017 eu participei praticamente de todas as reuniões, justificando a ausência naquelas que eu não pude participar. De setembro de 2017 até o fim de 2019 participei de reuniões representando a Casa Fluminense no espaço. Como a pandemia, não houve reuniões presenciais em 2020 e o fórum se estruturou através da sua executiva.

Esse espaço de diálogo aberto das reuniões mensais do Fórum Grita Baixada não está contido no estatuto. De certa forma, isso dá uma segurança jurídica para que o fórum não se reúna sob algumas circunstâncias. No entanto, o caráter associativo e plural da própria formação do FGB implica na necessidade do cuidado com processo participativo que gera legitimidade e enraizamento no território. Se a pauta da violência gera certo desconforto de ser debatida em espaços que não há um círculo de confiança, não expandir o debate para grupos e territórios vulneráveis à violência é um empecilho até mesmo para construção de propostas para a superação da violência e no processo de articulação com o poder público, pois a legitimidade pode ser posta em xeque pelo risco do grupo se tornar um clube de notáveis, em vez de um Fórum de pessoas e organizações que vivem o território.

Com estatuto que rege de forma democrática e participada sua organização e direção, o Fórum se reúne em plenária, de forma itinerante pelos municípios, a cada dois meses, para audiências públicas, seminários de formação e planejamento, assim como em atos públicos, caminhada pela paz, manifestações, etc., ou a qualquer momento em situação de emergência (ESTATUTO DO FÓRUM GRITA BAIXADA, 2013).

O Estatuto não deixa muito claro essa questão das reuniões mensais. No relatório elaborado pelo fórum em 2017 é colocado que a cada dois meses são realizadas plenárias itinerantes do FGB. Entretanto, essas reuniões até acontecem de forma mais periódica em Nova Iguaçu e as atividades externas costumam ser relacionadas a formação, articulações, reivindicações, visitas e eventos. Algumas vezes essas atividades são realizadas fora da Baixada Fluminense pois muitas articulações são necessárias na capital, até mesmo atos públicos e manifestações. Algo também que é de difícil interpretação no estatuto é o real significado das plenárias. Para quem acompanha de perto é mais fácil entender que mensalmente havia uma convocação para as plenárias do FGB. Porém, a forma que foi descrita a plenária no Estatuto dá a entender que esse espaço é a assembleia que é realizada com intervalo de tempo bem maior do que as outras atividades.

I- Plenária – apresentação máxima e soberana constituída de todos os membros do Fórum Grita Baixada, refletindo expressão legítima de seus interesses e com deliberações tiradas sempre em assembleias, antecedidas de procedimento

convocatório próprio. Somente a assembleia plenária poderá rever suas deliberações, exercendo a autotutela ou provocada por quaisquer de seus membros, sendo suas deliberações irrecorríveis e auto executáveis administrativamente.

Essas reuniões ou plenárias que aconteciam mensalmente, na maioria das vezes no CENFOR, possuem um papel importante para o processo de educação popular e de sistematização dos problemas que ocorrem na Baixada Fluminense, para além do tema principal voltado à segurança pública. Os indivíduos e representações dos coletivos produzem um espaço de troca entre as realidades de diferentes bairros e favelas das cidades da Baixada Fluminense. De forma prática, o resultado dessa troca é duplo: a produção de insumos que abastece os relatórios do fórum e amplia a possibilidade de captar e executar projetos, além de ser um espaço onde as pessoas expressavam e relataram a realidade diferentemente de outros lugares que debatem segurança pública.

A dinâmica particular do fórum fez com que o espaço ganhasse muita atenção não só de moradores e moradores da Baixada, mas pessoas já envolvidas em outros projetos e organizações na Baixada Fluminense e na capital. No primeiro momento, isso vai ser explorado mais na frente, a pluralidade da Coordenação se deu também na pluralidade das ideias enquanto caminho de superação da violência. No momento do país onde não existia tamanha polarização era possível que houvesse discordâncias profundas, mesmo que isso significasse em certa medida um risco, para além do desconforto.

No ano de 2014, momento em que eu participava como observador dos encontros do Fórum Grita Baixada, era perceptível algumas discordâncias enquanto quais rumos deveriam ser tomados para redução da violência na Baixada. As reuniões tinham a presença de organizações, movimentos, moradores, pastorais, conselho municipal e comunitário de segurança, dentre outros, alguns oriundos de movimentos de base que nos anos 80, 90 e 2000 foram bases do Partido dos Trabalhadores, outras pessoas com uma formação independentemente de partido, participantes que tendem a grupos à esquerda do PT, como PSOL, PSTU, PCB e pessoas que posteriormente apoiaram o Bolsonaro nas eleições 2018.

A participação de pessoas com envolvimento em partidos nunca foi um problema e na minha avaliação não interferia nas posições do Fórum Grita Baixada diante dos principais problemas existentes na região. Mas, não podemos desconsiderar que isso gerava críticas de quem estava no espaço e que não fazia parte desses partidos, acusavam em certa medida que o fórum estava se tornando esquerdista demais ou petista. Muitos participantes, por terem passado por um processo formativo de seus partidos, carregavam suas concepções de mundo. E acreditavam na importância e significado dos partidos políticos, “no mundo moderno, na

elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas” (GRAMSCI, 2001, p. 105).

Existiam regras claras para a participação da coordenação e da executiva do FGB. Os membros assíduos tinham possibilidade nas assembleias de votar e serem votados. Como em toda e qualquer organização da sociedade civil ou movimento social, o momento da assembleia plenária é fundamental para a escolha dos representantes que farão parte da coordenação e da executiva do FGB. O Estatuto reforça que toda pessoa física ou jurídica, residente, domiciliada ou estabelecida na Baixada Fluminense, assim como os agentes públicos que exerçam suas funções na Baixada podem colocar seus nomes para concorrerem a uma vaga na coordenação. Entende-se como coordenação:

II- Coordenação – colegiado constituído de 21 (vinte e um) membros, sendo 2/3 (dois terços) composto por entidades, movimentos e ou organizações sociais em sentido amplo, e 1/3 (um terço) composto por pessoas individuais, cabendo-lhe a convocação e direção de todas as assembleias plenárias, pautas, reuniões e trabalhos desenvolvidos pelo fórum, assim como, sua regular organização administrativa e representação externa, judicial e extrajudicial, para todos os efeitos legais. Podendo, ainda, dentre outras atribuições próprias de administração, nomear, requerer e contratar, gratuitamente, o patrocínio de profissionais ou procuradores para realização de trabalhos técnicos especializados. Os membros da coordenação serão eleitos pela assembleia plenária, antecedida de procedimento convocatório próprio.

A composição mista do Fórum pode ter, além das representações das organizações, representantes individuais, isso possibilita que pesquisadores, professores e pessoas envolvidas em ações territoriais pudessem fazer parte da coordenação, criando assim um espaço mais plural. Em outros espaços esse tipo de representação é possível, isso posto contempla de forma mais democrática pessoas que querem colaborar, mas não estão envolvidas diretamente em coletivos e organizações. Nota-se ainda que é mais provável que uma pessoa enquanto indivíduo crie uma relação de pertencimento com o fórum maior do que uma pessoa que participa do FGB representando uma organização, pois é provável que ela já possua uma identidade com a organização de origem, já enquanto indivíduo a pessoa não é representante da instituição X ou Y no fórum, ela é Fórum Grita Baixada.

Um ponto importante, talvez pouco explorado inicialmente no Fórum Grita Baixada, foi a organização dos processos decisórios. “No nível de tomada de decisão gerencial, observa-se ainda um amadorismo nas OSCs de pequeno e médio porte, sendo que o trabalho gerencial basicamente refere-se a “apagar incêndios”, ou seja, resolver problemas quando estes já estão acontecendo” (CORÁ, 2019, p.18). Esse tipo de risco acontece também no Fórum Grita Baixada quando a decisão de uma equipe executiva passa mais pela articulação feita no dia de uma assembleia.

III- Executiva – colegiado constituído de 06 (seis) membros, sendo 2/3 (dois terços) composto por entidades, movimentos e ou organizações sociais em sentido amplo, e 1/3 (um terço) composto por pessoas individuais, cabendo-lhe a discussão e posicionamento prévio acerca de temas específicos tratados no âmbito do fórum, observada a pertinência temática para com o objeto social, a fim de que sua apreciação, deliberação e aprovação sejam definitivamente resolvidas em assembleias plenárias. Os membros da executiva serão eleitos pela coordenação em assembleia, antecedida de procedimento convocatório próprio.

Na verdade, a executiva se comportava como uma coordenação, o que poderia ser chamado de coordenação ampliada. O erro nessa definição passa pelo conceito de executiva. Em muitas ONGs ou coletivos / movimentos da sociedade civil a equipe ou coordenação executiva é quem executa as atividades, pode ter um papel estratégico, mas tem o compromisso gerencial e operacional. No FGB isso ficava a cargo inicialmente da secretária, a única contratada nessa estrutura através de projeto da Diocese de Nova Iguaçu com uma organização financiadora alemã.

Contemplado também na estrutura no Estatuto, as comissões temáticas são responsáveis em dar suporte às discussões do FGB e implementar atividades de estudos, pesquisas e formação, sobre as temáticas discutidas pela coordenação. Prioritariamente, o fórum decidiu em uma de suas reuniões que a temática principal de discussão é o homicídio da juventude, tendo em vista estudos que mostravam o alto índice de homicídios de jovens nos municípios da Baixada Fluminense. Através das discussões temáticas, algumas ações foram promovidas pelo Fórum Grita Baixada, como o Curso de Segurança Pública e Cidadã, a Carta da Baixada, o Revezamento da Tocha da Vergonha, o relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro, a Semana da Baixada, os núcleos locais, o documentário Nossos Mortos têm voz, o projeto Direito à memória e Justiça Racial, dentre outros.

Outras equipes importantes consideradas no Estatuto têm a ver com a execução direta das atividades, entre elas a secretaria (responsável pelo processo administrativo), a tesouraria (responsável pela assessoria financeira, orçamentária e contábil), assessoria jurídica (responsável pelo o assessoramento jurídico administrativo e judicial do fórum) e a assessoria de comunicação (responsável pelo assessoramento de comunicação, interno e externo). Sem uma equipe mais estruturada, o que veio acontecer depois de 2017, os membros do FGB se revezavam nas equipes, com exceção da secretaria.

2.3 As principais mudanças estruturais

A maior mudança estrutural no Fórum Grita Baixada aconteceu com a renovação do projeto com a financiadora alemã Misereor³³. A partir disso, uma equipe maior foi contratada para coordenar e gerenciar o projeto que dá suporte ao funcionamento organizacional, ficando liberada para o trabalho exclusivo ao fórum. Desde 2017 o fórum tem uma estrutura básica com um coordenador, um articulador de território e um assessor de comunicação, ambos remunerados, ampliando em alguns momentos a equipe conforme a chegada de novos projetos. Na coordenação, desde o início de 2017, quem assumiu o posto foi o sociólogo Adriano de Araújo. Eu fiquei como articulador até setembro, sendo substituído pela turismóloga e mestre em políticas públicas Lorene Maia. Na comunicação, por um curto período de tempo, a jornalista Gisele Martins assumiu a vaga, saindo para outro trabalho, e o jornalista Fábio Leon foi contratado posteriormente.

Um desafio desse formato é a possibilidade da pauta geral do Fórum Grita Baixada ser consumida pela pauta específica do projeto, tornando a coordenação do fórum apenas uma equipe de acompanhamento da execução, sem conseguir acrescentar novas atividades dentro do planejamento, criando assim um limite entre fórum e projeto. Esses limites se dão também na própria conceituação do fórum. Na sua abordagem enquanto movimento popular o questionamento da realidade apresenta-se como a principal ferramenta de ação. Por outro lado, na sua posição enquanto Terceiro Setor, mesmo que não formalizado, o executor de projetos precisa de uma entrega concreta a partir do que é combinado com o financiador. Nesse sentido, é importante garantir a posição dos membros para não reduzir o caráter político do FGB transformando-o em um espaço de "prestação de serviços" (ALVES, 2004).

Essa discussão foi feita durante o primeiro semestre de 2017 e a necessidade de delimitar também os espaços de coordenação foi necessário até mesmo pela mudança da temperatura política no país e as possíveis implicações que isso causaria na discussão de segurança pública na Baixada Fluminense. Já era bastante percebida a polarização política no país, não com a intensidade do ano de 2018, mas já acendia um alerta principalmente quando se reforçava que o FGB era um espaço que deveria respeitar os “direitos à vida, liberdade, propriedade, político,

³³ Segundo o site da Misereor, ela é a Organização dos Bispos Católicos para cooperação e desenvolvimento, com uma atuação de mais de 60 anos na luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina. Disponível em <https://www.misereor.org/pt> Acessado em setembro de 2021. Durante anos financiou projetos na Diocese de Nova Iguaçu, antes do Fórum Grita Baixada financiou o Centro Sócio Político da Diocese de Nova Iguaçu, responsável por formação de base na Diocese nos anos 2000.

saúde, educação, segurança pública com cidadania, transporte, habitação, informação, saneamento básico e meio ambiente, entre outros” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2017).

O processo de atualização e transformação do Fórum Grita Baixada também implica na escolha do propósito comum do movimento. As pessoas se filiam, se aproximam e se associam de movimentos em que elas compartilham desejos e propósitos em comum. Um motivo básico para que as pessoas se aproximem de movimentos é a organização de pautas e reivindicações comuns aos opositores, no caso específico do FGB a atuação tem relação ao combate à violência e posteriormente na defesa dos direitos humanos. Como aponta Tarrow (2009), “nem todos os conflitos deste tipo surgem de interesses de classe, mas de interesses e valores comuns justapostos que são a base de suas ações comuns” (TARROW, 2009, p.22).

Quadro 1 - Fases e formas de atuação do Fórum Grita Baixada (2012-2020) (continua)

| FGB ORIGEM | TRANSIÇÃO | NOVOS PROJETOS | | |
|--|------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | | 2012 - 2014 | 2015-2016 | 2017 |
| Debate sobre segurança pública | Segurança Pública com Cidadania | Segurança Pública com cidadania | Segurança Pública com cidadania | Segurança Pública com cidadania |
| O que é segurança pública? | Formação, Incidência e Mobilização | Formação, Incidência e Mobilização | Formação, Incidência e Mobilização | Formação, Incidência e Mobilização |
| Reunir diversos atores / audiências públicas | Produção de documentos | Produção de documentos | Produção de documentos | Produção de documentos |
| | | Ênfase na defesa dos direitos humanos | Ênfase na defesa dos direitos humanos | Ênfase na defesa dos direitos humanos |
| | | Trabalho nos territórios | Trabalho nos territórios | Trabalho nos territórios |

Articulação com
a rede de mãesArticulação com
a rede de mãesCombate ao
racismoCombate ao
racismoCombate ao
Covid-19 e suas
consequências

Fonte: O autor, 2022.

O quadro acima mostra algumas fases e a forma de atuação do Fórum Grita Baixada. Primeiro, a atuação do fórum é pautada numa diversidade de atores e na possibilidade da definição interna do que é segurança pública, podendo assim ter visões distintas sobre as soluções para o tema na Baixada. É considerada uma fase de transição o período em que o movimento passa a pautar uma definição de segurança com cidadania, dialogando principalmente com o direito à vida. Mesmo com a presença do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu na coordenação do fórum. A partir de 2016, sobretudo em 2017, a defesa dos direitos humanos precisou ser incorporada com ênfase na narrativa, para evitar os crescentes discursos de que bandido bom é bandido morto que inflama a sociedade como um todo. Após o lançamento do filme *Nossos mortos têm voz*, o FGB incorporou na sua discussão o acompanhamento da rede de mães e também a pauta racial, sobretudo com o projeto direito à memória e a justiça racial. Por fim, o ano de 2020 traz a peculiaridade da pandemia e olhar para outras violações que a baixada sofre principalmente em relação à segurança alimentar, além de retornar a estrutura anterior de 2017 com a saída do projeto direito à memória e a justiça racial da alçada do fórum.

Sobre o primeiro período, uma das coisas que caracterizam aquele momento é a ausência de uma organização que representasse as demandas de uma região como a Baixada Fluminense. No capítulo 2 foi apresentado as desigualdades na Baixada e o processo histórico de violência que a população enfrenta, as angústias de moradores e lideranças não tinham espaço de canalização que pudesse proporcionar uma troca de experiência e o sentimento de movimento ou reivindicação que o espaço coletivo pode proporcionar.

Para muitas pessoas as reuniões dos conselhos comunitários de segurança e os cafés da manhã nos batalhões espalhados pela Baixada não eram locais considerados seguros para expor

as demandas e até mesmo denúncias sobre o que acontecia na região. Segundo Teixeira (2003, p.10) “em diversas regiões, a concentração das reuniões dos Conselhos nos batalhões inviabiliza a participação de alguns moradores nas reuniões, sobretudo pelo medo de ser visto como informante”.

Nessa primeira fase, a executiva do Fórum já cumpria um papel central na mediação na construção das pautas comuns que seriam colocadas em discussão. Já era perceptível o protagonismo do Centro dos Direitos Humanos, lideranças religiosas, defensoria, pesquisadores e professores universitários que tentavam blindar o fórum de interferências externas e internas que pudessem comprometer os posicionamentos institucionais. Já com o primeiro financiamento de um projeto que dava suporte ao fórum, o grupo tinha uma secretária que convocava as reuniões e articulava ações.

Uma das características dessas reuniões mensais ou bimestrais que aconteciam no CENFOR era a possibilidade de diferentes lideranças compartilharem as violações de direito que aconteciam nos bairros. Ainda assim, muitos participantes falavam sobre diferentes problemas que aconteciam nos seus bairros, independentemente de ter relação ou não com a segurança pública. Havia sempre na programação alguma mística³⁴ que conectasse a realidade das diferentes localidades da Baixada. Uma figura importante na participação dessas reuniões era o bispo diocesano de Nova Iguaçu Dom Luciano Bergamin. De ponto positivo a participação do bispo fazia com que o fórum sempre tivesse uma repercussão não só dentro da Diocese de Nova Iguaçu, mas também em outras localidades devido à sua autoridade na região. No entanto, a sua presença também poderia ser vista como empecilho para que o FGB pudesse conectar outras denominações religiosas no seu quadro de coordenadores.

Dom Luciano não foi o primeiro bispo que participava de reuniões de movimentos sociais ou apoiava a atuação deles, ele dava também opinião sobre a conjuntura política, assim como os bispos de Nova Iguaçu e Duque de Caxias nas décadas de 1970/1980 e 1980/1990, respectivamente. A atuação de Dom Adriano Hypólito durante a ditadura militar teve um papel central para o fomento de grupos de base em diversos territórios na Baixada Fluminense, assim como a atuação de Dom Mauro Morelli na Diocese de Duque de Caxias, ambos questionam a

³⁴ Considero mística um momento lúdico de reflexão. Pode ser uma dinâmica onde os participantes se apresentam, contam sobre suas experiências. Ou um momento que envolva algum elemento espiritual, onde, por exemplo, os participantes fecham os olhos e ficam em silêncio enquanto um poema é recitado ou uma música é tocada. É muito comum em encontros de movimentos populares com origem nas comunidades eclesiais de base (CEBS) Igreja Católica ou em religiões de matriz africana fazerem esse momento no início, durante ou no encerramento dos encontros.

realidade e apoiavam as lutas locais, sem romper com a estrutura da Igreja (ASSIS, 2008; MAINWARING, 1989; SILVA, 1993).

Uma das características dessa primeira fase do FGB era a realização de audiências e encontros com autoridades públicas, representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e de outros órgãos. Se por um lado o vínculo com a Igreja católica deixava o fórum muito limitado na sua coordenação ao perfil religioso, essa interação possibilita a entrada em territórios onde uma organização da sociedade civil ou grupos que discutem segurança pública provavelmente não conseguiriam chegar. Ao estar inserido em algumas comunidades católicas, dada a proximidade de alguns padres com a discussão, o fórum foi ganhando conhecimento na Baixada para além de Nova Iguaçu.

O segundo período do FGB, na qual podemos chamar de transição, a ideia da segurança pública com cidadania é incorporada como um dos principais elementos para definição sobre segurança pública. Segurança pública com cidadania ou segurança pública cidadã é um termo utilizado pelos membros do FGB para retratar um modelo onde a segurança pública seja acompanhada de políticas sociais, contribuindo assim para a prevenção, sendo o oposto a ideia de uma segurança restritamente ostensiva e de confronto, sem desconsiderar o papel da polícia. Um marco fruto do trabalho realizado no início dessa transição foi o Curso de Segurança Pública Cidadã. Logo após o curso foi lançada a Carta da Baixada com propostas para segurança pública na região. Nesse percurso formativo e de renovação dos quadros do Fórum, no segundo semestre foi realizada a segunda assembleia do FGB. Algumas mudanças aconteceram na coordenação, mas a maior parte dos membros fundadores continuam compondo a coordenação.

Segundo o Relatório do Fórum Grita Baixada, em 2016 além de alguns representantes individuais não citados, faziam parte da coordenação do FGB apenas 13 coletivos/organizações, um a menos do que na assembleia de 2015: o Centro dos Direitos Humanos (CDH), Viva Rio, Cidadania Plena, Associação Pamen Central Humana de Educação, Ideias e Formação alternativa (CHEIFA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Comunitário de Segurança Pública, Ação Social Paulo VI (ASPAS), Casa Fluminense, Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Nova Iguaçu, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Regional de Psicologia (CRP), Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias (PJ) e Casa do Menor. Dessas organizações, pelo menos cinco têm ligação direta com a Igreja Católica, entre os representantes individuais foram eleitos três padres e dois membros assíduos de pastorais católicas. Um dos representantes individuais era pastor. Faziam parte da coordenação executiva o Centro dos Direitos Humanos, o Viva Rio, a Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias e a Casa Fluminense, além de três representantes individuais.

Em relação ao que o fórum fez nesse período é possível destacar os encontros com autoridades, as reuniões mensagens ou bimestrais da coordenação com a participação de membros convidados, participação nas ações executadas pelo Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu é um processo de afinamento sobre os objetivos centrais da atuação do fórum. Com a realização do Curso de Segurança Pública e Cidadã, o fórum com a própria ementa conseguiu delimitar os assuntos a serem discutidos e com isso produzir um documento comum que dialoga com as expectativas dos seus participantes.

A Carta da Baixada foi um instrumento importante para alinhar o funcionamento do fórum em relação a diferentes temas. Por ser um fórum e por essa carta ter sido construída por várias mãos, inclusive por pessoas que não participavam do fórum em um período anterior à realização do curso, as organizações e indivíduos que contribuíram nessa construção tiveram que ceder em alguns pontos para chegar a um documento comum. No próximo capítulo vamos entrar nos detalhes das propostas para entender o processo evolutivo do discurso do FGB.

Ainda como marca deste segundo período, o ano de 2016 foi envolvido pelo cenário das eleições municipais e, anteriormente, pela realização dos Jogos Olímpicos na Cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o FGB trabalhou uma dupla estratégia e colocou na rua uma mobilização em relação aos jogos, revezamento da tocha da vergonha, e o lançamento de um relatório denúncia sobre a violência na Baixada, incluindo parte das propostas apresentadas na carta da Baixada no ano anterior. Ambos produtos serão debatidos no próximo capítulo.

No fim de 2016, o planejamento do fórum partiu de duas análises avaliativas. Primeiro, a importância do lúdico nas construções populares, dados sucesso do revezamento da tocha da vergonha. Um outro aprendizado veio da necessidade de estar presente em alguns territórios, para além de uma visão geral da Baixada Fluminense. Como o ano de 2016 também significava o encerramento de um ciclo do primeiro projeto que financiou as atividades do FGB, o processo de planejamento no ano foi importante para definir o que seria prioridade no próximo ciclo. Além da contratação de uma equipe maior para estar no dia a dia das atividades, a estrutura de núcleos territoriais foi acrescentada no projeto, podendo assim 2017 iniciar um novo ciclo de atuação na Baixada Fluminense. Em alguns momentos da tese, chamo a equipe contratada dos projetos de “equipe liberada”, ou seja, que tem como atividade remunerada trabalhar no Fórum Grita Baixada.

O ano de 2017 representou a contratação de uma equipe que continha um coordenador, um articulador de territórios e um assessor de comunicação. Com essa equipe de três pessoas no dia a dia, o fórum conseguiu assumir novas frentes de trabalho, fazendo com que essa equipe se tornasse a verdadeira executiva. No entanto, na estrutura do fórum ainda existia a

coordenação, a executiva e a partir da contratação dessa equipe um grupo que executava o projeto do Fórum Grita Baixada.

Quadro 2 - Histórico da “equipe liberada” do Fórum Grita Baixada

| FGB ORIGEM | TRANSIÇÃO | | NOVOS PROJETOS | | | |
|-------------|------------|---------------------------|---|---|---|---|
| 2012 - 2014 | 2015-2016 | | 2017 | 2018/2019 | 2020 | |
| SECRETARIA | SECRETARIA | | COORDENADOR ARTICULADOR DE TERRITÓRIO COMUNICADOR | COORDENADOR ARTICULADOR DE TERRITÓRIO COMUNICADOR | EQUIPE DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL | COORDENADOR ARTICULADOR DE TERRITÓRIO COMUNICADOR |
| | | MANUTENÇÃO SITE | | | | |
| | | ASSESSORIA DE IMPRENSA | | | | |

Fonte: O autor, 2022.

O quadro acima retrata as modificações na “equipe liberada” do Fórum Grita Baixada ao longo dos anos desde a sua fundação. A partir de 2017 a equipe ganhou uma estrutura maior já a partir da concepção do novo projeto aprovado pela financiadora alemã. O projeto aprovado pela Misereor tinha três objetivos específicos, o primeiro relacionado aos núcleos, o segundo sobre a elucidação de casos de homicídio na Baixada e o terceiro sobre o impacto na incidência nas políticas públicas de segurança na região. A descrição do primeiro, segundo pesquisa em materiais recebidos por correio eletrônico durante minha participação ativa no Fórum Grita Baixada, continha a organização dos moradores de Imbariê, em Duque de Caxias, e Gogó da Ema, em Belford Roxo, em núcleos de direitos humanos. O segundo objetivo descrevia o aumento no número de investigações de homicídios na Baixada Fluminense, e a necessidade de investir nos processos de responsabilização dos culpados, em parceria com órgãos do Poder Judiciário e entidades que atuam no campo do atendimento psicológico e de defesa dos direitos humanos. Por último, o terceiro apontava para o aumento no número de incidências do Fórum Grita Baixada nos processos de construção das políticas públicas de direitos humanos e segurança da população, a partir da articulação do mesmo com entidades nacionais e internacionais.

Os três objetivos foram perseguidos ao longo dos anos, com uma rápida estruturação dos núcleos locais, tema para capítulos posteriores. Sobre os outros dois objetivos, os desafios conjunturais e o próprio horizonte delimitado dependiam muito do cenário político da Baixada Fluminense. Ainda assim, a equipe desenhou algumas estratégias para perseguir esses objetivos, dentre elas parcerias com organizações de direitos humanos que trabalham o atendimento de vítimas da violência, o fortalecimento da atuação das mães de vítimas da violência na Baixada Fluminense e a interlocução com prefeituras e secretarias municipais.

A população da Baixada Fluminense clama por transformações, mas não por mudanças impostas por decisões verticais ou por promessas juramentadas em “polítiquês” nos pontuais meses de pré-eleições. Hoje, a Baixada quer o diálogo diário com o restante do estado do Rio de Janeiro e também (por que não?) com o restante do país; quer se despir da roupagem velha e suja de sangue dos tacanhos esquetes midiáticos para se reencontrar a partir de uma nova expressão: limpa, carinhosa, saudável e potente (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 6).

O trecho acima do relatório do Fórum Grita Baixada já antecipa em 2016 o sentimento do novo ciclo de 2017, com uma necessidade de buscar e cobrar espaços horizontais no poder público para a construção de políticas públicas que reduzam a violência, sobretudo os homicídios na região. O relatório antecede as eleições municipais 2016, momento em que

muitos atores políticos buscam o diálogo com os movimentos sociais, depois de anos sem essa proximidade.

Posto estes desafios, já nos primeiros meses de 2017, a nova equipe do projeto e a coordenação executiva começaram a perceber alguns entraves para a execução e a agilidade do fluxo de trabalho sem uma mudança na estruturação do fórum. Se antes, mesmo com uma secretaria e com assessoria de comunicação o protagonismo da execução das tarefas do FGB, mesmo às relacionadas ao projeto Misereor da época, ficava com membros da coordenação, com a chegada do coordenador, do articulador e do assessor de comunicação a execução dos projetos ficaram restritas nessa equipe executiva, com um apoio mais direto de membros da equipe do Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu.

Outro problema percebido ao longo dos primeiros meses de 2017 foi a dificuldade de reunir a totalidade da coordenação do FGB formada por 21 pessoas e instituições. A partir dessa constatação e da necessidade de reorganizar a estrutura, a equipe executiva do projeto junto com integrantes da Coordenação Executiva propôs a realização de uma assembleia especial para discussão e encaminhamento de alternativas que pudessem contribuir para uma reorganização das equipes de condução do Fórum Grita Baixada.

Na assembleia especial realizada no dia 07 de julho de 2017, com o objetivo principal de apresentar o trabalho realizado nos primeiros seis meses do ano e discutir e aprovar proposta de reorganização do FGB, mais de 40 pessoas participaram, de sete municípios da Baixada e da capital. A principal proposta colocada nessa assembleia foi modificar os espaços de coordenação, com um processo de atualização da composição do fórum. A ideia era que a coordenação fosse composta por 10 pessoas, entre elas 7 associados mais a executiva do projeto Misereor. Com essa proposta, nasce a figura do associado, uma pessoa próxima das lutas do Fórum Grita Baixada e que concorda com a carta de princípios do FGB, podendo assim receber convocações para eventos, palestras, atos públicos e reuniões. Para compor a coordenação, além de considerar a diversidade dos municípios e as questões de gênero, geracional e racial, o associado precisaria ser escolhido em assembleia, desde que possuísse alguns critérios, dentre eles ser propositivo, possuir capacidade para representar o FGB e aptidão para exercer cargo de direção, compreender a realidade da Baixada Fluminense, ser defensor dos direitos humanos e ter disponibilidade tempo para reuniões mensais e para outras atividades, tendo uma participação ativa no FGB.

Uma outra categoria proposta nesta chamada foi a assessoria composta por associados ou pessoas externas ao Fórum Grita Baixada conhecidas como especialistas em assuntos relacionados à temática do FGB, sendo convocadas para consultas pontuais ou contribuições

específicas ao longo do tempo. Para essa categoria foram pensados representantes de universidades, principalmente professores pesquisadores de temas como violência / segurança pública e/ou Baixada Fluminense; representantes de organizações de juventude, com o intuito de trazer um olhar jovem para o FGB, dada sua composição ainda com uma faixa etária alta, tendo em vista o público alvo das discussões; representante de organizações ou pesquisador sobre o tema de racismo; especialista em políticas públicas; e alguma pessoa que trouxesse as temáticas sobre direito, justiça e cidadania. Um dos pré-requisitos para participar desse espaço, além da contribuição permanente com a coordenação, é a necessidade de participar de duas reuniões anuais com a coordenação do FGB.

A proposta também continha o formato prévio das reuniões, caso aprovada na assembleia. Segundo o documento apresentado na assembleia especial a reunião da executiva do projeto deveria acontecer todas as semanas com a participação da equipe do projeto, podendo ser convidado pela equipe algum assessor. A coordenação do FGB também poderia participar, no entanto, não é obrigatório. As reuniões de coordenação foram propostas para ocorrer todos os meses em calendário combinado previamente, podendo ter convocações extras e contatos constantes da executiva do projeto com o restante da coordenação para definições de competência coletiva que transpassam a execução do projeto aprovado. Já as reuniões de assessoria ficaram duas vezes ao ano, participando delas os assessores e a coordenação do FGB. Nessas reuniões seriam avaliadas as estratégias e possíveis caminhos a percorrer. Para envolver os associados no processo, também foram propostos encontros de formação, ocorrendo a cada dois meses, sobretudo com um fio condutor formativo. Já as assembleias ocorreriam uma vez ao ano (entre novembro e dezembro), como um espaço de discussão e deliberação sobre as principais estratégias do FGB para o ano posterior, além de avaliar o ano corrente, sendo que a cada três anos a assembleia terá a missão de definir a composição da coordenação. Todos os associados poderão participar da assembleia e serão discutidos os nomes para a coordenação tendo em vista as estratégias do FGB e o perfil de coordenação.

Essa assembleia não conseguiu deliberar e avançar muito nas questões apontadas devido às limitações estatutárias, precisando assim de uma mudança no estatuto para remodelar a formação do Fórum. Nessa assembleia ficou definido que a coordenação seria composta pelo Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, Casa Fluminense, Conselho Regional de Psicologia em Nova Iguaçu, Comissão Pastoral da Terra, CHEIFA e mais dois representantes individuais. Não é o objetivo aqui comentar qual é a melhor maneira de fazer a composição do FGB, nem mesmo a metodologia, mas apresentar a partir dessas reflexões quais

estruturas foram pensadas ao longo dos anos, o que interfere diretamente na atuação, seja na promoção de atividades ou na proposição de políticas ao poder público.

Um marco importante na atuação do Fórum Grita Baixada que começou a ser pensado em 2016 e construído em 2017 foi o Documentário Nossos Mortos têm voz, produzido pela Quiprocó Filmes³⁵. Ainda nesta tese debateremos mais o processo de produção e lançamento deste documentário e os desdobramentos que aconteceram a partir do lançamento. O Fórum Grita Baixada ganhava também novos financiadores, para além da Misereor, com o apoio do Fundo de Direitos Humanos para a produção do documentário e posteriormente com a Fundação Ford na Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR).

2.4 Fórum enquanto movimento social x organização da sociedade civil

Nessa pesquisa, majoritariamente, é observada a atuação de dois espaços da sociedade civil: a Casa Fluminense, principalmente com os dados sobre a desigualdade no primeiro capítulo, e o Fórum Grita Baixada (FGB). A primeira, uma organização formalizada que estuda a vida urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), proporciona para a pesquisa um conjunto de indicadores sistematizados da RMRJ que possibilita uma análise das desigualdades territoriais entre a capital e a Baixada Fluminense. Além disso, a ONG ao longo da história do Fórum Grita Baixada esteve presente nas atividades e na coordenação do fórum, dialogando e produzindo discursos bem próximos sobre a violência na Baixada. As motivações para sua criação, o funcionamento do fórum e os discursos ao longo dos anos são objetos de análise, para entendermos como esse importante organismo da sociedade civil na Baixada Fluminense que abarca na sua estrutura dezenas de coletivos e organizações da região contribuiu no debate da segurança pública.

Para Ramos (2005) “sociedade civil” é um dos conceitos da teoria política clássica mais usados no discurso social e político contemporâneo, esse conceito pode partir de quatro matrizes teóricas, sendo elas a matriz neotocquevilliana, a matriz neoliberal; a matriz habermasiana e a matriz gramsciana. Além disso, é utilizado durante o texto a expressão “sociedade civil organizada” que teoricamente pode parecer um pleonismo pelo termo sociedade civil já remeter ao conceito de organização. No entanto, no terceiro setor (ONG ‘s, movimentos sociais) essa

³⁵ Segundo o site institucional, a Quiprocó é uma produtora de audiovisual sediada no Rio de Janeiro que pretende, através da sua atuação, transformar a maneira que as pessoas veem suas próprias vidas.

expressão é utilizada para conceituar coletivos e organizações que atuam organizadas na construção de um projeto ou imaginário social e/ou político.

No trabalho de Ramos (2005) é possível identificar as quatro matrizes teóricas de destaque. A primeira, baseada no historiador e pensador francês Alexis de Tocqueville, traz uma visão acerca da sociedade civil baseada na sustentação da democracia, onde a “liberdade e a democracia não são resultados de constituições, por mais indispensáveis que estas sejam, mas que elas têm que ser integradas na sociedade como consequência das condições históricas e sociais” (DÖHN, 1998, p. 189).

Em suma, pode-se dizer que, para os neotocquevilianos, a força e a estabilidade das democracias liberais depende, necessariamente, de uma esfera de participação associacional ativa e pujante. Neste sentido, tais autores concebem a sociedade civil como um local habitado por organizações de associação livre, da qual o cidadão possa participar de acordo com os seus interesses privados, vinculando-se com outros por intermédio da ajuda mútua. A sociedade civil é vista de uma forma “espontaneísta”, na qual grupos e associações voluntárias afloram. Além disso, ela também é vista de uma maneira deveras positiva na medida em que é composta por associações voluntárias e livres que contribuem para a estabilidade da democracia liberal (RAMOS, 2005, p. 85).

A visão apresentada acima dialoga bastante com a matriz neoliberal, a diferença que a sociedade civil é vista na matriz neoliberal de forma mais passiva em relação ao Estado, numa lógica maior de colaboração do que de confronto. Nesta matriz o conceito de sociedade civil se torna similar ao conceito de terceiro setor (RAMOS, 2005). É possível identificar diversas organizações que atuam no sentido estrito de colaboração com o Estado, como o caso das OSCs (Organizações da Sociedade Civil) que prestam serviço para os governos auxiliando o funcionamento do Estado. Muitas vezes por ser parte do *mainstream*³⁶ esse conceito torna-se dominante e dentro dos espaços de interlocução na esfera pública³⁷ as organizações que se colocam como colaboradoras do Estado acabam recebendo maior relevância política e social pela característica da atividade executada.

Não necessariamente o sentido de colaboração envolve a transferência de recursos, há também o sentido de colaboração em apontar práticas e soluções ao Estado, como o posicionamento da Casa Fluminense enquanto organização da sociedade civil, através da

³⁶ Termo em inglês utilizado para definir o conceito de corrente dominante. Quando falamos em *mainstream* no pensamento social, político e econômico queremos apontar que aquilo que está sendo dito é validado pela corrente de pensamento mais comum no contexto de determinada cultura.

³⁷ Definimos aqui a esfera pública como o espaço de discussão entre entes públicos e privados sobre os assuntos considerados públicos.

Agenda Rio³⁸ ou o Fórum Grita Baixada, participando de espaços de escutas e criando interlocução com prefeituras da Baixada Fluminense, como a breve experiência da Frente Intermunicipal pela Valorização da Vida (FIVV). Não cravo o padrão de atuação destas organizações citadas como necessariamente dentro dessa categorização, até porque a atuação delas, sobretudo do Fórum Grita Baixada, passam pelo questionamento de práticas neoliberais predominantes na esfera pública.

Para a teoria liberal, o Estado não é capaz sozinho de atender as necessidades da população, na verdade nessa teoria, o economista Milton Friedman (2019) aponta que o Estado deve promover condições que gerem a competitividade individual e facilitem os contratos entre os entes privados. Nesse sentido, a sociedade civil deve cooperar para que o desenvolvimento social seja alcançado, sabendo das limitações que o indivíduo possa ter nesse processo. “Em suma, o fortalecimento da sociedade civil e de sua atuação no âmbito do desenvolvimento social seria, para esta matriz teórica, o caminho correto e necessário para que se possa combater de maneira eficiente a injustiça e a exclusão” (RAMOS, 2005, p. 87).

A terceira matriz é a habermasiana, inspirada no sociólogo e filósofo alemão Jürgen Habermas. Ele já debatia sobre o que falamos mais acima de esfera pública, trazendo a importância da comunicação na formação da opinião e na construção das narrativas na própria esfera pública. Apesar das multiformidades e diferenciações da esfera pública burguesa, estudada por Habermas, ele aponta alguns critérios que permeiam todas as discussões nessa esfera pública. Primeiro, as questões de classe e de poder aquisitivo eram esquecidas, valendo nas discussões os melhores argumentos. Além disso, temas antes monopolizados pela Igreja e pelo Estado eram também colocados em discussão, valendo-se por ser um espaço crítico sobre temas de interesse geral. Acrescenta-se ainda uma característica de acesso, onde mais pessoas poderiam chegar e fazer parte dessas discussões (DA SILVA, 2002).

Nesse sentido, tendo como prioridade o processo comunicativo, mesmo que não tenha sido criada diretamente por Habermas, mas a partir de suas ideias, essa matriz assume essas características onde a sociedade civil é marcada pela interação comunicativa e integração social, num processo mais distinto e menos dependente da economia e do Estado. Se Habermas não conceituou diretamente a atuação da sociedade civil conforme estamos apontando, Ramos (2005, p. 88) indica que o “tocante à questão da sociedade civil, nota-se que Andrew Arato e Jean Cohen propuseram um conceito habermasiano de sociedade civil.”

³⁸ A Agenda Rio é um documento produzido pela Casa Fluminense, construído com ajuda de várias organizações e movimentos, que reúne visão e propostas de políticas públicas para redução de desigualdades, o aprofundamento democrático e o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A sociedade civil seria, assim, o mundo da vida conforme este é expresso nas instituições. Ou seja, a sociedade civil incluiria, assim, todas as instituições e formas associacionais que requerem interação comunicativa para sua reprodução e que confiam primariamente em processos de integração social para ação coordenada dentro de suas fronteiras. Desta forma, é possível perceber que o que proporciona as relações na sociedade civil é a comunicação, e a sociedade civil é autônoma quando suas atividades são governadas por normas que são tiradas do mundo da vida e reproduzidas e reformuladas através da comunicação. Com a natureza comunicativa como aspecto definidor da sociedade civil, fica mais fácil ver como a economia e o Estado podem ser excluídos (RAMOS, 2005, p. 89).

Sendo assim, trazendo o debate da institucionalidade da sociedade civil, o que Habermas e os autores aqui citados, a sociedade civil reúne o que é batido enquanto problema pela esfera pública e transfere esse acúmulo para a esfera política. Esse ecossistema formado por movimentos, associações e organizações sociais (ONGs e sem fins lucrativos) faz esse papel (DUTRA, 2006). Antes de partir para a próxima matriz, é importante trazer a síntese da matriz habermasiana, expressa com essas palavras: “a sociedade civil seria uma forma de ação comunicativa habermasiana – isto é, um processo de deliberação através do qual os indivíduos podem estabelecer a validade de reivindicações morais” (RAMOS, 2005, p. 90).

Por fim, a matriz gramsciana traz uma discussão sobre sociedade civil e sociedade política. Antonio Gramsci, filósofo marxista e político italiano que foi preso pelo regime fascista de Mussolini, traz um debate sobre sociedade civil que passa pelas discussões feitas por ele ao longo de sua vida, incluindo os conceitos de Estado e hegemonia.

(...) a sociedade civil é “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ (...)” (Gramsci, 2001b:20), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Em suma, os ditos “aparelhos privados de hegemonia”⁷⁴ – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política (Gramsci, 2004:112). Tal sociedade civil é considerada uma das esferas principais do Estado visto em seu sentido ampliado; a outra seria a sociedade política: o conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar (RAMOS, 2005, p. 93).

Podemos nos inspirar pelos conceitos das quatro matrizes, entendendo a sociedade civil como um espaço múltiplo e de diferentes significados. Trazer aqui todo esse debate é uma forma de colocar aquilo que tratamos materialmente na atuação do Fórum Grita Baixada baseado numa teoria. Sendo assim, independente sobre qual matriz teórica nos debruçamos, entendo que boa parte da atuação de movimentos como o FGB partem de uma lógica gramsciana de romper com a hegemonia imposta, podemos também tratar sobre um recorte específico da sociedade civil que é a atuação dos movimentos sociais.

Em diversas reuniões do Fórum Grita Baixada foi possível observar uma tentativa de caracterização desse fórum como um movimento social. Pensando a estrutura, pauta e a forma na qual o FGB foi criado acho pertinente essa caracterização, tendo em vista os aspectos práticos no qual eu convivi através da participação de reuniões e na coordenação, mas também levando em consideração o referencial teórico, parte fundamental da metodologia desta pesquisa. Essas características dialogam com Gohn (2000) que aponta as diferenças necessárias para definir o que é um movimento social de outras formas de organização. Há uma literatura que fala da categoria dos movimentos sociais na atualidade, com destaque aqui a para Gohn (2011), ela elenca um panorama dos movimentos sociais no século XXI, através de um conjunto de 13 eixos temáticos que serão debatidos abaixo.

O primeiro é sobre os movimentos sociais em torno da questão urbana, pela inclusão social e por condições de habitabilidade na cidade. Alguns exemplos relatados pela autora são os movimentos pela moradia, movimentos e ações de grupos de camadas médias contra a violência urbana e demandas pela paz e por último as mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, dentre outros. Em relação ao primeiro, não temos uma participação ativa de movimentos em torno da moradia no FGB, mas podemos citar o engajamento recente de grupos ligados a Frente Povo Sem Medo³⁹, que inclui o MTST⁴⁰. Em relação ao segundo exemplo, várias iniciativas que se somaram ao FGB ao longo desses anos iniciam com um processo de reivindicação pela paz através de caminhadas. Como relatado acima, a minha participação no Grita Baixada iniciou após organização e participação da I Caminhada pela Paz, em Coelho da Rocha. Nota-se aqui que as pessoas que participaram e organizaram essa caminhada (e outras também na Baixada) não necessariamente podem ser consideradas da camada média da sociedade e as pautas, pelo menos da que eu liderava, eram progressistas e não possuíam um viés punitivista. É possível também com o último exemplo colocar movimentos que participam das atividades do Grita Baixada, como é o caso do Movimento Pró Saneamento (MPS)⁴¹ do Parque Araruama, em São João de Meriti.

³⁹ Frente constituída por setores dos movimentos sindical e social. Segundo o manifesto da Frente Povo sem Medo, a frente une movimentos e ativistas para defender – em unidade com os de baixo e enfrentamento com os de cima - uma plataforma popular para o Brasil.

⁴⁰ Segundo informações contidas no site da organização, o MTST — Movimento dos Trabalhadores Sem Teto — é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos, tendo como uma das principais estratégias de atuação o processo de ocupação de imóveis e terrenos urbanos.

⁴¹ Movimento fundado em 2011 a partir da Campanha da Fraternidade daquele ano, o movimento se intitula como “um grupo de moradores da Região do Parque Araruama, de caráter apartidário e não-confessional, reunidos desde o início de 2011, para refletir e propor alternativas que garantam os direitos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Lutamos pelo controle social de políticas públicas, programas e projetos governamentais. Estando

O segundo eixo é sobre movimentos de mobilização e organizações populares voltadas para a participação na gestão administrativa da cidade. Os exemplos dados são movimentos que atuam com orçamento participativo e conselhos gestores, além dos conselhos voltados para pautas identitárias, por exemplo, negros e mulheres. No Fórum Grita Baixada especificamente não possui grupos que diretamente atuam com o orçamento, mas na Casa Fluminense com um projeto realizado em parceria com o INESC⁴², alguns grupos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro fizeram o processo de acompanhamento do orçamento para mobilidade, sendo o Mobiliza Japeri⁴³ o representante da Baixada Fluminense. A partir dessa metodologia desenvolvida pelo INESC é possível acompanhar o orçamento de uma forma mais próxima da população.

Uma forma de viabilizar a participação para que seja efetiva, e realmente seja educativa e transformadora, é a escolha pela ação no espaço local, fazendo conexões com mecanismos regionais e nacionais para produzir políticas públicas de Estado. Lembrando que participação e mobilização são etapas do mesmo processo (INESC, 2017).

Sobre o orçamento, o Fórum Grita Baixada já se manifestou ao longo da sua trajetória. Numa pesquisa na rede social Facebook, onde o fórum por diversas vezes lança alguma nota ou uma publicação trazendo uma reflexão sobre algum tema do cotidiano, poucas vezes a palavra orçamento apareceu. Em uma publicação de junho de 2020, sobre a aprovação do PL 1061/2019 que institui o programa estadual de direitos humanos, comunicadores sociais e ambientalistas no Rio, a manifestação foi a seguinte: “com a aprovação da Lei, agora, é necessário garantir um orçamento adequado ao seu funcionamento.” Nas redes sociais, foram poucas vezes que o orçamento foi colocado como centro da discussão, com rápidos comentários como em 2019 a uma reportagem que apontava o corte de 86% das verbas para perícia, enquanto o governador Wilson Witzel celebrava o investimento em inteligência. No relatório produzido pelo Fórum em 2016, a palavra orçamento aparece apenas uma vez, vinculada à situação salarial dos policiais militares.

Fica clara a conveniência do Estado em fazer vista grossa ao movimento das milícias, primeiro porque estas ocupam uma posição para qual lhe falta orçamento e, segundo, porque nestas funções paralelas os agentes públicos inicialmente encontram a

abertos ao diálogo com todas as forças da sociedade que se empenham pela construção de uma Cidade Social e Ambientalmente Justa”.

⁴² Segundo o site da organização, na aba quem somos, o Instituto de Estudo Socioeconômico é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com sede em Brasília. Há 40 anos atua politicamente junto a organizações parceiras da sociedade civil e movimentos sociais para ter voz nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direitos humanos, sempre de olho no orçamento público.

⁴³ O Mobiliza Japeri é um movimento social em prol da mobilidade urbana sustentável na Baixada Fluminense.

oportunidade de engordar seus baixíssimos rendimentos, uma demanda que, se lhe fosse transferida, ele não suportaria e entraria em colapso (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 43).

Uma hipótese para o fórum utilizar pouco a temática do orçamento, pode ser a própria dificuldade de desmistificar o que o senso comum persiste em manter, o que para muitos autores é a falácia da necessidade de mais orçamento para segurança pública. Em evento realizado em 2019 pela Casa Fluminense em parceria com o CESEC⁴⁴ chamado De olho no orçamento, numa série de encontros preparatórios para o Fórum Rio 2019, o PPA⁴⁵ 2020-2023 entrou em discussão, incluindo a temática da segurança pública. A participação da Rede de Observatórios de Segurança⁴⁶ foi importante ao trazer um levantamento que o problema não é a escassez de recursos para a segurança.

O problema do estado do Rio de Janeiro não é a falta de recursos ou a não priorização da segurança pública no orçamento estadual, como podemos observar pelos dados consolidados por este estudo, mas sim um direcionamento equivocado da política pública voltada para o confronto e o policiamento ostensivo, em detrimento da investigação e do uso da inteligência policial (CICONELLO, 2019, p. 25).

Ainda nesse eixo, para além da discussão sobre orçamento, podemos citar na composição do Fórum Grita Baixada a participação de grupos que representavam conselhos de direitos em cidades da Baixada Fluminense, como o caso do Conselho Comunitário de Segurança de Nova Iguaçu. Além disso, as pautas identitárias ganharam um importante peso na atuação do Grita Baixada a partir do documentário Nossos Mortos têm voz, que destacou mulheres, sobretudo mães, de jovens vítimas da violência e a centralidade no racismo, o que fez surgir a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) que posteriormente se desvinculou do FGB.

⁴⁴ Segundo o site da instituição, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), fundado em 2000 na Universidade Candido Mendes, é uma das primeiras instituições acadêmicas integralmente dedicadas aos temas da violência e da segurança pública no Brasil. Tem como principal objetivo a realização de pesquisas inovadoras e outros tipos de projetos que alimentem o debate público e contribuam para promover os direitos humanos no sistema de justiça criminal do país.

⁴⁵ Segundo informações contidas no site do governo do Estado de Goiás, “o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas, estruturado em ações, que resultem em bens e serviços para a população. O PPA tem duração de quatro anos, começando no início do segundo ano do mandato do chefe do poder executivo e terminando no fim do primeiro ano de seu sucessor, de modo que haja continuidade do processo de planejamento.”

⁴⁶ Segundo informações encontradas no site da Rede de Observatórios da Segurança, a rede é uma iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança e a criminalidade nesses estados.

O terceiro eixo temático que Gohn (2011) destaca é sobre movimentos em torno da questão da saúde, que defendem o Sistema Único de Saúde (SUS) ou que se organizam sobre temáticas vinculadas a portadores de algumas doenças específicas. De fato, nos movimentos em que eu participei e liderei em São João de Meriti, a pauta da saúde sempre apareceu, inclusive com o apoio do Fórum Grita Baixada, na reivindicação pelo Hospital Geral em São João de Meriti ou pela reabertura do Hospital Infantil João XXIII, na Praça da Bandeira. Em destaque também foi a participação, a pedido da Igreja Católica, do Fórum Grita Baixada nas ações em defesa do Hospital da Posse em 2017. O FGB participou de diversas conversas com a administração do hospital e prefeitura, e assinou documento pedindo recursos para que o Hospital continuasse funcionando, participando de uma grande manifestação que reuniu movimentos da sociedade civil e prefeitura de Nova Iguaçu.

O quarto eixo temático é voltado aos movimentos de demandas na área dos direitos humanos e culturais. Neste, de certa forma, o FGB está incluso por fazer uma defesa frente à violação de direitos humanos na Baixada. Além disso, como braço estruturante do fórum, o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu é uma das grandes referências da Baixada Fluminense na defesa dos Direitos Humanos. Além deles a Casa do Menor São Miguel Arcanjo⁴⁷, membro atuante do FGB, trabalha com o acolhimento e o abrigo de crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade.

As mobilizações e os movimentos sindicais contra o desemprego são o quinto eixo temático, nele podemos incluir a Pastoral Operária e os membros de alguns sindicatos que participavam ativamente de reuniões do FGB. Em 2016, na atividade denominada Revezamento da tocha da vergonha, que será falada com mais detalhes ao longo desta tese, o sindicato do Petroleiros de Duque de Caxias foi bem atuante, tanto na construção da atividade e no processo de avaliação, quanto na disponibilização de veículos com som para o trajeto. Se a pauta da violência muitas vezes afasta a participação mais ampla da sociedade, o FGB quando amplia sua atuação tem um alcance maior na participação de movimentos e pessoas.

Como sexto eixo podemos citar os movimentos decorrentes de questões religiosas. Aqui o foco é na defesa das causas religiosas, como grupos que defendem as religiões de matriz africana. No entanto, ao ampliarmos o conceito desse grupo podemos incluir vários membros do FGB que surgem da Igreja Católica, como o caso das pastorais que são membros desse espaço. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz parte da coordenação do Grita Baixada e pode

⁴⁷ Instituição localizada na Baixada Fluminense e outros espaços no país, responsável em acolher crianças, adolescentes e jovens em situação de risco.

também ser incluída no sétimo eixo que são as mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulação com as cidades. A atuação da CPT é fundamental em territórios rurais da Baixada Fluminense, sobretudo nos municípios de Nova Iguaçu, Queimados e Japeri que fazem parte da Diocese de Nova Iguaçu.

Na lista desses movimentos contemporâneos aparecem os grupos contra as políticas neoliberais, principalmente a partir da década de 90, com discussões sobre as reformas do Estado, privatizações, dívida pública e as críticas frente à ampliação das políticas neoliberais na economia de forma geral. Nesse ponto vale destacar um antecessor do FGB como projeto elaborado pela Diocese de Nova Iguaçu, o Centro Sociopolítico (CSp)⁴⁸.

Tratava-se de uma intervenção em um novo contexto, em que, a partir do final dos anos 80 e, sobretudo, início dos anos 90, a onda mundial neoliberal de esvaziamento e desobrigação social do Estado chega ao Brasil. Contexto em que a lógica do mercado passa a tomar conta das relações humanas e do imaginário social; em que a competição e o acirramento da mercantilização das relações acabam por transformar o próprio homem em mera mercadoria, por exacerbar o individualismo e esvaziar o sentido da ação coletiva; em que o discurso do “fim da história” acaba por borrar qualquer perspectiva de utopia (SILVA, 2007, p. 26).

Aponto este projeto como um antecessor, pelo Centro Sociopolítico ter o mesmo financiador do FGB, a Misereor, instituição alemã gerida pela Igreja Católica na Alemanha, responsável em financiar projetos no mundo todo, sobretudo em países em desenvolvimento. Antes do Centro Sociopolítico, a Misereor financiou também dois projetos de formação social entre 1996 e 2002 (SILVA, 2007). Ainda nessa linha, há uma participação constante de membros destes processos formativos da década de 1990 e 2000 nos espaços do FGB, trazendo com bastante relevância os debates referentes aos problemas gerados em territórios periféricos do avanço das políticas neoliberais.

O nono eixo é sobre os grandes fóruns de mobilização da sociedade civil organizada. É importante nesse processo destacar a diferença entre os fóruns de organizações da sociedade civil e os fóruns de participação, estes últimos envolvem mais atores da esfera pública, com uma centralidade no Estado. Inicialmente, o Fórum Grita Baixada inicia a sua atuação com uma predominância no diálogo, na busca de encontrar caminhos comuns entre a sociedade civil e o Estado na resolução do grave problema de segurança pública na Baixada Fluminense. Consigo identificar até uma proximidade entre esse conceito de fórum participativo com as estruturas de conselho, com menos burocracia e estrutura que envolva a escolha oficial de representantes.

⁴⁸ O Centro Sociopolítico é um organismo da Diocese de Nova Iguaçu que está sediado nas instalações da Cáritas Diocesana. Sua missão é “a formação sociopolítica do laicato, fundamentado na mística de uma espiritualidade solidária, libertadora e transformadora. Como objetivo de apoiar e fortalecer, o CSp auxilia a sociedade civil no controle social e execução das políticas públicas” (SILVA, 2007, p. 29).

A centralidade dos fóruns públicos de discussão e deliberação na construção de decisões legítimas vem sendo enfatizada pela vertente deliberativa da democracia (HABERMAS, 1996; BOHMAN, 1996; DRYZEK, 2000). Acredita-se que o processo de decisão de um governo deve ocorrer mediante a participação e a deliberação de indivíduos racionais em fóruns amplos de debate e negociação. Essa deliberação não deve resultar de um processo agregativo das preferências fixas e individuais, mas sim de um processo de comunicação, em espaços públicos, que antecede e auxilia a própria formação da vontade (preferências) dos cidadãos (FARIA, 2006. p. 381).

O trecho acima apresenta bem esse crivo do que é um fórum de participação, o que não é o caso apresentado pela Gohn. Os fóruns por ela classificados são aqueles caracterizados pela luta “contra a globalização econômica ou alternativa à globalização neoliberal (contra ALCA, por exemplo); o Fórum Social Mundial (FSM); o Fórum Social Brasileiro; fóruns da educação (Mundial, de São Paulo); fóruns culturais (jovens, artesões, artistas populares etc.)” (GOHN, 2011, p. 346). Ainda, para a autora, os fóruns estabeleceram a prática de grandes encontros, o que para o FGB seria encontros regionais, para gerar diagnósticos dos problemas sociais e definir metas e objetivos para enfrentar esses problemas. Nesse sentido, o Fórum Grita Baixada entraria como um fórum urbano de organizações, coletivos e pessoas que debatem a segurança pública na Baixada e contribuem na construção de uma nova narrativa para a violência na região através da mobilização, formação e incidência.

O movimento das cooperativas populares está incluso no décimo eixo. Na Baixada existem movimentos voltados para a Economia Solidária e que de certa forma já dialogavam ou conheciam o trabalho do Grita Baixada, até mesmo quando observamos algumas das frentes de atuação da Comissão Pastoral da Terra. No entanto, na coordenação não há nenhum grupo que se enquadre na definição abaixo.

Trata-se de uma grande diversidade de empreendimentos, heterogêneos, unidos ao redor de estratégias de sobrevivência (trabalho e geração de renda), articulados por ONGs que têm propostas fundadas na economia solidária, popular e organizados em redes solidárias, autogestionárias. Muitas dessas ONGs têm matrizes humanistas, propõem a construção de mudanças socioculturais de ordem ética, a partir de uma economia alternativa que se contrapõe à economia de mercado capitalista (GOHN, 2011, p. 346).

Já o décimo primeiro eixo traz a atuação dos movimentos que atuam em defesa de territórios que sofrem o processo de degradação ambiental, como as mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens, hidrelétricas, implantação de áreas de fronteiras de exploração mineral ou vegetal etc. Nesse sentido, nenhum grupo que atua diretamente com o FGB possui essa característica de atuação, mesmo que em articulações nacionais, sobretudo ao participar dos encontros com os movimentos apoiados pela Misereor o contato não seja feito, por exemplo, com o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

O décimo segundo eixo retratado enquanto movimento social refere-se ao setor de comunicação. Muitos grupos no país protestam pela democratização dos meios de comunicação e defendem os coletivos midiativistas⁴⁹ que fazem uma defesa de contra-narrativa a mídia hegemônica. Uma questão é que com o avanço do bolsonarismo e de grupos radicais de direita essa narrativa também foi incorporada. O Fórum Grita Baixada já participou diversas vezes de programas de rádios comunitárias na região, assim como já foi entrevistado para jornais, blogs e sites não hegemônicos locais e temáticos. Além disso, em 2017 promoveu o I BFCOM Seminário de Comunicação, Cultura e Ativismos da Baixada Fluminense e outras periferias.

Por fim, o último eixo traz as lutas e movimentos pela educação. É um trabalho bem amplo que envolve desde a atuação dos sindicatos, dos movimentos sociais e populares e dos trabalhos comunitários, sobretudo em territórios de favela e periferia. Muitos representantes do SEPE em cidades da Baixada já participaram de encontros, eventos e ações promovidas pelo FGB. Vale destacar aqui a participação do Revezamento da Tocha da Vergonha e a criação de um núcleo em Nilópolis, sobretudo com os participantes do SEPE. Outro movimento relacionado à educação com participação do FGB é em relação aos pré-vestibulares comunitários.

Representando os interesses dos novos grupos de concluintes da educação básica, proliferaram, a partir do final dos anos 90, movimentos sociais com um duplo objetivo: preparar segmentos populares para acesso ao ensino superior, mediante a organização de cursinhos pré-vestibulares, gratuitos ou sem fins lucrativos, e pressionar órgãos de governo por ações afirmativas de inclusão social no que tange às oportunidades de continuar os estudos em nível superior. Alguns desses movimentos, de perfil racial, inscrevem-se em uma concepção de ação afirmativa de caráter compensatório, lutando pela reparação de injustiças sociais, enquanto outros, de caráter mais preventivo e racialmente neutros, pautam-se pela ideia de promoção de maior diversidade social, procurando propiciar a ascensão e o fortalecimento de grupos da população sub-representados no ensino superior (MITRULIS; PENIN, 2006, p. 276).

Os pré-vestibulares comunitários são importantes espaços de educação para os jovens que saem do ensino médio e precisam disputar uma vaga concorrida na universidade. A disputa para uma vaga é bem difícil porque hoje, na maioria das vezes, não basta o conteúdo aprendido na escola durante o ensino médio, com o crescimento dos cursos pré-vestibulares e com a expansão do número de concluintes do ensino médio, os jovens de famílias de classe média pagam esse reforço e preparatório. Já os jovens mais pobres, que vêm de escolas com piores infraestruturas e que não têm condições de pagar um curso preparatório, ficam bem atrás nesse processo caso não haja nenhuma alternativa popular em seu território. O Fórum Grita Baixada,

⁴⁹ Veículos de comunicação independente que divulgam informações e conteúdos para comunidades ou para determinado nicho.

em 2017, apoiou a fundação de um pré-vestibular no bairro Bom Pastor, em Belford Roxo, para atender principalmente jovens moradores da favela do Gogó da Ema.

O conjunto de organizações, coletivos e movimentos que compõem o Fórum Grita Baixada passa praticamente por todos os eixos apontados pela autora. No entanto, mesmo sendo um espaço de articulação coletiva é preciso respeitar as individualidades e características de cada membro, não rotulando o espaço de articulação como parte de todos esses eixos. Sendo assim, o FGB se encaixa no novo eixo relatado acima, como um fórum de pessoas e membros de instituições da sociedade que tem como pauta prioritária a violência, num território específico, a Baixada Fluminense. A partir desse lugar, constrói lutas em defesa da população da Baixada, levantando a partir das características dos outros grupos diversas bandeiras.

Rocha (2013) também aborda a atuação do que ela chama de novos movimentos sociais. Eles são denominados dessa forma por apresentarem uma oposição aos antigos movimentos sociais, representados sobretudo no século XX pelos movimentos sindicais e político-partidários. Com as mudanças no mundo do trabalho e do próprio capitalismo nas últimas décadas do século XX, os movimentos anteriores perderam força dando espaço aos novos movimentos que atuam com um campo diverso de reivindicações, como as questões de gênero, étnica, meio ambiente e pacifismo (ROCHA, 2013). O FGB entra nesta categoria pela organização e também pelo tema.

De acordo com Avritz (apud ROCHA, 2013) esse novo associativismo trabalha com quatro elementos, o deslocamento da questão ocupacional para a territorial, o crescimento de associações de autoajuda (com ações assistenciais), entrada da classe média nos movimentos sociais, deixando de ser exclusivamente populares e por último o surgimento de associações temáticas, como em defesa dos direitos humanos. Na Baixada, não é só a classe média que participa do Fórum Grita Baixada, mas o movimento nasce a partir da temática da segurança pública e ao longo dos anos caminha, como veremos ainda nesta tese, para a defesa dos direitos humanos.

2.5 Financiamento das ações do Fórum Grita Baixada

Na introdução eu apresento que o fórum nasceu enquanto movimento social e no processo ao longo dos anos necessitou de apoio financeiro para continuar, chegando ao limiar do que seria uma formalização e metamorfose a um conjunto de organizações do terceiro setor. Muitos fóruns atuam como um espaço apenas de diálogo entre os membros participantes, que acabam financiando as reuniões e encontros entre si, quando formados por organizações que

possuem recursos. O Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu e a Diocese de Nova Iguaçu de certa forma ofereceram desde o início estrutura para as reuniões, mas o próprio grupo fundador achou necessário buscar financiamento para as ações do Fórum Grita Baixada, principalmente pensando na mobilização da população na região.

Mais uma questão abordada por Rocha (2013) é o financiamento das organizações da sociedade civil. Nos anos 1990 tiveram mudanças na modalidade dos recursos que chegam para movimentos sociais e ONG 's, a lógica anterior de assessoria é substituída pela lógica da execução de projetos e tarefas. No início da trajetória do FGB o financiamento foi importante para o grupo ir além das reuniões e encontros, com a possibilidade de execução de um projeto de forma organizada. Mas, desde a sua fundação o fórum não buscou a formalização, agindo inicialmente enquanto um projeto do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, ao receber recursos da Misereor e, depois, modificando a atuação a partir de uma lógica onde organizações maiores como o próprio CDH e a Casa Fluminense administram os projetos, numa espécie de terceirização da atividade administrativa.

Nos parágrafos 2 e 3 do artigo 2º do Estatuto do Fórum Grita Baixada é vedado o recebimento direto de recursos pelo fórum sem finalidade, assim como o recebimento de remuneração direta pelos membros do Fórum Grita Baixada. No período em que fui articulador do Fórum, a fonte pagadora era o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu que administrava o projeto Misereor.

Parágrafo segundo. O Fórum Grita Baixada não receberá doações de quaisquer espécies, sendo mantido por recursos exclusivos de seus membros. Sendo certo, também, que seus membros não receberão nenhuma remuneração e a qualquer título. Parágrafo terceiro. Excepcionalmente, o Fórum Grita Baixada poderá captar recursos no âmbito interno ou externo, nacional ou internacional, público ou privado, para efeito de criação de seu observatório e realização de estudos, pesquisas, diagnósticos, avaliações e formulação de propostas de políticas públicas e ações governamentais objetivando a efetivação dos direitos humanos na Baixada Fluminense (ESTATUTO DO FÓRUM GRITA BAIXADA).

O próprio estatuto cria essa amarra para o fórum, mas ao mesmo tempo protege teoricamente a manutenção do espaço enquanto fórum / movimento. No entanto, os projetos acabam ganhando centralidade e destaque na atuação, fazendo com que os objetivos do movimento social sejam também os objetivos dos projetos, a partir do olhar de quem escreveu e dos financiadores. Para Gohn (1997), a lógica do financiamento passa também pela efetividade do que será feito, tornando muitas vezes a atuação construída por várias mãos obsoleta, pois há uma necessidade de executar um projeto.

As ações sendo menos de pressão e mais de organização da população, voltadas para algum programa efetivo, necessitam de suportes materiais. Estes suportes são obtidos pelas ONGs por meio de projetos. Estes projetos são financiados por outras ONGs ou

por programas governamentais, ou pela própria comunidade. Para que tenham continuidade, precisam de eficiência. Arma-se portanto um ciclo onde não há tempo a se gastar como mobilizações por demandas não atendidas (GOHN, 1997, p. 315).

O primeiro financiamento que contribuiu com o Fórum Grita Baixada veio da Misereor, na qual o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu foi responsável por administrar. Posteriormente, o FGB recebeu recursos de outros espaços, como o Fundo Brasil dos Direitos Humanos e a Fundação Ford, tendo a partir de negociação com a Casa Fluminense uma outra organização que contribui com a administração de projetos. Ou seja, para além de ser esse espaço aglutinador, o fórum em si tem uma responsabilidade em executar um projeto e prestar contas sobre ele, mesmo que de forma indireta dada a administração dos projetos por outras instituições.

Diante disso, alguns dilemas também são postos a partir da leitura de Rocha (2013), como a possibilidade das ONG's e dos projetos se destacarem no território quando conseguem o financiamento de organismos nacionais e internacionais, a partir de algum serviço ofertado que pôde ser realizado apenas pela existência de recursos financeiros. Posteriormente, essas instituições, ONGs e movimentos quando ficam sem financiamento ou numa situação mais difícil, a ausência de recursos pode ser um impedimento para a realização de ações de impacto. Outro problema que poderia ser colocado é a autonomia do grupo, mas o conceito de autonomia difere do passado, como apresenta Gohn (2004).

Atualmente, ter autonomia não é ser contra tudo e todos, estar isolado ou de costas para o Estado, atuando à margem do instituído. Ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam mas tem o desejo de participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania, construindo-a onde não existe, resgatando-a onde foi corrompida (GOHN, 2004, p. 142).

No século XXI ter autonomia significa ter condições de disputar as narrativas, com ações de incidência política, formação, mobilização e construção de propostas, para isso é importante ter recursos financeiros para a contratação de pessoal, insumos, atividades e a gestão de projetos. Yoffe (2004) fala das fontes de financiamento que as organizações do terceiro setor podem captar: fonte internacional: pública ou privada; fonte pública local: governos nacionais, estaduais ou municipais; fonte privada: indivíduos, grandes empresas e instituições; e venda de produtos e/ou serviços.

Algumas ONG 's preferem não receber recursos do Estado, para evitar uma confusão sobre o que é público e o que é movimento social. Silva e Carvalho (2015) dialogam sobre isso trazendo a questão das organizações que atuaram na UPP Social, além dos próprios agentes comunitários, moradores das favelas, que deveriam construir uma mediação social que não representava necessariamente um caminho para mudanças estruturais nos seus territórios, apontando assim a dificuldade entre a sobrevivência material das pessoas e atuação enquanto lideranças nos territórios.

O mecanismo central da atuação das novas lideranças comunitárias é a ambivalência do papel desses agentes comunitários. Como dizem estes próprios, cabe a eles, “enquanto Estado”, “mentir para o morador”, “explicar ao morador”, “esclarecer o morador”, etc., ao passo que, “enquanto moradores”, só resta a eles sofrer com a falta de luz ou água, o esgoto a céu aberto, as escadarias íngremes sem corrimão. É essa ambivalência, presente nas cenas da introdução deste artigo, entre atuação “enquanto Estado” e sofrimento “enquanto morador” que permite a novas lideranças trazerem, de fora para dentro, os projetos e os programas sociais que, dentro, são prestados por elas mesmas. É o papel “enquanto Estado” que faz com que o policial demande uma solução ao agente da Cedae. E é “enquanto morador” que os agentes podem reivindicar o lugar de “liderança” e pleitear a presença do engenheiro do programa (SILVA; CARVALHO, 2015, pp. 68-69).

O caso acima não chega próximo da atuação do Fórum Grita Baixada, pois o tipo de financiamento, os projetos que o FGB executa e a metodologia de ação não se aproximam com as atividades de ONG 's que atuam diretamente nas favelas do Rio de Janeiro. Mas, caso executasse algum projeto vinculado ao Estado (prefeituras, governos do estado e federal) poderia de certa forma gerar uma barreira para uma atuação mais efetiva em prol dos direitos na Baixada Fluminense.

Após ter narrado ao longo do presente capítulo o contexto de origem, a estrutura organizacional e as principais mudanças nas formas de atuação do Fórum Grita Baixada, nos próximos capítulos, analisarei como surgiram e se constituíram alguns dos principais produtos que o FGB desenvolveu até 2020. Apresentarei e analisarei, portanto, o curso de segurança pública cidadã, o revezamento da tocha da vergonha, o lançamento do Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro, o processo de nucleação, a semana da Baixada 2017, a Frente Intermunicipal de Valorização da Vida, o documentário Nossos Mortos têm voz, a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial e, por fim, nas conclusões o combate ao COVID-19.

3 – A PERIFERIA DOS GRANDES EVENTOS

No capítulo 2, eu apresentei o Fórum Grita Baixada, trazendo articulações anteriores à sua origem, a fundação do movimento, seu estatuto e modo de atuação. Além disso, no final foi apresentado o debate sobre a forma de classificar o fórum na literatura sobre movimentos sociais. Este movimento foi necessário para introduzir temporalmente as principais atividades que o FGB realizou. Nota-se que antes do Curso de Segurança Pública e Cidadã que será apresentado neste capítulo, o espaço se dedicou principalmente em realizar reuniões e encontros sobre a violência na Baixada com lideranças e o poder público, ainda numa estrutura com poucos recursos e sem financiamento. A partir de 2014, o fórum passou a planejar atividades de mobilização e incidência, para além do apoio a iniciativas, como as Caminhadas pela Paz realizadas em diversos municípios organizadas na sua maioria por grupos de origem na Igreja Católica.

Ao longo do presente capítulo, analisarei algumas das principais ações realizadas entre 2014 e 2020 e três produtos elaborados pelo Fórum Grita Baixada na última década, indicando a conjuntura na qual eles foram produzidos. Destacamos aqui a Carta da Baixada, elaborada e lançada em 2015, o Relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, produzido e lançado em 2016, e o documentário Nossos Mortos têm voz, iniciado em 2017 e lançado no ano de 2018. Todos eles representaram marcos na trajetória do FGB e provocaram, ao meu entender, mudanças no discurso do fórum, seja pelo próprio processo de elaboração ou através da repercussão destes produtos.

Neste capítulo, que tem um recorte de tempo até o fim de 2016, ao falar de alguns destes produtos e movimentos, recordaremos a conjuntura para entender a influência externa no tom dado aos documentos produzidos, pois a mudança no discurso do fórum pode ser mais por uma dinâmica ampla de transformação do debate de segurança pública do que algo específico da atuação deste movimento na Baixada Fluminense. Medir o peso dessas influências não é o objeto desta tese, mas esperamos ao fim dela listar quais fatores influenciaram a mudança do discurso do Fórum Grita Baixada ao longo desses anos para assim responder a pergunta de pesquisa apresentada na introdução.

Vale lembrar que o próprio contexto de fundação do FGB passa pelo período em que se discutia o Rio após os grandes eventos. Até mesmo a política de segurança pública estava com foco na franja olímpica da cidade do Rio de Janeiro. A Casa Fluminense, por exemplo, fazia uma discussão séria sobre o Rio de Janeiro após 2017, inclusive com a Agenda Rio 2017 sendo um dos primeiros documentos da instituição, apontando o futuro da Região Metropolitana do

Rio de Janeiro. O FGB também era signatário do documento elaborado pela Casa Fluminense, “a Agenda Rio 2017 reúne visão e propostas de políticas para qualificar o debate público sobre os caminhos do Rio após o ciclo dos grandes eventos, com foco na redução de desigualdades, aprofundamento democrático e desenvolvimento sustentável”.⁵⁰

O debate dos grandes eventos e a Baixada como periferia metropolitana também eram objetos do Fórum Grita Baixada, que utilizava como estratégia denunciar o que os movimentos chamam de descaso histórico dos governantes com a Baixada, abordando na imprensa a segurança pública, como veremos a seguir com o “Revezamento da Tocha da Vergonha” e com o “Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”.

3.1 Segurança com Cidadania: Curso de Segurança Pública e Cidadã na Baixada

No final de 2014 participei de uma reunião na Casa de Retiro São José, em Xerém, promovida pelo Fórum Grita Baixada. Era para eu participar durante todo fim de semana, mas por questões familiares previamente marcadas participei apenas do primeiro dia, numa sexta-feira, representando o coletivo pelo qual inicialmente eu me aproximei do fórum, o grupo da Caminhada pela Paz de Coelho da Rocha. Lembro que naquele fim de semana a companheira Edilma, membro da Igreja e da coordenação das CEBs na Diocese de Duque de Caxias (Comunidades Eclesiais de Base) representou o coletivo na minha ausência, permanecendo todo o fim de semana do encontro.

Nas poucas horas que participei dessa reunião de planejamento, conversamos sobre as estratégias de mobilização do FGB para o próximo ano e recordo que o coordenador executivo da Casa Fluminense Henrique Silveira⁵¹, geógrafo formado na FEBF/UERJ⁵² e cria de Imbariê em Duque de Caxias, mencionou aos participantes o que seria posteriormente o I Curso de Segurança Pública Cidadã que também estaria na pauta daquele encontro. Ele apresentou os avanços na execução deste produto construído por ambas organizações. A formação dos

⁵⁰ Disponível em <https://agendario.org/agendario2017/>. Acessado em 01 jun 2021.

⁵¹ Em 2017, na coluna de Marcus Faustini no Jornal O Globo, o então coordenador da Agência de Redes para juventude, ONG com sede no Rio de Janeiro que atua com uma metodologia de formação e potencialização da ação de jovens, descreve Henrique Silveira assim: “Henrique é filho de uma mãe negra e um pai branco, é casado com Mariana Gesteira, que também vem de origem popular e trabalha na UniRio. Henrique circula pela metrópole, pensa o tempo todo em como melhorar a vida das pessoas, tem sonhos para os territórios. É um cidadão fluminense. A cara do Rio! Do melhor que somos feitos!”
Acesso em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-cara-de-imbarie-22178557#ixzz7FgltP5REstest>

⁵² A FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense) é uma unidade da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) localizada em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

membros do FGB e da sociedade em geral na região era objetivo do projeto encaminhado a Misereor. Já a Casa Fluminense, também nos primeiros anos de existência, tinha como objetivo contribuir na formação de lideranças, sendo este curso uma primeira experiência formativa. Além disso, no ano de 2015, havia a previsão de realizar um dos Fóruns Rio (evento que promove o encontro da rede de parceiros da Casa Fluminense) daquele ano na Baixada, em Nova Iguaçu, podendo essa formação ser importante para o processo de mobilização.

Naquele momento da reunião de planejamento o crowdfunding organizado pela Casa Fluminense e pelo Fórum Grita Baixada já havia batido a meta de R\$ 9000,00, o que já possibilitaria financeiramente arcar com os custos da formação que envolvia a divulgação, despesas de produção, despesas do próprio crowdfunding e recursos para a realização das aulas (café, ajuda de custo para os palestrantes, etc). Ou seja, a formação era uma realidade e precisava ser planejada de forma que envolvesse também outras organizações e pessoas que compunham o fórum.

Uma percepção que eu tenho é que naquela altura muitos participantes do fórum, principalmente quem já tinha uma história em organizações da sociedade civil e movimentos de base, já percebiam a necessidade de construir uma identidade para aquele grupo, tendo em vista a diversidade que acabava formando campos distintos, mais visíveis posteriormente com o processo de polarização política que encontrou o tema da segurança como uma das bandeiras criminalizadas. Segundo a ata de reuniões realizadas naquele período, o objetivo do Curso era a mobilização de mais pessoas para participarem do Fórum Grita Baixada, como também, fazer memória dos 10 anos da Chacina da Baixada, ocorrida no dia 31/03/2005.

A Casa Fluminense, por ter uma maior estrutura do que o FGB, mesmo pequena ainda naquele período comparada com a estrutura atual, ficou responsável em dinamizar o curso, se comprometendo em liderar a formação. Como a executiva do Grita Baixada era composta por pessoas que trabalhavam em outros espaços, tendo o FGB apenas uma pessoa liberada, o compromisso assumido por uma organização participativa do processo de coordenação do FGB era bem-visto, pois com isso essa articulação de movimentos conseguiria pôr em prática aquilo que coletivamente era pactuado.

O processo de mobilização já tinha nas redes seu principal meio de divulgação em 2015, dando ênfase na divulgação através de páginas no facebook e nas reuniões do Fórum Grita Baixada. O FGB e a Casa Fluminense, trato aqui as institucionalidades de forma diferente mesmo a Casa Fluminense sendo membro do FGB através da participação do Henrique, também optaram em fazer a divulgação por meio de panfletos que eram distribuídos em reuniões, encontros e igrejas. Tenho até um episódio icônico ocorrido durante a distribuição de

panfletos em Coelho da Rocha, após anúncio da formação nos avisos da missa. Nesse dia vieram me perguntar se após fazer o curso a pessoa estava habilitada para exercer alguma profissão na área da segurança privada, como vigilante, guarda-costas, etc. Para eu que já estava inserido no processo, a forma que foi divulgado deixava evidente que as aulas serviriam de forma teórica para compreender o conceito de violência e não seria um curso profissionalizante. A ideia do debate sobre segurança e a própria dimensão da participação social em territórios periféricos é vista de forma distinta dos olhos acadêmicos e de quem já possui uma militância em movimentos sociais. Expliquei para o grupo que era uma aula teórica, uma forma de troca para se inserir ao movimento social, infelizmente nenhuma pessoa que fez esse questionamento aderiu ao curso, pois nas suas vidas procuravam naquele momento uma formação que pudesse garantir o acesso ao mercado de trabalho.

Outro ponto que justifica essa desconfiança é a ligação que a população faz de qualquer mobilização popular com a política na Baixada, a partir da visão sobre política na região que é representada por “uma cultura política não-cidadã, arraigada localmente enquanto práticas clientelistas, assistencialistas, populistas, de cooptação política, de corrupção, de apropriação privada, de desmando com a coisa pública e de violência política” (SILVA, 2007, p.51). Essa “cultura política não-cidadã” provoca também a cooptação de lideranças sociais para cargos no executivo destas cidades (SILVA, 2007), o que acaba gerando desconfiança por parte de algumas pessoas e, por outro lado, desejo em fazer parte dessas indicações como meio de sobrevivência, em cidades onde o desemprego é alto e a renda média da população é baixa. Por isso também, quando se fala em formação e política, muita gente se interessa pensando em conseguir um emprego.

Mesmo já existindo whatsapp em 2015, as comunicações do FGB eram feitas na maioria por e-mail, onde a secretaria encaminha o convite das reuniões e as instituições e membros individuais do fórum respondiam e enviavam também seus convites, tarefas e comunicados. Acessando meu arquivo pessoal pude verificar uma mensagem eletrônica enviada pelo Henrique comunicando, em janeiro de 2021, que a campanha de crowdfunding para o curso de Segurança na Baixada foi vitoriosa e os recursos para sua realização foram captados. Nessa mensagem, além de informações sobre divulgação e mobilização do público para o curso, foi passada também a ementa proposta, que será comentada detalhadamente abaixo. Os recursos para as atividades do FGB vinham do projeto enviado a Misereor e administrado pelo Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Foi a primeira vez que o fórum usou esse instrumento de arrecadação, tendo como influência o crescimento desse método de financiamento por parte

de grupos da capital. Eu acredito que o êxito se deu pela atuação da Casa Fluminense e sua rede no Rio de Janeiro, local de moradia da maioria dos doadores.

Um fator importante, com o objetivo de mobilizar outros atores que não compunham o Fórum Grita Baixada naquele período e que posteriormente se aproximaram, mas não fizeram uma militância no dia a dia, foi a inserção de grupos culturais para participarem das aulas fazendo parte da ementa. A cultura na Baixada Fluminense possui uma rica história e grande capacidade mobilização, através da produção cultural é possível levantar a autoestima de quem mora na Baixada, possibilitando ainda “a construção de identidades mais afirmativas e conscientes das lutas históricas dos residentes em favor de melhores condições de existência e participação nas políticas públicas que afetam sua região” (NEDER et.al, 2013, p.10.). Nesse sentido, ainda no processo de construção das aulas, o convite para a participação dava a liberdade para a manifestação cultural do grupo, mas talvez tenha faltado um elo de conexão entre todos os grupos convidados com o próprio FGB para continuarem conectados pós formação. Todos os coletivos tinham um histórico de atuação na Baixada, são eles o Cineclubes Mate com Angu, o Cineclubes Buraco do Getúlio e o Movimento Enraizados.

A experiência dessa formação, tendo o FGB como protagonista, também se conecta a história de atuação da Diocese de Nova Iguaçu nos processos de formação política em parceria com organizações internacionais e universidades, como o Centro Sócio Político que tinha a Misereor e a UFF como parceiros, na execução da Escola de Formação Política coordenada pelo professor Percival Tavares, posteriormente membro fundador do Fórum Grita Baixada. Nota-se semelhança entre as características do Curso de Segurança Pública e da Escola de Formação Política, dentre elas a:

busca de vínculo orgânico entre educadores e educandos: aos professores, especialistas e vinculados à educação popular, além do perfil dos inscritos, da contextualização e da concepção metodológica do curso, são enviadas como recomendações metodológicas necessárias à articulação teoria e prática: a) desenvolver o conteúdo das aulas a partir de e em sintonia com a experiência política e o conhecimento da turma; b) contextualizar o conteúdo das aulas à realidade da Baixada; c) dinamizar as aulas para facilitar a apropriação do conteúdo e o intercâmbio da turma; d) disponibilizar com antecedência um texto curto com o conteúdo das aulas, possíveis atividades e bibliografia básica, para que possam preparar-se às aulas (SILVA, 2007, p.59).

O Curso de Segurança Pública e Cidadã na Baixada recebeu 139 inscrições de pessoas de diversas cidades da Região Metropolitana. Inicialmente, a organização selecionaria apenas 40 pessoas, mas com a alta demanda e a possibilidade estrutural de ampliar a turma, houve a opção de selecionar 65 pessoas, já imaginando o processo comum de evasão nessas formações. Os membros do Fórum Grita Baixada acompanharam o processo de seleção, seguindo os

critérios de território (moradores de municípios diferentes da Baixada Fluminense), engajamento (pessoas que já participaram de organizações e movimentos na Baixada), além da diversidade de idade e equidade entre homens e mulheres. Não tenho acesso à lista completa, nem ao formulário para entender quais perguntas foram feitas, mas em nenhuma matéria produzida sobre o resultado, a diversidade racial era colocada como critério ou algo a ser buscado, tanto no site do Fórum Grita Baixada, quanto no site da Casa Fluminense.

Todas as aulas aconteceram no Centro de Formação de Lideranças da Diocese de Nova Iguaçu (CENFOR), local onde o Fórum Grita Baixada mantém até hoje um escritório e a maioria das reuniões presenciais. O CENFOR é um espaço da Diocese de Nova Iguaçu utilizado pelas pastorais para encontros, retiros e atividades diversas, além de ser a sede da Cúria Diocesana, ou seja, onde estão os serviços administrativos da maior Diocese da Baixada Fluminense. O CENFOR foi criado em 1973, com o objetivo de ser um espaço para formação diocesana e fortalecê-la, com as pastorais e movimentos populares, apoiados naquele momento pelo então bispo Dom Adriano Hypólito (SILVA, 2007). Para além da estrutura oferecida no espaço, o que possibilita a segurança para a discussão de um tema difícil para a Baixada, há também a questão simbólica de estar num espaço onde históricas lutas da Baixada foram iniciadas.

Ao chegar no primeiro dia de aula pude encontrar diversas pessoas que já construíam movimentos populares na Baixada, além de pessoas que conheci durante a universidade. Para além desse grupo composto por acadêmicos e militantes, também havia em menor escala pessoas que atuavam em comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, além de moradores de bairros periféricos, principalmente das cidades de Nova Iguaçu e Belford Roxo, o que contribui para uma análise mais crítica da violência nos territórios, em contraponto quem fazia uma discussão mais carregada de conceitos teóricos. A participação de pessoas ligadas à Igreja era interessante por, na maioria, serem lideranças que dialogavam com diversas realidades na ponta. No entanto, isso também trazia certa homogeneidade de pensamento, pois boa parte era ligado a grupos progressistas da Igreja.

A primeira aula foi sobre os rumos da segurança pública no Brasil. Vale mencionarmos aqui o cenário na qual a Baixada Fluminense estava vivendo naquele momento, dados de 2014 apontavam que “a Baixada Fluminense registrou 58,7 homicídios por 100 mil, o que representa um aumento de mais de 10% em relação ao ano anterior (51,8). Para efeito de comparação, o

Rio tem 19,7 homicídios por 100 mil. Enquanto o estado apresentou 29,9 para cada 100 mil”⁵³. Ainda que os dados nacionais de 2014 e 2015 não estivessem disponíveis naquele momento, estávamos vivendo o pior momento dos últimos 20 anos no país, como mostra o gráfico abaixo.

Figura 15 - Gráfico dos Homicídios no Brasil (1996-2015)



Fonte: IPEA. Conteúdo da internet, 2021.⁵⁴

O convidado para a primeira aula foi o professor Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁵⁵. Naquele período percebia que o Grita Baixada tinha certa inspiração na atuação do FBSP, mesmo que o Grita Baixada naquele momento não tinha a característica de pesquisa ou de cooperação, mas a inspiração vinha pelo tema e pela ambição futura do que o espaço do FGB poderia se tornar, mesmo que o núcleo duro naquele momento já percebesse que a dinâmica era mais próxima de um movimento popular do que de uma organização registrada.

⁵³ Disponível em <https://casafuminense.org.br/inscricoes-abertas-para-o-curso-de-seguranca-publica-na-baixada/> Acessado em 15 out 2021.

⁵⁴ Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Homic%C3%ADdios_no_Brasil_de_1996_a_2015.png Acessado em 15 out 2021

⁵⁵ Segundo informações contidas no próprio site da organização, “o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) é uma organização não-governamental, apartidária, e sem fins lucrativos, que se dedica a construir um ambiente de referência e cooperação técnica na área da segurança pública. A organização é integrada por pesquisadores, cientistas sociais, gestores públicos, policiais federais, civis e militares, operadores da justiça e profissionais de entidades da sociedade civil que juntos contribuem para dar transparência às informações sobre violência e políticas de segurança e encontrar soluções baseadas em evidências.” Disponível em <https://forumseguranca.org.br/> Acessado em 15 out 2021.

A intervenção cultural da primeira aula ficou com o Movimento Enraizados, que tem grande atuação na Baixada, em especial no bairro Morro Agudo, em Nova Iguaçu. Na ementa das três primeiras aulas tinham apresentações culturais. Na primeira foram apresentados os elementos do hip hop, com foco na poesia do rap. A principal liderança desse movimento é o seu fundador, o rapper Dudu de Morro Agudo, que em 1999, junto ao ator Luiz Carlos Dumontt, fundou o Movimento Enraizados. Dudu poderia ter sido um parceiro mais ativo do Grita Baixada, mas tenho a impressão que a dinâmica que o fórum atua não produziu uma combinação com o estilo de atuação do Enraizados, voltado para uma militância cultural, do hip hop, com uma grande capacidade de envolver a juventude. Uma pena, pois recordo que as reflexões produzidas pelo Dudu de Morro Agudo nas vezes em que ele participou sempre trouxe elementos centrais da realidade do bairro como um todo, em especial dos jovens de Morro Agudo.

No livro “Enraizados - os híbridos locais”, Dudu de Morro Agudo conta que em 2006 foi chamado para ter um quadro na rádio AM Tropical Solimões, e num dos momentos de entrevista que faziam, ele conversou com um conselheiro nacional de juventude que falou, segundo consta no livro, algo que dialoga bastante com o que foi dito no parágrafo acima, da possibilidade de chegar nas juventudes e apresentar alternativas, para além das formalidades institucionais que muitas vezes são barreiras para os jovens.

A juventude não confia em partido, não confia em político, é porque normalmente essas instâncias usam a juventude como massa de manobra, para dar voto, como coisas descartáveis, mas, a partir do momento que você coloca juventude como ator principal do seu processo de mudança, esse processo de mudança vem, e um exemplo disso é o Movimento Enraizados em Nova Iguaçu (DE MORRO AGUDO, 2010, p. 166).

Na segunda aula e na terceira aula, a cultura ganhou destaque através de dois importantes cineclubes da Baixada Fluminense, o Cineclubes Mate com Angu e o Cineclubes Buraco do Getúlio, o primeiro de Duque de Caxias e o segundo de Nova Iguaçu. Através do audiovisual, do lúdico, os principais problemas da Baixada foram retratados, como as desigualdades de renda em comparação a capital, a questão da mobilidade urbana (principalmente o deslocamento casa x trabalho dos moradores da Baixada até a capital), a falta de empregos formais, a ausência de saneamento, a falta d'água, a péssima infraestrutura urbana, a violência, dentre outros. Ali, os representantes do FGB já ficavam instigados sobre a possibilidade futura de trabalhar o audiovisual como algo central na denúncia da violência na Baixada, além de pedagogicamente trazer a população para o debate, para além das pessoas organizadas em coletivos, instituições da sociedade civil e universidades.

Em relação direta ao tema, a segunda aula foi sobre as Políticas de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, com a participação da professora Sílvia Ramos, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), da Universidade Cândido Mendes. Sílvia tinha uma boa relação com a Casa Fluminense, sendo uma dos membros fundadores da instituição e posteriormente, construiria também boas relações com o Fórum Grita Baixada, a partir de mudanças feitas na atuação do CESEC e com a intervenção federal durante o governo Temer.

A Baixada Fluminense foi tema da terceira aula, com a participação do professor José Claudio Souza Alves, autor do livro “Dos Barões ao Extermínio, uma história da violência na Baixada Fluminense”. Além de ser um conhecido pesquisador sobre violência na região, também era membro do Fórum Grita Baixada, participando de reuniões, formações e encontros promovidos pelo fórum. Sua fala durante esses encontros às vezes era vista como pessimista por trazer detalhadamente como eram as conexões entre o crime e o Estado, trazendo à tona um problema da atuação do FGB naquele período em querer dialogar com atores públicos regionais e do estado do Rio de Janeiro. José Cláudio já denunciava em 2015, como fruto das suas pesquisas, que a estrutura política da Baixada criava um processo de reprodução do poder de criminosos. O fórum por ter uma parcela significativa de pessoas progressistas naquele momento, mesmo com uma participação de outros grupos, algo que neste sentido tornou-se mais homogêneo em anos posteriores, encontrava dificuldade em fazer quaisquer críticas que envolvessem o governo federal, mesmo sabendo das dinâmicas territoriais que continuaram mesmo com o PT no governo. Posteriormente, em texto, mencionou que “programas de combate à pobreza e de redução da desigualdade, como Bolsa Família, acabaram nas mãos de matadores e milicianos, por dentro de Câmaras de Vereadores, Prefeituras e Centros Sociais, como uma das faces da moeda que tinha na execução sumária o outro lado” (ALVES, 2020, p. 373).

A quarta aula teve como tema a violência contra a juventude negra, com a condução feita pela Raquel Willadino, do Observatório de Favelas. Raquel, por grande período, foi uma pesquisadora presente nas reuniões do Fórum Grita Baixada, mesmo não sendo da Baixada. O tema da aula foi central para entender os limites que o fórum tinha naquele momento dado o conservadorismo de parte de seus membros. Os membros mais conservadores defendiam como principal fórmula o aumento do efetivo da polícia na Baixada, uma maior repressão das forças policiais aos grupos criminosos e pouco aceitavam as críticas feitas a alguns policiais que excedem nas suas ações ou eram suspeitos de fazerem parte de grupos de extermínio e milícias. Muitas pessoas externas tiveram reações condizentes com uma posição em defesa da vida e dos dados, que mostram o racismo na política de segurança pública. Ainda assim, recordo o quanto

a questão da cor da pele era relativizada por algumas pessoas sem nenhum constrangimento por parte delas.

Uma discussão que às vezes chegava no Fórum Grita Baixada era sobre a descriminalização das drogas. A composição do FGB não permitia um avanço interno sobre a discussão, seja pelo perfil conservador de alguns membros ou pela própria estrutura que o fórum utilizava nas suas reuniões no CENFOR, espaço da Diocese de Nova Iguaçu. No entanto, o público sempre foi cordial quando a discussão era feita por especialistas, o que possibilitou mesmo com alguns olhares contra, a participação do delegado Orlando Zaccone, conhecido defensor da legalização das drogas na quinta aula, sobre os mecanismos de justiça e guerra às drogas. Em outubro de 2017, num outro momento do Fórum Grita Baixada, Zaccone retornou ao CENFOR para participar do Seminário Política de Drogas, um debate necessário, promovido pelo Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu em parceria com a Diocese de Nova Iguaçu e o Fórum Grita Baixada.

Em 2017, com uma estrutura maior voltada para a execução do projeto e um afastamento de alguns membros com visão mais conservadora, tendo em vista o aprofundamento da polarização do país, a conjuntura obrigou o FGB a assumir melhor as posições sobre diversos temas. Antes, temas considerados polêmicos eram evitados com o objetivo de aglutinar mais pessoas, na perspectiva da falta de mobilização da sociedade ser um mal maior. Posteriormente, isso se tornou um problema com a polarização no país e com a possível participação de pessoas próximas a grupos de milicianos na região, fazendo que a evitação de alguns temas deixasse de ser apenas para evitar polêmicas, mas como forma de proteger os participantes do fórum.

Por fim, voltando ao Curso de Segurança Pública, a aula de encerramento foi sobre a democratização da justiça e garantia dos direitos, organizada pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. O FGB possuía um defensor público estadual como membro ativo, inclusive no processo para redigir o estatuto, análise de casos e apoio ao Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. O defensor Antônio Carlos conduziu a aula sabendo também como era a dinâmica dos membros, por alguns anos ele ocupou a coordenação da Defensoria Pública na Baixada Fluminense. Infelizmente, ainda novo e ativo na defensoria, o COVID-19 no ano de 2021 o fez vítima, dentre as milhares de pessoas que perderam suas vidas.

Esse processo formativo teve importância ao aglutinar um conjunto de lideranças da Baixada Fluminense que não necessariamente estavam conectadas e nem dialogavam diretamente com o tema da segurança pública, promovendo a criação de redes e o acúmulo no aprendizado tão importantes num cenário onde a desinformação e a superficialidade se sobressaem no debate da segurança pública. Ainda que a formação fosse específica sobre o

tema da segurança, teve um efeito no debate político ao grupo de participantes a partir do método freiriano da educação popular, onde a troca não é vertical, mas horizontal. Possibilitando assim o processo de emancipação humana, ao desenvolver os conceitos sobre segurança com cidadania, para além dos preconceitos e jargões que envolvem o tema.

Pois uma educação verdadeiramente libertadora deve estar preocupada com a emancipação humana, buscando uma nova humanidade, autônoma, criativa, crítica e autocrítica. E se concorda com Mészáros, Freire e outros, que a educação não é mera transferência de conhecimentos, mas conscientização e testemunho de vida, sua prática buscará uma “revolução cultural” radical (SILVA, 2007, p.65).

Sobre o testemunho de vida, o diálogo dos especialistas e dos grupos culturais puderam apresentar aos participantes um retrato mais completo da Baixada Fluminense, onde a violência em números, mesmo que grande comparada proporcionalmente a outros lugares, é menor do que na realidade, devido às subnotificações. Em contrapartida, as potencialidades também são grandes e são subnotificadas, deixando aos olhos das pessoas uma visão míope da realidade periférica. Ora, o empírico e o teórico estavam presentes, mesmo que como fraqueza a dificuldade de chegar em grupos mais populares, para além da base católica, continuava sendo um problema no processo de articulação e mobilização.

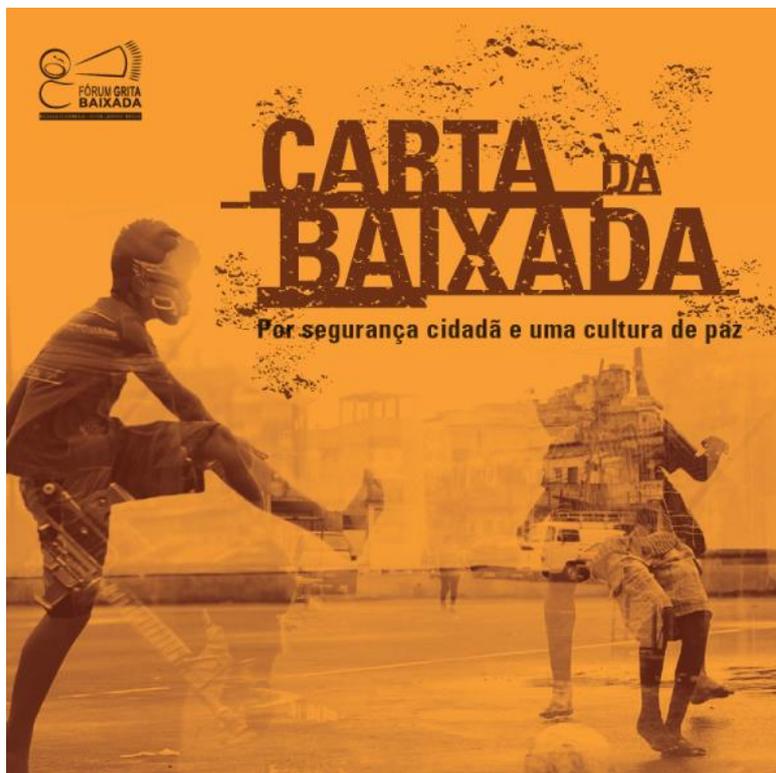
Eu participei de praticamente todas as aulas e vi esse espaço como uma experiência exitosa de educação e mobilização popular. A formação possibilitou o crescimento do grupo em número e conteúdo, pontos importantes para a continuidade de um trabalho tão sério e necessário de formação de base e promoção da cultura de direitos. Na perspectiva do que Silva (2007) traz sobre educação como testemunho de vida e conscientização, refletir e apresentar para a sociedade um documento síntese com propostas a partir das aulas foi uma ação estratégica para que os participantes ganhassem pertencimento com a discussão e pudessem com o conteúdo adquirido desenvolver ideias para a melhoria da segurança pública na Baixada.

3.2 Carta da Baixada

Muitas vezes a atuação de movimentos da sociedade civil é questionada pela falta de continuidade ou de algo que produza a partir da mobilização de diversas pessoas e instituições um processo de incidência política. Sempre percebi que o Fórum Grita Baixada buscava reduzir esse problema a partir do estímulo aos seus membros em construir propostas efetivas para a superação da violência, com base em experiências exitosas no Brasil e no exterior, como um processo de prevenção a violência através de um choque de políticas públicas, em locais marcados pela desigualdade. A elaboração da Carta da Baixada, que ocorreu a partir do curso

de formação apresentado anteriormente, foi uma tentativa de produzir um documento que servisse de cartilha com as propostas que o grupo tinha para a Baixada Fluminense no campo da segurança pública.

Figura 16 - Capa da Carta da Baixada



Fonte: Disponível em: https://agendario.org/tema/direitos_humanos/ Acesso em: 30, jan, 2020

A Carta da Baixada foi feita em formato de folder, para produzir uma tiragem significativa e chegar nas mãos de autoridades e também de parte da população. A carta, na cor laranja, tem na sua capa a imagem de crianças negras jogando bola num campo que aparenta estar localizado numa favela. Olhando esta referência imagética fico com a impressão da construção das propostas para que as crianças e os jovens negros possam viver, o que é ratificado na própria introdução do documento, conforme trecho abaixo.

Além disso, reconhecemos que a violência na Baixada Fluminense, região formada por 13 municípios, é historicamente marcada pela atuação dos grupos de extermínios, pelas milícias e pelo tráfico de drogas. Tal realidade se articula com o racismo velado da sociedade brasileira e produz um tipo de violência letal que atinge principalmente a jovens negros moradores de favelas e periferias (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016).

O trecho acima é o segundo parágrafo da apresentação do documento, traz a partir da discussão ainda muito superficial que o grupo fazia em 2015 a ideia de racismo velado e do

assassinato de jovens negros de favela e periferia. No entanto, ao observar as propostas que estão presentes na carta, em nenhum momento foram citadas as palavras racismo e negro, o que hoje seria inaceitável para o debate da segurança. Fora da Baixada, o debate sobre racismo e segurança pública já estava sendo feito de forma mais avançada, visto a própria aula com o tema da violência contra a juventude negra realizada no Curso de Segurança Pública e as movimentações que alguns coletivos do Rio de Janeiro faziam em torno de campanhas contra o assassinato de jovens negros.

Para entender a divisão das propostas na carta, elas foram divididas em: propostas à esfera estadual, à esfera municipal, à esfera federal e à sociedade civil. O objetivo principal do documento é fazer a defesa da vida a partir de propostas elaboradas pela sociedade civil, incluindo pesquisadores do tema, às autoridades de segurança pública e para a sociedade civil. Algo que era reforçado em matérias e oralmente é que o documento é resultado do Curso de Segurança Pública e Cidadã da Baixada Fluminense, realizado pelo Fórum Grita Baixada e a Casa Fluminense no início de 2015. Reforçar o caráter coletivo desta construção foi uma estratégia para tentar pressionar as autoridades públicas a partir da ideia de que uma parcela significativa da sociedade está organizada e produzindo propostas, ao mesmo tempo que cobram eficácia na política de segurança. Por outro lado, produzir um documento após uma formação gera o sentimento de participação, importante para a chegada de novas pessoas ao Fórum Grita Baixada, algo que era perseguido pela coordenação.

Além de encontros presenciais, ainda nas aulas e nas reuniões posteriores promovidas pelo fórum, os alunos participantes do curso e os membros do FGB puderam enviar sugestões por e-mail que eram sistematizadas pela executiva e posteriormente debatidas presencialmente, a partir da correlação de forças e da defesa de propostas que representassem mais o coletivo. Ao final desse processo de construção, a coordenação do FGB chegou a uma proposta final, posteriormente redigida pela executiva.

A organização da carta parece ter também uma estrutura lógica sobre o que é prioridade como principal interlocutor no tema. Dialogar com a esfera estadual é o ponto chave para a incidência no tema, por isso as propostas à esfera estadual aparecem primeiro no documento. Recordo que por muito tempo, ao me manifestar pelo FGB em entrevistas e ou mesas, listava como prioritária a primeira proposta da carta: a Criação de um Programa de Redução de Homicídios na Baixada. Naquele período, tínhamos como exemplo na literatura o Programa Fica Vivo, da Prefeitura de Belo Horizonte, que poderiam ser inspiração, mas não eram citados diretamente nos documentos, mas discutidos durante as reuniões, pois a ideia era que a carta

ficasse enxuta e com uma comunicação direta à população. Outro programa de inspiração era o Pacto pela Vida, de Pernambuco.

O funcionamento do Programa teve início com uma série de atividades voltadas para a comunicação, visando informar os moradores sobre as ações do Programa e suas características, sinalizar aos criminosos que os homicídios não seriam mais tolerados como forma de resolução de conflito e estimular a participação da comunidade. Isso ocorreu por meio da fixação de cartazes, distribuição de folhetos, palestras nas escolas, reuniões na comunidade e vinhetas na TV. Em seguida, iniciaram-se ações de intervenção estratégica, com expedição de mandados de busca e apreensão, mobilização da polícia militar e civil para apreensão de delinquentes, particularmente homicidas contumazes, ações de policiamento velado e investigativo, operações de revista e apreensão de armas, e ocupação policial dos pontos de tráfico por tempo indeterminado quando da ocorrência de homicídios. A finalidade dessas ações foi cumprir a lei, garantir segurança para a comunidade e dificultar o comércio de drogas. Foi ainda instituído um Grupo de Policiamento Especial em Área de Risco (Gepar), composto por policiais militares que buscam interação permanente com a comunidade, sendo realizadas oficinas e eventos (esporte, cultura, lazer, cidadania, saúde e profissionalização), com foco nos moradores de 12 a 24 anos, e criados grupos de trabalho voltados à solução de problemas locais no campo da saúde, educação e inserção produtiva. Procurou-se identificar uma possível rede de proteção social e estabelecer fluxos para sua utilização (SILVEIRA et. Al, 2010, pp. 498 e 499).

Se esse programa não aparecia como algo a ser seguido como exemplo, para atuação da sociedade civil e governo, o fórum tinha como uma possível alternativa a ser seguida a atuação de instituições da sociedade civil no Capão Redondo, que utilizavam da metodologia de audiências públicas populares. Em 2016, tive a oportunidade de conhecer junto com a Ir Yolanda, coordenadora na época do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, o trabalho do CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, que atende moradores do Campo Limpo e Capão Redondo, em São Paulo.

A Caminhada pela Vida e pela Paz teve sua 13ª edição em novembro de 2009. Nesse mesmo período, o Fórum em Defesa da Vida passou a promover debates, seminários, audiências públicas e tribunais populares. A partir daí foram produzidos diferentes diagnósticos e os agentes públicos se aproximaram da comunidade. Aprofundaram-se cada vez mais o conceito de violência e as noções de direitos e de cidadania entre a população local e os agentes do Estado, caso dos policiais militares que passaram a atuar de forma mais sistemática na Base Comunitária que foi criada no centro do Jardim Ângela (MARIA; SIMÕES, 2011).

Nesta visita pudemos conhecer mais a forma de atuação do grupo e como realizar esse tipo de ação, sempre levando em conta que a prática do FGB não era de apenas um território (bairro, distrito, favela), mas de uma região com 13 cidades. Boa parte dos membros do FGB já participavam de espaços que realizavam caminhadas pela Paz, eu mesmo fui um organizador de Caminhada em Coelho da Rocha, e a possibilidade de acrescentar a metodologia das audiências populares poderia ser uma forma de integrar o meio jurídico com parte da população. Recordo que em setembro de 2018, o Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, o Fórum Grita Baixada, a Rede de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Estado na Baixada e

um conjunto de organizações realizaram a experiência do Tribunal Popular da Baixada – o Estado Brasileiro no Banco dos Réus, numa proposta de construção coletiva até o dia da audiência, com participação da Defensoria Pública, onde o Estado Brasileiro foi colocado no banco dos réus em relação ao genocídio da juventude negra na Baixada. O tribunal foi realizado em praça pública, no Centro de Duque de Caxias.

Em 2019, em Coelho da Rocha, na cidade de São João de Meriti, também organizei uma audiência pública popular com o tema da saúde e como pauta a construção de um Hospital Geral Estadual em São João de Meriti. Neste dia reunimos cerca de 80 pessoas no salão da Igreja Nossa Senhora da Conceição, incluindo membros do Conselho Municipal de Saúde e do Fórum de Saúde de São João de Meriti, além de lideranças comunitárias e moradores de Coelho da Rocha. De forma prática, essas experiências tiveram como memória e inspiração o trabalho do CDHEP.

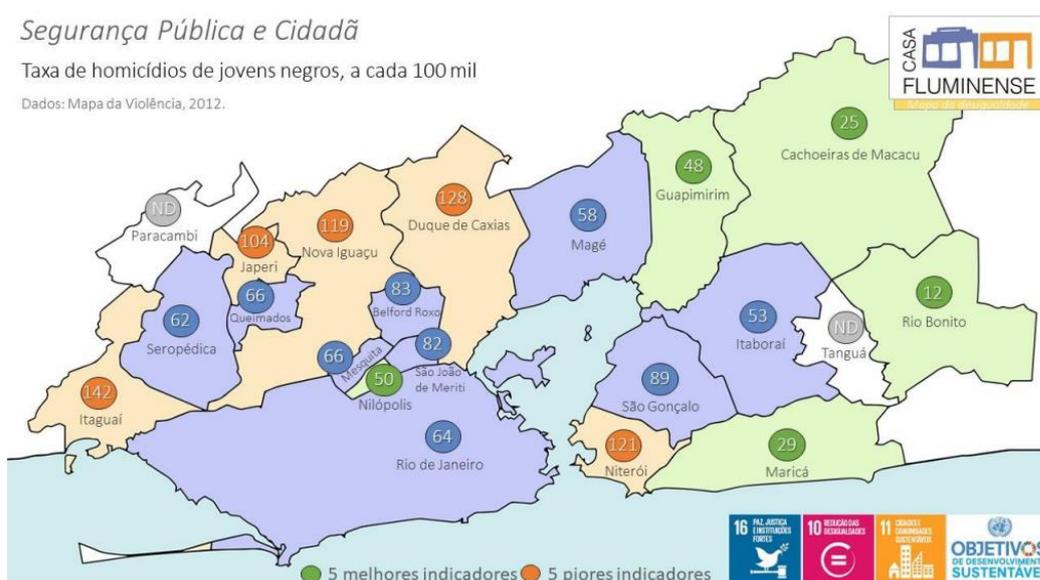
Outra proposta prioritária, na lista de propostas ao governo do estado, podemos citar o “Monitoramento territorializado dos homicídios nos municípios na Baixada” e a “Criação de ações integradas entre as Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos; de Educação; Saúde; Cultura; Esporte, Lazer e Juventude, que tratam da garantia de direitos e promoção de oportunidades nos territórios prioritários identificados”. Essas duas propostas são complementares à primeira, de criação do plano de redução de homicídios, porque num plano eficaz o monitoramento dos homicídios precisa ser feito territorialmente, mapeando os locais com maior incidência. O documento em si não mostrava de forma detalhada como isso deveria ser feito, mas apresentava uma proposta que abria margem para discussão no processo de incidência com o poder público. Mesmo o Instituto de Segurança Pública (ISP) já possuindo um painel que mostrava os homicídios por território, muitos não eram registrados no local onde o crime aconteceu, muitos dados não eram pegos de forma completa, dificultando assim o mapeamento por raça, por exemplo, algo que não estava no documento, mas era preocupação de boa parte dos membros do FGB.

Como pauta prioritária na minha atuação, recorro a minha defesa sobre a proposta que pedia políticas públicas que promovessem o protagonismo da Juventude. A maioria dos participantes do Fórum Grita Baixada não era composta por jovens, na equipe executiva do Fórum Grita Baixada em 2016 a média de idade era aproximadamente 55 anos, de jovens nessa equipe participavam eu e o Henrique Silveira. Mas, uma boa parcela já entendia como um dos principais problemas da violência o homicídio de jovens, a raça não era colocada como ponto central naquele momento. A própria Pastoral da Juventude tinha como eixo de atuação nacional

a Campanha Contra a Violência e o Extermínio de Jovens, que teve grande repercussão na mídia e era objeto central de atuação de muitos grupos de base.

A Casa Fluminense lançou em 2017 o primeiro Mapa da Desigualdade com diversas informações sobre os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no eixo de segurança pública e cidadã, um dos mapas era sobre a taxa de homicídios de jovens negros a cada 100 mil habitantes, com dados do Mapa da Violência 2012. A taxa de Nova Iguaçu, Japeri, Itaguaí e Duque de Caxias passavam de 100 homicídios para cada mil habitantes.

Figura 17 - Mapa da taxa de homicídios de jovens negros, a cada 100 mil habitantes na Baixada



Fonte: Casa Fluminense, 2016

No mesmo dia da última aula do Curso de Segurança Pública e Cidadã aconteceu em São João de Meriti, através de articulação feita pelo Fórum Estadual de Juventudes e a Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias, o encontro nacional das campanhas sobre Genocídio da Juventude Negra e Racismo. Este encontro para mim teve um valor simbólico por eu sair da minha bolha de discussão dentro da Igreja e fazer um diálogo com instituições que já atuavam no combate ao racismo e no entendimento sobre genocídio da população negra em curso, algo que posteriormente muitos movimentos incorporaram no discurso, incluindo o Fórum Grita Baixada.

Nota-se que eu trago essa discussão antes de falar sobre uma proposta que após o Documentário Nossos Mortos têm voz teria pouco espaço. A última proposta para o governo estado era a “Formação de uma polícia cidadã com foco na proteção da vida, em oposição a lógica da guerra ao crime”. Aumento e adequação dos contingentes de policiais civis e militares

nas delegacias e batalhões da Baixada, assim como a valorização do profissional de segurança pública” (FÓRUM GRITA BAIXADA; CASA FLUMINENSE, 2015). Essa proposta por muito tempo foi colocada em discussão a partir da ideia de que a vida na Zona Sul do Rio de Janeiro vale mais do que na Baixada, porque lá a proporção de policiais por habitantes é bem menor do que na Baixada.

O 39º batalhão, responsável pelo patrulhamento do município de Belford Roxo, apresenta a menor relação de policiais por residentes: um policial para cada 1.420,58 habitantes. Apesar de esse batalhão, ser o responsável pela segurança de 200.000 pessoas a mais que o batalhão responsável pelos municípios de Magé e Guapimirim e Belford Roxo ter tido 209 homicídios enquanto Magé e Guapimirim somados tiveram em 2018 127, o número total de policiais considerados como ideal pelo MP para a área abrangida pelos dois batalhões é o mesmo: 542 (ALBUQUERQUE, 2021, p. 26).

É importante ressaltar que essas desigualdades de contingente também atingem por decisões políticas a própria Baixada. Há grandes variações internas na distribuição de policiais por cada batalhão de diferentes áreas da Baixada. No entanto, o entendimento do FGB ao longo dos anos foi mudando em relação ao quantitativo de policiais e caminhando para uma nova abordagem sobre os principais problemas da violência. Isso se relaciona com a saída posterior de membros dos conselhos comunitários de segurança e do Conselho de Segurança Pública de Nova Iguaçu. Não havia uma disputa interna direta sobre o discurso do coletivo. Mas existia uma maior organização e estruturação do FGB, a partir das organizações e coletivos do terceiro setor, que naquele período estavam modificando o entendimento sobre a segurança pública e levando para o espaço uma visão mais à esquerda do tema.

Para a esfera municipal as pautas colocadas foram a construção de diagnósticos sobre a violência nos municípios e construção de planos de prevenção de violência; a ativação e fortalecimento dos GABINETES DE GESTÃO INTEGRADA (GGIM) e de Centrais Municipais de Videomonitoramento; a Criação de ações integradas entre as Secretarias de Assistência Social e Direitos Humanos, de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude que tratam da garantia de direitos e promoção de oportunidades nos TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS identificados; o Fortalecimento de políticas públicas que promovam o protagonismo da JUVENTUDE; Criação por lei dos Conselhos Municipais de Segurança pública nos municípios que não os possuam e garantia da participação social nesses espaços; e a Implantação e modernização das Guardas Municipais nas cidades da Baixada, promovendo atuação em defesa da vida da população.

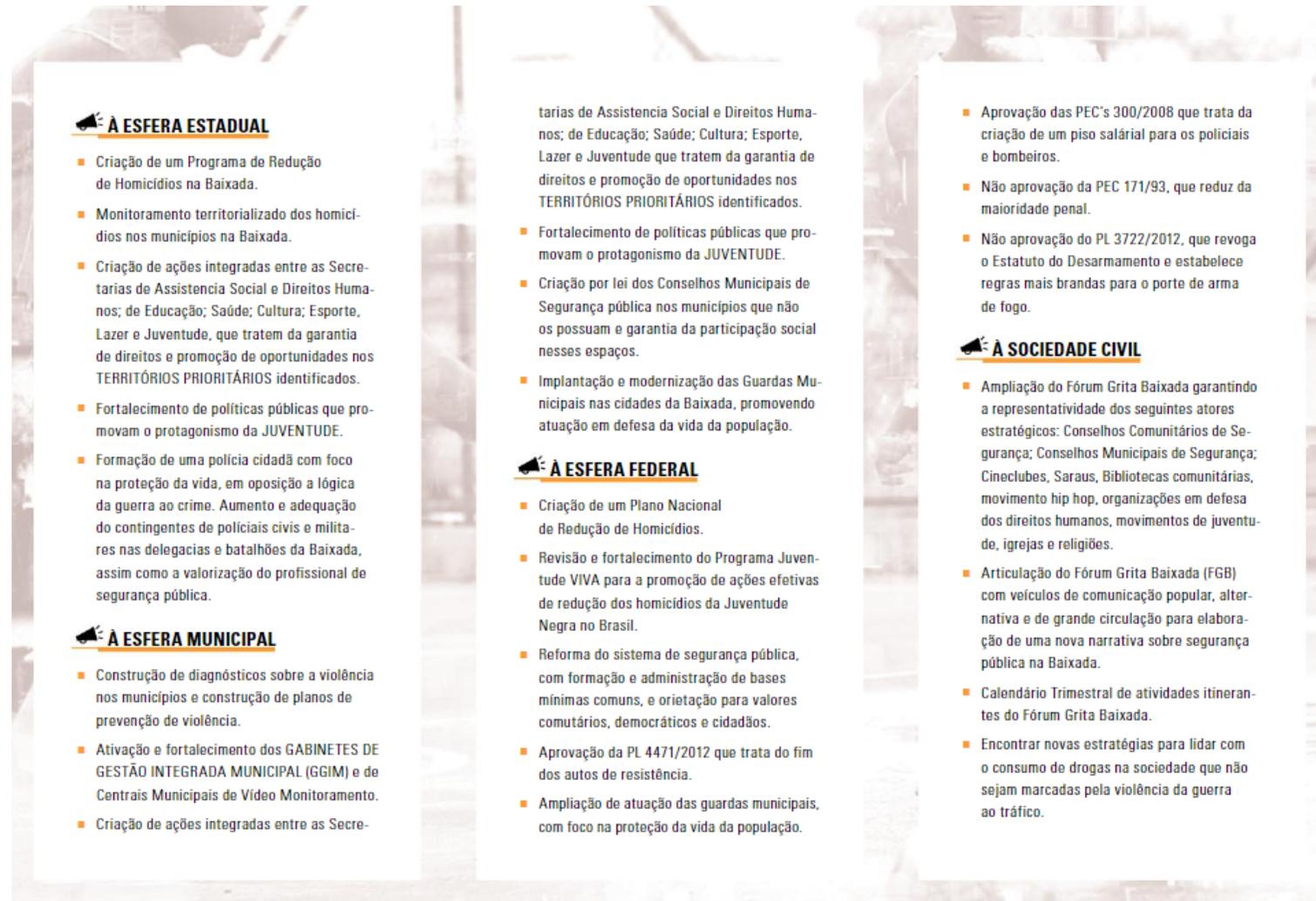
Nota-se que as propostas feitas à esfera municipal são bem parecidas com as propostas feitas à esfera estadual, o mesmo acontece com a esfera federal, com exceção às propostas referentes às aprovações na Câmara dos Deputados, como a maioria penal, estatuto do

desarmamento, dentre outras. Eu participei meses depois da elaboração da carta de uma reunião com o prefeito de São João de Meriti na época, Sandro Matos, para falar sobre o conteúdo da carta e o que o governo municipal poderia atender. Na conversa, recordo que o grande problema relatado pelo prefeito foi o processo de migração de traficantes de diferentes facções da cidade do Rio para a Baixada e o quão era difícil a relação com a Secretaria Estadual de Segurança nas tratativas para a redução de danos na cidade. Pouco conseguimos avançar com as propostas do município, com exceção do processo de reestruturação do Conselho Municipal de Juventude, que já era naquele período objeto de ação no Ministério Público (MPRJ). O fórum estimulava em suas reuniões que os grupos que faziam parte da coordenação participassem dos espaços de conselhos de direitos, naquele momento em São João, o conselho de juventude precisava ser reestruturado com a entrada de novos membros e havia uma ação no MPRJ aberta por representantes da Pastoral da Juventude para que houvesse um processo eleitoral, algo que demorou alguns anos para acontecer.

À esfera federal foram feitas as seguintes propostas: a criação de um Plano Nacional de Redução de Homicídios; a Revisão e fortalecimento do Programa Juventude VIVA para a promoção de ações efetivas de redução dos homicídios da Juventude Negra no Brasil; a Reforma do sistema de segurança pública, com formação e administração de bases mínimas comuns, e orientação para valores comunitários, democráticos e cidadãos; Aprovação da PL 4471/2012 que trata do fim dos autos de resistência; Ampliação de atuação das guardas municipais, com foco na proteção da vida da população; Aprovação das PECs 300/2008 que trata da criação de um piso salarial para os policiais e bombeiros; Não aprovação da PEC 171/93, que reduz a maioria penal; e Não aprovação do PL 3722/2012, que revoga o Estatuto do Desarmamento e estabelece regras mais brandas para o porte de arma de fogo.

Como dito anteriormente, no início desta seção, a carta foi construída de forma conjunta durante o curso de segurança pública, com contribuições feitas pela coordenação do FGB que assumiu o processo de redação e organização do documento. Segundo ata da assembléia de 2015, alguns pontos da carta foram destaques, dentre eles: cobrar do governo estadual prioridade quanto à segurança pública; a ações efetivas, não só para a cidade do Rio de Janeiro, mais também para a Baixada; a importância de se identificar os bairros mais violentos da baixada; a necessidade dos municípios fazerem a sua parte na prevenção da violência na baixada fluminense; a importância de se cobrar durante as eleições municipais as políticas municipais para diminuir a violência nos municípios da baixada; cobrar do governo federal políticas federais para a redução de violências de homicídios; e o fim do auto de resistência, no seu formato da época.

Figura 18 - Propostas da Carta da Baixada



Fonte: Fórum Grita Baixada e Casa Fluminense, 2015.

Na assembleia, houve um debate sobre a aprovação do conteúdo da carta, ainda que em alguns pontos houvesse recuos e tentativas de contemplar a todos no texto, alguns pontos necessitavam de uma decisão daquele coletivo. Nota-se no documento que não tratou do debate sobre política de drogas. Em contraponto, mesmo com pessoas participando do fórum que naquele momento eram favoráveis à redução da maioria penal, a proposta pedindo para que não seja aprovada foi colocada na carta. Quem era favorável às propostas da redução da maioria penal e da revogação do estatuto do desarmamento pedia no mínimo um plebiscito sobre esses temas, já sentindo a temperatura das ruas e conservadorismo da população em 2015.

Para a sociedade civil as propostas colocadas na carta foram a ampliação do Fórum Grita Baixada garantindo a representatividade dos seguintes atores estratégicos: Conselhos Comunitários de Segurança; Conselhos Municipais de Segurança; Cineclubes, Saraus, Bibliotecas comunitárias, movimento hip hop, organizações em defesa dos direitos humanos, movimentos de juventude, igrejas e religiões; articulação do Fórum Grita Baixada (FGB) com veículos de comunicação popular, alternativa e de grande circulação para elaboração de uma nova narrativa sobre segurança pública na Baixada; calendário trimestral de atividades itinerantes do Fórum Grita Baixada; e encontrar novas estratégias para lidar com o consumo de drogas na sociedade que não sejam marcadas pela violência da guerra ao tráfico.

Em resumo, o próprio FGB naquele momento já via a necessidade de ampliar a sua atuação, criando núcleos do fórum nos municípios e parcerias com outras instituições, com o intuito de que os membros destes núcleos e coletivos passassem a se sentir como parte do Fórum Grita Baixada, algo que só aconteceria em 2017. Outro ponto necessário para expandir, até conseguir com a produção de materiais e encontros, era a articulação do fórum com veículos de comunicação da Baixada Fluminense e de fora da região, para chegar através de reportagens em mais pessoas, para além dos membros da Igreja Católica.

A partir do encerramento do curso e do conjunto de discussões que culminou no texto final da Carta da Baixada, podemos entender uma virada ou uma demarcação daquilo que o fórum passava a chamar de segurança pública com cidadania. Se antes, o FGB surgiu como um espaço de discussão sobre o tema com uma diversidade de atores e de linhas de pensamento, a partir do curso que delimitou a ideia de segurança pública cidadã e das propostas da carta, o FGB passou a considerar uma lógica que para melhorar os indicadores de violência na Baixada Fluminense, precisaria mais do que um aumento do efetivo policial, mas deveria considerar o lema do Fórum Grita Baixada, que pedia segurança pública com cidadania, o que significa a garantia de direitos para a população.

Na avaliação dos membros do Fórum, os objetivos iniciais do Curso e da Carta da Baixada foram alcançados, com a aproximação de mais pessoas e com um processo de eleição de uma nova coordenação, ainda com poucas modificações em relação ao quadro inicial da fundação, com o acréscimo de novos quadros ao invés da substituição. Sendo assim, o espaço de disputa se tornaria mais acirrado e as divergências políticas entre alguns membros mais visíveis, o que não impediu a realização de reuniões com prefeituras, encontros com os comandos dos batalhões, distribuição da Carta da Baixada na Central do Brasil e outras ações, como as que ainda serão discutidas neste capítulo.

3.3 Revezamento da tocha da vergonha

A apresentadora anunciou: “e agora senhoras e senhores o envelope que contém o resultado que será levado ao presidente por uma jovem atleta dinamarquesa que competirá nos primeiros jogos olímpicos da juventude em Cingapura no ano que vem.” O presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Jacques Rogge, disse: “hoje eu tenho a honra de anunciar que os jogos da 31ª Olimpíada serão sediados pela cidade do Rio de Janeiro.” A Olimpíada Rio 2016 foi o evento mais esperado da segunda década do século XXI no Rio de Janeiro. Foi comum a produção de narrativas que os grandes eventos produziram grandes legados para a cidade do Rio. De 2011 a 2016, o Rio recebeu a Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, se focarmos nesses três, mas outros eventos ocorreram a partir do anúncio do Rio como cidade olímpica.

O Rio de Janeiro era bem mais do que a franja turística contemplada nos investimentos dos Jogos. As dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado e centro da metrópole, envolvem milhões de pessoas de diferentes municípios, sobretudo, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dentre eles os treze municípios que formam a Baixada Fluminense. Ao pensar nessas desigualdades de renda, investimentos e oportunidades várias organizações da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças questionam as decisões políticas do governo do estado num momento econômico em que cidades e territórios periféricos poderiam ter se beneficiado com melhorias nos serviços públicos e na infraestrutura.

A Casa Fluminense, organização da sociedade civil fundada em 2013 que tem a missão de propor políticas públicas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro com foco na ampliação de oportunidades e redução de desigualdades, membra do Fórum Grita Baixada, já discutia o Rio de Janeiro pós olimpíadas, prevendo que o legado olímpico, caso existisse, não

seria metropolitano. Um exemplo disso é o investimento do estado na mobilidade urbana, quando comparado quanto foi gasto com o metrô e os trens.

No período que antecedeu as Olimpíadas de 2016, o investimento público estimado inicialmente para a construção do Metrô Ipanema-Barra da Tijuca era 8,5 bilhões de reais. A obra não estava prevista no Dossiê da candidatura do Rio às Olimpíadas, mas, depois do resultado, decidiu-se levar o metrô até a Barra. Já para os trens, o estado investiu 1,2 bilhão de reais a partir de 2010. Apesar de algumas estações ferroviárias do município do Rio receberem reformas, como a de Engenho de Dentro, Maracanã, Deodoro e Vila Militar, justamente pelo uso para os jogos, não houve incremento considerável do número de passageiros nos dez anos de análise, apenas 5%. O que faz essa disparidade ser ainda maior é que diariamente a supervia recebe 600 mil passageiros, o dobro da capacidade da Linha 4, segundo os sites das próprias concessionárias (Albergaria et al., p.63, 2019).

Todo esse privilégio que áreas centrais recebem em comparação com as periferias geram insatisfação e ao mesmo tempo descrédito da população com a política. Em diversos casos, para além da situação do transporte público ou da segurança, há uma escolha orçamentária em utilizar os recursos, sobretudo, nas áreas nobres do Rio de Janeiro, isso ficou perceptível no período em que o estado tinha mais recursos disponíveis. No entanto, esse tipo de decisão não é pontual ou algo da última década, mas uma prática de desenvolvimento urbano e econômico na qual as regiões periféricas são rebaixadas a currais eleitorais, aprofundando o padrão de segregação socioespacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que tem base no racismo estrutural (Albergaria et al., 2019).

No início de 2016, vários participantes do FGB estavam preocupados com a situação do país tendo em vista o processo de impeachment da presidente Dilma Vana Rousseff (PT), mesmo com alguns participantes sendo favoráveis ao impeachment, a coordenação executiva apoiou a construção do ato realizado no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), em Nova Iguaçu. No dia 07 de maio de 2016, o CDH, o FGB, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, a UNEAFRO, os Defensores Públicos contra o Impeachment, a Pastoral da Juventude, dentre outros coletivos e organizações, participaram do ato “A Baixada diz não ao golpe e sim à democracia”, contrário ao processo de impeachment e cobrando a recondução de Dilma ao cargo no Planalto. Essa movimentação possibilitou a aproximação de mais quadros políticos ao FGB, o que posteriormente provocaria o desejo deles em construir atividades em conjunto com o fórum.

Diante desse cenário de insatisfação, em julho de 2016, o Fórum Grita Baixada e diversas instituições parceiras realizaram o Revezamento da Tocha da Vergonha, antes da passagem da tocha olímpica oficial, denunciando o descaso com a região das diversas

autoridades públicas. Descaso esse que se materializa no período histórico do ato. As Olimpíadas prometiam um legado para a capital e várias obras eram feitas com recursos do estado priorizando a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro, em detrimento da periferia metropolitana.

A preparação para o ato aconteceu de forma sistemática, com origem na ideia do espírito popular criativo de Gramsci. Sentados em volta de uma mesa, no Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, a coordenação executiva do Fórum Grita Baixada se reuniu no dia 20 de junho de 2016 para avaliar um encontro com entidades da Baixada Fluminense, realizado dias antes no CENFOR⁵⁶, que tinha como um dos encaminhamentos a necessidade de ampliar o arco de movimentos e organizações do FGB e também o diálogo com a população da Baixada. A executiva do FGB tinha um papel de realizar uma avaliação desse encontro e pensar os próximos passos, sabendo da dificuldade de mobilizar a população por diferentes aspectos: medo da população em participar de algo que tenha como tema principal a segurança pública, ano de eleições municipais e pouco engajamento das pessoas em mobilizações na Baixada. Diante dessa quantidade de barreiras e riscos, o grupo se debruçou a pensar formas de criar uma mobilização que engajasse a população e fizesse uma denúncia genérica sobre a violência, mas que ao mesmo tempo fosse contundente. Algumas ideias foram surgindo e inspiradas por outras ações que vinham ocorrendo pelo Brasil durante a passagem da tocha olímpica, chegamos no tema do descaso histórico que a Baixada sofre em comparação com a capital, e como os Jogos Olímpicos materializaram isso. A primeira ideia que surgiu era durante a passagem da tocha olímpica na Baixada organizar algum ato para chamar a atenção da imprensa internacional e da população com as nossas reivindicações. No entanto, o grupo avaliou que conhecendo a invisibilidade que a Baixada possuía até então, os esforços poderiam produzir pouca coisa, devido ao forte esquema de segurança e por ser um momento rápido de passagem da tocha. A partir dessa avaliação, o grupo teve a ideia de criar a sua própria tocha e fazer um revezamento dela pela Baixada Fluminense, nascia assim o revezamento da tocha da vergonha.

⁵⁶ A Diocese de Nova Iguaçu foi um importante espaço de formação de lideranças para a Baixada Fluminense, seja no trabalho pastoral nas comunidades católicas, seja nas formações no Centro de Formação de Líderes de Nova Iguaçu (CENFOR), o espaço do CENFOR por diversas vezes foi utilizado por organizações da sociedade civil, pastorais, movimentos sociais, fóruns e associações de moradores.

Figura 19 - Encontro de preparação ao revezamento da tocha da vergonha



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Durante cerca de 2 meses esse grupo se reuniu construindo a programação da atividade e debatendo pontos para a sua realização. Inicialmente, o debate foi sobre o posicionamento dos participantes em relação à realização dos Jogos Olímpicos. Alguns se mostraram contra, num posicionamento parecido com as discussões do “Não vai ter Copa”, de 2014. Mas, a maioria presente decidiu não fazer um enfrentamento em relação a realização dos Jogos. Sendo assim, a orientação dada a cada um que se somava no processo era que o revezamento tinha o objetivo de aglutinar lideranças que faziam coro às denúncias sobre as desigualdades existentes na Baixada. O trecho abaixo faz uma análise das percepções sobre o movimento “Não vai ter Copa” em 2014, é possível fazer um paralelo com a utilização da tocha e do termo vergonha.

Para os primeiros enunciadores de “Não Vai Ter Copa”, provavelmente o movimento Anonymous Brasil, o enunciado traria consigo a ideia de anarquia e boicote à Copa. Para outros enunciadores, o enunciado mobiliza apenas um discurso de indignação frente aos gastos públicos em setores privados. Ou seja, o enunciado “Não Vai Ter Copa” mobiliza discursos diversos sobre o mesmo tema, os altos gastos com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil (MACEDO, 2014, pp.415-416).

Se o grupo naquele momento não queria se posicionar contrário às Olimpíadas, para alguns setores da imprensa e para as autoridades locais esse movimento era uma ameaça tendo

em vista os problemas ocorridos durante o revezamento oficial da tocha em diversas cidades no Brasil. Nestas cidades muitas pessoas chamavam de tocha da vergonha a original, pois em vários atos ocorridos em cidades espalhadas pelo país os organizadores e pessoas que estavam para assistir o revezamento eram atingidos por balas de borracha e repressão policial, como aconteceu na cidade de Duque de Caxias.⁵⁷

Nota-se ainda um fenômeno interessante na história do FGB, quando a executiva decide estrategicamente abordar mais temas do que a violência somente, como forma de dialogar com a população e furar o medo que existe na região em relação a esse tema, várias lideranças políticas dos municípios em que a “tocha da vergonha” passaria, e que de certa forma já conheciam o trabalho do fórum, se somaram na construção do ato, sendo porta vozes em seus municípios. Posteriormente, nenhuma dessas lideranças foi eleita aos cargos legislativos, corroborando com a dificuldade de quadros populares em se eleger na Baixada. A participação desses líderes também impulsiona uma maior atenção por parte das autoridades municipais, pela maioria ser oposição aos seus mandatos.

A tocha olímpica passa por cinco cidades da Baixada Fluminense a partir de 3 de agosto, antes de chegar ao Rio para os Jogos. Antes disso, porém, um outro revezamento passou por nove municípios da região. Só que em tom de protesto. É a tocha da vergonha, preta e com manchas vermelhas imitando sangue, que percorre a região no dia 30, um sábado, para criticar o descaso dos governantes e a insegurança que toma conta do lugar. O ato começa em Paracambi, às 8h, e termina na Praça do Pacificador, às 17h, no Centro de Caxias. A iniciativa é organizada por entidades privadas e públicas, como o Fórum Grita Baixada. A Igreja Católica também apoia a ideia (RICARDO, 2016).

A reportagem acima, do Jornal Extra, trouxe além do serviço, um detalhamento do que era a tocha da vergonha. A matéria continua explorando o viés religioso, dada a presença do Bispo Diocesano de Nova Iguaçu e do diácono da Igreja Batista de Belford Roxo. Mais uma vez o fórum encontrava na religião um caminho para dialogar com diferentes atores da região. No processo de construção do ato aconteceram algumas discordâncias quanto ao nome do ato. Dom Luciano era contra o nome “tocha da vergonha”, para ele deveria ser utilizado algo positivo para retratar o movimento de denúncia. Com discussões calorosas entre os membros que não aceitaram a proposta do bispo, o nome se manteve e foi adicionado um subtítulo nas convocações “Grito pela paz e pela vida”, conforme apresentado na arte de divulgação abaixo.

⁵⁷ Uma reportagem no site Rio on Watch descreve assim o revezamento oficial em Duque de Caxias “Assim como Andrea, muitos outros aguardaram, por toda a cidade, a passagem da tocha na frente da Prefeitura Municipal, porém a polícia usou gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta para dispersar um grupo de manifestantes que supostamente atiraram pedras em direção à procissão da tocha no bairro Vila São Luiz. O noticiário local O Caxiense publicou um vídeo ao vivo no Facebook, que já foi visto mais de um milhão de vezes, que mostra manifestantes e espectadores, incluindo crianças, fugindo da repressão policial.” Ver em <https://rioonwatch.org.br/?p=21413>, acesso em 05 de dezembro de 2021.

Figura 20 - Cartaz do revezamento da tocha da vergonha



Fonte: Fórum Grita Baixada, 2016.

O símbolo era algo considerado fundamental pelos participantes, pois através dele poderia ser feita uma comunicação assertiva com a imprensa e a população. O formato da tocha queria imitar a original, mas com outros significados. Na tocha oficial, o fogo representa a sabedoria dos deuses, sendo assim os jogos estariam sendo iluminados por esta virtude divina. Já a tocha da vergonha era “preta e sem fogo para simbolizar o luto e com manchas vermelhas imitando sangue no lugar das cores da bandeira nacional, a tocha é para lembrar as vítimas da violência na Baixada Fluminense.”⁵⁸

O trabalho de organização foi feito em diversas mãos, organizamos o evento para que não tivessem falhas e que os riscos fossem mínimos. Com apoio financeiro do CDH um caminhão de som foi contratado, além do empréstimo do carro de som de uma paróquia da Diocese de Nova Iguaçu, um carro de som e um caminhão do SINDIPETRO. Recordo que o carro de som eu mesmo fui buscar na noite de sexta-feira em Duque de Caxias, para garantir

⁵⁸ Trecho de reportagem sobre o Revezamento publicada no dia 30 de julho de 2016 e encontrada no link <https://oestadorj.com.br/revezamento-da-tocha-da-vergonha-protesta-contra-violencia-na-baixada-fluminense/> acesso em 01 de dezembro de 2021.

que no sábado pela manhã ele estivesse no nosso ponto de encontro no CENFOR para irmos até Paracambi, onde iniciou o Revezamento.

O ato teve uma dinâmica parecida com o revezamento oficial, onde uma pessoa corre com a tocha e a passa para outra. Em alguns locais centrais das cidades era feito um revezamento a pé. No trajeto de uma cidade para outra, a tocha era carregada em um carro de som, onde eram tocadas músicas de protesto e proferidas palavras de ordem. As pessoas viam o que estava acontecendo e davam depoimentos, tiravam fotos e na maioria das vezes apoiavam a manifestação. Alguns veículos de imprensa acompanharam o percurso, como emissoras de TV nacionais e internacionais, além de rádios, portais e jornais impressos. O FGB mapeou na época pelo menos 20 inserções nestes veículos, além de blogs e redes sociais. Esse número é muito significativo e rompeu com a invisibilidade. No entanto, a emissora com mais audiência no Brasil e que cobriu os Jogos Olímpicos naquele ano não divulgou nada em seus telejornais.

É necessário se organizar e usar o espírito popular criativo. Os direitos dos moradores da Baixada sempre ficam minimizados se comparados com as áreas nobres e turísticas da capital. Passados meses das Olimpíadas não vimos legado para o Rio de Janeiro, muito menos para a Baixada Fluminense. O que podemos fazer? Gritar e lutar para que os nossos direitos sejam respeitados, junte-se a nós!⁵⁹

O revezamento possibilitou o encontro de diversas pessoas e organizações comprometidas com melhorias para a Baixada Fluminense e foi impulsionado pela criatividade das pessoas que construíram o ato, fazendo com que o espaço de luta se tornasse também um espaço de confraternização em prol não só da segurança pública com cidadania, mas da efetivação de direitos básicos como saúde de qualidade, educação, mobilidade urbana, direito à cidade, defesa do meio ambiente, dentre outros.

3.4 Um Brasil dentro do Brasil pede socorro

O ano de 2016 começou com a população do estado do Rio de Janeiro acompanhando a organização final dos Jogos Olímpicos que foram realizados na cidade do Rio. Como já descrito anteriormente, ao falarmos sobre a história e ações do Fórum Grita Baixada, naquele ano a coordenação do FGB decidiu promover uma atividade que fosse marcante e capaz de denunciar os problemas históricos da Baixada Fluminense, num momento onde a mídia internacional buscava furos na realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro e estava em peso na cidade do Rio para fazer a cobertura dos jogos.

⁵⁹ Trecho retirado de panfleto distribuído pelo Fórum Grita Baixada.

Com isso, o FGB organizou com apoio de instituições e movimentos da Baixada Fluminense o Revezamento da Tocha da Vergonha que denunciou o descaso histórico com a Baixada por parte dos governantes, aproveitando que também 2016 foi ano eleitoral e era importante colocar em evidência os problemas das cidades da Baixada para assim serem debatidos durante aquele período. A meu ver, foi a maior mobilização de rua que o FGB fez ao longo da sua história, mobilizando pessoas em 9 (nove) municípios da Baixada Fluminense. O trajeto começou às 8h em Paracambi e percorreu 80 quilômetros, passando por Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti e Duque de Caxias, onde o ato se encerrou à noite.

Todo esse processo de mobilização social e de construção coletiva inspirava a atuação de mais pessoas e trazia uma responsabilidade ao fórum para que tivesse mais estruturado um diagnóstico da violência na região, para com isso e com as propostas já debatidas no processo de construção da Carta da Baixada o FGB incidisse politicamente na defesa de direitos da população da Baixada, em especial na temática da segurança pública. Sendo assim, o processo de incidência política se dá pela atuação da organização da sociedade civil em levantar seus interesses e tentar persuadir na esfera pública o governo, com o objetivo de alcançar uma mudança social (ACUÑA; VACCHIERI, 2007).

O protesto realizado não era contra a Olimpíada, mas contra o descaso dos governantes com a região. Foi uma oportunidade de utilizar a repercussão que qualquer ato ou atividade que envolvesse o tema olímpico teria naquele momento. Em evidência, no nosso discurso, estava a forma como foram feitas as Olimpíadas e como o povo da Baixada Fluminense continuava abandonado a partir da perspectiva do governo do estado. Naquele momento tínhamos uma avaliação interna que com os Jogos Olímpicos e os grandes eventos no Rio de Janeiro, a política de segurança do governo do estado e a criação das unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), mais casos de violência passaram a ser registrados na Baixada Fluminense. O agravamento se dava também pelas ações de segurança privilegiarem os locais da Olimpíada e as regiões turísticas, negligenciando a segurança nas regiões periféricas.

No percurso do Revezamento foi possível perceber *in loco* diversos outros problemas nas cidades onde a tocha da vergonha passou. A infraestrutura urbana era muito ruim, ruas sem asfalto ou com muitos buracos, ruas sem calçadas ou com calçadas desniveladas, lixo jogado nas ruas, esgoto a céu aberto, pessoas em situação de pobreza extrema e outros problemas que sabemos que existem, conhecemos de perto, mas dada a quantidade de coisas que vimos e a distância que percorremos, acendeu para mim e para muitos participantes o quanto é grave a situação da Baixada, tema discutido durante as reuniões de avaliação pós-evento.

Enquanto os movimentos se reuniram para produzir a ação, o Fórum Grita Baixada organizava através do trabalho de uma pesquisadora contratada o relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro. Já no início do ano, em reunião de planejamento das atividades para 2016, o relatório tinha sido colocado em pauta como fruto do amadurecimento do fórum e da necessidade de apresentar o diagnóstico da região. Cada passo dado naquele momento contribuiria com o discurso do FGB para a Baixada.

Se o primeiro produto apontado aqui neste capítulo teve como principal liderança a Casa Fluminense, o relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro” foi impulsionado pela atuação do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDH), sobretudo na pessoa da Irmã Yolanda Florentino que coordenava o CDH naquele momento. Além disso, o processo de pesquisa foi apoiado pelo professor José Cláudio Alves, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que também era ativo no Fórum Grita Baixada e ficou com o processo de supervisão de redação. A jornalista Mariana dos Santos foi responsável pela pesquisa e redação e seu esposo Rômulo Bandeira, designer gráfico, pela programação visual e ilustração, ambos foram indicados pelo representante da ONG Viva Rio que fazia parte da coordenação do FGB. O CDH teve um papel central no processo de construção do documento, inclusive dando o tom para alguns assuntos e contribuindo na sua elaboração, para além dos recursos do projeto do Fórum Grita Baixada que naquele momento tinha como único financiador a instituição alemã Misereor.

Ao contrário do curso e da carta que de certa forma tiveram uma maior participação dos membros da coordenação no processo de construção, o relatório foi elaborado por especialistas e jornalistas, sendo o documento compartilhado apenas como revisão já na etapa final de construção, o que é aceitável tendo em vista que os acúmulos anteriores seriam colocados no documento através do olhar e da participação direta do CDH que assinou o documento enquanto realização, assim como o Fórum Grita Baixada. Além da Misereor, contribuíram como patrocínio as instituições Aktion Kreis Pater Beda e Die Sternsinger Kindermissionswerk. A decisão de construir o relatório dessa forma foi da executiva do FGB, com liderança do CDH que liderava administrativamente o projeto.

O relatório é um documento de 85 páginas, dividido em 4 capítulos, além das informações ao leitor, sobre o FGB, apresentação, quem assina o documento e bibliografia. Seu conteúdo analisa o histórico de violência na Baixada Fluminense desde a década de 1960 e traz através de relatos de moradores um processo de reconfiguração da violência na região, apontando a migração de criminosos da capital para a Baixada e o agravamento da violência depois da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas da cidade do

Rio de Janeiro (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016). Na primeira parte, ao se dirigir ao leitor, o relatório diz o seguinte:

Antes de começarmos o diálogo, consideramos necessário informar-lhe que esta carta é assinada por um coletivo composto de instituições que desenvolvem um trabalho de assistência e resistência na ou em parceria com a região. Agradecemos a MISEREOR, organização responsável pelo financiamento do trabalho aqui apresentado. Nosso objetivo é traduzir o cotidiano em que vivemos de maneira mais crua, fidedigna e humana possível, fornecendo informações que possibilitem ao leitor se colocar em nossa posição. Denunciando a relação de descaso do poder público para com a região da Baixada Fluminense, através da amplificação das vozes dos próprios moradores, acreditamos ser possível instigar a sua empatia por nossa causa, pois estamos certos de que a violência sofrida pela Baixada hoje não é uma causa só de seus moradores, mas de todos (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 4).

O Relatório foi assinado por políticos, personalidades, artistas, entidades de defesa dos direitos humanos, entre elas a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que denunciaram através do documento a omissão do poder público com a violência na Baixada Fluminense e pediram atenção internacional ao problema, num período pós Olimpíadas, onde o Rio de Janeiro possuía a atenção de todo o planeta. Naquele momento as instituições que assinaram o relatório foram a Aktion Kreis Pater Beda, Associação Paulo VI (ASPAS), Associação Pamen Central Humana de Educacao, Ideias e Formação Alternativa – CHEIFA, Scalabrini International Migration Network, Casa do Menor, Casa Fluminense, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Centro dos Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, Centro de Promoção e Defesa de Campos, Cidadania Plena, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Comunitário de Segurança Pública, Conselho Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Nova Iguaçu, Conselho Regional de Psicologia (CRP), Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Fórum Grita Baixada, Grupo de Apoio aos Bairros, Instituto de Estudos da Religião (ISER), Misereor, Movimento Moleque, Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias, Rede Contra Violência, Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro e Viva Rio.

Nota-se que era um documento representativo no que diz respeito a adesão institucional, no entanto se observarmos a atuação do fórum ao longo de anos posteriores é possível observar a entrada de novas organizações e a redução da participação efetiva de algumas que assinaram o documento e se articulavam com o FGB, em especial os conselhos comunitário e municipal. Vemos também a adesão de pastorais da Igreja Católica, assim como o próprio CDH que é de origem católica, sem a participação de grupos de matriz africana e evangélicos. Pelo amadurecimento do FGB e pela definição de uma linha de atuação que envolve diretamente a

discussão sobre segurança pública, muitos grupos se afastaram por querer atuar em um espaço de discussões mais amplas sobre a Baixada ou por não concordarem com os posicionamentos que foram sendo produzidos ao longo dos anos.

O documento também teve a assinatura individual, sobretudo de figuras públicas políticas, da área da cultura e da segurança pública, são eles, citados como no relatório: Adriano Pilatti (Coordenador do Núcleo de Estudos Constitucionais da PUC-Rio), Beatriz Barros de Oliveira Christo (Procuradora Regional da República 2ª Região), Chico Alencar (Deputado Federal), Chico Buarque de Hollanda (músico, poeta e escritor), Frei Betto (escritor e assessor de movimentos sociais), Glauber Braga (Deputado Federal), João Ricardo Dornelles (Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio, Leonardo Boff (teólogo, escritor, articulista do Jornal do Brasil e membro da iniciativa mundial da Carta da Terra), Marcelo Auler (jornalista), Marcelo Freixo (professor e Deputado Estadual) e Pedro Strozenberg (pesquisador). Essa lista foi criada a partir das relações que algumas dessas figuras tinham com o FGB ou com a temática da defesa dos direitos humanos. Poderiam ser acrescentados outros parlamentares, pesquisadores e artistas que de certa forma conheciam o trabalho do fórum.

Na apresentação, os autores buscaram aproximar o leitor, sobretudo quem é de fora da Baixada, daquilo que era a realidade de décadas na região. Eu tive a impressão que mesmo querendo dialogar com os moradores que vivem diariamente as situações de violência na Baixada, o objetivo final era fazer uma denúncia nacional e internacional desta situação, tendo em vista que o contato com a população e o diálogo mais territorial já haviam sido feitos na produção da carta da Baixada e no Revezamento da Tocha da Vergonha, em 2015 e 2016, respectivamente. O próprio encerramento da apresentação já trazia essa dinâmica de fazer uma denúncia mais profunda dessa situação, com foco em algo que não foi citado no trecho abaixo, mas era eixo central dessa nova fase do FGB, a defesa dos direitos humanos.

As décadas de relação com a violência na Baixada já produziram muitas propostas. Centenas de encontros com autoridades e matérias jornalísticas já apresentaram uma lista pertinente de sugestões. Deste modo, o que se buscou aqui foi prioritariamente a denúncia, a análise aprofundada e complexa, a preservação de uma reflexão íntegra, livre dos preconceitos e preservadora da verdade determinante para a construção de qualquer caminho na direção da justiça e da paz. (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 12).

Assim como esta tese traz o histórico da violência na Baixada, com base no Relatório e nos trabalhos do José Cláudio Alves, o documento também antecipa o debate recente contando a história da violência na região e como os grupos de extermínio construíram suas dominações políticas e econômicas. Além disso, foi apontado no relatório como a mídia apresenta a Baixada Fluminense, evidenciando um problema que afeta a autoestima da população ao retratar sempre

um lugar de abandono e violência, sem ressaltar as potencialidades do território e de seus habitantes.

Foram citadas também no capítulo que fala sobre a reconfiguração da violência as chacinas recentes, após a Chacina da Baixada em 2005, entre elas a Chacina da Bacia do Éden, em São João de Meriti, a Chacina da Chatuba, em Mesquita, e a Chacina do Parque Paulista, em Duque de Caxias. Além disso, destaca-se os pontos que falam sobre a implementação das UPPs e a migração do crime para a Baixada Fluminense e o papel das milícias na Baixada.

Embora o Governo atribua o aumento da criminalidade à baixa de efetivo, a impressão dos moradores é de que a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro contribui diretamente para o aumento do índice de criminalidade e, conseqüentemente, para a elevação do número de homicídios na Baixada Fluminense. Segundo Juliano, moradora de Belford Roxo, em uma série de depoimentos publicados em um jornal comunitário, “muitos traficantes das favelas pacificadas fugiram para a Baixada ou iniciaram novas favelas dominadas pelo tráfico”. Para Igor, morador do Parque Vila Nova, localizado no centro de Caxias, apelidado popularmente como Favela do Lixão, “a segurança que a gente tinha dentro da comunidade acabou. Há uma mudança constante de traficantes, muitos deles desconhecidos que vêm de comunidades com UPP. Isso influencia na ordem que antes a favela tinha e agora a comunidade não sabe como lidar. A qualquer momento pode acontecer um confronto entre eles, mesmo que da mesma facção”(FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p. 37).

O trecho acima traz elementos da discussão sobre o aumento da violência pós UPPs, a partir da ideia da migração de membros das facções do Rio para a Baixada, mudando o perfil dos criminosos que a população tinha contato, pessoas que antes tinham relação com o território e que agora não tinham mais, contribuindo inclusive para o aumento no número de roubos e furtos, o que gera uma maior sensação de insegurança, mais do que a própria violência letal, dado o preconceito sobre as circunstâncias das mortes ocorridas.

Ainda no relatório, com escrita produzida pelo professor José Cláudio, foram retratados casos ocorridos na Baixada Fluminense, como o caso do Bairro do São Bento, em Duque de Caxias, a mudança do prédio de uma escola para instalação de uma UPP, a primeira e única da Baixada na Mangueirinha, em Duque de Caxias. O grave problema dos desaparecimentos forçados foi retratado também, assim como a história e trajetória dos jovens que estão no tráfico de drogas. São casos e histórias que fazem deste relatório um importante instrumento de denúncia das situações de violência e violação de direitos na Baixada e, por isso, a necessidade de colocar em foco esse conteúdo.

Alguns eventos de lançamento foram feitos com o intuito de divulgar para imprensa o material e mobilizar pessoas para o tema. O pré-lançamento foi no dia 3 de setembro de 2016 no Centro de Formação de Lideranças da Diocese de Nova Iguaçu. Naquele dia, lideranças sociais da Baixada puderam conhecer o documento, com cópias sendo distribuídas aos

participantes. Lembro que fiz a mediação dessa atividade, apresentando as pessoas que estavam na mesa e conduzindo o debate posteriormente. Durante esse evento, participaram principalmente as organizações que atuavam com o tema da segurança pública e direitos humanos na Baixada. A escolha da Baixada para o Pré lançamento gerou grande discussão interna no fórum, ao mesmo tempo que muitos membros defendiam um lançamento no Rio por causa da participação da imprensa, outros membros achavam importante fazer na Baixada para mais uma vez evidenciar a negligência com a região, que passa desde os processos políticos, mas também de interesses privados.

Além do conteúdo do relatório em si, era debatida também a conjuntura, tendo em vista que dados mais recentes não seriam atualizados, já que o documento era impresso. Mas a própria realidade de 2016 apontava para a grave situação que a Baixada Fluminense estava vivendo, em relação à segurança pública. No trecho abaixo, retirado de reportagem no site da Agência Brasil, do material produzido pela assessoria de comunicação do FGB, é possível entender o quanto os números naquele período mostravam a concentração de homicídios em regiões da Baixada, em especial Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis; Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri; e Duque de Caxias.

Os dados divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro para o mês de julho de 2016 mostram que 28,8% dos homicídios ocorridos no estado naquele mês foram em três áreas de batalhões da Baixada. Dos 368 homicídios dolosos registrados, 45 foram em Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis, 31 em Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri, e 30 em Duque de Caxias. Segundo o relatório, o problema se soma à expansão de grupos de milicianos na região, gerando confrontos constantes por territórios entre esses grupos e com a Polícia Militar.⁶⁰

Se o relatório descrevia os problemas, ela buscava também, com suporte na Carta da Baixada, apontar caminhos para a redução da violência na Baixada. Assim como a Carta, o documento propõe medidas urgentes como a criação de um programa de redução de homicídios na Baixada Fluminense e um monitoramento territorializado dos homicídios na região. Além disso, naquele momento ainda se discutia como foco central a questão do comparativo de policiais na Baixada e no Rio de Janeiro, tendo como proposta o reforço do contingente das delegacias e batalhões da região, assim como o processo de formação cidadã das polícias, com intuito de reduzir a letalidade policial. O documento trouxe também a importância de dar protagonismo para juventude, no intuito de promover ações preventivas e de promoção da

⁶⁰<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/entidades-de-direitos-humanos-da-baixada-querem-atencao-internacional-para-vio> Acessado em 05 jan 2022.

cultura de paz, algo que era muito discutido no FGB pelas instituições religiosas e pelo próprio CDH que já havia contribuído e implementado um projeto de Cultura de Paz nas Escolas. Com a participação ativa de membros dos conselhos, o conceito de participação na segurança pública era pensado para além do espaço do FGB, mas também na tentativa de fortalecer a presença de membros individuais e institucionais nos conselhos municipais de segurança, incentivando a criação desses espaços em todos os municípios da Baixada Fluminense, levando também para a esfera municipal o debate da segurança pública, que por muitas vezes é negligenciado pelos municípios devido às responsabilidades constitucionais.

Sobre as propostas e a própria repercussão gerada pelo relatório, a Secretaria Estadual de Segurança Pública respondeu os questionamentos de jornalistas sobre as reivindicações colocadas no documento, contribuindo para um dos objetivos estratégicos que era incidir na esfera pública, colocando em evidência o debate da violência, com o protagonismo de instituições da Baixada Fluminense, pois grande parte do que era produzido institucionalmente pelo terceiro setor ou universidades era de fora da região, não ao contrário.

Em nota, a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro informa que a Baixada recebeu mais 400 policiais militares a partir de julho com a retomada do pagamento das horas-extras (Regime Adicional de Serviço) e que operações policiais têm feito revistas em veículos na região metropolitana e na Região dos Lagos para capturar criminosos. “Outras medidas importantes são a utilização dos índices divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) para auxiliar na criação de políticas públicas de segurança e no acompanhamento do Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM); o fornecimento de carabinas⁴⁰ como alternativa do uso do fuzil calibre 762; a criação do Centro de Formação do Uso Progressivo da Força; e a criação das Delegacias de Homicídios da Capital, Baixada Fluminense e Niterói, São Gonçalo e Itaboraí”, finaliza a nota.⁶¹

Se lá atrás, o que motivou o batismo do Fórum Grita Baixada foi uma fala do secretário de segurança pública que a Baixada não gritava, daquele fato até esse momento, desde a resposta da Secretaria de Segurança, o FGB gritou bastante, produzindo eventos, manifestações, encontros, documentos e agora um relatório. Tudo isso dentro de um processo estratégico que envolve mobilização, produção de conteúdo, comunicação, articulação e incidência política.

Um ponto sensível do relatório foi a ausência do debate racial. Uma rápida pesquisa no conteúdo do documento, em mais de 85 páginas, encontramos duas vezes a palavra negro, três vezes a palavra negra e nenhuma vez a palavra racismo. Não trazer isso em evidência mostra um problema sério na origem dessa discussão, principalmente pela população negra da Baixada ser uma das mais impactadas pela violência. Já as palavras pobre ou pobreza aparecem 10 vezes

⁶¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/entidades-de-direitos-humanos-da-baixada-querem-atencao-internacional-para-vio> Acessado em 15 jan 2022.

no relatório, apontando assim para uma tendência de uma discussão baseada em classe social do que raça. Isso mostra que a ausência do conceito de interseccionalidade é uma leitura muito restrita do marxismo e de classes sociais.

Em relação ao debate de gênero, o relatório trouxe relatos que mostram a angústia de mulheres mães que tiveram seus filhos assassinados e a questão do atendimento na DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher). Segundo informações do relatório muitas mulheres não conseguem fazer denúncias sobre os casos de violência na delegacia, deixando de fazê-la e convivendo com o agressor devido a postura de muitos profissionais destas delegacias. Isso mostra a fragilidade institucional na Baixada.

Vítimas de violência doméstica também se queixam do atendimento recebido na DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher). Embora esta seja uma delegacia especializada, muitas mulheres relatam que, ao procurarem ajuda, encontram inspetores que agem como conselheiros amorosos, tentando reconciliar o casal para não terem que realizar boletim de ocorrência (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2016, p.35).

Ao longo dos anos e do amadurecimento das discussões do fórum, ocorria um processo evolutivo da introdução de temas antes não priorizados, dentre eles o racismo, algo que ainda não estava posto em discussão em 2016, na produção do relatório. Numa análise crítica, podemos dizer que o conceito de classe não poderia desaparecer, mas o debate de raça não poderia ter sido minimizado, entendendo que já eram feitas discussões em diversos espaços do papel do racismo na segurança pública, no entanto na Baixada a discussão ainda era outra. Caso isso tivesse sido evidenciado, poderíamos ter discutido mais as violações que os corpos negros e pobres sofrem na região e o quanto isso está relacionado ao racismo estrutural. Nota-se que é necessário reconhecer a importância de se considerar as questões de gênero, raça e classe de maneira imbricada e articulada (MACHADO, 2017).

Se nesse momento, a discussão de raça ainda estava longe de ser a ideal, o debate sobre direitos humanos ganhava força na atuação do fórum. O FGB passava mais uma vez para outra fase, não era mais um espaço de discussão sem uma linha de pensamento, se inicialmente caminhou para ideia da segurança com cidadania, com o relatório o tema dos direitos humanos ganhou um destaque, tornando-se um espaço onde a segurança pública com cidadania e defesa dos direitos humanos eram os elementos mínimos de concordância para estar neste espaço.

Algo também que se colocava como base dessa discussão, a partir das reflexões que o professor José Cláudio fazia, era da dificuldade de algumas interações com o poder público, tendo limite para o diálogo e construção já que havia um diagnóstico de que uma máfia estava instaurada no estado com braços em diferentes espaços, dificultando assim a interlocução e processo de incidência. Mesmo assim, o FGB continuou com essa estratégia. O ano de 2016

teve como elemento chave essas atividades e acontecimentos, nas quais o fórum de certa forma oscila entre aprofundar as discussões sobre a violência e fazer discussões mais amplas sobre a situação política no país e problemas sociais na Baixada Fluminense. Este ano em específico reflete bem o que foi o fórum até 2016, um espaço que buscava dialogar sobre a segurança, mas se tornava também um local de discussão sobre diferentes temas na região. O que mudou entre os anos de 2015 e 2016 foi a forma de abordagem sobre alguns temas no FGB, reafirmando em 2016 o compromisso com a segurança pública com cidadania e aprofundando a defesa dos direitos humanos.

4 O GRITO É DE TODA BAIXADA FLUMINENSE

Como parcialmente retratado no capítulo anterior, o ano de 2016 concentrou um conjunto de atividades promovidas pelo Fórum Grita Baixada que tiveram o objetivo de contribuir para o “processo de educação cidadã” da população da Baixada. Além disso, essas atividades visavam alertar sobre os problemas da região e indicar como o processo eleitoral daquele ano poderia contribuir ou não para o agravamento da situação de violência na Baixada. Embora algumas dessas atividades, como o revezamento da tocha da Vergonha – que ocorreu uma semana antes das Olimpíadas – e o lançamento do Relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, tenham tido uma boa divulgação da imprensa e grande repercussão externa na Baixada (mídia nacional e internacional), elas acabaram atingindo apenas uma parcela da população mais de esquerda ou centro-esquerda da Baixada, não conseguindo provocar segundo minha percepção e de outros membros do fórum resultados diretos nas eleições daquele ano.

As eleições de 2016 foram um termômetro para o que viria em 2018. Na Baixada, “14 pessoas ligadas a campanhas políticas foram mortas desde novembro de 2015”⁶² até o dia da eleição, a maioria era pré-candidato ou candidato a vereador em cidades da região. Como afirmei em texto publicado em parceria com Maria Luiza Freire, “a violência na política é cada vez mais reconhecida em todo o mundo como uma tática para impedir a participação de determinados grupos nos espaços de tomada de decisão” (ALMEIDA; FREIRE, 2020)⁶³. Tal violência gera medo tanto nas pessoas que se candidatam, como também na população que, muitas vezes, prefere se afastar das discussões relacionadas às políticas locais.

Nesse contexto marcado por violência e medo em relação à política, os eleitores da Baixada Fluminense elegeram em 2016 para prefeito em Duque de Caxias Washington Reis (PMDB), Rogério Lisboa (PR) em Nova Iguaçu, Waguinho (PMDB) em Belford Roxo, Dr João Ferreira Neto (PR) em São João de Meriti, Jorge Miranda (PSDB) em Mesquita, Farid Abraão (PTB) em Nilópolis, Carlos Moraes (PP) em Japeri, Rafael Tubarão (PPS) em Magé, Zelito Tringuele (PDT) em Guapimirim, Lucimar do Dr Flávio (PR) em Paracambi, Anabal (PDT) em Seropédica, Charlinho (PMDB) em Itaguaí e Carlos Vilela (PMDB) em Queimados.

⁶² Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes-2016/2016/10/1819048-palco-de-14-assassinatos-de-candidatos-baixada-fluminense-tem-clima-de-inseguranca.shtml> Acessado em 01 dez 2021

⁶³ Trecho produzido por mim e pela Maria Luiza Freire para a coluna do Perifa Connection. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/perifaconnection/2020/09/violencia-politica-nas-eleicoes-ameaca-giro-de-pautas-e-protagonistas.shtml> Acessado em 01 dez 2021.

Embora eu não vá desenvolver aqui uma análise do perfil desses candidatos, é possível notar que os candidatos eleitos têm um perfil mais conservador. Um deles chama atenção: o prefeito de Japeri, Carlos Moraes, que foi preso em julho de 2018 acusado de associação ao tráfico. Em outubro de 2019, deixou a cadeia, mas as acusações contra ele continuaram. Durante a campanha eleitoral em 2016, utilizou o bordão “o respeito voltou” durante toda a sua campanha, conectando ao fato de ter sido prefeito da cidade da Baixada Fluminense por dois mandatos e buscando no eleitor de Japeri a confiança de que sua presença na prefeitura seria capaz de colocar em ordem a cidade, sobretudo, na questão da segurança pública, coibindo roubos, furtos e o tráfico de drogas – crime que foi acusado de praticar posteriormente.

A maioria dos prefeitos citados acima estava no primeiro mandato, com exceção do Rafael Tubarão (PPS), ex-presidente da Câmara que havia assumido em abril de 2016 o mandato tampão depois da cassação do prefeito Nestor Vidal (PMDB) e da renúncia do vice, Cláudio da Pakera. Dos prefeitos citados acima, 6 foram reeleitos em 2020, com destaque para a reeleição nas principais cidades da Baixada de Rogério Lisboa, em Nova Iguaçu, e Washington Reis, em Duque de Caxias. Além deles, foram reeleitos Jorge Miranda em Mesquita, Dr João em São João de Meriti, Waguinho em Belford Roxo e Lucimar do Dr Flávio em Paracambi. Em Itaguaí, o prefeito que estava ocupando o cargo no momento da eleição foi eleito. Rubem Vieira, o Dr Rubão, era presidente da Câmara e assumiu a cadeira de prefeito depois de Carlo Busatto Junior (Charlinho) e Abeilard Goulart de Souza Filho (Abelardinho) serem cassados pela Câmara de Vereadores. Zelito Tringuele, de Guapimirim, e Anabal, de Seropédica, foram derrotados. Carlos Vilela, de Queimados, e Farid Abraão, de Nilópolis, não concorreram à reeleição.

O cenário eleitoral da Baixada Fluminense era bem complexo naquele momento, mas o Fórum Grita Baixada a partir do novo projeto apoiado pela Misereor tinha o intuito de desenvolver atividades em 2017 visando impactar a região no processo de educação popular e incidência política. Sendo assim, neste capítulo analisarei algumas dessas iniciativas, tais como o processo de nucleação (criação de núcleos nos territórios), Semana da Baixada, a Frente Intermunicipal de Valorização da Vida (FIVV), a criação do Documentário Nossos Mortos têm voz, as articulações com a Rede de Mães da Baixada, o projeto Direito à Memória e Justiça Racial, dentre outras coisas. Antes disso, para contextualizar a violência na época, apresentarei alguns dados e acontecimentos que marcaram 2016 e 2017.

4.1 Conjuntura da violência na Baixada em 2016

Na Baixada Fluminense, em 2016, 1787 pessoas foram vítimas de homicídio doloso, um aumento de 18,58% comparado a 2015, segundo dados do ISP⁶⁴. Além de cruel, a Baixada Fluminense é desigual. Essa desigualdade social que assola os moradores dessa região a faz cada vez mais perigosa, seja pela atuação hostil dos grupos criminosos presentes no territórios, seja pela ação de agentes estatais que ao invés de garantir direitos, com frequência reprime e oprime moradores de regiões periféricas e , seja pela complacência de uma parcela significativa da população que só consegue ver a barbárie como a solução para um problema majoritariamente social e político. Tematizar essa desigualdade é fundamental para compreendermos as raízes do problema da (in)segurança pública. Um ano que foi vendido como aquele no qual se concretiza um projeto de Rio de Janeiro Olímpico, foi, na verdade, um ano de crise econômica e política, com diversos retrocessos sociais.

Uma grave consequência desse processo foi o aumento das desigualdades. Ela estava diminuindo no Brasil nos últimos anos, em passos mais lentos no Rio de Janeiro, mas desde 2015 esse processo foi se revertendo⁶⁵. Certamente, naquele momento, a população ainda não tinha sentido todo impacto desse aumento da desigualdade no que diz respeito à segurança pública, mas já sentia o impacto de uma política fracassada de combate à violência que só fez aumentar o número de homicídios nas periferias do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo dados oficiais do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), houve um aumento de 19,8% no número de homicídios no Estado em 2016 comparado a 2015. As Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) que registraram maiores aumentos foram a AISP 24 (Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri), seguidas por municípios do Norte Fluminense e Região dos Lagos. O número de vítimas de homicídio doloso no Estado foi de 5033, em 2016, cerca de 35% desses homicídios ocorreram na Baixada. No total, o número de letalidade violenta que inclui homicídios dolosos, latrocínios, morte decorrente de intervenção policial e lesão seguida de morte foi de 6258 vítimas, 1238 vítimas a mais do que em 2015 (24,7%).

O número de policiais mortos em serviço também aumentou, de 26 em 2015 para 40 em 2016. A polícia, além das circunstâncias, parece ser orientada a viver em guerra, talvez por isso,

⁶⁴ É importante lembrar que os dados apresentados acima, embora sejam muito alarmantes, ainda ocultam muitos outros casos que se perdem e não aparecem nas estatísticas por causa do problema da subnotificação.

⁶⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/26/desigualdade-de-renda-para-de-cair-no-brasil-apos-15-anos-e-numero-de-pobres-cresce-aponta-ong.gh.html> Acessado em 02 jan 2021.

mata muito. São números assustadores, mas conversando com as pessoas ainda percebemos que há pouco caso do governo e de parte da opinião pública frente a esse problema, vinculado a uma questão moral: qual valor é dado à vida humana?

De fato, parece que na Baixada Fluminense ela deva valer menos do que um celular, seja nas ocorrências de latrocínio ou no justicamento indevido promovido pelos eleitores da barbárie. Num bairro de Duque de Caxias, por exemplo, no fim do mês de janeiro de 2017, um jovem foi amarrado num poste após assaltar pela manhã uma idosa. O “amarrar no poste” já seria um ato que dá calafrios ao remeter aos séculos de escravidão do povo negro no país, mas o pior ainda estava por vir: homens armados passaram pelo local e de dentro do veículo dispararam contra o jovem que morreu na hora.

O jovem que comete crimes na maioria das vezes se encaixa num perfil de desfiliação institucional, ou seja, a não participação em instituições que promovem relações de integração social, como a escola. Dentre os fatores que afastam muitos jovens do espaço escolar, a precariedade é um dos principais, e isso é visto como algo corriqueiro na Baixada Fluminense: quanto mais se afasta dos grandes centros piores são os indicadores educacionais, e a evasão escolar é um deles.

A falta de direitos básicos contribui diretamente para um ciclo que a violência produz na região, a ausência do Estado provedor e a presença de um Estado repressor, opressor e corrupto são fatores fundamentais no aprofundamento das desigualdades e da insegurança. Esse ciclo é um processo permanente no qual a desigualdade gera mais violência, e a violência, em suas divisões, gera o empobrecimento da população que tem bens furtados ou roubados, falência do comércio local (seja pelo roubo ou pela extorsão das milícias), desinteresse da instalação de empresas, aumento do preço da cesta básica, monopólio de gás, internet e TV a cabo.

A violência está presente não só na forma de conflitos armados e assassinatos, mas marcando também a organização das rotinas cotidianas dos moradores da Baixada. Usuários do transporte público narram que andam escondendo o celular dentro das calças e às vezes preferem pegar o ônibus lotado ou deixar de andar sentados no vagão vazio com medo dos assaltos aos ônibus ou dos arrastões nos trens. No trajeto de Japeri até Nova Iguaçu tem passageiro da Supervia que conta nos dedos as cenas vistas em cada viagem, desde arrastão até na comemoração de quem viu seu algoz sendo linchado por quem é adepto da “justiça com as próprias mãos”. Não é justificável a ação de torturar uma pessoa já imobilizada, mas no meio desse “caos” em que está a segurança pública muita gente acredita que assim será feita justiça. Por um lado, o Estado não consegue dar a resposta necessária para a superação dessa crise. Por

outro, a sociedade civil encontra dificuldade de se mobilizar. Então, muitas vezes, a única proposta que emerge nesse contexto é a de cobrar quantos policiais militares têm na Baixada em comparação com a Zona Sul da capital do Estado, reproduzindo uma lógica de que segurança pública só se faz com mais polícia. Em várias reuniões do FGB ainda era possível em 2016 e 2017 os participantes mencionarem a necessidade de mais policiamento em suas regiões, algo que de fato era um problema, mas não o único.

Em 2016 os roubos de rua e em coletivos tiveram um aumento de 69,55% e 115,30%, respectivamente, na Baixada Fluminense comparado a 2015. E em 2017 já tiveram diversos casos. Em São João de Meriti, segundo relatos de moradores, ladrões fortemente armados fizeram arrastão em ruas de um bairro no início de fevereiro. Levaram os tênis de usuários de uma academia do bairro, dez reais de um comerciante local, sem contar os inúmeros celulares, carteiras e relógios de quem estava nos pontos de ônibus. Moradores narram que essa experiência foi marcada por muito choro, desespero e sentimento de impotência.

Ações como essas fazem crescer o sentimento de revolta da população. Sem saber o que fazer e com a “onda de conservadorismo e individualismo”⁶⁶ que ronda a sociedade cada vez mais se propagava a ideia de eliminar o inimigo, dando sequência naquilo que já existia na região. Se a frase “bandido bom é bandido morto” ainda não era usada, a prática de matar quem praticava pequenos roubos e furtos ou era usuário de drogas não era recente. Vale lembrar que, nas décadas de 80 e 90 na Baixada Fluminense, os grupos de extermínio agiam de forma gratuita, com interesse no capital político e cooptando gente que achava que era certo matar. No início de 2017, as milícias já tocavam esse negócio, cobrando de comerciantes e em determinadas áreas de moradores para fazer a segurança do local e praticar sua própria justiça.

A falta da presença do Estado provedor é visível nos territórios mais violentos da Baixada Fluminense, até mesmo o Estado policial tem uma precariedade em suas ações nas periferias da periferia. As barricadas, a situação econômica, o transporte público precário, a falta de pavimentação, saneamento básico, iluminação pública, equipamentos culturais e sociais são impeditivos da reação popular e propulsores para a ação de grupos criminosos que agem não só como um poder paralelo, mas como o poder estruturado e enraizado com o Estado. Tudo isso interfere na reação das pessoas, pois muitas acham que se mobilizar frente a violência não

⁶⁶ A extrema direita no mundo, em meados da década de 2010, teve um crescimento considerável no mundo. Como propulsores podemos citar o processo de globalização e homogeneização da cultura global, “que produz e reproduz, em escala europeia e planetária, os identity panics [pânicos de identidade], a obsessiva procura por fontes e raízes que leva a formas chauvinistas de religião, formas religiosas de nacionalismo, além de alimentar conflitos étnicos e confessionais”, além do processo de crise econômica no mundo que provoca reações na Europa de grupos contrários a migração, dentre outras coisas. O Brasil acompanhou, segundo o autor, essa onda conservadora (LÖWY, 2015).

vai produzir resultados efetivos, podendo com isso correr risco dentro dos seus territórios. As pessoas não só têm medo de dar queixa, mas os atores criminosos do território muitas vezes dão o suporte que o Estado, a polícia e até as empresas, como o caso dos serviços prestados pela milícia, não dão. Sendo assim, mesmo com mecanismos seguros de denúncia, fazer qualquer movimento referente a isso pode ter um custo econômico e moral (MISSE, 2008).

Neste enfrentamento entre o crime e o Estado, as instituições públicas vão perdendo confiabilidade, o povo desacreditado da sua atuação deixa muitas vezes de registrar os crimes sofridos, principalmente no caso de pequenos roubos e furtos. Se os números apontados pelo ISP são altos, a realidade é mais assustadora. E isso ocorre também com os homicídios, seja pelo desaparecimento de vítimas, seja pela omissão ou conivência do Estado.

Em agosto de 2016, durante dias, intensos tiroteios aterrorizaram os moradores de alguns bairros de Queimados e deixaram ruas forradas de casquilhos de balas de armas pesadas. Várias casas ficaram perfuradas pelas balas trocadas entre diferentes grupos rivais que operam nestes bairros, houve toque de recolher e fechamento de comércios. A morte de um policial por integrantes dos grupos que atuam na área desencadeou diversas operações. Informações de moradores indicam que muitas pessoas foram mortas durante uma operação no meio da semana. Informalmente, nas redes sociais, os relatos indicavam a morte de mais de 10 pessoas. Na grande mídia a narrativa era de que policiais apreenderam drogas embaladas em plásticos com o símbolo dos Jogos Olímpicos, no Morro do São Simão, em Queimados, na Baixada Fluminense.

Já em 2017, segundo informações do aplicativo Nós por Nós⁶⁷, uma semana antes do Carnaval, a população do distrito de Engenheiro Pedreira, em Japeri, ficou atônica. Segundo relatos de moradores, primeiro foi divulgado por meio de grupos de whatsapp um baile funk em comemoração de um ano de atuação de uma facção criminosa na região, isso dias depois de ações violentas próximo ao Arco Metropolitano. Na festa, teria ocorrido um confronto onde dezenas de pessoas teriam sido mortas. No entanto, nenhum registro de ocorrência foi feito e nada sobre as mortes foi divulgado na grande imprensa, com exceção de uma operação do Bope na comunidade São Jorge, em Japeri, na qual três suspeitos e uma mulher foram feridos. Na operação foram apreendidos um fuzil airsoft, três pistolas e drogas.

⁶⁷ Segundo reportagem do site Rio on Watch, o aplicativo (APP) “Nós por Nós” foi criado após o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro fazer um mapeamento social de dez favelas em 2014, a partir disso concluiu que um aplicativo poderia ajudar a combater a violência policial e a proporcionar justiça àqueles que foram vítimas de abuso. O APP foi lançado em 2016 e foi projetado especificamente para moradores de favelas a fim de denunciar abusos policiais em tempo real. Disponível em <https://rioonwatch.org.br/?p=18868>, acessado em 03 jan 2022.

É difícil mensurar sobre o que é boato ou realidade, mas o medo, com certeza, prevalece. Aqui não vamos fazer uma análise dos três gêneros narrativos, como Menezes (2020) fez ao falar sobre rumores, boatos e fofocas, mas vale incorporar a ideia de que mesmo com desconfiança sobre a veracidade daquilo que é narrado sobre esses casos de violência, “não cabe ao pesquisador ou à pesquisadora que estuda um desses tipos de narrativa comprovar se as histórias contadas existiram de fato, se são falsas ou autênticas. O que mais importa neste tipo de análise é investigar as múltiplas verdades que essas narrativas são capazes de colocar em cena” (MENEZES, 2020, p. 22).

A reconfiguração do crime na Baixada explicada nos capítulos anteriores – que está associada à troca de facções em territórios antes consolidados e à chamada “migração do crime após as UPPs” – teve um impacto na relação entre os criminosos e moradores de áreas periféricas. Tal relação, na visão dos moradores, tornou-se mais distanciada. As práticas do extermínio e de ocultamento de cadáver tornaram-se mais fáceis devido à falta de vínculo entre os criminosos mortos e a população. Seus pares não vão à delegacia registrar ocorrência, seus familiares muitas vezes já não têm mais contato e a população é guiada pelo medo e pela sede de vingança, aplaudindo, assim, qualquer ação que elimine os “inimigos”.

É importante deixar claro que uma significativa parcela da população é a favor do justicamento e reproduz o bordão “bandido bom é bandido morto”, isso era possível ouvir nos relatos nas reuniões do fórum. Mas, em meio ao “caos”, há resistência. Setores populares, igrejas, movimentos sociais, instituições diversas e pessoas voluntárias se prontificam diariamente a pelo menos criar contra informação e tentar promover uma “cultura de paz” na Baixada Fluminense, como o caso do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu que sempre disponibiliza seu portfólio de atuação.

Em meados de fevereiro de 2017, um adolescente de 15 anos foi morto após tentar assaltar um motociclista com uma arma de brinquedo, no centro de Vilar dos Teles, em São João de Meriti. O motociclista reagiu matando o adolescente. Essa situação de violência fez com que jovens da Pastoral da Juventude se mobilizassem para organizar um “terço pela vida”. A intenção do ato era debater qual valor é dado à vida humana e chamar a população a refletir o porquê um menino de 15 anos estava cometendo assalto e porquê houve comemoração nas redes sociais pela morte do garoto. Também em São João de Meriti um grupo vem se reunindo há alguns anos em Caminhadas pela Paz que tiveram início após o padre Paulo, da Igreja Nossa Senhora da Conceição, de Coelho da Rocha, perceber que semanalmente havia missa de sétimo dia em memória dos jovens assassinados na região.

O Fórum Grita Baixada também atua na “conscientização da população” e na incidência política propondo o que chamam de “soluções cidadãs para a segurança pública”. Entende-se como “conscientização da população” o movimento de informar as pessoas sobre possíveis soluções para os problemas da Baixada e da necessidade da participação popular para atingir resultados. Já as “soluções cidadãs para a segurança pública” passam pela ideia da defesa dos direitos humanos e de uma política de segurança pública que não olhe o povo da Baixada como inimigo. O revezamento da tocha da vergonha denunciou nacionalmente e internacionalmente o descaso das autoridades com a Baixada Fluminense, movimento reforçado com o relatório-denúncia, feito com a parceria do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro” que apresentou as diversas violações aos direitos humanos ocorridas na região.

Jovens de diversos municípios também estão contribuindo com a promoção da “cultura de paz” (uma visão que privilegia o diálogo ao invés do conflito) e com a disputa constante com o conservadorismo. Entre 2016 e 2017, por exemplo, o núcleo da Anistia Internacional na Baixada Fluminense junto com outros movimentos de jovens organizados, promovem debates sobre direitos humanos na região com o intuito de denunciar e tentar reduzir a violência urbana e, especialmente, o extermínio da juventude negra e pobre na Baixada. Esses movimentos apontam que é necessário debater nos governos municipais, estaduais e federal, junto com a sociedade, um plano de redução de homicídios.

4.2 Núcleos territoriais

De abril a dezembro de 2016 eu fui contratado pelo Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu para ficar responsável pelas redes sociais do FGB. Além de acompanhar as reuniões, elaborava resumos, textos e publicava no site institucional e replicava no facebook. Em 2017, fui contratado para ser articulador do Fórum Grita Baixada, cargo remunerado que tinha como principal objetivo fazer a articulação territorial do grupo e criar junto a moradores e moradoras das cidades da Baixada Fluminense núcleos territoriais. Um dos diferenciais do novo projeto do Fórum Grita Baixada, para os trabalhos a partir do ano de 2017, foi a inclusão da criação de núcleos territoriais, chamados no projeto enviado para a Misereor de núcleos de direitos humanos, além disso estava previsto a contratação de uma pessoa para a articulação de todos os núcleos, ao longo dos três anos do projeto. Eu fiquei nesse cargo até setembro de 2017, quando fui trabalhar na Casa Fluminense.

A partir de um diagnóstico da violência na Baixada (Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro) e das trocas realizadas com as lideranças que participavam das reuniões no CENFOR, o FGB passou a perseguir o objetivo de melhorar o quadro da segurança pública na região, a partir do fortalecimento da atuação do Fórum Grita Baixada, em articulação com entidades regionais e nacionais, e da mobilização das comunidades dos municípios atingidos pela violência, em especial Belford Roxo e Duque de Caxias.

Os núcleos surgiram a partir da necessidade de organizar os moradores das comunidades de Imbariê, em Duque de Caxias, e Gogó da Ema, em Belford Roxo, em núcleos de direitos humanos, com o intuito do desenvolvimento de atividades de denúncias, e encaminhamentos de vítimas da violência às instituições competentes. No entanto, o processo de escolha desses territórios foi feito sem a devida identificação de atores dos territórios que pudessem contribuir nessa parceria e que estivessem dispostos a discutir temas considerados delicados em locais com alto índice de violência e vulnerabilidade.

Um grande problema nesse processo de nucleação de fora para dentro é o risco de assumir uma postural colonial, mesmo que estejamos falando de periferia para periferia. A maioria dos atores membros do Fórum Grita Baixada eram da Baixada Fluminense, mas a maioria também representava a Igreja Católica, o que pode contribuir para uma visão particular de atuação territorial. Nesse sentido, corre o risco de um processo parecido com a colonialidade do poder, onde o colonizado, aqui representado pelo morador dos territórios escolhidos sem uma consulta prévia aparece como o outro da razão, o que justifica o exercício de um poder disciplinar, aqui representado pela criação do núcleo de direitos, por parte do colonizador (ofertante) (CASTRO-GOMÉZ, 2005). Não necessariamente podemos representar aqui essa lógica porque havia uma participação sobretudo de membros de Imbariê no Fórum Grita Baixada, mas engessar tal criação dos núcleos sem antes ouvir as demandas dos territórios pela sua criação poderia representar apenas a execução de um projeto e um certo desrespeito ao lugar de fala de quem atua no território.

Para atender melhor a realidade dos territórios e superar os problemas causados por esse erro de origem, nas atividades dos núcleos buscávamos compreender melhor as demandas dos territórios através de ferramentas e estratégias de escuta com as pessoas que participavam dos encontros. Era sempre um desafio trazer à tona o tema da violência, o medo de se expor mesmo com a criação de vínculos e o medo de produzir ações com elementos suficientes capazes de questionar a realidade de insegurança travaram o avanço nesse tema, fazendo com que as discussões caminhassem para outros problemas estruturais daqueles territórios. Recordo que isso não era um tensionamento fácil na executiva do Fórum Grita Baixada, afinal tínhamos um

compromisso de criar núcleos de direitos humanos, voltados para encaminhamento de denúncias. No entanto, não podemos esquecer as dificuldades existentes no território e o quão importante já era o trabalho de educação popular e estímulo à participação.

Uma estratégia utilizada no período em que fiquei à frente da articulação dos núcleos foi a cartografia social. Naquele período, o geógrafo Fransérgio Goulart, militante dos direitos humanos e das lutas favela, trabalhava no Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu e sugeriu, se disponibilizando a contribuir no processo, ajudou para que no decorrer dos encontros nos núcleos territoriais fossem construídas as cartografias sociais daqueles territórios. O objetivo da cartografia social é registrar relatos e as representações socioespaciais no processo de automapeamento, podendo assim identificar situações de conflito nos territórios, além da caracterização com aspectos populares do uso do território (LIMA; COSTA, 2012).

As experiências de mapeamento participativo e cartografia social mostram que novas questões são postas em jogo nas disputas cartográficas que concorrem para territorializar as descrições espaciais. Trata-se de produzir um mapa do território sob perspectiva de quem vive a realidade, inserindo também os problemas e especificidades que um mapeamento tradicional não mostra. Quando redes de organizações e agências recorrem ao conhecimento local sobre o sistema de relações pelo qual o espaço é usualmente produzido, tais iniciativas podem tanto servir a estratégias de produção e controle sobre o “território médio” da dominação, como podem servir a construir direitos territoriais e instabilizar a dominação (ACSERALD, 2013).

Neste tópico sobre os núcleos do Fórum Grita Baixada abordaremos detalhadamente o processo de iniciação de 4 núcleos territoriais, a saber: Imbariê (Duque de Caxias), Bom Pastor / Gogó da Ema (Belford Roxo), Queimados e Lagoinha (Nova Iguaçu). Além disso, será mencionada a atuação em territórios como Nilópolis e em Engenheiro Pedreira (Japeri), que não se constituíram como núcleo, mas foram objetos de atenção e foco de trabalho durante o ano de 2017.

No final do ano de 2015 e no decorrer de 2016 quando começaram as discussões sobre a renovação do projeto Misereor e o incentivo para que o próximo projeto tivesse como centro o trabalho de base e territorial, o diagnóstico para essa opção de trabalho ocorreu devido às dificuldades das pessoas de se locomoverem pela Baixada para participar de atividades centrais em Nova Iguaçu. A ideia nasceu também de uma demanda antiga do Fórum Grita Baixada em descentralizar as discussões de segurança pública com cidadania do espaço do CENFOR e ir para outros espaços, em outros municípios, buscando atingir outras pessoas.

É possível notar que com o trabalho nos territórios e com a ampliação da equipe do projeto houve um aumento da visibilidade do FGB e abrangência territorial, seja participando

de eventos como palestrante ou tocando atividades de base nos territórios. No entanto, quando convocávamos as pessoas dos núcleos para participar de atividades fora dos territórios, elas raramente aceitavam. Essa recusa ocorria primeiro porque o nível de renda dos participantes é baixo e os deslocamentos são caros, uma vez que estamos falando de territórios periféricos e na maioria das vezes distantes uns dos outros. A realidade de vida, como estudo e trabalho, era outro fator que impedia uma participação mais constante em atividades fora dos territórios. As reuniões nos núcleos ocorriam nos fins de semana ou em dia de semana à noite, começando comumente após as 19h por causa da volta para casa do trabalho. E muitas dessas pessoas já tinham outros compromissos já que costumavam frequentar outras atividades além do trabalho no núcleo, como serviços pastorais ou em outras organizações da sociedade civil.

Em agosto de 2017 aconteceu uma experiência de um encontro dos núcleos do FGB. A ideia de fazer um encontro dos núcleos foi positiva porque a metodologia do encontro possibilitou uma boa troca entre os participantes. No entanto, posteriormente avaliamos que os núcleos deveriam ter sido os protagonistas do encontro. A baixa participação pode ter frustrado as pessoas que foram no dia, inclusive isso foi algo mencionado no processo de avaliação. A importância de mostrar a realidade a partir de dados e depoimentos, incentivando a participação dos membros é uma forma de envolver cada vez mais as pessoas no debate sobre segurança pública e defesa dos direitos humanos. Os participantes sabem a realidade de seus territórios, mas às vezes não compreendem a realidade de outras localidades da Baixada Fluminense que sofrem de problemas semelhantes ou não compreendem que a violência é algo sistêmico e não isolada, assim como outros problemas sociais existentes em quase toda Baixada Fluminense, reflexo do descaso histórico dos governos com a região, influenciadas pela estrutura política.

4.2.1 Imbariê

As primeiras inserções do Fórum na construção de núcleos territoriais aconteceram em Imbariê. Recordo que ainda no final de 2016 promovemos uma atividade na Casa Brasil Imbariê⁶⁸, equipamento de cultura que inicialmente foi inaugurado para ser um centro de inclusão digital no 3º Distrito de Duque de Caxias. Entre novembro e dezembro de 2016 conversei com algumas lideranças de Imbariê sobre a possibilidade de construirmos um núcleo

⁶⁸ A Casa Brasil Imbariê foi inaugurada no ano de 2016, após participar de seleção pública e ser contemplada com o Projeto Casa Brasil em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias (SILVA, 2013).

territorial naquela região. Imbariê é um bairro do município de Duque de Caxias com mais de 30 mil habitantes e que fica no distrito que possui o mesmo nome (Imbariê – 3º Distrito de Duque de Caxias).

Figura 21 – Mapa de Imbariê (Duque de Caxias)



Fonte: O autor, 2022. A partir do Google Maps.

Eu já conhecia Imbariê por ter participado de atividades da Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias naquele território. O distrito é marcado pela desigualdade, assim como diversos territórios da Baixada Fluminense. Em vários textos, Imbariê é lembrado pelos problemas de infraestrutura, como a dificuldade do acesso ao transporte, saneamento, dentre outras coisas. Na dissertação de Silva (2013), ao falar sobre a Casa Brasil Imbariê, o território é lembrado por essas ausências.

(...) Imbariê era chamada de Parque Estrela e pertencia ao Município de Nova Iguaçu. Somente mais tarde passou a ser o 3º Distrito de Duque de Caxias. Imbariê possui em torno de 161.485 habitantes e é formada pelos seguintes bairros: Jardim Anhangá, Parada Angélica, Santa Lúcia, Vila Getúlio Cabra, Nova Campinas, Taquara, Parque Paulista etc. Como muitos outros distritos, Imbariê sofre com a falta de água, saneamento, transporte, tem sérios problemas na saúde pública, principalmente devido ao aumento de usuários de crack em Duque de Caxias e outras localidades, além dos escassos recursos para a educação e a cultura (...) (SILVA, 2013, p. 112).

O trabalho em Imbariê visava atender bairros vizinhos, como Santa Lúcia e Parada Angélica. Naquele momento, constituir um trabalho naquela região fazia muito sentido pela participação histórica de lideranças daquele bairro nas atividades do fórum, sobretudo

lideranças da Igreja Católica na região da Paróquia Santa Clara. As conversas desencadearam a organização de um encontro chamado “Pra onde querem me levar?” que debateu os problemas na mobilidade urbana na região e estratégias para construção de uma agenda com foco nesse tema no bairro e no distrito. Naquele momento, ainda não estava oficializado que eu seria o articulador em 2017, mas tudo indicava que eu ficaria com essa responsabilidade e era necessário iniciar um processo de integração para que o núcleo fosse um dos primeiros a iniciar suas atividades. As conversas realizadas previamente trouxeram o problema do medo de debater segurança pública na região e, mesmo com os altos índices de violência, os interlocutores trouxeram a histórica luta em defesa dos trens, agora defendida também por um grupo que usa a cultura como estratégia de atuação.

A primeira atividade foi realizada no dia 5 de dezembro de 2016, organizada pelo Fórum Grita Baixada, em parceria com a Casa Brasil Imbariê e com a Casa Fluminense, que tinha como principal temática para região a mobilidade urbana, principalmente as condições da linha férrea e das estações de trem da região. O evento contou com a presença de representantes do movimento Projeto Central, da Pastoral da Juventude da Diocese de Duque de Caxias, de movimentos de cultura do 3º distrito, membros da Paróquia Santa Clara, além de moradores. A principal demanda que o grupo levantou foi a revitalização nas estações de trem do ramal Vila Inhomirim, além do processo de modernização dos trens. A partir desse encontro, já marcando uma atividade para janeiro, o grupo passou a se reunir mensalmente tendo como ponto de encontro o salão da igreja católica ou a Casa Brasil.

As atividades que realizavam nesse núcleo na minha opinião eram bem representativas e tinham um grande potencial de organizar a população local frente aos problemas que existiam naquele território. Mas, compreendo que o esforço feito para mobilizar aquelas pessoas e o tipo de articulação que era produzido fugiam do objetivo do Fórum Grita Baixada. O fórum não tinha muitas opções, adaptava o projeto e aceitava ser ponte para construção de um coletivo voltado para a temática da mobilidade urbana ou procuraria outro território para instalar um núcleo de direitos humanos com foco nas violações na área da segurança pública.

Em março de 2017, foi realizada a cartografia social com a participação de vários membros que estavam naquele momento construindo aquele espaço. Como priorização dos problemas do distrito, foram retirados três pontos na cartografia: a questão do lixo (principalmente entorno da via-férrea e nas calçadas), a segurança pública (presença do tráfico em alguns territórios, violência contra a mulher, assalto a pedestres e homicídios) e a mobilidade urbana, com foco no trem.

Figura 22 - Reunião do núcleo Imbariê



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A Casa Fluminense teve um papel importante de mediação com moradoras e moradores do território e, como fruto desse processo e de outras articulações já existentes em Imbariê, foi fundado um coletivo de moradores e lideranças culturais do 3º distrito: o Cineclube Imbariê nos trilhos. Essa iniciativa tem como objetivo promover a cultura e o desenvolvimento urbano do 3º distrito de Duque de Caxias, “reafirmando a cultura audiovisual da Baixada Fluminense como uma ferramenta de integração social, de ampliação de repertórios, de fortalecimento da cidadania e da exigibilidade de direitos em nossa comunidade”⁶⁹.

A iniciativa surge a partir de encontros, debates e ações conjuntas que esse coletivo promoveu a partir do 1º Encontro Mobilidade Urbana na periferia de Caxias (05/12/16), promovida pelo Fórum Grita Baixada, na Casa Brasil de Imbariê. Uma das ações promovidas por esse coletivo foi a comemoração do Dia da Baixada, em 30 de abril de 2017, no qual realizamos atividades de grafiteagem nas estações de trens de Imbariê, Santa Lúcia e Parada Angélica, além de uma ação cultural com os 4 elementos do hip hop - rap, dança, grafite e DJ - na praça de Santa Lúcia.⁷⁰

Com o cineclube funcionando e o fórum expandindo sua atuação em outros núcleos, a rotina de encontros em Imbariê foi reduzida, a partir da priorização de outros locais e da capacidade de organização própria do grupo de Imbariê em torno das pautas de cultura e

⁶⁹ Disponível em <https://lurdinha.org/site/manifesto-do-cineclube-imbarie-nos-trilhos/> Acessado em 01 out 2021.

⁷⁰ Disponível em <https://lurdinha.org/site/manifesto-do-cineclube-imbarie-nos-trilhos/> Acessado em 01 out 2021.

mobilidade urbana. Mesmo assim, o diálogo continuou existindo através de ações voltadas à cultura e permaneceu a participação de membros nas reuniões mensais em Nova Iguaçu, sobretudo da Igreja Católica.

O grupo era heterogêneo e tinha a participação e contribuição de diversas instituições parceiras, seja cedendo o espaço ou participando efetivamente dos encontros. A Igreja Católica (Paróquia Santa Clara de Assis), a ASPAS (Associação Paulo VI), Casa Fluminense, CONTREM, Projeto Central, BF União Ativa, Casa Brasil, Pastoral da Juventude, Pastorais Sociais, MAB, FORAS, RUA, UEDC e diversos coletivos de cultura contribuíram nesse espaço no ano de 2017, tendo como dois momentos auges a Semana da Baixada e a fundação do Cineclubes Imbariê nos trilhos.

Como pontos positivos deste núcleo, considero o fato do grupo já possuir um histórico de luta, a possibilidade de envolver as juventudes por meio da cultura, a criação do Cineclubes Imbariê nos Trilhos e a possibilidade de trabalhar a questão do atendimento jurídico com mães de vítimas da violência. E como gargalos desse processo, posso citar a temática ampla levantada nos encontros. Há uma dificuldade em levar o tema da segurança e dos direitos humanos sem acompanhar as demandas da revitalização do bairro e do transporte. No entanto, na minha avaliação é importante que o grupo tenha essa característica, até porque a localidade é carente de trabalho de base e, sobretudo, de infraestrutura. Outro fator que preocupava era a dificuldade com os horários dos encontros devido ao deslocamento casa x trabalho das pessoas que participavam.

Por fim, algo que acabou se concretizando, era o receio de um movimento natural do grupo em avaliar que o único produto a ser fortalecido era o Cineclubes e o Fórum Grita Baixada ser apenas o iniciador e apoiador. Ao longo dos anos, o Cineclubes Imbariê nos Trilhos ganhou uma maior relevância no bairro, sendo a partir dele e do FAIM (Festival de Artes de Imbariê) as principais atividades culturais e de articulação. Pra mim, isso não pode ser considerado ruim – o Fórum Grita Baixada pode ter tido o papel de iniciar ou reiniciar um debate no local e apoiar iniciativas, o grupo com o seu protagonismo pôde dizer que a melhor forma naquela localidade em dialogar sobre os problemas e envolver a população é por meio da cultura.

4.2.2 Bom Pastor

As conversas para organizar o núcleo Bom Pastor se iniciaram também em 2016. Recordo uma atividade que tentamos organizar com uma liderança identificada por pessoas de

O núcleo Bom Pastor / Gogó da Ema foi pensado a partir da angústia dos participantes do Fórum Grita Baixada com a situação de violência na região do Gogó da Ema, em Belford Roxo. O local tem uma alta taxa de homicídios, sobretudo de jovens negros e pobres. A partir dessa constatação viu-se a necessidade de fazer um trabalho de base na região com a juventude, na perspectiva de superar esse problema. Primeiramente, foi feito um levantamento de possíveis atores locais para contribuir na construção do diálogo e encontros sobre a violência no bairro. Houve uma primeira aproximação com a Igreja Católica (Paróquia Jesus Bom Pastor) e depois com a UNEAFRO. Essa articulação possibilitou a criação de um no bairro, coordenado pela UNEAFRO e Fórum Grita Baixada, utilizando o espaço da Paróquia Jesus Bom Pastor.

No início de 2017 estávamos preocupados como conseguiríamos organizar em tão pouco tempo um núcleo em um local onde não tínhamos tantas relações territoriais para fazer essa construção. Como o fórum tinha muito contato com a Igreja Católica, eu mesmo fazia parte da Pastoral da Juventude, conversamos com o Padre Dimas, pároco da Paróquia Bom Pastor. Ao falar sobre a proposta, disse ver dificuldade em trabalhar uma temática como a violência, mas poderia pensar nas demandas da juventude naquela região.

Em paralelo, conversávamos muito com o Rafael Andrade, militante do movimento negro, professor e membro da UNEAFRO, uma rede de formação e articulação de jovens e adultos moradores de favelas e periferias que se organiza em torno de núcleos de pré-vestibulares populares. Ele sempre levantou a necessidade de construir, com o apoio do Fórum Grita Baixada, um pré-vestibular popular em Belford Roxo. Vimos que através da educação poderíamos dialogar com jovens, inclusive levantando pontos sobre a violência no território. Com a proposta de fazer um pré-vestibular popular, fomos até a Igreja Bom Pastor conversar mais uma vez com o padre Dimas. Ele recebeu bem a nossa ideia e se somou ao processo de construção, indicando algumas pessoas do bairro poderiam ajudar a desenvolver o projeto.

Depois desse processo aconteceram algumas reuniões de preparação e divulgação para a chegada de professores e alunos. A maioria dos professores inscritos no formulário aberto pelo Fórum Grita Baixada não eram do território, mas contribuíram gratuitamente no processo de construção e nas aulas. Fizemos divulgação na Igreja Católica e em escolas públicas locais, recebendo inscrições de jovens e adultos que já haviam concluído o ensino médio ou que estavam no 2º e no 3º ano do Ensino Médio, possibilitando assim ter uma turma cheia e comprometida com as aulas. O movimento em Belford Roxo não era algo distópico, pelo contrário, dialogava com o movimento dos pré-vestibulares que já existem no Brasil desde o final dos anos 90, com o objetivo de contribuir com o ingresso de pessoas negras e pobres nas universidades.

Representando os interesses dos novos grupos de concluintes da educação básica, proliferaram, a partir do final dos anos 90, movimentos sociais com um duplo objetivo: preparar segmentos populares para acesso ao ensino superior, mediante a organização de cursinhos pré-vestibulares, gratuitos ou sem fins lucrativos, e pressionar órgãos de governo por ações afirmativas de inclusão social no que tange às oportunidades de continuar os estudos em nível superior. Alguns desses movimentos, de perfil racial, inscrevem-se em uma concepção de ação afirmativa de caráter compensatório, lutando pela reparação de injustiças sociais, enquanto outros, de caráter mais preventivo e racialmente neutros, pautam-se pela idéia de promoção de maior diversidade social, procurando propiciar a ascensão e o fortalecimento de grupos da população sub-representados no ensino superior (MITRULIS; PENIN, p.276, 2006).

Os cursos pré-vestibulares possuem uma importância no processo do acesso de camadas populares ao ensino superior. Diferentes grupos atuaram nesse sentido na Baixada Fluminense, com destaque para o curso pré-vestibular para negros e carentes (PVNC) do Frei Davi, em São João de Meriti, que posteriormente ganhou o Brasil através da EDUCAFRO, projeto de pré-vestibular comunitário para alunos carentes, sobretudo, negros. Outros grupos também foram nascendo, assim como a UNEAFRO, que apoiou o projeto do pré-vestibular em Bom Pastor, liderado pelo Fórum Grita Baixada.

A ideia do pré-vestibular vai além de aprovar jovens de camadas populares para as universidades, promover o debate, a integração e conscientização desses jovens para que se transformem multiplicadores de uma cultura de paz na região. Para isso acontecer, os participantes não assistem somente aulas, mas palestras, oficinas, cine-debates e são levados para atividades externas para conhecerem outros espaços de construção de luta na Baixada Fluminense, gerando o sentimento de pertencimento a uma região e agentes transformadores. No ano de 2017 mais de 40 jovens passaram por esse espaço e cerca de 15 professores contribuíram ministrando aulas. O núcleo também esteve no roteiro da Semana da Baixada com uma atividade chamada “a Baixada que temos e a Baixada que queremos”.

Como pontos positivos desse núcleo podemos destacar um maior envolvimento de jovens por se tratar de um projeto de pré-vestibular comunitário, o fato da Igreja Católica disponibilizar um espaço, o que faz do ambiente ser mais seguro, a participação de jovens de outras religiões no pré-vestibular, muitos oriundos de um colégio estadual do bairro, a abertura do colégio estadual próximo ao Gogó da Ema para debates e no incentivo aos estudantes para participarem do pré-vestibular e a mobilização de professores voluntários.

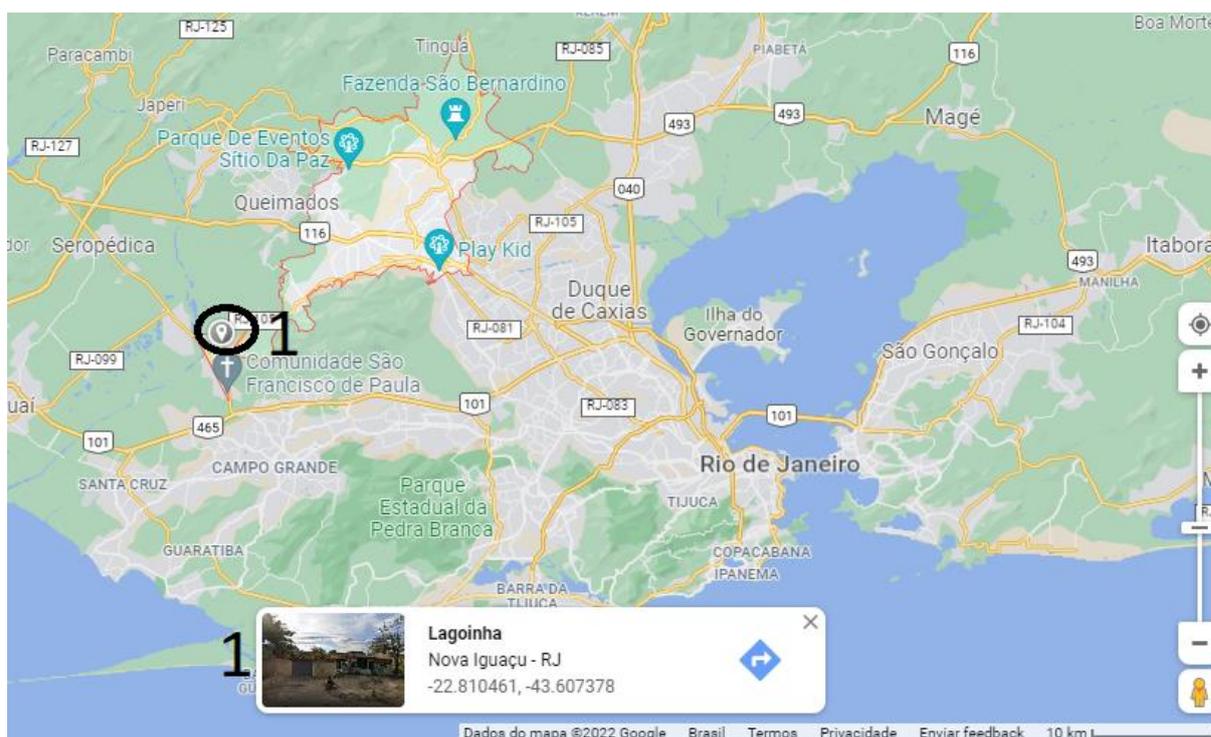
Como gargalos, podemos identificar a característica do grupo que acabou ficando como um Pré-Vestibular. Não considero isso como algo ruim. Através desse trabalho realizado na comunidade pode ser possível construir um núcleo de direitos humanos, uma vez que as comunidades precisam de algo concreto e o pré pode ser essa porta de entrada para outros

debates e iniciativas posteriores. Outro ponto negativo foi a não entrada do Gogó da Ema no projeto. Embora alguns jovens que moram no Gogó tenham participado das atividades, nada foi realizado nesta região. Outro ponto problemático foi a dificuldade em chegar em outros atores da sociedade civil e de discutir a temática da violência na região. Por último, devido à falta de serviços básicos na região, muitas vezes discussões ficavam muito ligadas a essas carências, não conseguindo ir muito além do recorte delimitado.

4.2.3 Lagoinha

Em fevereiro de 2017, a partir do incentivo da Irmã Yolanda, do Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, fomos até o bairro Lagoinha conversar com os moradores sobre os problemas da região. A iniciativa de convidar os representantes do Fórum Grita Baixada para reunião partiu de uma moradora e comerciante local, a partir de uma ideia dela apresentada a algumas pessoas da comunidade de desenvolver atividades envolvendo a juventude. O grupo relatou o aumento da violência na região e a presença de grupos criminosos na comunidade, tanto o tráfico de drogas, quanto a milícia. Segundo relatos houve um aumento no número de casos de abuso sexual contra mulheres. O bairro Lagoinha tem pouca infraestrutura pública, não possui praças, nem outros locais públicos de lazer e cultura.

Figura 24 - Mapa de Lagoinha (Nova Iguaçu)



Fonte: O autor, 2022. A partir do Google Maps.

Para além de bairros, o município de Nova Iguaçu é dividido em Unidades Regionais de Governo (URG), sendo o bairro Lagoinha parte da URG de Cabuçu, mesmo ficando mais próximo geograficamente do Km 32. A população do bairro utiliza dessas duas centralidades no município, além de ir até Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro, em busca de trabalho e serviços, tendo em vista a distância entre o bairro e o Centro de Nova Iguaçu, e a qualidade do transporte público, além dos problemas de segurança pública no caminho entre o Centro e Lagoinha. Pude notar isso por experiências próprias que vivenciei algumas vezes em que fui até o bairro em reuniões do Fórum Grita Baixada e tive que retornar pela Avenida Brasil, passando pelo KM 32 por segurança – já que a estrada por Nova Iguaçu estava bloqueada por ônibus queimados por causa de confrontos entre grupos armados na região de Marapicu, também em Nova Iguaçu.

A sugestão inicial do grupo foi a criação de rodas de conversa temáticas com a juventude, envolvendo a cultura hip hop e outras formas interativas para os jovens. Nesse diálogo surgiram algumas propostas, tais como: desenvolver atividades culturais, reuniões e/ou roda de conversas sobre diferentes temas. Esses encontros ocorreram tanto no pátio da Igreja Nossa Senhora Aparecida ou no CIEP 188. O principal método para esses encontros eram palestras ou reuniões onde as falas fossem entre iguais, entre pessoas da periferia que podem contribuir como exemplo para a juventude local.

Uma das primeiras demandas foi relacionada à questão da infraestrutura. Lembro que apresentei uma ideia de instigar os participantes sobre a seguinte questão: qual valor é dado à vida? Além disso, sabendo que a comunidade não tinha praça, sugere que em um primeiro evento do grupo fosse tirada uma foto com os participantes no meio da rua ou num local privado, como forma de divulgar a não existência de praças e equipamentos culturais públicos na localidade. Depois disso fomos até a prefeitura reivindicar a construção de uma praça na localidade. O grupo realizou também um abaixo-assinado com o seguinte texto:

Lagoinha tem praça? NÃO! Os moradores do bairro Lagoinha abaixo assinados solicitam à Prefeitura de Nova Iguaçu a construção de uma praça no bairro. Lagoinha não tem praça, a juventude não tem onde se reunir, não existe um espaço público de convivência. O artigo 29 do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13) diz que “a política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar” (dentre vários elementos enumerados) a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer” (inciso IV). Sendo assim, Lagoinha quer praça e muito mais.⁷¹

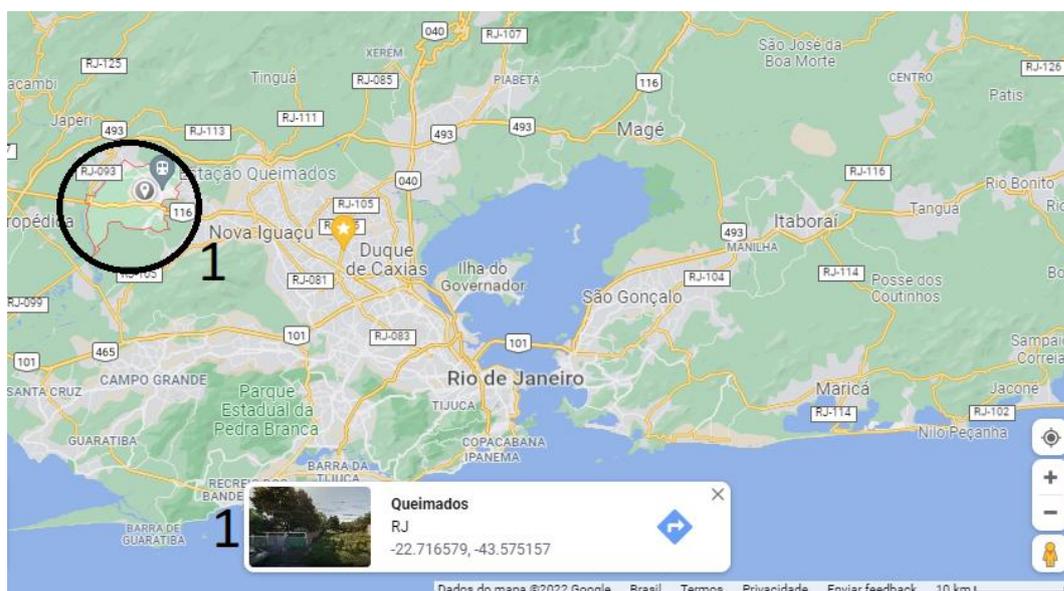
⁷¹ Disponível em <https://www.change.org/p/prefeitura-de-nova-igua%C3%A7u-lagoinha-tem-pra%C3%A7a-n%C3%A3o-lagoinha-nova-igua%C3%A7u-quer-pra%C3%A7a-e-muito-mais> Acessado em 01 dez 2021.

Inicialmente, o grupo se reuniu em torno de algumas agendas, como uma apresentação aos moradores do bairro. Essa apresentação incluiu visitas ao CIEP 188 de Lagoinha e ao projeto Bombeiro Mirim que ocorria também no espaço desta escola. Além disso, já nos primeiros meses de atuação, o grupo construiu uma atividade na Semana da Baixada, com o tema “Roubaram meus direitos”, denunciando as reformas do governo Michel Temer. Além disso, o grupo também programou e realizou uma cartografia social para apontar as características do bairro. Além da violência, considerado um problema crônico na região, a desigualdade social e a infraestrutura precária eram bem visíveis, sobressaindo inclusive no debate e no processo de cartografia, fazendo com que o grupo se tornasse pró-melhoramento para o bairro e em busca de oportunidades para os jovens da região, deixando o tema da segurança pública no final da fila de demandas a serem reivindicadas, principalmente pela entrada da atuação das milícias na região.

4.2.4 Queimados

Queimados é uma cidade da Baixada Fluminense que possui uma população de 152.311 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2021. Essa cidade se emancipou de Nova Iguaçu em 1990. Segundo informações da própria prefeitura, a cidade está dividida em 38 bairros e um distrito industrial. É limítrofe com as cidades de Nova Iguaçu, Japeri e Seropédica.

Figura 25 - Mapa de Queimados



Fonte: O autor, 2022. A partir do Google Maps.

Com a reconfiguração da violência na Baixada e a chegada de diferentes grupos criminosos na região a partir da criação das UPPs no Rio, a sensação de insegurança aumentou na região devido ao aumento de crimes contra o patrimônio e também de crimes contra a vida. Essa sensação de insegurança somado aos acontecimentos recentes de casos de violência fizeram com que alguns moradores da cidade que frequentavam as reuniões do Fórum Grita Baixada em Nova Iguaçu passassem a cobrar a realização de uma atividade na cidade de Queimados, para reunir algumas lideranças que estavam dispostas a fazer algum tipo de mobilização frente aumento da violência.

O Fórum Grita Baixada atendeu o pedido e foi até Queimados realizar uma reunião para discutir a violência na cidade. Ao contrário das mobilizações e das reuniões realizadas em Imbariê, cujo principal tema debatido era mobilidade urbana, Lagoinha, onde a principal pauta era infraestrutura urbana, e Bom Pastor, na qual o grupo se organizou como pré-vestibular comunitário, em Queimados a principal pauta era Segurança Pública. O formato do primeiro encontro (e depois dos outros encontros também) seguiu o exemplo dos encontros do Fórum Grita Baixada em Nova Iguaçu, com oportunidade de fala para todos os participantes.

Além de não estar no planejamento inicial de nucleação do Fórum Grita Baixada, outra característica diferencial dos outros núcleos era o caráter municipal do grupo de Queimados que se reunia no Centro da cidade da Baixada Fluminense, mas recebia pessoas de diferentes bairros, contendo nas discussões os problemas e a realidade de todas as regiões do município, sobretudo em relação à violência, ponto crucial de debate estabelecido pelo grupo que participava dos encontros.

A rotina após os encontros, que costumavam iniciar entre 18h30 e 19h00, era comer um lanche junto aos participantes no local da atividade e me deslocar até minha residência em São João de Meriti. Com isso, com a distância de alguns núcleos como Imbariê, Lagoinha e Queimados, eu chegava em casa por volta das 22 horas. No outro dia, por volta das 8h30 já estava no Centro de Formação de lideranças para iniciar o trabalho às 9 horas.

Recordo uma ligação recebida no telefone fixo do FGB na mesma semana em que fizemos o lançamento do núcleo Queimados, que teve uma boa repercussão nas redes do fórum e na própria cidade através de veículos locais de comunicação. Atendi a ligação e a pessoa sem se identificar perguntou se em Queimados morria muita gente porque ela queria abrir uma funerária e, por isso, queria ter essa informação. Vale notar que dados divulgados anos depois apontaram que Queimados em 2017 foi a cidade mais violenta no Brasil. Naquele momento achei bizarra a postura e a forma como a pessoa me fez essa pergunta. Questionei quem estava falando e ela me passou o nome genérico de uma funerária que não existia. Internamente

sorrimos da situação, mas posteriormente conversando com pessoas que naquele período nem mais faziam parte da equipe do FGB e elas avaliaram que aquela ligação foi uma forma velada de ameaçarem o trabalho que estávamos iniciando naquele momento.

Em Queimados, o grupo agregou diferentes pessoas, desde pastores, lideranças de pastorais católicas, comunicadores locais, professores e representantes de movimentos sociais. Nos primeiros encontros, inclusive, o prefeito eleito em 2020, Glauco Kaiser, participava do Núcleo Queimados. A principal atividade proposta para o ano de 2017 foi o primeiro seminário de segurança pública com cidadania de Queimados, agregando movimentos de organizações da cidade e de fora dela, como a Casa Fluminense.

O Fórum Grita Baixada realizou, na noite da última segunda-feira (17), na Igreja Nossa Senhora da Conceição, Centro de Queimados, uma reunião com a sociedade civil para debater as inquietações acerca da violência e quais ações a sociedade poderia reivindicar ao poder público para a formulação de políticas de segurança na região. Foi uma conversa marcada pela heterogeneidade das representações: cerca de 35 pessoas entre políticos, professores, ativistas, religiosos, ONG's e até duas empresas de comunicação locais se fizeram presentes. Uma delas, a Rádio Novos Rumos, disponibilizou o seu equipamento para uma transmissão ao vivo em parte da reunião.⁷²

Na primeira reunião muitas pessoas ficaram assustadas com a possibilidade de falar sobre o tema da segurança pública e ao mesmo tempo ter exposto as suas falas através de uma transmissão ao vivo. O grupo pactuou, inicialmente, que a reunião poderia ser gravada e transmitida. Mas, de um ponto em diante, ficou restrito aos participantes que estavam presentes. Essa ideia de desligar a câmera passa muito pelo tipo de relatos que as pessoas estavam falando naquele momento. Na reunião o destaque maior foi para o aumento do número de roubos e furtos na região, uma mudança no perfil de crimes que ocorriam em Queimados, aumentando a sensação de insegurança. No entanto, também foi lembrado pelo ex-vereador Ismael Lopes o grande número de homicídios na cidade e a proporção em comparação com outras cidades da Baixada com mais habitantes. Ismael citou reportagem produzida por ele no Portal Queimados, site de notícias locais da cidade da Baixada do qual ele é fundador.

O medo de se expor também nas câmeras passa pela relação de proximidade territorial que muitos desses moradores tinham com quem eram considerados os algozes. Em muitas favelas há uma probabilidade maior das pessoas criticarem a ação da polícia e não fazerem o mesmo com os traficantes, por viverem mais próximos deles. Por serem do território, esses moradores temem ser considerados X9 ou caguetas (SILVA; LEITE, 2007). Na Baixada, acontece um duplo medo de fazer quaisquer denúncias. Com as UPPs e a chegada de grupos

⁷² Disponível em <https://gritabaixada.blogspot.com/2017/08/violencia-e-seguranca-publica-sao.html> Acessado em 14 fev 2022.

criminosos na região, o número de pessoas envolvidas com o crime aumentou, ao mesmo tempo que muitos policiais envolvidos em esquemas de corrupção dentro da polícia acabam vivendo também nas proximidades destes moradores.

Diante de todos esses dilemas apontados acima, um grupo de moradores resolveu discutir a segurança pública na cidade – que naquele ano foi considerada a mais violenta da Baixada Fluminense e do Brasil. Eles organizaram, então, o 1º Seminário Segurança Pública com Cidadania de Queimados, com o tema Superação da Violência e Preconceitos. O objetivo do evento foi discutir caminhos para a superação da violência na cidade e debater como os preconceitos existentes no debate da segurança pública, sobretudo em relação à atuação dos grupos de direitos humanos, eram prejudiciais para o debate público sobre o tema. Segundo reportagem no site do Fórum Grita Baixada, o intuito do evento era “informar a população com os dados reais e possíveis equívocos, conscientizar a população sobre as principais causas da violência e mobilizar a sociedade civil para o envolvimento nos espaços de construção das estratégias para a superação da violência”.⁷³

No início do processo de articulação para a realização do seminário, eu estava na função de articulador do Fórum Grita Baixada e promovemos após a decisão da realização do evento uma reunião com um grupo de pessoas que queriam fazer parte do processo de construção da programação. Ela foi pensada usando como modelo o Fórum Rio da Casa Fluminense, porém com menos estrutura e recursos do que a ONG. Entre o mês de julho e agosto algumas reuniões foram feitas para montar a programação. Em setembro, como eu não estava mais na articulação do Fórum Grita Baixada, passei a acompanhar essa construção como coordenador de mobilização da Casa Fluminense e membro da coordenação do Fórum Grita Baixada.

A programação, além de cinco oficinas e uma mesa de abertura com o Fórum Grita Baixada e autoridades, incluiu três mesas principais com convidados como a professora Marlúcia Santos, o pesquisador do ISER André Rodrigues, o professor José Claudio Alves, o coordenador do Viva Rio Tião Santos, o jornalista Ismael Lopes, o co-fundador da plataforma Diaspora Black Carlos Humberto, a ex-delegada Maria Camardella, o professor Ricardo Simões, a militante da CPT Sônia Martins, o coordenador de informação da Casa Fluminense Vitor Mihessen, o ex-chefe da polícia civil deputado Zaqueu Teixeira e o ex-coronel da PM Ibis Pereira.⁷⁴

⁷³ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/seminarioqueimados> Acessado em 01 dez 2021.

⁷⁴ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/seminarioqueimados> Acessado em 01 dez 2021.

A atividade em si propiciou a chegada de mais pessoas ao grupo e o interesse de dar continuidade ao trabalho do núcleo. O evento reuniu mais de 200 pessoas ao longo do dia, “desde políticos a acadêmicos, autoridades policiais a especialistas em segurança pública para que fossem apresentadas propostas, iniciativas e soluções para a diminuição de homicídios que vêm aumentando de forma sistemática na região” (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2017). Além disso, o grupo desenvolveu, seguindo o modelo da Carta da Baixada, um manifesto com reivindicações e propostas. Na linha da análise do conteúdo desses documentos elaborados pelo Fórum Grita Baixada, aqui também faremos uma breve análise desse manifesto produzido após o seminário em Queimados. O conteúdo completo da carta está em anexo.

Em mais um documento produzido na Baixada Fluminense, vimos que ainda em 2017 havia uma dificuldade de racializar o debate da segurança pública. Ainda que tenham ocorrido conversas que trataram do grande número de homicídios de jovens negros no seminário – que tinha como tema a superação de preconceitos –, no momento da elaboração da carta, os termos negro, preto e racismo não foram incluídos no manifesto. O documento ficou focado no debate sobre o efetivo de policiais da região e nas questões sociais:

Para combater a violência, é claro que precisamos aumentar, com urgência, o número de policiais; ter uma polícia bem capacitada para exercer mais a prevenção do que a repressão; ter policiais bem remunerados, honestos e recebendo em dia o seu pagamento; ter um sistema prisional que recupere as pessoas para o convívio social, e também ter uma justiça ágil e honesta. No entanto, se não mudarmos o quadro social e se ficarmos pensando apenas em aumentar a repressão; enquanto não atacarmos as raízes do problema, estaremos apenas realimentando a espiral da violência. É como querer curar um câncer com analgésicos. Assim, conclamamos os governos municipal, estadual e federal a colocarem o interesse público acima dos interesses partidários e corporativos.⁷⁵

O grupo que fez parte do seminário era bastante heterogêneo, sendo assim a tendência no processo de construção desses documentos é que as parcelas mais conservadoras tenham mais resistência em relação a temas mais estruturais como racismo. No entanto, por tanto tempo se abster do debate racial, gerava um vazio grande no Fórum Grita Baixada, enquanto na capital, diversos grupos já relacionavam a violência ao racismo, com uma visão mais crítica ao estado e a atuação das polícias.

No final da carta, o grupo subiu o tom da crítica apresentada ao fazer alguns questionamentos como: “até quando ficaremos sendo tratados com tanto descaso? Até quando policiais vão deixar suas casas sem saber se vão voltar? Até quando assistiremos impassíveis

⁷⁵ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/fgb-entrega-manifesto-contr-a-violencia> Acessado em 01 dez 2021.

ao extermínio da nossa juventude? Até quando seremos vítimas de terrorismo? Até quando vamos ficar reféns de milicianos e traficantes?”.⁷⁶ A própria linguagem utilizada nos questionamentos mostra uma construção que busca atender várias visões sobre segurança pública, desde o posicionamento contrário ao extermínio da juventude e a morte de policiais em serviço, até o processo de comparação da violência urbana com terrorismo. Nesse sentido, é possível identificar que mesmo com o FGB aos poucos inserindo mais as discussões sobre direitos humanos, raça e gênero nos debates internos, na ponta ainda prevalecia uma discussão anterior voltada a respostas efetivas no processo de combate à criminalidade e prevenção.

4.2.5 Outras tentativas de núcleos

No ano de 2017, durante as reuniões do Fórum Grita Baixada após a prestação de contas do trabalho da equipe contratada e da formação de núcleos territoriais, alguns membros sugeriram a criação de outros núcleos em territórios não contemplados inicialmente. Como o FGB estava em busca de núcleos que realmente discutissem o tema da segurança, acabamos fazendo alguns testes, promovendo reuniões e encontros nesses territórios. Foi a partir de uma solicitação que nasceram grupos como de Lagoinha e de Queimados, apresentados separadamente acima. Outros grupos também tiveram a oportunidade de emergir, mas ganharam um contorno específico como em Engenheiro Pedreira e Nilópolis.

Como retratado no tópico “*Conjuntura da violência*” no início deste capítulo, um pouco antes do Carnaval de 2017 ocorreu uma chacina no bairro São Jorge, em Japeri, no distrito de Engenheiro Pedreira. Para além dos problemas sociais presentes na cidade de Japeri, marcada por indicadores bem ruins como mostram o Mapa da Desigualdade (CASA FLUMINENSE, 2018), a violência se apresentava como mais uma face dessa desigualdade, seja pelo alto número de homicídios, seja pelo silenciamento e apagamento da realidade. Naquele momento, chegavam diversas denúncias sobre o que acontecia naquele território e o Fórum Grita Baixada acabava sendo um local de acolhimento desses relatos, em meio ao medo de atores locais.

No Rio de Janeiro, fim de semana é sinônimo de baile na favela. Na noite de 19 de fevereiro passado não foi diferente. Teve festa na comunidade de São Jorge, em Engenheiro Pedreira, na Baixada Fluminense. Mas o final dela não foi feliz para ao menos três pessoas que foram mortas durante uma operação policial do Batalhão de

⁷⁶ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/fgb-entrega-manifesto-contr-a-violencia> Acessado em 01 dez 2021.

Operações Policiais Especiais (BOPE) no meio do baile. Isso oficialmente. Moradores falam em dezenas de mortos, mas a delegacia responsável pelo caso nega.⁷⁷

A situação retratada acima mostra o quanto era difícil realizar algum trabalho naquele território, diante da ocultação de uma das maiores chacinas da história da Baixada Fluminense, segundo relatos dos moradores. A explicação para que famílias não reivindicassem o desaparecimento de seus entes queridos era que a maioria dos mortos não eram oriundos da localidade, mas pertenciam uma facção de fora do estado do Rio de Janeiro que naquele momento estava aliada a outra facção do estado.

Preocupado com a situação e vendo a necessidade de construir algum diálogo no território, fora da linha da denúncia e do enfrentamento, o Fórum Grita Baixada começou uma articulação com a Igreja Católica em Engenheiro Pedreira para construção de um espaço pedagógico de conversas e formação. A partir da iniciativa do fórum e do interesse do padre Jacques Kwangala, jovem padre congolês, ativo na atuação em movimentos sociais e vigário da Paróquia Nosso Senhor do Bonfim de Engenheiro Pedreira, o FGB passou a acompanhar a atuação da recém-criada Pastoral Afro na paróquia local que reunia diversas pessoas comprometidas com a causa da população negra, sobretudo em Engenheiro Pedreira, participando pessoas negras e brancas nas reuniões da pastoral. Era muito difícil fazer uma análise mais ampla da cidade de Japeri, pois há um entendimento popular que Japeri e Engenheiro Pedreira são locais distintos, mesmo Engenheiro Pedreira fazendo parte do município de Japeri.

Os dois pólos demográficos principais, Japeri e Engenheiro Pedreira, têm características próprias e a população os distingue como cidades distintas. Japeri abriga 28% da população, enquanto Engenheiro Pedreira comporta 72%, segundo dados fornecidos pelo Secretário de Urbanismo, que acompanhou a visita. Há uma proposta da prefeitura de transformar Japeri em polo turístico e Engenheiro Pedreira em um polo industrial e agrícola, devido a sua maior densidade demográfica e existência da Zona Industrial (ALCÂNTARA et. al, p.14, 2020).

No processo de construção o grupo fortaleceu a atuação da Pastoral Afro, participando das atividades do Fórum Grita Baixada sem entrar numa discussão mais profunda sobre a violência devido ao medo e a realidade local. De fato, com influência da liderança do padre Jacques, temas como racismo e a violência contra a juventude negra eram retratados como forma de produzir um pensamento crítico aos membros do grupo. A Pastoral Afro se colocou disposta a atuar em conjunto com o FGB e, dentro do processo de construção da Semana da Baixada Fluminense, a pastoral inseriu uma missa Afro no Dia da Baixada, 30 de abril, além

⁷⁷ Disponível em <https://theintercept.com/2017/04/10/21-chacinas-mataram-pelo-menos-76-pessoas-no-rio-e-voce-nao-ficou-sabendo/> Acessado em 01 dez 2021.

de se colocar como ponte para diversas outras atividades no bairro, como o Fórum Rio da Casa Fluminense realizado no final de 2018.

Em Nilópolis, a articulação se deu pela participação de membros do SEPE Nilópolis (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) nas reuniões do FGB em Nova Iguaçu. O grupo, ao contrário dos outros, foi um dos primeiros a se organizar no whatsapp e a partir do grupo virtual alguns debates eram feitos. Depois foram realizadas algumas reuniões, inicialmente de apresentação do Fórum Grita Baixada para pessoas que participavam do SEPE ou de outros movimentos da cidade da Baixada e não conheciam diretamente o trabalho do fórum. Nilópolis é uma cidade da Baixada Fluminense territorialmente pequena e a característica da articulação era municipal, sem ter um bairro de atuação específico. A cidade de Nilópolis se emancipou de Nova Iguaçu em 1947 e é o menor município em área do estado do Rio de Janeiro e um dos menores do Brasil, com apenas 19,393 Km², sendo que mais de 10 m² de extensão são do Parque do Gericinó.

Recordo que numa das primeiras reuniões, ainda como articulador do FGB, fiz uma breve apresentação do Fórum Grita Baixada contando a trajetória de luta ao longo dos anos, destacando o trabalho na luta por segurança com cidadania, sobretudo pela redução de homicídios de jovens negros e pobres na região. Observando a reação dos participantes e a necessidade de trazer outras características da atuação do FGB, falei do fortalecimento de outras lutas, tendo em vista os quatro eixos de trabalho: saúde, educação, mobilidade urbana e segurança. Expliquei ainda a inclinação do FGB em fazer um trabalho de base em territórios, expandindo a discussão e construindo núcleos nessas comunidades. Recebi o retorno de membros do grupo, que os presentes ali, independente das características e da própria normatização do que seria ou não um núcleo do FGB, se consideravam núcleo Fórum Grita Baixada pelo trabalho antes mesmo desse processo de nucleação, devido à atuação nas reuniões e no processo, por exemplo, de construção do Revezamento da Tocha da Vergonha, no ano de 2016.

A atuação dos membros de Nilópolis mais uma vez se daria a partir da participação e organização de um evento. Nos meses de julho e agosto de 2017, o grupo já estava no processo de construção da programação do Grito dos Excluídos, um conjunto de ações populares que ocorrem no país, desde 1995, no dia 07 de setembro, data em que é comemorada a Independência do Brasil. A ideia organizada pelo grupo era construir um evento em que pudesse discutir a questão da violência na cidade, sobretudo o aumento na sensação de insegurança, falando em paralelo sobre a importância da educação como prevenção e abertura para oportunidades para crianças e jovens. Nesse sentido, o seminário com ambos os temas

aconteceu em setembro, em dias diferentes, um no Galpão 252 onde o tema debatido foi segurança pública e contou com a participação do coordenador do Fórum Grita Baixada Adriano de Araújo e do professor da UFRRJ José Claudio Alves. A outra atividade aconteceu na Comunidade Católica Santa Rita de Cássia, com o tema sobre educação. Participaram do debate os professores Luis Cláudio Moraes de Carvalho e Pedro Mara, Laura Tissi, do Pré-vestibular “+ Nós” e eu, ainda como articulador do FGB.⁷⁸

O grupo continuou se reunindo, principalmente participando das atividades do Fórum Grita Baixada em Nova Iguaçu e a equipe contratada continuou acompanhando os trabalhos de ambos locais, em Nilópolis e em Engenheiro Pedreira, mesmo eles não se encaixando ao perfil de núcleo enviado ao projeto Misereor. Independente disso, todos esses locais que o FGB realizou algum trabalho tiveram uma importância singular na construção da estratégia de atuação do movimento e na luta por direitos humanos e segurança com cidadania na Baixada Fluminense.

4.3 Semana da Baixada em 2017

A ideia de organizar uma semana em comemoração à Baixada Fluminense teve como inspiração o dia da Baixada, comemorado em 30 de abril, principalmente pelos coletivos de cultura da região. De fato, essa data comemorativa surge a partir da reivindicação da comunidade cultural que depois viria a criar o Fórum Cultural da Baixada Fluminense. “A ideia de se instituir o Dia da Baixada Fluminense, surgiu e foi aprovada no dia 09/12/2000 em encontro da Comunidade Cultural da Baixada, realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da UERJ, FEBF/UERJ”.⁷⁹

Diante de muitos estigmas que a região tem, viu-se necessário valorizar formas de expressão diferente daquilo que a grande mídia reproduz da região e que muita gente carrega no imaginário sobre a Baixada. Existem diversos problemas, a intenção não é escondê-los, mas “celebrar os valores da região e discutir os problemas atuais, com a participação consciente de toda a sociedade”. O Dia da Baixada Fluminense visa, em última análise, estimular o crescimento da autoestima da população da região”⁸⁰. A ideia de escolher o dia 30 de abril tem

⁷⁸ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/grito-dos-excluidos> Acessado em 01 dez 2021.

⁷⁹ Disponível em <http://cmbr.rj.gov.br/?p=1685> Acessado em 15 dez 2021.

⁸⁰ Disponível em <https://www.seropedicaonline.com/utilidades/baixada/no-dia-30-de-abril-e-comemorado-o-dia-da-baixada-fluminense/> Acessado em 15 dez 2021.

relação com a data da inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil, construída em 1854, ligando o Porto de Mauá (Estação Guia de Pacobaíba) à região de Frágoso, no pé da Serra de Petrópolis.

Tendo em vista esse processo de comemoração da história da Baixada, na semana de 24 de abril a 01 de maio de 2017 ocorreram diversas atividades na Baixada Fluminense, lembrando o significado dessa data: fortalecer a identidade e mostrar o que a Baixada tem. Além disso, discutir os problemas e desafios, é fundamental para contribuir no processo de transformação dessa região. O Fórum Grita Baixada pela primeira vez articulou diversas iniciativas construindo uma agenda unificada de eventos: atos públicos, rodas de conversa, aulas públicas, eventos culturais, dentre outros. Cada iniciativa foi construída por um grupo, movimento ou instituição parceira, com o propósito de estimular o espírito popular criativo e o senso crítico da população da Baixada.

O objetivo estratégico do fórum com a Semana da Baixada era através da articulação com diversos coletivos e movimentos possibilitar uma melhor interação entre os núcleos territoriais, além de tornar o FGB mais conhecido entre a população, numa esperança de com essas atividades fazer um evento semelhante ao Revezamento da Tocha da Vergonha, realizado no ano anterior, com o espírito popular criativo sendo motor para a adesão de novos membros.

Quadro 3 – Semana da Baixada 2017 (continua)

| EVENTOS DA SEMANA DA BAIXADA - CADASTRE O SEU EVENTO! | | | | | |
|--|----------------|------------------|------------------------------|--|---------------------------|
| DIA | HORÁRIO | MUNICÍPIO | LOCAL | ATIVIDADE | RESPONSÁVEL |
| 24/abr | 17h | Japeri | Praça de Engenheiro Pedreira | Ato Público | Fé e Política Japeri |
| 25/abr | 18h | Belford Roxo | Igreja Jesus Bom Pastor | Aulão público: A Baixada que temos e a Baixada que queremos | Pré-Vestibular Bom Pastor |
| 26/abr | 18:30h | Nilópolis | Praça dos Estudantes | Roda de conversa sobre trabalho: terceirização, reforma trabalhista e da previdência | SEPE Nilópolis |

| | | | | | |
|--------|-----|--------------------|--|--|--|
| 27/abr | 10h | São João de Meriti | Praça da Matriz | O que a Baixada tem? Roda de conversa ao ar livre | Casa da Cultura, ABM e MPS |
| 29/abr | 14h | São João de Meriti | Em frente ao Shopping Grande Rio - Venda Velha | SOS Morro do Shopping – O que eu faria se esse morro fosse meu? | MPS e Associação de Moradores de Venda Velha |
| 29/abr | 10h | Duque de Caxias | Rua do Má – Parada Angélica | Segunda edição do evento "Área Restrita" - Hip hop | Contramão |
| 29/abr | 18h | Nova Iguaçu | Praça Vitória (Bairro da Luz) | II Edição Sarau da Praça: Baixada Fluminense, desafios e potencialidades | Núcleo Maxambomba - Bairro da Luz |
| 30/abr | 09h | Japeri | Igreja Católica - Engenheiro Pedreira | Missa Afro | Pastoral Afro |
| 30/abr | 16h | Duque de Caxias | Praça de Santa Lúcia | Intervenção BF União Ativa | BF União Ativa e Casa Fluminense |
| 01/mai | 10h | Nova Iguaçu | Lagoinha | ATO Roubaram meus direitos: Lagoinha quer praça e muito mais | Moradores de Lagoinha - Fórum Grita Baixada |

Fonte: O autor, 2018.

As atividades ocorreram conforme o quadro acima, com alguns destaques mencionados abaixo. A Semana da Baixada também foi simbólica, a luta esteve presente em meio ao reforço da identidade de uma região estigmatizada como um local violento e cruel. No dia do trabalhador, 01 de maio, cerca de 80 pessoas se reuniram na comunidade Nossa Senhora Aparecida, em Lagoinha, pertencente à Paróquia Nossa Senhora da Conceição, de Marapicu, para discutir sobre as reformas trabalhista e da previdência. No período da Semana da Baixada, a Diocese de Nova Iguaçu iniciou um movimento de tentar reunir as prefeituras da Baixada para discutir pontos fundamentais para a vida da população: segurança, saúde e educação. A partir desses três eixos foi proposto, junto com o Fórum Grita Baixada, Centro de Direitos

Humanos, Casa Fluminense e outros movimentos da sociedade civil, uma Frente Intermunicipal de Valorização da Vida.

Figura 26 - Atividade em Lagoinha 01/05/2017



Fonte: www.facebook.com/forumgritabaixada. Acessado em: 30, junho 2021.

As atividades da Semana da Baixada articulada pelo Fórum Grita Baixada seguiram aquele calendário, seja na discussão, na proposição de políticas públicas para a Baixada e no diálogo com as diversas lutas na sociedade civil ou no trabalho em cada território onde o Fórum está presente. Elas tiveram um papel importante para o Fórum Grita Baixada pelo caráter descentralizado e pela diversidade de temáticas discutidas, desde a própria violência, educação e direitos trabalhistas, além de atividades culturais.

A mobilização popular é uma forma de discutir os problemas da Baixada Fluminense, construindo um horizonte de transformação social. No entanto, a mobilização torna-se limitada ao pensar a quantidade de habitantes na região e a barreira formada pela grande quantidade de problemas. Muitas vezes, a mobilização fica focada num grupo que continuamente já participa de atividades, numa espécie de vanguarda, como em Gramsci.

A massa é objetiva, concreta na luta, quer resultados. Ela não se mobiliza só por se mobilizar, só com "palavras de ordem", a critério da vanguarda. Atendido ou não atingido o objetivo da luta, a massa se desmobiliza. A vanguarda ainda permanece muito deslocada do concreto da massa, por isso sente muita dificuldade para mobilizar. O ascenso do Movimento Social está vinculado a uma carência, a uma necessidade específica imediata a ser satisfeita, também a agentes externos portadores de credibilidade junto aos "simplórios" (SILVA, p.332, 1993).

Somado a dificuldade da mobilização, os problemas existentes na Baixada Fluminense causam certo descrédito da população com os movimentos populares, dado o desânimo e a cooptação recente de muitas associações de moradores e ONGs por grupos políticos que agem com interesse próprio na região. O clientelismo reproduzido no serviço público começa com as ações sociais em diversos bairros, dessa forma a população fica acostumada em participar de espaços onde recebem diretamente algo em troca, ao contrário daquilo que pode impactar na política pública. Vale ressaltar que a crítica não deve ser feita à população, que é refém desse processo e muitas vezes uma grande parcela precisa dessa ajuda oferecida por esses grupos que se propagam no poder.

De um modo geral, mesmo com os percalços, dentro do Fórum, avaliamos que a Semana da Baixada se apresentou como uma experiência positiva que reuniu diferentes atores, diferentes temas e diferentes territórios. A Semana da Baixada foi uma tentativa do Fórum de reviver seus momentos de origem, nos quais, para além do debate da segurança pública, aglutinou diversas lutas da região. Sendo assim, atingiu o propósito mobilizador por ter 10 eventos inscritos, em pouco tempo. No entanto, não conseguiu naquele momento expandir a rede, principalmente com os movimentos de cultura que historicamente já atuavam na região e realizavam eventos durante a Semana da Baixada, com exceção de Imbariê onde movimentos culturais assumiram a agenda no dia 30 de abril.

4.4 Frente Intermunicipal de Valorização da Vida

Recordo um determinado dia (não lembro especificamente a data) no primeiro semestre de 2017 quando percorri junto ao coordenador do Fórum Grita Baixada Adriano de Araújo quase todos os municípios da Baixada Fluminense em um dia, para levar até às prefeituras uma carta convite em mãos sobre a proposta de uma frente em favor da vida na Baixada Fluminense. O que mais me marcou na passagem pelo ambiente das prefeituras foi o uso recorrente de um vocabulário evangélico (que incluiu, por exemplo, o uso de termos como varão e varoa) e a presença de pessoas armadas em uma das prefeituras da Baixada. Muitos funcionários reagiram com surpresa a entrega do documento e muitos não sabiam como protocolar e a quem entregar, não era muito comum em algumas prefeituras que organizações da sociedade civil fizessem esse tipo de solicitação. Em outros momentos, durante a atuação em movimentos sociais e partidos, também observei essa reação de estranheza por parte de funcionários ao entregar pedidos de solicitação de informação ou outros requerimentos.

A Frente Intermunicipal de Valorização da Vida (FIVV) foi uma experiência fruto de encaminhamentos da Semana da Baixada e do processo de interação realizado em 2016 entre a Diocese de Nova Iguaçu e as candidaturas nas eleições municipais. Foi pensada como um espaço onde o Fórum Grita Baixada e um conjunto de organizações da sociedade civil dialogassem com os executivos municipais das cidades da Baixada Fluminense. Inicialmente, houve uma sinalização de algumas prefeituras em enviar representantes para as reuniões, onde foi pensada uma estratégia em que a sociedade civil apontasse as demandas existentes na segurança pública.

O contexto da criação deste espaço passa por uma situação de violência agravada naquele início de ano, com fortes denúncias de mortes violentas na Baixada, com ocultação de cadáveres. Um dos relatos dos moradores, segundo reportagem do *The Intercept* (2017), pelo menos três pessoas foram mortas durante uma operação BOPE no baile funk da comunidade São Jorge, em Engenheiro Pedreira em Japeri. No entanto, segundo a matéria, os “moradores falam em dezenas de mortos, mas a delegacia responsável pelo caso nega”. Em um ano de mudança de gestão nos municípios e com uma percepção do aumento da violência contra a vida nasce a FIVV: “criada para articular esforços e iniciativas no campo da segurança pública com cidadania, envolvendo pessoas, instituições da sociedade civil e governos, numa perspectiva articulada em prol da vida e da cidadania”.⁸¹

O objetivo do programa – uma iniciativa da Diocese de Nova Iguaçu, em parceria com o Centro de Direitos Humanos, o Fórum Grita Baixada e movimentos sociais da região – é discutir mecanismos que possam prevenir à violência na região, com foco na diminuição do índice de homicídios, através de políticas públicas.⁸²

Em uma rápida pesquisa na internet é possível identificar algumas publicações sobre a breve existência dessa articulação. No site da prefeitura de Nova Iguaçu há uma matéria sobre o momento de assinatura do termo de compromisso para a criação da FIVV, evento realizado no dia 29 de maio de 2017, no Centro de Formação de Líderes de Nova Iguaçu (CENFOR). Nesse dia, além da participação de representantes eclesiais, como o Bispo da Diocese de Nova Iguaçu (Dom Luciano Bergamin), houve também a participação de representantes de organizações e movimentos da sociedade civil na Baixada Fluminense. A própria matéria da prefeitura dava um protagonismo à Diocese de Nova Iguaçu pela criação do espaço, de certa forma o viés eclesial possibilita um maior diálogo desses movimentos com o poder público.

⁸¹ Disponível em <https://www.forumgritabaixada.org.br/o-que-e> Acessado em 06 jan 2022.

⁸² Disponível em <http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/2017/05/29/encontro-em-nova-iguacu-cria-frente-intermunicipal-de-valorizacao-a-vida/> Acessado em 06 jan 2022.

Nesse primeiro encontro participaram o vice-prefeito de Nova Iguaçu Carlos Ferreira; a secretária de educação de Nilópolis, Eva Maria de Melo; o secretário de articulação política de Belford Roxo, Algacir Moulim; o vice-prefeito de Mesquita, Valtinho Paixão; a prefeita de Paracambi, Lucimar Ferreira; o assessor de gestão governamental da Secretaria de Saúde de Nilópolis, Luiz Claudio Costa; e o prefeito de Mesquita, Jorge Miranda.

A grande dificuldade de avançar com as pautas na FIVV era encontrar nas prefeituras a prioridade no acompanhamento dos encontros e das demandas da frente. Paralelamente a existência da Frente e com maior participação das prefeituras, o Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública atuava na Baixada junto com empresários debatendo principalmente os roubos de carga que aconteciam na época na Rodovia Presidente Dutra e no Arco Metropolitano.

Uma semana antes da reunião que formalizou a existência da FIVV que teve inicialmente 5 cidades signatárias (Paracambi, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis e Belford Roxo), oito cidades passaram a integrar o Consórcio Integrado de Gestão e Monitoramento da Segurança Pública da Baixada, a partir de um projeto que surgiu durante reunião do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF). Posteriormente, em 2019, sob liderança do prefeito de Duque de Caxias Washington Reis foi criado o CISPBAF, o Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública da Baixada Fluminense. Em uma reportagem do governo do estado, foi apresentado o trabalho do consórcio em 2021, com o planejamento de construção de um Centro Integrado de Comando e Controle na cidade de Duque de Caxias.

O CISPBAF, criado por iniciativa da prefeitura de Caxias, já agrega os seguintes municípios (alguns até de outras regiões do estado): Angra dos Reis, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti e Seropédica. Em um só local será possível ter representantes das polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária, além de defesa civil e guardas municipais. No local será possível entrar em contato rapidamente com as autoridades das cidades e do estado para auxiliar no processo de tomada de decisão. A população também terá a oportunidade de receber informações mais rapidamente sobre trânsito, pontos de alagamento e qualquer atividade que interfira em sua rotina⁸³.

Em uma realidade violenta como a Baixada Fluminense, a participação de pesquisadores e organizações da sociedade civil que debatem a temática da segurança pública pode ser um balizador para incentivar políticas que reduzam a violência. No entanto, os consórcios acabam deixando de lado essa parcela da sociedade civil e referendando suas ações

⁸³ Disponível em http://www.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.aspx?id_noticia=12373 Acessado em 06 jan 2022.

apenas com determinados grupos, como os empresários, o que transforma a ação de prevenção mais voltada aos bens materiais do que a proteção à vida.

A FIVV entende que a violência, os crimes contra a vida, atingem intensamente boa parte dos municípios da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, são tantas as causas (econômicas, sociais, históricas) que torna-se praticamente impossível diminuir o grau de violência se não houver uma abordagem que envolva outras pastas de governo para além da segurança, como a educação, a cultura, a saúde e a assistência social. Acreditamos que se houver uma articulação entre as prefeituras e a sociedade civil organizada reuniremos maiores e melhores condições de enfrentar esse grande desafio que assola nossas cidades.⁸⁴

O papel dos municípios na segurança pública é um tema bastante debatido na literatura sobre violência. Comumente, a prevenção é a principal atuação desse ente federativo. O que varia bastante é a prioridade utilizada para a significação sobre prevenção, já que muitos municípios preferem um trabalho na prevenção a violência patrimonial do que a violência contra a vida, principalmente porque a segunda costuma ter resultados mais a longo prazo que a primeira, demoram mais para apresentar resultados, mesmo que esses resultados sejam mais duradouros do que ações superficiais. Segundo Cano (2006, p. 151) “as prefeituras agem mais, tradicionalmente, na prevenção primária, que é muito ampla. No entanto, sua capacidade de conseguir resultados depende muito de sua habilidade para dirigir seus recursos aos grupos de mais alto risco”. No caso da Baixada, preterir a atuação de uma Frente Intermunicipal de Valorização da Vida pode indicar a busca de um resultado a curto prazo da melhora da sensação de segurança com uma redução de roubos e furtos. No entanto, pode também indicar uma falta de preocupação do poder público em relação aos crimes contra a vida na região ou até mesmo conivência, como apresentado por quem pesquisa a violência na Baixada.

As ações da FIVV continuaram ao longo do ano 2017, mas foram perdendo força enquanto organização pelo esvaziamento da participação dos municípios no espaço que enviavam representantes com pouco poder de decisão. Ao mesmo tempo, prefeitos e secretários preferiram somar forças no consórcio dos municípios com participação de empresários, revelando a dificuldade do diálogo entre o poder público na Baixada e os movimentos sociais. Esse esvaziamento tornou a frente desnecessária naquele momento, já que o espaço de articulação da sociedade civil que poderia contar com a participação de gestores públicos já era o próprio Fórum Grita Baixada.

⁸⁴ Disponível em <https://www.forumgritabaixada.org.br/o-que-e> Acessado em 06 jan 2022.

4.5. Nossos Mortos têm voz

Muitas ideias que surgiam para a atuação do Fórum Grita Baixada vinham das reuniões da coordenação executiva. Em 2016, após duas atividades / produtos com grande repercussão, o Revezamento da Tocha da Vergonha e o Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro, membros do FGB começaram a pensar na possibilidade de um produto audiovisual sobre a violência na Baixada. Sob liderança do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu e sua coordenadora Ir Yolanda Florentino, algumas reuniões aconteceram para pensar essa possibilidade que inicialmente poderia ter recursos financeiros do CDH e do projeto do FGB com a Misereor que se encerrava naquele ano.

Recordo minha participação em uma reunião onde parte da executiva participou em 2016, com assessoria do professor Dorian Borges (LAV-UERJ), na qual debatemos a possibilidade de fazer esse documentário. Ainda sem definir tema e sem contratar alguma produtora, um dos exemplos apresentados foi um vídeo produzido por jovens do bairro Terra Firme, de Belém do Pará. No vídeo, os jovens interpretavam outros jovens vítimas da violência, trazendo para o debate os sonhos que eram destruídos pela violência. Ainda nessa reunião, a Quiprocó Filmes foi sugerida como uma possível parceira para a realização do documentário.

Em 2016, estávamos num momento onde era evidente a ascensão de narrativas produzidas através de vídeos sobre diferentes situações no país. Na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, ambas realizadas em sequência no Brasil, grupos de jovens produziram (contra)narrativas sobre os fatos e isso de certa forma estimulava o Fórum Grita Baixada, dentro do contexto da região e do público na qual estava relacionado, produzir algo que contasse a partir da Baixada a realidade de violência e violação de direitos. O vídeo era pensado como uma ferramenta que poderia traduzir para uma linguagem mais popular e atualizar o que o “Relatório Um Brasil dentro do Brasil pede socorro” retratado em 2016. Para além das contra(narrativas) produzidas pelos ativistas do audiovisual, produzindo vídeos que viralizam nas redes sociais que cumprem um processo de democratização, há também o cinema de denúncia social.

Sendo assim, uma das definições possíveis para o cinema de denúncia social é a inscrição de fatos e documentos na produção audiovisual que questionam aspectos de um Brasil arcaico, com reflexos da cultura cruel e colonial. Esses documentos se apresentam como um objeto pluridimensional que podem se manifestar em forma de filme, tanto ficção quanto documentário (MALATRASI; LOPES, pp. 19-20, 2016).

O perfil de filme que o Fórum Grita Baixada queria lançar se encaixava mais na linha do cinema de denúncia social, com a ideia de produzir um documentário que fizesse essa

comunicação e, num circuito alternativo, pudesse aguçar a discussão de moradores da Baixada Fluminense, ativistas, lideranças públicas, dentre outros atores da esfera pública. As tratativas com a Quiprocó Filmes avançaram e o contrato foi firmado para a produtora ser responsável pelo documentário. Inicialmente, o objetivo do documentário era fortalecer a incidência política realizada pelo Fórum Grita Baixada nas discussões sobre segurança pública e no campo dos direitos humanos, além de estimular denúncias de casos de violência institucional no campo da segurança pública a partir da produção do filme; promover articulações e ações de incidência política a partir da rede de cineclubes, produtores culturais, festivais de cinema existentes na Baixada Fluminense, com a perspectiva dos direitos humanos; e promover a mobilização em escolas públicas da Baixada Fluminense com o tema dos direitos humanos.

A narrativa do documentário é construída a partir do depoimento e do protagonismo das mães e familiares vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense. Tendo como ponto de partida esses casos, o documentário aborda as histórias atravessadas por essas perdas. Pretende-se resgatar a memória dessas vidas interrompidas trazendo uma visão crítica sobre a atuação do Estado através das polícias na Baixada Fluminense, sobretudo no que diz respeito à violência contra jovens negros. O curta documentário está sendo exibido em festivais de cinema do Brasil e do exterior, bem como em debates públicos, sessões de cineclube, festivais, universidades, escolas, praças públicas, dentre outros.⁸⁵

Muita gente que pertencia ao FGB queria opinar no roteiro do filme, para além da própria equipe contratada do fórum e da produtora. A Quiprocó logo após iniciar os trabalhos tinha no contrato a independência e a liberdade artística para a construção do roteiro do filme. Isso foi importante para blindar de interferências de visões mais conservadoras que poderiam surgir em reuniões mais ampliadas do fórum. Em certa medida, isso foi fundamental para a construção de uma narrativa onde a violência do Estado e o racismo aparecessem como tema central do debate, a partir dos relatos das mães de vítimas da violência e da pesquisa realizada pela produção. Ao contrário de outras produções do FGB, o filme não seria resultado de uma coalizão de ideias, mas de uma visão realista da violência na Baixada Fluminense.

O projeto foi concebido e realizado em 2017 a partir da parceria entre a Quiprocó Filmes, o Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, o Fórum Grita Baixada e a Misereor. Ao longo de sete meses, do processo de pré-produção até a finalização, a equipe reuniu pessoas que foram direta e indiretamente afetadas por essas violências. Para Fernando, uma das etapas mais difíceis durante as filmagens era a captação dos depoimentos. Segundo o diretor, é quase impossível não se comover com a fala das mães.⁸⁶

⁸⁵ Disponível em <https://www.quiprocofilmes.com.br/pt/filme/nossos-mortos-tem-voz> Acessado em 01 dez 2021.

⁸⁶ Disponível em <https://br.boell.org/pt-br/2018/03/23/nossos-mortos-tem-voz-pre-estreia-de-documentario> Acessado em 03 jan 2022.

A ideia inicial era envolver os familiares e vítimas da violência de estado no processo de pesquisa e produção do curta documentário, bem como nas atividades de articulação e mobilização com o objetivo de promover a problematização em torno das práticas de violência de estado e a incidência política sobre o tema dos direitos humanos. O projeto em parceria com a Quiprocó Filmes enviado ao Fundo Brasil dos Direitos Humanos, que foi selecionado e contribuiu com recursos para a elaboração do documentário, queria envolver ainda as escolas públicas da região, cineclubes e produtores culturais da Baixada Fluminense no processo de mobilização e desenvolvimento do projeto. As ações do projeto foram pensadas para serem direcionadas aos jovens e profissionais da educação das escolas (merendeiras, educadores, estudantes, equipe de limpeza, direção e coordenação pedagógica), produtores e ativistas da área de cultura. Com isso, nossas ações seriam direcionadas à 5 escolas e cineclubes da Baixada Fluminense, tendo um alcance direto e indireto de cerca de 2000 pessoas. Além disso, o curta documentário foi pensado para ser distribuído em festivais de cinema do Brasil e do exterior. Além disso, a equipe de produção e criação foi estimulada a participar de debates e exibições com a obra, de sessões de cineclube, festivais, universidades, escolas, praças públicas, dentre outros.

Ao final do dia, a oficina seguiu-se para a Universidade Estadual de Londrina onde o Projeto promoveu a exibição do documentário “Nossos mortos têm voz”, dos diretores Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, lançado no ano de 2018 pela Quiprocó Filmes. O documentário trata do drama de mães da Baixada Fluminense que tiveram seus filhos mortos pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Um dos diretores, Fernando Sousa (cineasta e mestre em Ciências Sociais pela UERJ), promoveu o debate com o público presente. A experiência foi muito enriquecedora para os adolescentes, visto que, os incentivou a sugerir a continuidade da oficina para a elaboração de outros materiais audiovisuais, com uma temática voltada para o cotidiano do bairro onde vivem (CRISTIANO et al., p. 162, 2019).

O trecho acima retrata uma das várias exibições que aconteceram em diversas cidades do Brasil e de outros países, como Estados Unidos, Alemanha, Quênia, França, Argentina e Portugal, alcançando um dos objetivos iniciais da construção do documentário. O documentário teve sua pré-estreia no Centro do Rio de Janeiro, no Cine Odeon, no dia 27/03 de 2018, 3 dias antes dos 13 anos da Chacina da Baixada e 13 dias depois do assassinato da vereadora Marielle Franco. O assassinato de Marielle causou uma situação bem complexa, pois o filme abordaria a violência de Estado, pouco sabíamos sobre o crime recente e pairava um sentimento muito grande de medo por parte dos defensores dos direitos humanos, o que fez ampliar os protocolos de segurança para o lançamento e exibição do documentário. Depois de mais de um mês da pré-estreia, no dia 24 de maio o filme teve sua estreia oficial na Baixada Fluminense, em exibição realizada no SESC Nova Iguaçu, ao lado do Centro de Formação de Lideranças (CENFOR).

O documentário foi premiado em alguns festivais e concursos, como: o 3º Concurso de Documentários da TV Câmara (Vencedor), a XII Edição do Prêmio Pierre Verger de Filme Etnográfico (Seleção Oficial), o 42º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Melhor Filme), o 3º Cine Tamoio – Festival de Cinema de São Gonçalo (Melhor Documentário), o 9º FICIP: Festival Internacional de Cine Político de Buenos Aires (Menção Honrosa), o 15º Festival Brésil en Mouvement (Seleção Oficial) e a Gira Festival de Resistência de Berlim (Seleção Oficial).

Considero três pontos de destaque para o andamento do FGB a partir do lançamento do documentário. O primeiro tem a ver com a visibilidade que o fórum teve com o lançamento e com as exibições, fruto da qualidade do documentário e das articulações construídas ao longo do processo. Em segundo, o documentário inseriu de vez a pauta do racismo nas discussões do fórum tendo em vista o perfil da maioria das vítimas retratadas e como o racismo está presente na lógica de repressão e ação do Estado. Por último, toda essa construção foi importante para dar suporte a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência na Baixada Fluminense.

4.6. Projeto Direito à Memória e Justiça Racial

Mesmo não estando mais na equipe contratada do Grita Baixada, acompanhei de perto a instalação do projeto Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR). Em setembro de 2017, deixei de ser articulador do Fórum Grita Baixada e fui trabalhar na Casa Fluminense, onde assumi a coordenação de mobilização. Pela Casa Fluminense, continuei acompanhando as reuniões do FGB fazendo parte da coordenação ampliada e de alguns espaços estratégicos. Nesse sentido, vi de perto o processo de lançamento do documentário Nossos Mortos têm voz e a discussão mais ampliada sobre racismo que o fórum passava a fazer, com uma participação central do Fransérgio Goulart, até então assessor político do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu (CDH).

O Fórum Grita Baixada não possui CNPJ e seus projetos eram, até então, administrados pelo Centro dos Direitos Humanos. Por lá, o FGB recebia recursos da Misereor e posteriormente, com o projeto do documentário, do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Naquele período emergia no Rio de Janeiro o financiamento de projetos voltados às discussões raciais, principalmente com o apoio de fundos internacionais, como a Ford Foundation. Não compartilhando por aqui todo processo de articulação, inclusive por falta de conhecimento

completo sobre ela, a Casa Fluminense assume a administração de um projeto para o Fórum Grita Baixada, escrito pelo historiador Fransérgio Goulart.

Logo após o lançamento do documentário, o CDH estava em processo de mudanças e com a aceitação do apoio da FORD e a negociação com a Casa Fluminense, a equipe do FGB é ampliada com a entrada de membros responsáveis pelo projeto Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR). A equipe do projeto contava com um coordenador, uma assessora de comunicação, uma mobilizadora, duas mães articuladoras da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado da Baixada Fluminense, uma sistematizadora de dados e um advogado criminalista.

O projeto Direito à Memória e Justiça Racial é a nova frente de ações do Fórum Grita Baixada. Tem como objetivo principal enfrentar o racismo institucional no campo da Segurança Pública, a partir do fortalecimento da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense e da construção de uma Rede de Jovens Comunicadores Negros e/ou Pobres na Baixada. Seus integrantes oportunizam uma relação entre militância, vivência e técnica, além de concretizar o empoderamento de mulheres e jovens negras(os) e fomentar proposições a partir de uma diversidade de epistemologias com novas formas de saberes e conhecimentos gerados a partir da base.⁸⁷

Em todo Brasil existem movimentos de mães e familiares vítimas da violência. Na Baixada não foi diferente. Após a Chacina da Baixada, em 2005, um grupo de mães e familiares se juntou para criar a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência de Estado na Baixada Fluminense. Essas redes, em cada estado, cidade ou região que se articula, provoca denúncias e promove diálogos do nível local ao âmbito internacional, possui articulações em redes variadas com ONGs, organismos internacionais, defensoria pública, comissões de direitos humanos, órgãos públicos, mídias locais, artistas, pesquisadores, universidades, entidades religiosas, dentre outros (OTA, 2019). Nesse sentido podemos ressaltar o caso da Rede de Mães e Familiares da Baixada que possui articulação com a Diocese de Nova Iguaçu e com o Centro dos Direitos Humanos, além de interagir com o Fórum Grita Baixada, através das reuniões, da produção do documentário Nossos Mortos têm voz, com o projeto Direito à Memória e Justiça Racial e posteriormente com outros projetos. Para Vianna e Farias (2011, pp. 106-107), “a ação política de busca de justiça para esses mortos está diretamente ligada, desse modo, ao esforço em não deixar que se apaguem também essas histórias familiares, levando os vivos para o mesmo terreno de desimportância a que os mortos estariam sendo relegados.”

Este projeto teve uma grande importância no aprofundamento da discussão sobre o racismo no espaço do fórum, antes acostumado em fazer discussões mais genéricas sobre o

⁸⁷ Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/direito-a-memoria-e-justica-racial> Acessado em 10 nov 2021.

tema. Era comum nos espaços de discussão muitas pessoas brancas levantando que na Baixada a discussão sobre a desigualdade e a violência ia além da questão da cor da pele. Por muito tempo, pouco era o debate feito que mostrasse os problemas desse tipo de fala. No entanto, aos poucos, tinha início um processo de constrangimento que mostrava através de dados o quanto o racismo também estava presente na Baixada com os indicadores de negros mortos na região, com índices bem maiores do que de brancos (CASA FLUMINENSE, 2020).

Além disso, havia no espaço uma tentativa de colocar a discussão de classe sobrepondo a questão da raça, sendo que o melhor a ser debatido nesse processo seria a interseccionalidade – teoria que trabalha a intersecção das identidades sociais e os processos de opressão na sociedade, onde é possível discutir a consequência de duas ou mais formas de opressão (PISCITELLI, 2008). Por diversas vezes vários teóricos socialistas, com visões encurtadas de classe, subjugarão as humanidades africanas, limitando-se a fazer uma discussão sobre pobreza e renda. Dentro desse processo as mulheres negras, por exemplo, não recebem a real atenção sobre o conjunto de opressões que sofrem dentro do sistema: a desigualdade de gênero, de raça e social em muitos casos (AKOTIRENE, 2019).

O trabalho realizado pelo projeto era bem didático, de promoção de espaços de diálogos com a população e na tentativa de reunir jovens dispostos a debater a temática do racismo. Acompanhava de perto pela Casa Fluminense as ações do projeto Direito à Memória e Justiça Racial, ligado ao Fórum Grita Baixada, e o projeto da ONG PROFEC (Programa de Formação e Educação Comunitária). Junto da Casa Fluminense, ambos tinham como foco no projeto enviado à FORD FOUNDATION, a discussão do racismo e a segurança pública. Em 2018, na Igreja Senhor do Bonfim, em Engenheiro Pedreira (Japeri), foi lançado durante a realização do Fórum Rio, o Boletim “As Juventudes da Baixada querem viver”, organizado pelas três instituições, tratando sobre “a questão da evasão escolar, da baixa taxa de investigação de assassinatos, do direito à memória, das oportunidades para a juventude e do racismo estrutural” (CASA FLUMINENSE, 2018).

Foco deste Boletim, a proposta 4.1, de redução de homicídios na Baixada Fluminense, será analisada a partir de quem a constrói, ouvindo diversos grupos da sociedade. O Fórum Grita Baixada é uma das principais referências neste tema e uma das organizações que realizam esta publicação. A organização visa colocar a superação das violências de Estado e do racismo como centro do debate sobre segurança pública na Baixada Fluminense, entendendo que o direito à vida precisa ser preservado sob qualquer hipótese. O Fórum seguirá aprofundando estes temas nas suas próximas publicações, contribuindo para o debate e mobilizando cidadãos para reduzir as violações de direitos no território dos 13 municípios (CASA FLUMINENSE, 2018).

Fruto das últimas articulações que o grupo estava fazendo, é possível identificar uma virada na forma com que as pessoas enxergavam o trabalho do fórum. No trecho acima retirado

do boletim é posto como destaque a atuação do FGB na tentativa de colocar no centro das discussões o racismo e a violência de Estado na Baixada. Considero que isso seja fruto do lançamento do documentário *Nossos Mortos têm voz* e dos primeiros meses do projeto *Direito à Memória e Justiça Racial*. O projeto em poucos meses já fazia um grande debate sobre os temas, inclusive em relação à estrutura, possuía um quantitativo maior de equipe do que o projeto financiado da Misereor, base para o *Grita Baixada*. Durante os anos de 2018 e 2019, o FGB dentro da perspectiva desse projeto promoveu encontros, oficinas, audiências públicas e boletins informativos com indicadores na área da segurança pública, de questões raciais e de gênero. No segundo semestre de 2018, somava-se ao trabalho de dialogar e construir mecanismos de combate ao racismo, o processo eleitoral tenso e desafiador que elegeu Bolsonaro como presidente da república.

Nota-se também durante este período de execução deste projeto o FGB entrando numa lógica de produzir mais documentos com diagnósticos da Baixada Fluminense, tendo em vista um baixo número de relatórios e produtos voltados a apontar a realidade de violência na Baixada. Durante anos, a maioria dos documentos e pesquisas que retratam a Baixada eram produzidos por pesquisadores de fora. Desde do lançamento do Relatório *Um Brasil dentro do Brasil pede socorro* e com a influência dos documentos produzidos pela Casa Fluminense, o FGB quis também se dedicar à informação, pautando o discurso sobre violência na região. Entre 2018 e 2019, além do boletim em parceria com a Casa Fluminense sobre homicídios de jovens, o projeto elaborou os boletins “*Contranarrativas periféricas da Segurança Pública*”, “*Desaparecimentos forçados na Baixada*”, “*Letalidade Violenta na Baixada*” e “*Violência contra as mulheres na Baixada*”, documentos onde eram sistematizados dados sobre alguns indicadores de violência exclusivamente baseados na Baixada Fluminense.

Também nesse período, seja pela liderança do FGB ou como apoio do Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, duas cartografias foram lançadas. A primeira lançada foi a “*Cartografia social: o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada Fluminense*”, produzida pelo Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu, no projeto liderado pela Rede de Mães da Baixada, com o FGB como parceiro. É possível perceber também ao longo dos anos uma aproximação maior do *Grita Baixada* na pauta das mulheres na região.

Diferente da abordagem dada às cartografias no processo de nucleação onde o termo e a metodologia era da cartografia social (ACSERALD, 2013), a partir de 2018 o FGB passou a utilizar o termo cartografia decolonial, na perspectiva de diferenciar do modelo colonial europeu. Um produto foi elaborado a partir deste conceito, a “*Cartografia decolonial das juventudes negras e periféricas da Baixada Fluminense*”.

A Cartografia Decolonial pode ser entendida como a vertente cartográfica que tem como característica marcante a referência sociocultural como ponto de partida e, logo o poder dos sujeitos envolvidos é central nessa construção. Tem como pressupostos, devido aos estudos decoloniais, o rompimento das amarras e epistemologias ocidentais da cartografia tradicional hegemônica, pareando com o discurso da Cartografia Social. A Cartografia Decolonial, nesse sentido, reivindica sua própria epistemologia, tendo como prioridade a significação cartográfica de quem vive nos territórios oprimidos, fornecendo subsídios que, por exemplo, darão visibilidade/representatividade e ‘voz’ a povos e comunidades tradicionais. O que buscamos é apresentar uma metodologia de construção de uma “nova” epistemologia periférica, onde a cartografia é utilizada como um método participativo de construção de novas narrativas e símbolos⁸⁸.

No final de 2019, no processo de renovação do projeto da Ford Foundation, houve uma ruptura entre o projeto Direito à Memória e Justiça Racial e o Fórum Grita Baixada. Nesse processo, o grupo se intitulou IDMJR (Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial) e passou a executar o projeto de forma independente. A IDMJR fez com que os membros do FGB refletissem sobre as dificuldades históricas de inserção da pauta racial no debate público da Baixada Fluminense e no próprio espaço institucional, limites esses que podem ser considerados parte do racismo institucional e estrutural. Algumas coisas foram questionadas como a representatividade da equipe que, mesmo com mudanças, manteve com exceção da IDMJR, o padrão de pessoas brancas. Além disso, pela própria institucionalidade e pela assembleia realizada em 2017, a equipe do projeto não teve inserção direta na coordenação do Fórum Grita Baixada, ficando como uma equipe em anexo, o que causa também um problema de identidade.

Posteriormente, a iniciativa já separada do Fórum Grita Baixada, se colocou enquanto *“uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado. Buscamos debater Segurança Pública na Baixada Fluminense a partir da centralidade do racismo”*.⁸⁹ Neste sentido, a Baixada passou a ter mais um grupo que se organiza pelo tema da segurança pública, nesse caso, especificamente, trazendo como forma central o debate sobre o racismo na região.

Uma das falhas nesse processo foi como se deu a ruptura, pois era muito visível o potencial da IDMJR para se tornar algo diferente do Fórum Grita Baixada, o que de certa forma poderia ser normal, dada as propostas de cada projeto e instituição. Desde a origem, o projeto tinha uma página própria nas redes sociais, já realizava atividades de forma independente e tinha uma coordenação desvinculada ao projeto principal. Pela ausência da formalização

⁸⁸ Disponível em <https://www.forumgritabaixada.org.br/publicacoes>. Acesso em 05 jan 2022.

⁸⁹ Disponível em <https://dmjracial.com/quem-somos/>. Acessado em 15 dez 2021.

institucional da coordenação do Fórum Grita Baixada, as pessoas contratadas pelo projeto Misereor assumiram a coordenação do que deveria ser a instituição, o que para essa primeira experiência gerou certa confusão, porque pessoas diferentes coordenavam os projetos e dialogavam com instituições administradoras diferentes, o projeto Misereor com o CDH e o projeto da Ford com a Casa Fluminense.

Embora tenha preferido não trazer para essa análise especificidades dessa ruptura para evitar expor questões individuais dos membros, gostaria de destacar que essa articulação cumpriu o importante papel de inserir de vez o tema racial nos trabalhos do Fórum Grita Baixada. Desde então, o FGB se coloca como defensor das questões raciais e trabalha para além das primeiras ideias de construção do espaço. Se essa identidade e o próprio discurso sofreram modificações ao longo tempo, isso se deu pela própria experimentação do dia a dia que envolveu a exposição interna e externa em relação ao tema do racismo, em um processo de constrangimento necessário para que pessoas e instituições alterem suas práticas, ideias e narrativas.

4.7 “Viradas de chave” nos posicionamentos do fórum

O objetivo deste capítulo foi apresentar o Fórum Grita Baixada e o trabalho realizado por esse movimento após 2016 até o fim de 2019. Compreender o cenário político da Baixada Fluminense pós eleições municipais é importante para servir como base diante dos problemas e da realidade da população da região, sobretudo no impacto que isso gera nas políticas públicas e no cenário de desigualdade, que passa também pela segurança pública. O trabalho do FGB sozinho não é suficiente para resolver a segurança pública na Baixada, mas tem um papel pedagógico e de mobilização de atores e atrizes capazes de a médio e longo prazo contribuir com mudanças significativas do cenário político e no próprio discurso sobre segurança pública na região.

É possível identificar em cada nova frente de atuação do Fórum Grita Baixada mudanças e adaptações no discurso, em um processo de entendimento sobre os conceitos de segurança pública. Os núcleos em certa forma possuem um papel de receber informações e conteúdos da equipe contratada do FGB e da coordenação, mas possuem também um lugar de transmissão de visões e entendimentos sobre os problemas específicos de cada território e como isso no conjunto da Baixada possui conexões. Os núcleos também permitem que as discussões saiam de certa zona de conforto por permitir de forma mais ampla e democrática a participação de

peças que não necessariamente participavam de atividades no CENFOR, em Nova Iguaçu, possibilitando o exercício do convencimento delas através de dados e informações sistematizados pelo FGB.

Além disso, esse capítulo apresentou alguns eventos e experiências promovidas pelo Fórum Grita Baixada nesse período, entre elas a Semana da Baixada, a Frente Intermunicipal de Valorização da Vida e as exposições do Documentário Nossos Mortos têm voz. Todos eles tiveram importância no processo de construção da identidade do FGB. A Semana da Baixada foi um momento dos núcleos do Fórum Grita Baixada promoverem atividades, servindo de exemplo para núcleos que foram criados depois, como o caso do Núcleo Queimados, promoverem atividades próprias como o I Seminário Segurança Pública com Cidadania que teve um manifesto como resultado. A FIVV por um curto momento cumpriu uma das frentes do FGB em dialogar com os governos municipais, na tentativa de ser instrumento de incidência, mas com o cenário político e com as outras prioridades dos municípios acabou não tendo continuidade, com o fórum substituindo a estratégia de incidência e se dedicando a outras formas mais pontuais com quem era possível dialogar.

Já o documentário Nossos Mortos têm voz cumpriu um papel de denúncia sobre a violência de Estado na Baixada Fluminense, sendo exibido em diversos circuitos internacionais e nacionais, além de a partir dele, serem realizadas diversas rodas de conversa na Baixada Fluminense, assumindo também um papel didático. Tanto o documentário quanto o projeto Direito à Memória e Justiça Racial possibilitaram uma “virada de chave” nos posicionamentos do fórum, possibilitando uma visão mais forte de enfrentamento ao racismo e, como será visto nas conclusões, galgou o movimento para uma nova fase de atuação, em consonância com o debate sobre segurança pública feitos contemporaneamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta tese percorremos a trajetória do Fórum Grita Baixada em um formato de linha do tempo, com exceção de parte do primeiro capítulo, onde eu falo o que é a Baixada Fluminense com um diagnóstico atualizado, principalmente com os dados organizados pela Casa Fluminense, nos Mapas da Desigualdade. A partir da história da violência na região, mostrando, sobretudo, a segunda metade do século XX, é possível seguir essa trajetória com acontecimentos que antecederam a criação do Fórum Grita Baixada, a sua fundação e a execução de atividades ao longo dos anos até 2019.

No entanto, a história do Fórum Grita Baixada não acaba em 2019, pelo contrário, esperamos que continue, pela relevância da atuação, pautando a segurança pública em uma região marcada pela violência. O movimento ao longo dos anos, desde a sua fundação em 2012, passou por um processo de construção, aglutinação de pessoas e coletivos, amadurecimento, novos projetos e reinvenção, principalmente no ano de 2020, com o mundo vivendo com o novo coronavírus.

COVID-19 na Baixada: a mobilização do FGB na maior crise sanitária do século

Em 2020, a pandemia de COVID-19 fez com que a atuação de vários grupos e coletivos que estavam acostumados a se reunir presencialmente passasse a ser remota. Isto dificultou e desmobilizou muitas pessoas. Essa dinâmica não foi diferente com o Fórum Grita Baixada. As medidas sanitárias necessárias para conter o avanço do novo coronavírus contiveram também a atuação de muitos membros do fórum, fazendo com que as decisões antes tomadas coletivamente, passassem a ser definidas pelo grupo responsável pela execução do projeto Misereor.

Diante da vulnerabilidade da população da Baixada Fluminense que enfrentou além do vírus, problemas crônicos – como dificuldades com a água, saneamento, infraestrutura, dentre outros – que impediam o cumprimento das medidas sanitárias, as prefeituras pouco faziam para estabelecer medidas que pudessem conter a transmissão – como o lockdown. Observando este cenário, inicialmente o fórum voltou suas atenções ao processo de incidência sobre as prefeituras para que seguissem a ciência e fortalecessem processos de comunicação à população. Com isso, acompanhou debates e reuniões virtuais com órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), organizações da sociedade civil da Baixada e da capital. Além disso,

com a demora e baixa capilaridade das ações de auxílio às famílias que ficaram sem renda, o FGB se articulou com vários grupos que encaminharam doações de cestas básicas e produtos de higiene pessoal, principalmente o Viva Rio que por muitos anos fez parte da coordenação do fórum.

No capítulo que eu escrevi no livro “Dissemelhanças”, retrato o quanto na pandemia essas ações de solidariedade para dar suporte principalmente às pessoas que perderam o emprego e a renda foram fundamentais para a garantia da segurança alimentar dessas famílias. Na Baixada Fluminense vários grupos atuaram nessa distribuição de alimentos e o FGB não ficou de fora (ALMEIDA, 2021). Com um mapeamento de uma ampla rede de organizações e movimentos que atuam nos territórios, o fórum conseguiu com o apoio do Viva Rio e de outras instituições atender famílias em diversos municípios da Baixada, concentrando parte do trabalho nessas ações de solidariedade.

Além disso, outro ponto de destaque nesse período foi a mobilização de coletivos e organizações que atuam em favelas e com o tema da segurança sobre a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 635, conhecida como a “ADPF das Favelas”. Essa ação foi apresentada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e, segundo o site que divulga a iniciativa⁹⁰, foi construída coletivamente com vários movimentos, o Fórum não estava incluído neste grupo, com a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) representando a Baixada Fluminense neste processo. Posteriormente, o FGB passou a acompanhar e denunciar as situações de descumprimento da ADPF⁹¹. “Mesmo em meio a essa atuação, pelo menos até junho de 2020, quando o STF proibiu as operações policiais em favelas sem a devida justificativa prévia, o Estado realizava essas operações nas favelas, inclusive em momento de distribuição de cestas básicas” (ALMEIDA, 2021, pp. 49-50).

Dando continuidade a atuação do Fórum Grita Baixada, para além da incidência, mesmo com o nosso recorte até o ano de 2020, em 2021 o fórum também se dedicou às ações de enfrentamento a pandemia e ao fortalecimento de sua área de informação, produzindo dois boletins sobre racismo e violência na Baixada Fluminense, com o objetivo de relacionar as políticas públicas de segurança e a própria ausência dela com o processo de racismo estrutural presente no país.

⁹⁰ Disponível em <https://www.adpfdasfavelas.org/> Acessado em 20 dez 2021.

⁹¹ O coordenador executivo do Fórum Grita Baixada, Adriano de Araujo, manifestou que a ADPF das Favelas foi o resultado de um grito de socorro e de urgência em meio ao grave contexto pandêmico, vivido de modo ainda mais cruel nas favelas e periferias fluminenses. Disponível em <https://forumgritabaixada.org.br/depois-do-tiro-o-silencio-de-uma-longa-espera> Acessado em 20 dez 2021.

Decidi aqui trazer esse período da pandemia porque com ele é possível identificar pistas recentes das “metamorfoses” do Fórum Grita Baixada. Vemos aqui mudanças a partir da própria conjuntura, o que fez não só o fórum, mas vários movimentos e organizações da sociedade civil se dedicarem a ações assistenciais; e a consolidação de mudanças no discurso do fórum, com cada vez mais o debate sobre o racismo sendo elemento central na forma de pautar a segurança pública e falar sobre a violência na região.

“Metamorfose” ambulante

Seguindo ponto a ponto, capítulo a capítulo, podemos identificar transformações que validam a hipótese central desta tese: houve mudanças nas dinâmicas da violência na região; no modo de atuação das organizações e coletivos, em especial o Fórum Grita Baixada; e nas relações políticas na Baixada Fluminense. O problema da pesquisa foi em torno do advérbio interrogativo “como”, ou seja, buscamos entender as mudanças que ocorreram na forma que os movimentos sociais e organizações da sociedade civil debateram a violência na Baixada a partir da experiência do Fórum Grita Baixada, marcada por “metamorfoses” ao longo da sua primeira década de existência.

No primeiro capítulo, apresentei a Baixada Fluminense a partir do meu olhar de pesquisador militante e de morador da região, toda história contada dialoga diretamente com leituras feitas sobre a Baixada, atuações em movimentos e organizações da sociedade civil, e na minha relação com o território enquanto nascido, criado e morador. Estes elementos possibilitam uma visão ampliada sobre o território, compreendendo a região para além dos números apresentados no capítulo. Mesmo que não relacionamos diretamente desigualdade e violência, até porque esse tipo de imbricação não é mais usual, trazer ao texto a realidade desigual da Baixada Fluminense na Região Metropolitana, sobretudo com a capital e Niterói, aponta os gargalos que a fazem ser reconhecida, segundo minhas conclusões, como um espaço de ausências. Sendo assim, se o transporte é falho, se a educação encontra problemas, se muitos lugares não têm saneamento e a miséria está em números assustadores, é muito difícil que atores da sociedade civil não reivindiquem melhorias nessas áreas. Como vimos na segunda parte, do capítulo 2 ao 4, em vários momentos do FGB as pessoas, os movimentos e as instituições optaram em fazer uma defesa ampla dos direitos que eram negados aos moradores da Baixada, para além da segurança pública, como o próprio relatório produzido pelo fórum em 2016 que usa a expressão “descaso histórico” com a região (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2006).

Não falar apenas sobre a violência é sintoma de uma Baixada desigual, mas passa também por um lugar de sobrevivência, medo e cuidado, afinal tem coisas que são indizíveis (FREIRE, 2012). O próprio capítulo 1 mostra isso. Ao trazer o tema da violência, faço isso por dois motivos: primeiro, para apresentar o processo histórico na região que vem desde os esquadrões da morte e grupos de extermínio, até a Chacina da Baixada, UPP's e milícias; segundo, para apontar essa característica da violência encontrada aqui, do clientelismo homicida, do envolvimento político dos matadores e da própria violência política (ALVES, 2003; RODRIGUES, 2017; RODRIGUES, 2021).

Como resultado das mudanças nas dinâmicas da violência, podemos observar no capítulo 2 brevemente a fundação do Fórum Reage Baixada, após a Chacina da Baixada em 2005, que depois acabou se desfazendo; e o processo de criação do Fórum Grita Baixada, em meio aos investimentos na capital para os grandes eventos e as inaugurações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A frase dita pelo secretário Mariano Beltrame que a Baixada não gritava, não tinha validade, pois vemos várias iniciativas que debatiam a garantia de direitos na região. Mas, ainda a pauta da segurança pública, em especial, era debatida de uma forma muito difusa e sem atacar os problemas relacionados aos homicídios da juventude negra, grupos de extermínio e milícias. É muito difícil que um grupo organizado na Baixada aponte, com exceção de momentos como a Chacina da Baixada, os culpados pela violência nas cidades da região. As pautas inicialmente eram sutis. Os pontos de crítica eram, por exemplo, a pequena quantidade de policiais na região. Os diálogos eram estabelecidos com as autoridades e, assim, muitas reuniões do fórum se tornavam espaços de prestação de contas da polícia militar na região, mesmo com um núcleo considerável do fórum que achava essa tática equivocada.

As viradas de chave aconteceram com os projetos Misereor, sobretudo com a renovação oficializada em 2017, quando a financiadora recomendou o aprofundamento das discussões sobre a violência e a criação de núcleos de direitos humanos. Além disso, em 2016, o resultado das eleições na Baixada e o impeachment da presidente Dilma coroaram um momento de dificuldade em estabelecer relações institucionais na região, reforçando o espaço como mobilização e incidência não colaborativa, mesmo com a tentativa frustrada da Frente Intermunicipal de Valorização da Vida, em 2017. Se a conjuntura em si dificultava defender um campo de discussão sobre a violência, jogava o fórum para um lugar de responsabilidade. O golpe contra a presidenta Dilma (assim o FGB chamava o processo de impeachment) e o clima que antecedeu as eleições de 2018 foram fundamentais para que o FGB assumisse com mais força um discurso em defesa dos direitos humanos, principalmente com o afastamento de pessoas e instituições que faziam outro tipo de defesa no campo da segurança pública, mais

próxima das ideias do então deputado federal Jair Bolsonaro. Se a conjuntura mostrou que em 5 anos o FGB não conseguiu mudar a forma do morador da Baixada enxergar a violência na região, o grupo em si mudou o seu próprio discurso, sem perder de vista as contribuições que a conjuntura deu para isso.

Nos capítulos 2, 3 e 4 apresentei aos leitores o Fórum Grita Baixada, de uma forma particular, com a sua estrutura e com as atividades e produtos que foram destaque ao longo dos anos. Como síntese dessa trajetória, o quadro abaixo apresenta o resumo ano a ano das principais atividades, parcerias institucionais e financiamento, sendo possível através deste resumo observar o que estamos chamando de “metamorfose”, pois é evidente que o fórum de 2012 não é o mesmo de 2017, nem de 2020.

Quadro 4 - Resumo das principais atividade, parcerias e financiamento do FGB(continua)

| ANO | PRINCIPAIS ATIVIDADES | PRINCIPAIS PARCERIAS INSTITUCIONAIS | FINANCIAMENTO |
|------|--|--|--|
| 2012 | 1. Fundação 2. Audiência Pública | CDH e Diocese de Nova Iguaçu | Sem financiamento / apoio do CDH e da Diocese de Nova Iguaçu |
| 2013 | 1. Formações 2. Reuniões 3. Estruturação da Coordenação | CDH, Diocese de Nova Iguaçu, Viva Rio, Conselhos de Segurança e Defensoria Pública | Sem financiamento / apoio do CDH e da Diocese de Nova Iguaçu |
| 2014 | 1. Reuniões 2. Caminhadas pela Paz 3. Eleições 2014 | CDH, Diocese de Nova Iguaçu, movimentos e pastorais da Baixada | Misereor |
| 2015 | 1. Curso de Segurança Pública e Cidadã 2. Carta da Baixada 3. Reuniões e atos públicos 4. Assembleia do FGB | CDH, Casa Fluminense, movimentos e pastorais da Baixada | Misereor, crowdfunding e Casa Fluminense |

| | | | |
|------|---|--|---|
| 2016 | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ato contra o impeachment da Dilma 2. Revezamento da Tocha da Vergonha 3. Relatório "Um Brasil dentro do Brasil..." | CDH, movimentos e partidos de esquerda da Baixada | Misereor, contribuição dos grupos envolvidos nas ações e CDH |
| 2017 | <ol style="list-style-type: none"> 1. Coordenação do projeto e assembleia 2. Criação dos núcleos 3. Semana da Baixada 4. FIVV 5. Seminários (Queimados, comunicação, etc.) | CDH, movimentos da Baixada, Casa Fluminense | Misereor |
| 2018 | <ol style="list-style-type: none"> 1. Documentário Nossos Mortos têm voz 2. Projeto Direito à Memória e Justiça Racial 3. Reuniões e atos públicos 4. Encontros nos núcleos | CDH, Casa Fluminense, Quiprocó Filmes, Rede de Mães da Baixada, movimentos da Baixada e da capital | Misereor, Fundo Brasil dos Direitos Humanos, Fundação Ford, Fundação Heinrich Böll e CDH |
| 2019 | <ol style="list-style-type: none"> 1. Materiais informativos (boletins, cartografias) 2. Exibições do documentário 3. Atividades com a Rede de Mães 4. Encontros nos núcleos 5. Separação da IDMJR | Casa Fluminense, PROFEC, Rede de Mães, Quiprocó Filmes, movimentos da Baixada e da capital | Misereor, Fundo Brasil dos Direitos Humanos e Fundação Ford |
| 2020 | <ol style="list-style-type: none"> 1. Ação nas redes 2. Ações de enfrentamento ao COVID-19 | Viva Rio, movimentos da Baixada e da capital | Misereor, Fundo Brasil dos Direitos Humanos, doações de cestas e cartões de alimentação de parceiros. |

Fonte: O autor, 2022.

De 2012 a 2020, o FGB realizou ou participou de centenas de atividades, desde ações promovidas na carteira de projetos ou estimuladas pelos participantes ativos do fórum. No quadro vemos um perfil parecido de ações entre 2012 e 2015, tendo os anos de 2015 e 2016 como transição para um novo momento do movimento social. Em 2012, 2013 e 2014, o fórum se dedicou em promover encontros, caminhadas, ser um espaço de discussão – como apresentado no capítulo 2 – é definido originalmente como um movimento social, que possuía disputas internas sobre o discurso a ser feito sobre a segurança pública. Mesmo majoritariamente composto por pessoas progressistas, existiam disputas mais à esquerda, como a criação de espaços de denúncia, e mais à direita, como a defesa de invasões e confrontos como método eficaz de enfrentamento ao tráfico. Nesses anos, os principais parceiros do fórum eram internos à Diocese de Nova Iguaçu, com poucas exceções como o Viva Rio e os conselhos comunitário e de segurança de Nova Iguaçu. Neste período, também foi oficializado o primeiro projeto da Misereor.

Em 2015 e 2016, como apresentado no capítulo 3, é possível observar um processo de transição para uma fase de mais reconhecimento, o que posteriormente possibilitou ao fórum aprofundar o debate sobre violência na Baixada. Mas, nesse período, houve um misto de atividades que focaram na violência e que falavam sobre outros assuntos. O curso de segurança pública com cidadania marcou a entrada de vez do termo segurança cidadã no vocabulário do fórum, demarcando um primeiro posicionamento sobre a postura do grupo frente às discussões da violência. A Carta da Baixada trouxe propostas construídas por várias mãos, o que não possibilitou uma identidade mais marcante. Em 2016, o relatório “Um Brasil dentro do Brasil pede socorro”, mesmo trazendo a desigualdade e os problemas da Baixada para além da violência, demarcou a defesa dos direitos humanos como algo central. Neste mesmo ano, as ações contra o impeachment e o revezamento da tocha da vergonha mostraram o fórum ainda preocupado em debater temas para além da segurança, dedicando inclusive boa parte do tempo para isso.

O capítulo 4 trouxe o período entre 2017 e 2019, nestes anos houve a renovação do projeto Misereor, com um foco maior no debate direto de violações de direitos humanos na Baixada. Inicialmente, os núcleos que eram para ser "de direitos humanos" para encaminhar denúncias, se tornaram espaços de diálogo sobre a violência com outras ações como pré-vestibular, debate sobre mobilidade urbana, ações pró melhoramento no bairro, dentre outras coisas. Resumindo, a primeira iniciativa ainda enfrentava o medo de discutir a violência na Baixada, as ações dos núcleos não caminhavam para o debate sobre a violência na região. Além do fator medo, falar sobre outros temas também sempre foi uma estratégia de mobilização do

Fórum Grita Baixada. É muito mais fácil mobilizar pessoas em um pré-vestibular do que em uma roda sobre as invasões no Gogó da Ema; ou para falar da qualidade do trem em Imbariê do que do histórico dos grupos de extermínio em Duque de Caxias. A metodologia das cartografias sociais ajudou a discutir esses problemas, incluindo a violência. A dificuldade neste processo é que ao focar em outras ações, a tendência era perder a identidade do grupo local com o FGB.

Enquanto isso, no eixo da incidência política, a Frente Intermunicipal de Valorização da Vida (FIVV) não decolava, pelo próprio perfil das prefeituras da Baixada. O grande diferencial neste período foi o documentário "Nossos mortos têm voz", a partir dele foi possível discutir a violência de Estado e o racismo através das histórias das mães vítimas da violência na Baixada Fluminense. Através do documentário, o FGB se aproximou de outros financiadores como o Fundo Brasil de Direitos Humanos e a Fundação Ford, ampliando através dos projetos a discussão sobre racismo na Baixada Fluminense. Vemos aqui a metamorfose acontecendo como consequência de uma ação / produto (documentário e exposições) e da conjuntura de violência no Rio de Janeiro, após assassinato da vereadora Marielle Franco.

Mesmo com a saída da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, o FGB continuou pautando o racismo em suas ações. Antes, além de não fazer essa discussão interna sobre o tema, o projeto Misereor não tinha essa discussão como eixo central. Sendo assim, nem o coletivo de organizações e movimentos antes de 2017 / 2018 fazia essa discussão do racismo, como observamos na ausência dessa pauta nas publicações e ações, nem o projeto Misereor tinha o tema como eixo central, passando o racismo a ser discutido com mais veemência no espaço com o documentário "Nossos mortos têm voz" e depois com o projeto financiado pela Fundação Ford.

As "metamorfoses" do Fórum Grita Baixada tiveram um papel mais central para o grupo na maneira em que se discute violência na Baixada do que as mudanças na conjuntura política e na segurança pública. Diante da lógica do medo e da aproximação da população com um discurso conservador, era mais fácil acreditar que o fórum recuaria em suas ações em 2018, mas não foi o que aconteceu, sobretudo a partir da execução dos projetos. No entanto, não podemos deixar de destacar as transformações na violência, o que gerou novos debates no fórum e a sua própria fundação. Além disso, a conjuntura política colocou a organização mais num lugar de enfrentamento às práticas governamentais do que de colaboração, o que inicialmente era buscado nos encontros e reuniões com autoridades. O FGB se mostrou, parafraseando Raul Seixas, uma "metamorfose ambulante", não mantendo "a velha opinião formada sobre" a violência na Baixada.

Dada essa “metamorfose”, é possível dizer que de forma prática e teórica o Fórum Grita Baixada deixou de ser um movimento social e se tornou uma instituição não formalizada do terceiro setor. Ele não é mais o espaço onde apenas se discute a violência e possíveis soluções coletivas para superar os problemas; isso é até feito, mas no âmbito da execução de projetos, diferentemente do período pós-fundação onde as proposições saíam do grupo (pessoas, movimentos e organizações).

A própria estrutura do Fórum Grita Baixada, com a “equipe liberada” (quem recebe mensalmente para trabalhar no fórum) sendo financiada pelos projetos, fez com que boa parte da dedicação desta equipe (coordenação geral, articulação territorial e comunicação) fosse para as ações que foram acordadas com o financiador. Com isso, o espaço da “coordenação ampliada” tornou-se o momento em que outras ideias e ações poderiam surgir, desde que os membros assumissem a execução das tarefas, pois a equipe contratada tem um conjunto de ações para desenvolver, a partir da gestão dos projetos. No entanto, desde a chegada de novos projetos para além da Misereor, ficou mais difícil a “equipe liberada” assumir outras ações. Com a pandemia e o esvaziamento do espaço de coordenação ampliada pela ausência de encontros, o FGB passou a se dedicar mais à execução dos projetos. Não estou aqui questionando a efetividade dos projetos, nem a relevância, pelo contrário, o que muda nesse processo é a caracterização do fórum enquanto movimento social.

O fórum enquanto movimento social encontrou dificuldades ao longo dos anos em discutir a violência na Baixada Fluminense, pois as pessoas esbarram no medo e num campo fluido de ideias, onde vários temas podem ser abordados para mobilizar e aconchegar pessoas e coletivos da região. Quando a equipe de coordenação liberada passa a se dedicar quase integralmente à execução dos projetos, fica mais evidente a pauta da segurança pública e com um perfil progressista que envolve discussões sobre o racismo e a defesa dos direitos humanos, mesmo numa conjuntura mais desfavorável do que no período da fundação do Fórum Grita Baixada.

Como lição, para outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, a discussão sobre violência na Baixada não é trivial e passa por estratégias de ação que garantam a segurança dos mobilizadores. É muito difícil juntar pessoas para falarem sobre temas mais diretos, como homicídios, milícias, violência política, ações que mexam com a economia das organizações criminosas, violência do Estado, dentre outras situações que envolvam atores locais. Mas, é possível não só fazer ações sobre temas distintos à segurança pública, mesmo relacionando a ausência de políticas públicas a má qualidade de vida da população, é possível falar de segurança abordando o tema do racismo, popularizando a ideia de necropolítica e

ampliando o imaginário sobre os direitos humanos. Essas discussões foram possíveis no âmbito da execução de projetos financiados, principalmente nas exposições populares do documentário “Nossos mortos têm voz”, o que envolve uma equipe menor, uma tomada de decisão mais direta e a necessidade de prestar contas ao financiador. Esse caminho pode ser a curto prazo o mais rápido para garantir que esse tipo de assunto seja colocado em pauta na região.

No entanto, esse método enfrenta problemas. A descaracterização enquanto movimento social pode a longo prazo fazer com que o FGB deixe de existir caso não tenha mais financiamento. Ao contrário do início da trajetória, em que as ações eram na maioria voluntárias e a participação envolvia mais membros do que a “equipe liberada”, a comodidade da execução por parte dessa equipe e o resultado positivo da gestão de projetos, afastou boa parte da coordenação ampliada e de membros antigos do fórum do processo de execução, tornando-os na maioria “simpatizantes ou conselheiros”, dando este formato, mesmo que informal, de instituição da sociedade civil.

O que esperar do futuro?

Para falar do futuro, precisamos projetar o que será do Fórum Grita Baixada e da própria Baixada Fluminense. Isso passa pela discussão sobre a segurança pública e na construção de políticas públicas efetivas na área. O perfil histórico da região abre poucas brechas para a colaboração entre a sociedade civil, os governos locais e o governo estadual, numa busca por políticas que não sejam letais e que possam reduzir os índices de violência na região, principalmente quando falamos de homicídios.

Para falar de violência diante dessa conjuntura e de toda história da Baixada Fluminense é preciso ter cautela e acredito que ainda será necessária essa cautela por um bom tempo. Mas, ao longo da história, o fórum deu pistas de como falar sobre a violência na região. Em um período em que não havia tanta polarização era possível juntar campos opostos para falar de um problema que era considerado unanimidade, a violência, mesmo que as soluções fossem distintas. Mas, a polarização não foi a vilã que impediu o formato inicial do “fórum”, a não abertura de algumas pessoas e instituições para as mudanças no conceito de segurança também se mostraram um ponto central. Não dá para discutir violência e segurança, por exemplo, sem falar de racismo e o fórum aprendeu isso com os projetos e na “marra” também, quando a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR) não só se separa do FGB, como levanta a discussão sobre o racismo no espaço.

Não tive em nenhum momento a pretensão de trazer todas as respostas sobre como falar de violência na Baixada. A heterogeneidade da região e a diversidade de pensamentos das pessoas talvez coloque as ideias aqui levantadas em um lugar longe da visão da maioria dos moradores, pois o senso comum por aqui está em uma posição conservadora, mesmo com as violações ocorridas no cotidiano. Para o futuro, é preciso encontrar estratégias para um maior diálogo com a população e, não vejo isso acontecendo apenas com ações da sociedade civil, mas essa brecha talvez ocorra em uma conjuntura favorável onde haja aliados no governo federal, estado e algumas prefeituras.

Em 2022, o FGB completou 10 anos com um histórico robusto de ações pela Baixada Fluminense. Essas ações são reconhecidas publicamente, tanto que o fórum foi indicado pelo mandato dos deputados Waldeck Carneiro e André Ceciliano a receber a Medalha Tiradentes, a maior honraria concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Atualmente, com a estratégia de informação, de produzir relatórios e boletins, o fórum se prepara para cada vez mais ser visto como um formador de opinião e gerar insumos para o processo de incidência política. Esse tipo de inspiração em organizações da sociedade civil, como a Casa Fluminense, é algo a ser mantido e pode no futuro colocar o fórum como um "player" para o poder público da segurança pública na Baixada, desde que a conjuntura possibilite esse tipo de atuação. A estratégia de mobilização também é necessária para engajar mais pessoas e tentar ao máximo criar vínculos que possibilitem a continuidade do fórum mesmo sem os financiamentos atuais.

O grande desafio será a sustentabilidade. Ao contrário do passado em que movimentos locais na Baixada mantinham a atuação sem recursos, mesmo que reduzido o alcance, devido o suporte principalmente da Igreja Católica, atualmente esse tipo de ação não é mais prioridade, além da própria Igreja ter reduzido o número de fiéis e a influência de outrora. No formato atual na qual o fórum se transformou será necessário garantir recursos para a execução de projetos ou precisará voltar a suas origens de “fórum” e “movimento social”, entendendo melhor as estratégias para continuar falando de violência, sem perder o foco com a enxurrada de outros temas.

Podemos concluir também que há um vácuo de um movimento que aglutina várias pautas da região, uma espécie de “fórum de lutas da Baixada”. Durante quase uma década, o FGB foi também esse espaço. Por essa ausência e pelo nome escolhido para o Fórum Grita Baixada muitas pessoas acreditavam que este seria o espaço onde os diversos movimentos da região pautaram suas lutas e reivindicações. O não entendimento ou a necessidade de transformar o FGB nesse espaço foi também um entrave durante os anos para um foco maior

na pauta da violência. Para o futuro, precisa ficar claro que o Fórum Grita Baixada tem como prioridade a discussão sobre a violência, a partir daquilo que é enviado para os financiadores. Caso contrário, no planejamento é necessário expandir as temáticas com futuros financiadores ou dividir melhor essas ações com a coordenação ampliada.

Por fim, o maior dilema do pesquisador militante é encontrar os limites entre o que é empírico e a paixão. Busquei em cada linha esse equilíbrio retratando o que é a Baixada Fluminense, a violência na região e as fases do Fórum Grita Baixada, dialogando com a sociologia e com os documentos produzidos pelo fórum e por outras ONG 's. Sendo assim, essa pesquisa traz pistas de como falar sobre segurança pública em um território marcado pela violência. Enquanto movimento social, falar sobre outros temas é uma estratégia de mobilização. Enquanto organização formalizada ou não formalizada que presta contas dos projetos, não atender o que foi proposto é um problema, por isso falar de violência, mesmo que se perca a capilaridade, torna-se uma obrigação. Para o futuro será importante encontrar o equilíbrio, enquanto isso: a Baixada grita!

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (org.) Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013.
- ACUÑA, Carlos H.; VACCHIERI, Ariana. La incidencia política de la sociedad civil. 2007.
- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALBERGARIA, Rafaela; NUNES, João P. M.; MIHESSEN, Vitor. Não foi em Vão: mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2019.
- ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. A cidade maravilhosa e as cidades do abandono—o verso e o reverso das políticas públicas de segurança na região metropolitana do Rio de Janeiro. Geosul, v. 36, n. 78, p. 17-38, 2021.
- ALCANTARA, Denise de et al. Cenários de Desenvolvimento Urbano e Periurbano em Japeri, RJ: zona de sacrifício ou município insurgente?. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, 2020.
- ALMEIDA, Douglas Monteiro de. A expansão universitária na Baixada Fluminense: educação e desenvolvimento (1998/2010). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.
- ALMEIDA, Marina Castro de. Identidade territorial: a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas. 2005. 141p. Dissertação (mestrado).
- ALVES, José Cláudio Souza. A VIOLÊNCIA URBANA E SUAS IMPLICAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS. Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ, v. 1, n. 2, p. 6, 2008.
- ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998
- ALVES, José Cláudio Souza. Baixada Fluminense: reconfiguração da violência e impactos sobre a educação. Movimento-revista de educação, n. 3, 2015.
- ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Associação de Professores e Pesquisadores de História, CAPPH-CLIO, 2003.
- ALVES, José Cláudio Souza. Nos porões do lulismo: a segurança pública como política de extermínio. In: SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos; PERRUSO, Marco Antonio; OLIVEIRA, Marinalva Silva. O pânico como política—o Brasil no imaginário do lulismo em crise. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- ALVES, José Cláudio Souza. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica. Revista Rio de Janeiro, v. 8, p. 59-82, 2002.
- ALVES, Mário Aquino. O Conceito de Sociedade Civil: Em Busca de uma Repolitização. Organizações & Sociedade. Bahia, v. 11, p. 141-154, 2004.

ARAÚJO, Victor; FLORES, Paulo. Redistribuição de renda, pobreza e desigualdade territorial no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 25, n. 63, p. 159-182, set. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782017000300159&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256307>.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. A Diocese de Nova Iguaçu frente à chacina da Baixada Fluminense: memória e identidade. *HORIZONTE-Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, p. 69-84, 2008.

BARBOSA, Lucas Costa Marins et al. Uma análise das mortes violentas na Baixada Fluminense. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 6, p. 17755-17768, 2020.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p.1-21.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista digital de direito administrativo*, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016.

BRITES, Jurema; FONSECA, Cláudia. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, v. 48, n. 209, 2013.

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá; PEREIRA, Margareth da Silva. Baixada Fluminense: dinâmicas fluviais e sociais na constituição de um território. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo , v. 39, n. 81, p. 47-70, Aug. 2019 .

BUSCH, Amarílis; AMORIM, Sônia Naves David. *A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas*. 2011.

CANO, I.; SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7. Letras, 2001.

CANO, Ignacio et al. *O impacto da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise Violência, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo. *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. 2012.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho. A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*, Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2012.

CANO, Ignacio. *Mensurando a impunidade no sistema de justiça criminal no Rio de Janeiro*. 2006.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 3, n. 5, p. 136-155, 2006.

CASA FLUMINENSE. *Boletim: As juventudes da Baixada querem viver*. 2018. Disponível em:<https://casافلuminense.org.br/forum-rio-japeri-as-juventudes-da-baixada-querem-viver/>. Acesso em 01 set. 2021.

CASA FLUMINENSE. Mapa da desigualdade Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em 01 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.

CDH - Centro dos Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Cartografia Social: o impacto da militarização na vida das mulheres da Baixada. 2018. Disponível em: <http://casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Cartografia-Social-Mulheres-da-Baixada.pdf> Acesso em 02 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. Teoria e debate, v. 39, p. 33-34, 1998.

CICONELLO, Alexandre. A política de segurança pública do Rio de Janeiro é ineficiente e financeiramente insustentável. Rede de Observatórios da Segurança/CESeC, 2019.

CORÁ, M. A. J. Planejamento: participativo e estratégico. In: JUNQUEIRA, L. A. P. (org); PADULA, Roberto Sanches (org).. Gestão de organizações da sociedade civil / Organização de Luciano Antônio Prates Junqueira e Roberto Sanches Padula. – São Paulo: Tiki Books: PUC-SP/PIPEq, 2019

CRISTIANO, Hugo Henrique et al. Vejo na TV o que eles dizem sobre o “Vista Bela” não é sério: Mídias Alternativas e Juventude. Revista Guará, n. 11, 2019.

DA SILVA, Filipe Carreira. Espaço público em Habermas. Filipe Carreira da Silva, 2002.

DE MORRO AGUDO, Dudu. Enraizados: os híbridos locais. Aeroplano, 2010.

DE OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CUNHA, Liliam do Carmo Oliveira. Producir conocimiento es tener un pensamiento militante. Pensamiento Actual, v. 17, n. 28, p. 54-65, 2017.

DÖHN, L. 1998. Liberalismus Spannungsverhältnis von Freiheit, Gleichheit und Eigentum. In : NEUMANN, F. (org.). Handbuch Politische Theorien und Ideologien. Vol.1, 2a ed. Opladen : Leske + Budrich.

DUTRA, Delamar José Volpato. A teoria discursiva da aplicação do direito: o modelo de Habermas. Veritas (Porto Alegre), v. 51, n. 1, 2006.

ENNE, Ana Lucia S.; DINIZ, BPO. Caso Mão Branca" na imprensa do Rio de Janeiro: narrativa jornalística, ficção e o fluxo do sensacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2005.

ENNE, Ana Lúcia. Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações. C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, 2004.

FARIA, Cláudia Feres. Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul: a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). Opinião Pública, v. 12, p. 378-406, 2006.

FARIA, Raquel Macedo Batista de. As manifestações de 2013 e de 2014: enunciações cristalizadas de um perfil de brasilidade. 2016.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. “Gênese e (re)produção do espaço brasileiro na Baixada Fluminense”. Revista Geo-Paisagem, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, 2004.

FORTE, José Matoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1933.

FÓRUM GRITA BAIXADA; CASA FLUMINENSE. Carta da Baixada. 2015. Disponível em <https://agendario.org/documentos/carta-da-baixada/> Acessado em 01 fev 2020.

FÓRUM GRITA BAIXADA. Um Brasil dentro do Brasil pede socorro. Nova Iguaçu, 2016.

FREIRE, Jussara. “O apego com a cidade e o orgulho de ‘ser baixada’: emoções, engajamento político e ação coletiva em Nova Iguaçu”. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 11, n. 33, pp. 915-940, Dezembro de 2012.

FREIRE, Jussara. Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu. Editora Garamond, 2019.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Leya, 2019.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Nomadas (col), n. 20, p. 140-150, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista brasileira de Educação, v. 16, p. 333-361, 2011.

GOMES, Flavio dos Santos. Para matar a Hidra uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara – Sec. XIX, Rio de Janeiro: Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UnB, v.2, n.3. 1994.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUSKY, David. The Past, Present and Future of Social Inequality. In: GRUSKY, David (org.). Social Stratification: Class, Gender and Race in Sociological Perspective. Edição revisada. Boulder: Westview Press. 2000. p. 3-51

IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE. 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_jg_rj_impunidade_baixada.pdf Acessado em 02 jan 2022.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. Orçamento e Direitos. Brasília, 2017. Disponível em <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2018/08/CartilhaOr%C3%A7amentoDireitos.pdf> Acessado em 15 ago 2021.

INICIATIVA DIREITO À MEMÓRIA E JUSTIÇA RACIAL. SOS Queimados e a luta contra as violações do Estado. 2020. Disponível em <https://dmjracial.com/2020/04/25/s-o-s-queimados-e-a-luta-contra-as-violacoes-do-estado/> Acessado em 02 jan 2022.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues. WANIEZ, Philipe. Atlas das condições de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2014-2015, 180p.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

LAMEGO, Alberto R. O homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1964.

LANDIM, Leilah; GUARIENTO, Suellen. 2010. “Violência e ação coletiva na Baixada Fluminense. Paper apresentado no 34º Encontro Anual da ANPOCS. ST31S1; Mimeo.

LEMGRUBER, Julita; CANO, Inacio; MUSUMECI, Leonarda. Olho por olho. O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

LIMA, Marcos Vinícius da Costa; COSTA, Solange Maria Gayoso da. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. Geografares, p. 76-113, 2012.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Serviço Social & Sociedade, p. 652-664, 2015.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. IN: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)(org). Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, p. 1867-1917, 2017.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e política no Brasil (1965-1985). São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALATRASI, Larissa Galli; LOPES, Flor Marlene E. CINEMA DE DENÚNCIA SOCIAL: OLHAR ENVOLVIDO/OLHAR AFASTADO. Programa de Iniciação Científica-PIC/UniCEUB-Relatórios de Pesquisa, v. 2, n. 1, 2016.

MANSO, Bruno Paes. A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro. Todavia, 2020.

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe (1513). LCC Publicações Eletrônicas. Documento eletrônico. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000052.pdf>>. Acesso em: ago, 2020.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. Dossiê Mulheres Negras. Retratos das Condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.

MARIA, Léa; SIMÕES, C. Mobilização pela paz. Le monde diplomatique Brasil, Edição, 2011.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Mendonça de Souza & Mendonça de Souza 1981-1982, Arquivos do Museu de História Natural-UFMG 6/7: 109-131

MENEZES, Palloma; URBANAS, Sociabilidades. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas Rumor theories: comparisons between definitions and perspectives. Sociologia, v. 4, n. 12, p. 21-42, 2020.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 31, 2016.

MIHESSEN, Vitor; MACHADO, Danielle Carusi; PERO, Valéria. Mobilidade urbana e mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Revista da ABET, v. 14, n. 2, p. 310-327, 2014.

MISSE, Michel et al. Sobre a construção social do crime no Brasil. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade. Cadernos de Pesquisa, v. 36, p. 269-298, 2006.

NACIF, Cristina Lontra; ANTUNES, Gisele Teixeira. Centro funcional de Campo Grande no início do século XXI: centralidade renovada ou periférica?. Cadernos MetrÓpole, v. 12, n. 23, p. 105-123, 2010.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa. De Iguassu à Baixada Fluminense: Histórias de um Território. Appris, 1ª edição, 2019.

NEDER, Alvaro; PEREIRA, D. B. G; FRANCO, Irla; CAETANO, Rodrigo. Música, educação e cultura na Baixada Fluminense: uma pesquisa participativa. 3º Encontro Nacional de Produção Cultural, 2013.

NERI, Marcelo Côrtes. Juventude e trabalho: qual foi o impacto da crise na renda dos jovens. 2019.

ODALIA, N. O que é violência. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985. 95p.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. Cadernos de pesquisa, p. 61-83, 2001.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Baixada Fluminense Novos Estudos e Desafios. Rio de Janeiro. Editora Paradigma, 2004.

OTA, Maria Eduarda et al. De fábrica de marginal a mães guerreiras: uma etnografia sobre a luta de mães de vítimas da violência do Estado. 2019.

PEREIRA, André. Movimentos sociais: conceptualizações e materializações. 2013.

PERO, Valéria; MIHESSEN, Vitor. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. Econômica, v. 15, n. 2, 2013.

PESSOA, Marcelo de Sales. Segurança pública no Rio de Janeiro: Um estudo dos homicídios dolosos entre 2003 e 2014. Texto para Discussão, 2016.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro, PUC, 1998.

PIRES-ALVES, Fernando Antônio; PAIVA, Carlos Henrique Assunção; LIMA, Nísia Trindade. Na Baixada Fluminense, à sombra da ‘Esfinge do Rio’: lutas populares e políticas de saúde na alvorada do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1849-1858, 2018.

PRADO, Pedro Almeida et al. Direito à moradia versus direito à segurança: uma análise da cobertura do Jornal Extra acerca dos crimes realizados em condomínios do programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2018. 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, L. C. S. A sociedade civil em tempos de globalização: uma perspectiva neogramsciana. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6617/6617_5.PDF Acessado em: 15.Nov.2015.

RAMOS, Silvia et al. Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 21, n. March, p. 3-31, 2016.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. Mídia e violência. Iuperj, 2007.

RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. Pesquisa com eleitores e não eleitores de Jair Bolsonaro São Paulo, março-abril de 2019. Monitor das ruas: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPoPAI-USP). São Paulo, 2019.

RICARDO, Igor. Tocha da vergonha faz alerta contra a violência e a saúde precária na Baixada Fluminense. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, dia 19 de Julho de 2016.

ROCHA, André Santos da; FLUMINENSE, Baixada. representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.

ROCHA, André Santos da; MELCHIOR, Lirian. A mobilidade dos trabalhadores dos municípios do Extremo Oeste Metropolitano, interações metropolitanas e as redefinições regionais. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, n. 19, 2020.

ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela “diferente das outras”? Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet & Faperj. 292 pp.2013

RODRIGUES, André (org). Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, Mercado, Criminalidade e Poder. *Comunicações do ISER*, n. 71, ano 37, 2018. Disponível em <http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/12/2018-08-06-publicacao71-iser-WEB.pdf> Acessado em 15 jun 2020.

RODRIGUES, André. Violência e Política na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2021.141 p.

RODRIGUES, André. Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder. *Geo Uerj*, n. 31, p. 104-127, 2017.

SALES, Jean Rodrigues; FORTES, Alexandre (Ed.). *A Baixada Fluminense ea ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local*. Editora Prismas, 2016.

SALES, Marcelo Ribeiro; DE LUNA FREIRE, Leticia. Ter fé e resistir: as ações da Paróquia São Simão em um cotidiano de violência em Belford Roxo. *Periferia*, v. 12, n. 2, p. 204-227, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton & BECKER, Bertha (Org.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, v. 3, 2007.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquema de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEIXAS, Antônio. Fernando de Castro Abreu Magalhães, um negociante português na Vila de Magé, Província do Rio de Janeiro (1842-1857). 2018.

SIERRA, Pablo. *Periferias y nuevas ciudades*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003.

SILVA, Percival Tavares. A práxis da formação política das classes populares. *Revista de Educação Pública*, v. 16, n. 31, p. 49-67, 2007.

SILVA, Percival Tavares. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB)-1974/1992:(Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa)*. 1993. Tese de Doutorado.

SILVA, Ângelo Márcio. Xerém nos trilhos da estrada de ferro Rio D'ouro. *Revista Pilares da História*, ano 7, número 8, 2008.

SILVA, Claudio Araujo de Souza et al. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. 2012.

SILVA, L. H. P. da. Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Ágora*, 21(1), 106-118, 2019.

SILVA, L. H. P. da. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói-RJ. 2017.

SILVA, Luiz Antonio Machado da; LEITE, M. Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, vol. 22, núm. 3, septiembrediciembre, 2007, pp. 545-591 Universidade de Brasília Brasília, Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *A experiência das UPPs: uma tomada de posição*. 2015.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 15, n. 1), p. 67-82, 2011.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo; CARVALHO, Monique Batista. Circuitos políticos em uma favela pacificada: Os desafios da mediação. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, p. 63-76, 2015.

SILVA, Marcio Rufino et al. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: proposições, debates, desafios. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 19, 2020.

SILVA, Suelen de Aguiar. Comunicação comunitária e participação popular no projeto Casa Brasil. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

SILVEIRA, Andréa Maria et al. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. Revista de Saúde Pública, v. 44, p. 496-502, 2010.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada–reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF. 2006. Tese de Doutorado. Tese de doutorado.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense. Mesquita: Editora Entorno, p. 1-358, 2011.

SOBRINHO, Sergio Francisco. A cultura do medo e as transgressões contemporâneas. Revista Direito, Estado e Sociedade, n. 27, 2014.

SOUTO, Adriana Branco Correia, 1974- As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933) / Adriana Branco Correia Souto. – 2016.

SOUZA, Joseane de; FRUTUOZO, José Victor de Paula. Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010). urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, p. 124-139, 2018.

SOUZA, Rodrigo Sampaio de. Sobre o poder na Baixada Fluminense : o exemplo do município de Nilópolis/RJ. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 2014.

TARROW, Sidney. O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza. Os Conselhos e Cafés Comunitários de Segurança Pública/RJ no Contexto Democrático. Silva, p. 193, 2003.

TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 48, p. 61-89, 2002.

TOZZI, José Alberto. ONG sustentável: o guia para organizações do terceiro setor economicamente prósperas. Editora Gente Liv e Edit Ltd, 2017.

UM TERRITÓRIO com muito potencial, mas ainda cheio de problemas. Rio de Janeiro, 28 set. 2017. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br/um-territorio-com-muito-potencial-mas-ainda-cheio-de-problemas/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

VASCONCELOS, Vitor Oliveira. A degradação dos rios na Baixada Fluminense: uma análise sobre o Rio Botas no bairro Itaipu – Belford Roxo. Revista Pilares da História, ano 3, volume 5, 2005.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. cadernos pagu, p. 79-116, 2011.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos avançados, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 5. ed. [S. l.]: LTC Editora, 1982.

YOFFE, Daniel. “Captação de recursos no Campo Social.” In: VOLTOLINI, Ricardo (org). “Terceiro setor: planejamento e gestão”, 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.